



UMA PAISAGEM, UM AMBIENTE, UM LUGAR, UM TERRITÓRIO CULTURAL

A Planície Costeira do Rio Doce na
perspectiva da Educação Ambiental Crítica

ORGANIZADORES

JOÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA
MARCOS DA CUNHA TEIXEIRA

2020

Organização:
JOÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA
MARCOS DA CUNHA TEIXEIRA

UMA PAISAGEM, UM AMBIENTE, UM LUGAR, UM TERRITÓRIO CULTURAL

**A Planície Costeira do Rio Doce na
perspectiva da Educação Ambiental Crítica**

São Mateus – Espírito Santo
2020

Copyright © 2020, **JOÃO LUIZ DA CUNHA TEIXEIRA**
MARCOS DA CUNHA TEIXEIRA

A reprodução parcial ou total deste livro, por meio impresso ou eletrônico,
é permitida, desde que citada a fonte.

Revisão de Texto

Christie Carvalho Trancoso Vieira Zon

Foto da Capa e Contracapa

Acervo “Projeto Comunidade Participativa” / 2019

Impressão

E. C. da Silva Filho – GRÁFICA ARAÇÁ ME

CNPJ: 22.523.164/0001-36

São Mateus – ES – (27) 9 9807-7396

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Uma paisagem, um ambiente, um lugar, um território
cultural : a Planície Costeira do Rio Doce na
perspectiva da educação ambiental crítica /
organização João Luiz da Cunha Teixeira,
Marcos da Cunha Teixeira. -- 1. ed. --
São Mateus, ES : Marcos Teixeira, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-00-13349-3

1. Educação ambiental - Pesquisa 2. Educação
ambiental - Planície Costeira do Rio Doce (ES)
3. Meio ambiente - Aspectos sociais 4. Projeto
Comunidade Participativa I. Teixeira, João Luiz da
Cunha. II. Teixeira, Marcos da Cunha.

20-50487

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação ambiental : Crítica e prática de
projetos 304.2

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

AGRADECIMENTOS

Esta obra é dedicada a todas as Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce, cujas injustiças socioambientais e formas de resistência têm motivado e direcionado a atuação da equipe do Laboratório de Educação Ambiental do Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES/UFES.

Nossos agradecimentos:

A todos os moradores das Comunidades de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul, Campo Grande (São Mateus), Palmito (Jaguaré), Santana e Linharinho (Conceição da Barra) pela parceria incondicional no desenvolvimento da primeira edição do Projeto Comunidade Participativa. Contudo, merecem nossa eterna gratidão as moradoras e moradores das Comunidades parceiras que integraram as Comissões de Desenvolvimento Socioambiental (CDS), pois foram eles que deram concretude às ideias, conceitos, sonhos e desejos compartilhados na trajetória de construção do Projeto Comunidade Participativa;

À Petrobras e à Fundação Espírito Santense – FEST, pelo apoio financeiro ao projeto Comunidade Participativa por meio do Programa Petrobras Socioambiental;

Ao Instituto Socioambiental Araçá, que na figura da Professora Marilena Cordeiro Fernandes de Jesus, Mestre em Biodiversidade Tropical e Educadora Ambiental, deu grandes contribuições ao curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Socioambiental;

Ao Movimento dos Atingidos por Barragem, pela parceria no assessoramento das CDS nas questões relativas aos processos de indenizações aos moradores atingidos pelo rompimento da barragem;

À Prefeitura Municipal de São Mateus, que na figura do Secretário de Educação e do Diretor do Polo de Educação à Distância, forneceu a logística necessária para a participação dos Estudantes do ensino médio das Comunidades de pescadores artesanais de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul e Campo Grande no curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Socioambiental;

À Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, que na figura da Secretária de Educação forneceu a logística necessária para a participação dos Estudantes do ensino médio das Comunidades Quilombolas de Linharinho e Santana no curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Socioambiental;

À Pró-Reitoria de Extensão da UFES, pelo apoio administrativo e devidos registros acadêmicos do Projeto Comunidade Participativa;

À Direção do Centro Universitário Norte do Espírito Santo e ao Departamento de Ciências Agrárias e Biológicas – DCAB/CEUNES/UFES pelo acolhimento e fornecimento da logística necessária para sediar o Projeto;

A todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram para a trajetória do Projeto Comunidade Participativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
SEÇÃO 1 - História Ambiental, Arqueologia, História Indígena e Relações Socioambientais na Planície Costeira Do Rio Doce....	18
Capítulo 1 - A Planície Costeira do Rio Doce à Luz da Arqueologia: essa história também é minha – João Luiz da Cunha Teixeira.	21
Capítulo 2 - A História Indígena na Planície Costeira do Rio Doce – João Luiz da Cunha Teixeira	79
Capítulo 3 - A Ocupação da Região Norte do Espírito Santo: conflitos sociais e degradação ambiental - Maria Alayde Alcântara Salim...102	
Capítulo 4 - Planície Costeira do Rio Doce, seus Povos e Comunidades Tradicionais: modo de vida, identidade, territorialidade e resistência - Simone Raquel Batista Ferreira.....	129
SEÇÃO 2 - PROJETO COMUNIDADE PARTICIPATIVA: a Educação Ambiental no enfrentamento dos problemas socioambientais na Planície Costeira do Rio Doce.....	162
Capítulo 1 - De qual Educação Ambiental estamos falando? - Marcos da Cunha Teixeira -Nósten Mota de Andrade - Diógina Barata	166
Capítulo 2 -De que comunidade estamos falando? - Marcos da Cunha Teixeira - Flora Zauli Novaes - Ezinete Moreira do Rozário - Rômulo Araújo Primo - Lady Diana Souto Campos de São José - Poliana Domingos Mariano - Luíza Helena Montovaneli - Mariana Rito Bitencourt - Arthur Praxedes.....	183

Capítulo 3 - De que <i>práxis</i> educativa estamos falando? - <i>Marcos da Cunha Teixeira</i> - <i>Flora Zauli Novaes</i> - <i>Ezizete Moreira do Rozário</i> - <i>Rômulo Araújo Primo</i> - <i>Lady Diana Souto Campos de São José</i> - <i>Poliana Domingos Mariano</i> - <i>Luíza Helena Montovaneli</i> - <i>Mariana de Camargo Bitencourt Ritto</i> - <i>Arthur Praxedes</i>	195
Capítulo 4 - As (re)existências das comunidades na Planície Costeira do Rio Doce: contribuições do Projeto Comunidade Participativa - <i>Marcos da Cunha Teixeira</i> - <i>Flora Zauli Novaes</i> - <i>Ezizete Moreira do Rozário</i> - <i>Rômulo Araújo Primo</i> - <i>Lady Diana Souto Campos de São José</i> - <i>Poliana Domingos Mariano</i> - <i>Ana Paula Agrizzi</i> - <i>Luíza Helena Montovaneli</i> - <i>Mariana de Camargo Bitencourt Ritto</i> - <i>Arthur Praxedes</i>	253
Capítulo 5 - A formação Socioambiental dos jovens das comunidades da Planície Costeira do Rio Doce - <i>Marcos da Cunha Teixeira</i> - <i>Flora Zauli Novaes</i> - <i>Ladi Dayana Souto Campos de São José</i> - <i>Luíza Helena Montovaneli</i> - <i>Mariana de Camargo Bitencourt Ritto</i> - <i>Arthur Praxedes</i> - <i>Marilena Cordeiro Fernandes de Jesus</i> - <i>João Luiz da Cunha Teixeira</i> - <i>Michel Ribeiro</i>	265
Capítulo 6 - A exposição “Homem e Natureza na Planície Quaternária do Rio Doce - ES”: percepção ambiental dos visitantes – <i>Ana Paula Agrizzi</i> - <i>Lady Diana Souto Campos de São José</i> - <i>Vilma Rodrigues da Silva Aguiar</i> - <i>Juliomar de Jesus Cruz</i> - <i>Diógina Barata</i> - <i>Marcos da Cunha Teixeira</i> - <i>Mariana de Camargo Bitencourt Ritto</i> - <i>Tainara Gomes</i>	271
Considerações Finais	281

INTRODUÇÃO

Posto que a **Educação Ambiental Crítica** é bastante complexa em seu entendimento de natureza, sociedade, ser humano e educação, exigindo amplo trânsito entre ciências (sociais ou naturais) e filosofia, dialogando e construindo “ponte” e saberes transdisciplinares, é natural que se estabeleça relações pedagógicas com as orientações teórico metodológicas construídas na geografia; também é natural, portanto, a preocupação com a necessidade de uma compreensão mais objetiva e sistemática dos conceitos geográficos basilares para compreensão do **espaço geográfico** e suas relações com a questão ambiental. O espaço geográfico, principal categoria de análise da Geografia, foi concebido de diferentes formas ao longo da história da própria Geografia, todavia, não é objetivo retomar essas diferentes formas aqui. O que se quer é uma tentativa de conceptualização de um corpo referencial que permita possibilidades analíticas para um espaço geográfico, um espaço com papel praxiológico em socorro à perspectiva multidisciplinar de uma Educação Ambiental.

Embora as várias dimensões existentes na análise geográfica, preferimos nos deter apenas àquelas cujos conceitos nos parecem mais operacionais para atender ao nosso objetivo de dar suporte àquilo que a Educação Ambiental Crítica propõe, que é, nas palavras de Loureiro (2004), promover o questionamento às abordagens comportamentalistas, reducionistas e dualistas no entendimento da relação cultura-natureza. Paisagem, lugar, território e ambiente são dimensões que facilitam tratar do espaço geográfico sob diferentes óticas, ou seja, cada conceito exterioriza uma perspectiva de leitura desse espaço, permitindo ao Educador Ambiental desenhar, portanto, um caminho metodológico para resolver um desafio quando lhe é lançado.

A Paisagem é uma categoria sintética que integra o fundamento natural com dimensões humanas. É fundamental considerá-la quando se propõe à Educação Ambiental, pois, por meio dela é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento do processo. A paisagem é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza; revela a imbricação, as relações entre o social, o cultural, o intelectual, o patrimonial, o cívico e a natureza.

Segundo Serrão, “a paisagem não é a natureza (em si) nem o humano (para si), mas o ponto de encontro de homem e natureza” (SERRÃO, 2014, p. 26):

A natureza que se encontra é esta paisagem, e o homem este indivíduo. Todos os debates sobre objectivismo e subjectivismo perdem validade quando partimos do encontro. Ela é simultaneamente região ôntica — se acentuarmos o lado objeto — e abertura ao ser (natureza) se acentuarmos a ontologia do humano.

Milton Santos (2006) define paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, entendendo-a como forma. Considera paisagem como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos): "Paisagem é o conjunto de

formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza", ou ainda, "A paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos". É "transtemporal", juntando objetos passados e presentes. Suertegaray (2001) percebe a paisagem como um conceito operacional, ou seja,

um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja, o da conjunção de elementos naturais e tecnificados, socioeconômicos e culturais. Ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, poderemos concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma–funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta.

A expressão "lugar" possui uma variedade de significados. Pode-se dizer, então, que é polissêmica. Num dicionário veremos conceitos relacionados a localidades, espaço ocupado, pequenas áreas, região de referência, pontos de observação, entre outros. Contudo, para a Geografia o conceito para a categoria lugar é objeto de um debate mais específico e profundo, principalmente porque não há entre os geógrafos um consenso comum que defina o que seria propriamente o lugar. Cada definição depende da abordagem empregada na utilização do termo e da corrente de pensamento relacionada com a teoria em questão.

Para Milton Santos (2006), o lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através "de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições–cooperação e conflito são a base da vida em comum". É o lugar que pode ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, e que também considera os objetos, as ações, a técnica e o tempo como dimensões do espaço geográfico. É nesse prisma que Milton Santos (2006, p. 218) se refere ao lugar, dizendo:

[...] No lugar, nosso próximo, se superpõe, dialeticamente ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

Suertegaray (2001), por sua vez, ao interpretar essa perspectiva de Santos, propõe que "o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico, imbricadas

com relações horizontais de coexistência e resistência”, deixando claro o papel do lugar na análise geográfica.

Segundo Haesbaert (2004, p. 1), o território já nasceu com um duplo sentido, o material e o simbólico, que, etimologicamente, assim o define:

aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”¹.

Nesse sentido, independentemente da interpretação que se faça, território sempre tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Refere-se tanto ao poder no sentido mais concreto, o de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, o de apropriação. Nesse contexto, Lefebvre (1986) faz distinção clara entre apropriação e dominação (“possessão”, “propriedade”). A apropriação sendo um processo muito mais simbólico, carregado do valor de uso, das marcas do “vivido”, enquanto a dominação é o poder mais concreto, funcional e conectado ao valor de troca que, nas palavras do autor (Lefebvre, 1986, p. 411)

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.²

A concepção de território está, historicamente, associada à ideia de natureza e sociedade, ambas constituídas por um limite de extensão do poder. Contemporaneamente, o foco das discussões está nas complexidades territoriais, onde se entende o território como campo de forças, ou “teias ou redes de relações sociais”. Para Souza (2000), “territórios são no fundo relações sociais projetadas no espaço” e não há, hoje, nenhuma possibilidade de se imaginar “uma superposição tão absoluta entre espaço concreto com seus atributos materiais e o território como campo de forças”.

O que se quer destacar, aqui, é a perspectiva analítica do conceito de território que, primeiramente norteou na Geografia enfoques analíticos associados

¹ Os grifos são do autor.

² O grifo é do autor.

a ideia de poder sobre um espaço e seus recursos; o poder em escala nacional: o Estado-nação. Mais recentemente, o conceito indica perspectivas analíticas que não abandonaram a ideia de dominação-apropriação de espaço. Tal flexibilização do conceito nos permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes. Esta é uma dimensão do espaço geográfico que desprende as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço, contudo, extrai da concepção clássica de território a necessidade direta de domínio social sobre os recursos naturais, não mais exigindo associação da natureza para a definição do conceito de território.

Nas novas formas de territorialidades, a apropriação se faz pelo domínio do território, não só para a produção, mas também para a circulação de uma mercadoria, a exemplo das territorialidades por vezes estudadas, como o território das drogas, ou do crime; ou de identidades cultural, como os territórios indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Haesbaert (2004, p. 2) “observa que, enquanto “espaço-tempo vivido”³, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”⁴, ao contrário do território “unifuncional”⁵ proposto pela lógica capitalista hegemônica”. Haesbaert (2004, p. 95-96) afirma, ainda, que

o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica”⁶.

De acordo com Suertegaray (2001),

Estas novas territorialidades apresentam-se como voláteis e constituem parte do tecido social, expressam uma realidade, mas não substituem... a dominação política de territórios em escalas mais amplas. Devendo essas, para serem explicadas e não somente descritas, serem inseridas em espaços de dimensão relacional.

Mas, para Haesbaert (2004, p. 5), o “Mais importante, contudo, do que esta caracterização genérica e aparentemente dicotômica, é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico”. O autor, simplificadamente, fala em quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo, quais sejam:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).

³ O grifo é do autor.

⁴ O grifo é do autor.

⁵ O grifo é do autor.

⁶ Os grifos são do autor.

- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

A última categoria que nos interessa na tessitura da compreensão do que é o espaço geográfico e suas relações com a Educação Ambiental é o termo *ambiente*. Aqui sua importância é defendida por duas situações de ordem teórica e epistemológica: 1. Vivemos num momento em que existe uma disseminação do substantivo *ambiente* e do adjetivo *ambiental* para definir o conjunto de orientações em ética, estética e política que consideram o ser humano não mais como ser exclusivo, separado do natural. O ser humano agora é entendido como membro e participante de uma comunidade de entidades naturais; 2. Apesar de o conceito de ambiente não ser um dos cinco conceitos-chave da Geografia, é possível encontrá-lo em todos. Espaço, território, paisagem, lugar e região, são as divisões didáticas que a Geografia encontrou para estudar de forma mais particular o espaço geográfico. Portanto, uma vez que o ambiente está presente nos cinco conceitos, ele está por todo o espaço geográfico.

A defesa da ideia de uma natureza intocada, onde a beleza se destaca em múltiplas formas próprias e por toda parte, parece desconsiderar o fato da omnipresença humana e a correspondente influência global das suas ações como fatores de inegável transformação de toda a superfície terrestre. Na tese de Carlson (2009) a natureza virgem possui uma mais-valia estética relativamente à intervencionada pelo homem. Na realidade, onde está a natureza virgem? Sustentar uma teoria em conjecturas constitui um claro enfraquecimento da sua solidez argumentativa, trazendo inúmeras críticas.

Para Serrão (2014, p. 20),

Enquanto a posição ultra objectiva de Carlson, que ao procurar vencer o antropocentrismo, instaura um insanável dualismo entre o humano e o natural/ambiental como duas esferas independentes e contrapostas pela inimizade, a estética da continuidade — defendida por Berleant como nova *episteme*— ao dispor o humano em situação, acolhe também o outro lado do problema: o ambiente não designa só o que nos envolve (exteriormente), mas também o que nos penetra e modela (interiormente).

Nas palavras de Berleant (1977, p.11):

O ambiente é mais do que simplesmente a nossa envolvimento externa. Nós compreendemos com uma força cada vez maior que a vida humana está intimamente ligada às condições ambientais e que não há linhas divisórias nítidas que nos separem do ambiente em que habitamos. À medida que respiramos o ar à nossa volta com todos os seus poluentes e o percebemos na nossa corrente sanguínea, ele torna-se parte dos nossos corpos. Isto também acontece com a comida que ingerimos, com todos os pulverizadores e aditivos. Até

mesmo as roupas que usamos no «lado de fora» do nosso corpo fazem parte da nossa imagem corporal e as nossas casas são a maior de todas as peças de vestuário, expressando as nossas personalidades e os nossos valores. Esta relação é de reciprocidade, uma vez que cultivamos a comida que comemos e moldamos as roupas que vestimos e as casas em que vivemos.

Nesse sentido, definir o desenho da Planície Costeira do Rio Doce como um espaço geográfico para dar suporte a um propósito tão profundo e abrangente, como esse de atender à perspectiva multidisciplinar da Educação Ambiental, requer critério de ordem que não permita a simplificação ou inflexibilização desse espaço. Se um espaço geográfico é o espaço habitado, transformado e utilizado pelo ser humano; se é a porção da superfície terrestre que abriga as sociedades, envolvendo também os pontos utilizados para a exploração (nas suas diversas formas), há que se tomar o cuidado de não se dar a ele uma definição no sentido de se permitir limitá-lo ao objeto fechado, científico, aquele espaço natural sustentado pelo conceito ecológico “ambiente natural” defendido por Allen Carlson (2009, p. 1) ainda comumente utilizado nas ações de Educação Ambiental desenvolvidas em território brasileiro. Definir esse desenho requer, antes de tudo, que se reconheça a temporalidade social estabelecida na perspectiva da História Ambiental da Planície Costeira do Rio Doce.

Milton Santos (2006, p. 39), em seu livro *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, afirma que

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados[...].

Ao tratar das categorias tempo e espaço, Milton Santos (1986, p. 209) propõe uma concepção de tempo-espaço indissociável. Para ele, "o espaço é uma acumulação desigual de tempos", o que permite entender espaço como heranças, como coexistência de tempos. É a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente, assim traduzido por Suertegaray (2001):

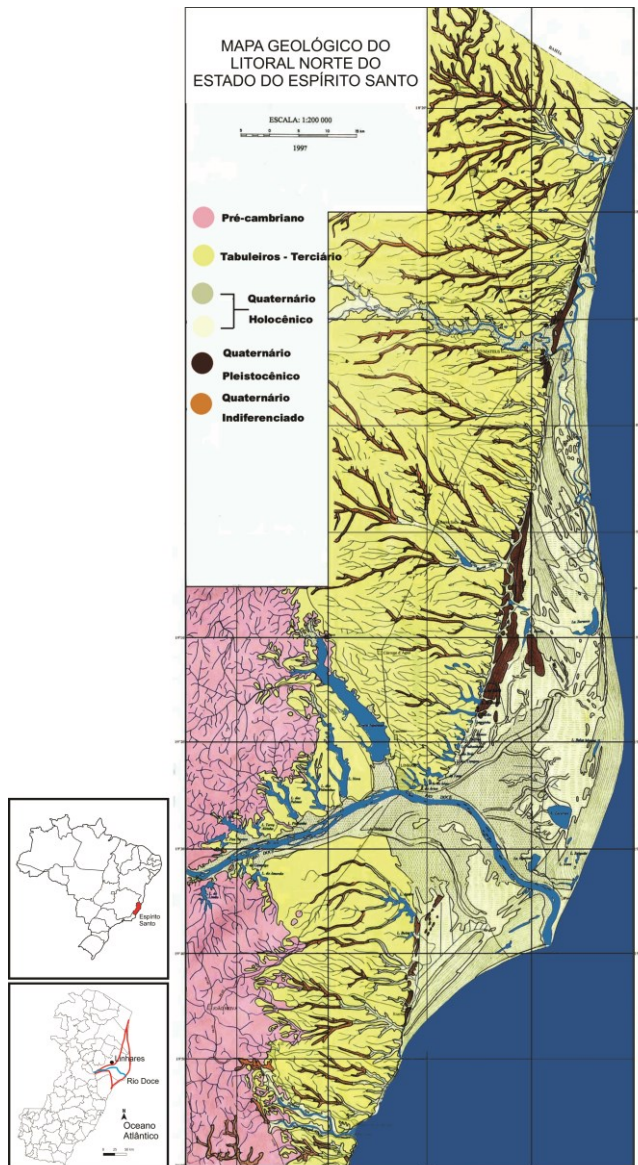
[...] num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Constituindo estas diferentes formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades.

A natureza significa uma concepção conjuntiva resultante da relação homem-meio (natureza) ou sociedade-natureza e, sociedade é entendida como expressão da vida humana através das relações sociais temporalmente estabelecidas. Santos entende a relação natureza-sociedade sob a perspectiva da apropriação, definindo a natureza como recurso à produção da sociedade. Essa perspectiva amplia a visão social e econômica da constituição do espaço geográfico, mas, limita a possibilidade analítica da natureza em si, no seu corpo referencial. Tal limitação permite ao Educador Ambiental escapar das “armadilhas” da teoria e da epistemologia quando esse se lançar em ação educativa, evitando, portanto, que classifique a Planície Costeira do Rio Doce a partir do conceito “ambiente natural” de Carlson, já que no período atual, período "Técnico Científico Informacional" (SANTOS, 2006), o ser humano é entendido como o organismo dentro da história natural do planeta com o maior poder de transformação do espaço geográfico. Esse desfecho não permite pensar essa natureza como primariamente natural, ou melhor, como decorrente de processos que advêm exclusivamente de sua auto-organização; ainda que o Educador Ambiental necessite falar de outro espaço: o espaço relativo, onde é tratado como algo definível a partir de variáveis pré-estabelecidas e definidas, a princípio, a partir dos objetivos de delimitação, passando a existir, então, como representação, podendo ser objetivamente delimitado em cartas e mapas.

É nesse “todo”, multidimensional e Histórico-Cultural, de Milton Santos, que se quer entender e dar sentido à Planície Costeira do Rio Doce como um objeto praxiológico da Educação Ambiental. Um conceito no qual o espaço geográfico constitui "um sistema de objetos e um sistema de ações" em constante mutação e construção, onde as diferentes categorias natureza, sociedade, tempo e espaço estão explícitas e indissociáveis. Uma ideia de que o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem, de lugar, de território e de ambiente; reconhecendo que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais; assim, paisagens contêm lugares, que contêm territórios, que contêm ambientes, valendo, para cada uma, todas as conexões possíveis (SUERTEGARAY, 2001).

Finalmente, é interessante deixar claro, que a análise e construção do desenho pretendido para a Planície Costeira do Rio Doce partiu, antes de tudo, do conceito de ambiente, já que a questão é ambiental, onde a leitura do espaço geográfico se deu na observação da transfiguração do natural e do social nele contida; onde o dimensionamento desse espaço geográfico valeu-se da perspectiva do lugar enquanto *locus* da vida, *habitat*; no intuito de resgatar um ambiente que não pode ser confundido com impactos na natureza, mas que privilegia as derivações e transmutações desses lugares a partir da construção da vida em sociedade com a natureza. Não obstante, fez-se, ainda, uma análise do ambiente na perspectiva de um diálogo. Diálogo que se faz a partir do lugar que, por vezes, é dirigido ao poder do Estado para compreender e repensar determinações verticais, isto é, aquelas determinações que derivam da política e da macroeconomia. Diálogo que, noutras circunstâncias, pretende compreender e

reconsiderar as determinações horizontais, provocando o reconhecimento do mundo vivido e assim cooperar para a articulação comunitária.



Localização geográfica e Geologia da Planície Costeira do Rio Doce. (Adaptado de Martin et al., 1997).

Referências Bibliográficas

- BERLEANT, A. (1997). *Living in the Landscape: Towards an Aesthetics of Environment*. Lawrence: University Press of Kansas.
- CARLSON, Allen. - *Contemporary Environmental Aesthetics and the Requirements of Environmentalism*. Aesthetics, JTLA, **Journal of the Faculty of Letters**. The University of Tokyo, 34. 2009.
- HAESBAERT, Rogério - *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Conferência, Porto Alegre, 2004. In: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>
- HAESBAERT, Rogério - *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- LEFEBVRE, Henri - 1986(1974) - *La Production de l'Espace*. Paris: **Anthropos**.
- LOUREIRO, Carlos F. - *Trajatórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARTIN, L.; SUGUIO, K.; DOMINGUEZ, J. M. L. & FLEXOR, J. M. – *Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Estado do Espírito Santo*. CPRM, Belo Horizonte. 1997.
- SANTOS, Milton - *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton - *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).
- SERRÃO, Adriana Veríssimo - *Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual*. Enrahonar. **Quaderns de Filosofia** 53, 2014 15-28.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de - *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: **Geografia Conceitos e Temas**. CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C. & CORRÊA. R. L. (Orgs). 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352p.
- SUERTEGARAY, Dirce M. A.- *Espaço Geográfico Uno e Múltiplo*. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Nº 93, 15 de julio de 2001, p. 79-104.

SEÇÃO 1

**HISTÓRIA AMBIENTAL, ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA
INDÍGENA E RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE
ESPÍRITO SANTO – BRASIL**

A proposta dessa Seção é trazer à História Capixaba uma leitura sintetizada da formação e organização das sociedades pré-cabralinas, das sociedades indígenas reconhecidas etno-historicamente, bem como das Comunidades Tradicionais, todas com relações profundas na construção da Paisagem e do Território Cultural que marca a Planície Costeira do Rio Doce. Essas populações foram por longo tempo ignoradas, consideradas ‘sem História’ e raramente fizeram parte das discussões que tratam do desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural do litoral norte do estado do Espírito Santo.

Trata-se de uma leitura simples que permite entender como essas populações (até mesmo as já extintas) têm influência direta na construção do contexto social. São influências que vão desde a titulação de nomes de lugares à formação do povo, territórios, hábitos e tradições culturais, fatores econômicos - inclusive na relação das Comunidades Tradicionais com a Natureza. Nesse sentido, a Arqueologia, a História Ambiental, a Etno-História, a História e a Geografia Humana aqui se juntam para permitir, à temática dos ‘sem história’, delinear o seu lugar na História da Sociedade Capixaba e, com isso, fortalecer, empoderar a identidade das Comunidades Tradicionais e a ressignificação dos seus sujeitos.

Dado o valor e o significado contidos na essência do Patrimônio Cultural (seja ele tangível ou intangível), da História e da formação do Território Cultural na Planície Costeira do Rio Doce, é nossa intenção principal, com esta leitura, contribuir para atender à perspectiva da multidisciplinaridade que a Educação Ambiental vem alcançando à medida que amadurece epistemologicamente, principalmente, a Educação Ambiental crítica, transformadora, popular, que na sua *práxis*, ao discutir novas formas de entender as relações do Homem com a Natureza, se coloca como arauto da transformação socioambiental, promovendo novos comportamentos - inclusive de conservação do Patrimônio Histórico-Cultural.

A Seção está formada por quatro capítulos que permitirão ao leitor entender, cronologicamente, os processos socioambientais responsáveis pela transformação e construção das paisagens e dos povos que definem a Planície Costeira do Rio Doce como um Território Cultural. No Capítulo 1, o autor apresenta uma leitura sintetizada das relações sociais e socioambientais relativas às populações Proto-Históricas do Continente Americano, do território brasileiro e, sobretudo, da Planície Costeira do Rio Doce. É uma leitura das hipóteses construídas pelos estudiosos que, já por mais de um século, se empenham em revelar como essas populações primárias (ou nativas) dominaram as paisagens e nelas construíram seus territórios, seus lugares e modos de vida, isto é, suas culturas ao longo de milênios. No Capítulo 2, o autor faz uma explanação acerca das Línguas, denominações, localizações e distribuição das populações remanescentes das sociedades Proto-Históricas reconhecidas etno-historicamente e que habitaram a Planície Costeira do Rio Doce ou nela buscaram refúgio durante o período de invasão, devassamento e conquista desse território. Tem como

objetivo principal provocar uma releitura da História Indígena no Espírito Santo e contribuir para a redução dos conflitos nela existentes. No Capítulo 3, a autora objetiva apresentar um estudo sobre o processo histórico da ocupação/exploração da região do Rio Doce, no norte do Espírito Santo, focalizando especialmente os impactos para as Comunidades Tradicionais e a decorrente devastação ambiental resultante desse processo. O estudo tem como ponto de partida o reconhecimento da degradação ambiental verificada na região norte do estado na atualidade e a ausência de debates sobre o assunto no ensino da história local (no nosso caso, da história do estado do Espírito Santo), sobretudo na educação básica. Sua análise compreende um período que se estende dos primeiros anos do século XIX até meados do século XX, e tem como principais fontes de pesquisas os textos narrativos e algumas imagens produzidas por naturalistas e viajantes estrangeiros, cronistas, engenheiros e autoridades governamentais que percorreram e descreveram a região no período focalizado. O Capítulo 5 encerra essa Seção e tem como proposta apresentar as relações sociais e socioambientais que, ao longo da formação do povo brasileiro nesta região, moldaram (e ainda moldam, pois esse é um movimento constante) as comunidades e seus respectivos modos de vida, dando, assim, uma conformação política e cultural para esse território. A autora apresenta e discute a formação da pluralidade das Comunidades Tradicionais originárias que aí se territorializavam desde tempos anteriores ao processo colonial e se encontraram com povos de outras origens, como africanos e também europeus. Desse encontro étnico nasceriam estas Comunidades que construíram seus modos de vida intimamente entrelaçado com as potencialidades oferecidas pelo ambiente fértil da Planície Costeira do Rio Doce.

CAPÍTULO 1

**A PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE
À LUZ DA ARQUEOLOGIA:
essa história também é minha**

João Luiz da Cunha Teixeira

A História da humanidade é marcada por um período de extensão temporal de alguns milhões de anos rico em atividades e experiências do gênero *Homo*. Toda essa história está guardada nas evidências deixadas nas diferentes regiões do Planeta. Na tentativa de ‘reconstruir’ essa história, arqueólogos, antropólogos, biólogos, historiadores e outros cientistas fazem, em conjunto, uso dessas evidências para entender e explicar o percurso da evolução biológica e cultural da humanidade na longa jornada através do tempo e do espaço. A Arqueologia, atividade científica de prática bastante complexa e relevante para academia e sociedade nos revela os capítulos (ou detalhes), nunca escritos dessa “odisseia”; mas permanecem guardados no Ambiente, em especial, a história das sociedades até então reconhecidas como ‘povos sem história’.

A Arqueologia é um empreendimento onde o investigador (no caso, o arqueólogo) deve ser um bom conhecedor das ciências humanas, das ciências da terra, das ciências biológicas e até mesmo das ciências exatas. Trata-se de uma ciência interdisciplinar, e o arqueólogo é, provavelmente, o cientista mais multidisciplinar que se pode encontrar. Se é interdisciplinar, Arqueologia e arqueólogo, ao se disporem numa tarefa, não o fazem sozinhos. Entre os vários campos de conhecimento, seu principal aliado é a História Ambiental, que permite fazer a relação homem-natureza e levar a escala do tempo humano para dentro da escala do tempo geológico, que descreve o percurso natural do Planeta Terra.

A História Ambiental, cuja prática é inerentemente interdisciplinar, é um campo híbrido que sintetiza contribuições de diversas áreas do conhecimento. Tem por objetivo principal aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos são, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com quais resultados. Em termos bem simples, a História Ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana. Os estudos através da História Ambiental nos apresentam o ambiente como agente ativo na História, visto que as pessoas e suas sociedades organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio natural.

Já que é consenso que o ser humano é completamente interrelacionado com o ambiente que o cerca, recomenda-se que encaremos toda a paisagem ao nosso redor como um tipo de documento histórico no qual o ser humano vem ao longo dos tempos escrevendo sobre si mesmo e sobre sua vida em sociedade. Sob uma perspectiva arqueológica, as pessoas e sociedades deixam, em forma de sedimento e solo modificado, um registro imperfeito da própria vida contendo porções de detritos orgânicos e inorgânicos que, quando rastreados, permitem fazer uma leitura do percurso percorrido no espaço-tempo.

A Arqueologia, ao utilizar-se da História Ambiental, estuda esses registros entendendo o ser humano como agente geológico, isto é, como alguém que interfere na natureza, alguém que imprime suas marcas nas paisagens naturais, dando-lhe novas formas, transformando-as em ambientes construídos ao longo dos tempos. Pode-se dizer, então, que o tempo no qual se movem as sociedades humanas é uma construção cultural consciente dentro da escala do tempo geológico, embora sua longevidade esteja muito distante daquela estabelecida para o Planeta. Essa relação da sociedade com a natureza é expressa através da cultura, a qual dá formas ao contexto arqueológico. Este último é, por definição, primariamente cultural e definidor de identidade.

A identidade cultural é construída dentro do espaço-tempo, e em Arqueologia chamam-na de Tradição Arqueológica. Tradição é uma palavra com origem no termo em latim *traditio*, que significa "entregar" ou "passar adiante". É a transmissão de técnicas e tecnologias, costumes, comportamentos, memórias, rumores, crenças, lendas, para pessoas de uma comunidade, sendo que os elementos transmitidos passam a fazer parte da cultura. Todavia, para que algo se estabeleça como tradição é necessária longa duração. Esse longo tempo permitirá que o hábito seja criado e mantido como tradicional dentro de um grupo ou comunidade.

Em Arqueologia a Tradição é tecnológica, ou seja, é na análise dos sistemas tecnológicos que o arqueólogo encontra o suporte metodológico para interpretar o significado dos sítios e associá-los a contextos de sistemas de assentamento em âmbito regional e temporal. Na verdade, uma Tradição é um processo histórico. Ela é dinâmica, tem fixo apenas um ponto de origem. Na expansão espacial e persistência temporal, estabelece trocas com outra(s) Tradição, influencia e é influenciada, ganha, perde, inova e cria características.

O conceito de longa duração tem sua base em mudanças estruturais na sociedade, lentas e quase imperceptíveis. Tais mudanças são originadas de eventos específicos (de curta duração) originados da conjunção de ações dos indivíduos. Eventos e indivíduos estão contidos em uma estrutura com mudanças e ritmos perceptíveis, entendida como uma história social - de média duração. Essas mudanças criam e reproduzem, em curto prazo, a longa duração. É, justamente, o entendimento da interdependência entre a curta e a longa duração a sustentação da análise arqueológica.

A análise arqueológica busca definir uma tradição cultural. É executada a partir das evidências culturais contidas nas paisagens. Próprias da cultura, seja material, ou imaterial, essas evidências ou marcas dos povos pretéritos são

chamadas de registros arqueológicos, que estão representados pelos sítios arqueológicos e que são, basicamente, os lugares ou cenários onde existiu alguma atividade humana.

Há uma visível e ampla diversidade de sítios arqueológicos que marcam essa trajetória histórica e, mesmo que de formas e tempos diferentes frente à tamanha espacialidade-temporalidade alcançada pela espécie humana, certamente se repetem nas muitas e diferentes regiões do Planeta, independentemente do nível de pesquisas alcançadas em cada uma dessas regiões. Esses sítios são formados por vestígios diversos, incluindo desde objetos feitos de pedra ou argila às pinturas, restos esqueléticos, desenhos, estruturas, ecofatos⁷ e paisagens culturais e estão distribuídos nos mais diversos ambientes da Terra.

Os sítios correspondem a diferentes situações socioculturais e podem indicar ocupações sazonais ou habitações de longa duração; podem também mostrar apenas atividades precisas e limitadas (por exemplo, cemitérios, locais de extração de matéria-prima, ateliês de fabricação de instrumentos, locais de preservação de alimentos etc.) ou guardar vestígios de atividades diversificadas. Tem-se sítios que evidenciam a exploração de zonas baixas (por exemplo, para pesca, agricultura ou coleta de animais), enquanto outros correspondem a um uso casual (tipo realização de rituais, caça ou coleta de determinadas plantas).

Epistemologicamente, cada sítio requer um modo de abordagem específica, que é indicado por suas características particulares. Nenhum sítio arqueológico apresenta uma visão completa ou suficiente de uma Tradição ou ocupação de um dado território, pois não é unidade isolada no espaço e tempo, mas sim elemento pertencente a um conjunto de sítios, um sistema de ocupação. Portanto, para entender como se deu a ocupação de um dado território, e a complexidade social responsável por tal feito, exige-se o estudo do conjunto de sítios.

A partir da interpretação desses registros arqueológicos, a Arqueologia, na sua essência, tenta explicar as características comportamentais das culturas pretéritas que desenharam a história da humanidade. Além de traduzir uma determinada tradição cultural e suas relações com o ambiente antigo, também propõe representar as mudanças sociais que romperam com essa tradição em um

⁷ Ecofatos ou biofatos - não são nem estruturas nem artefatos. São vestígios biológicos encontrados nos sítios arqueológicos e que correspondem a fatos intencionalmente ou acidentalmente provocados pela espécie humana. São, por exemplo, as plantas que sobreviveram ao tempo e persistem em sítios arqueológicos, como as jaqueiras centenárias comumente encontradas em áreas de remanescentes de quilombos em várias regiões do Brasil.

determinado espaço-tempo. Busca estabelecer parâmetros para entender a capacidade de produção e adaptação das culturas frente às relações e transformações sociais impostas por elas mesmas ou, ainda, por terceiras. Nesse contexto, é papel do arqueólogo a expectativa-tentativa da *reconstrução do mundo das sociedades*, um mundo distante no tempo, um mundo que se aproxima pelos objetos (artefatos) e pelas leituras dos seus sentidos e técnicas utilizadas nas suas produções dentro de um espaço, que se constituiu uma paisagem cultural; um ambiente, lugar de *habitat*, que se constituiu um território cultural.

Vale lembrar que o foco dessa obra (como o título mesmo diz) é dialogar com a História Ambiental da Planície Costeira do Rio Doce e, no capítulo em questão, “fazer a história indígena”, já que é essa a prática da Arqueologia brasileira. Contudo, sabendo-se que as sociedades que participaram desse processo histórico não são autóctones, genuínas, mas sim, alóctones, alhures; ou seja, não se originaram nessa região, vieram de outras regiões e trouxeram consigo parte de sua ‘bagagem’ cultural, não seria possível tratar diretamente desse assunto sem antes ‘percorrer’ os caminhos que a espécie humana fez para entrar, se organizar e dominar todo o território sul-americano até alcançar nossa região de estudo. Não faria sentido apresentar as sociedades pretéritas da Planície Costeira do Rio Doce isoladamente, sem dar-lhes uma raiz, deixando-as numa ‘ilha’, como se tivessem surgido do nada. Portanto, frente ao “universo” cultural imenso e diversificado do território brasileiro, constituído num longo espaço temporal, vamos dialogar com outras sociedades, contemporâneas entre si, ou não. Porém, ao tratarmos de assuntos externos à planície, daremos atenção apenas àquelas sociedades cujas relações sociais e socioambientais hipoteticamente interferiram direta ou indiretamente na formação das culturas e no desenho da paisagem da Planície Costeira do Rio Doce e regiões circunvizinhas ao longo do tempo.

A Origem do Homem Americano

De fato, questionar sobre a origem, desenvolvimento e sobrevivência do gênero *Homo* há muito deixou de ser novidade, já que muitos estudos arqueológicos são desenvolvidos nas diversas regiões do Planeta desde séculos passados. Mesmo com intensidades diferentes entre uma região e outra, esse longo período de estudos já proporcionou a identificação de uma infinidade de vestígios, e não somente isso, mas também a produção de uma infinidade de conhecimentos, teorias e documentos diversos sobre os diferentes momentos da presença humana em praticamente todo o globo. São muitas as teorias sobre a origem e desenvolvimento da humanidade. Não obstante a isso, essas são discussões

sempre muito atuais e, conseqüentemente, como as pesquisas nunca param, não há consenso para uma árvore genealógica (Figura 1).

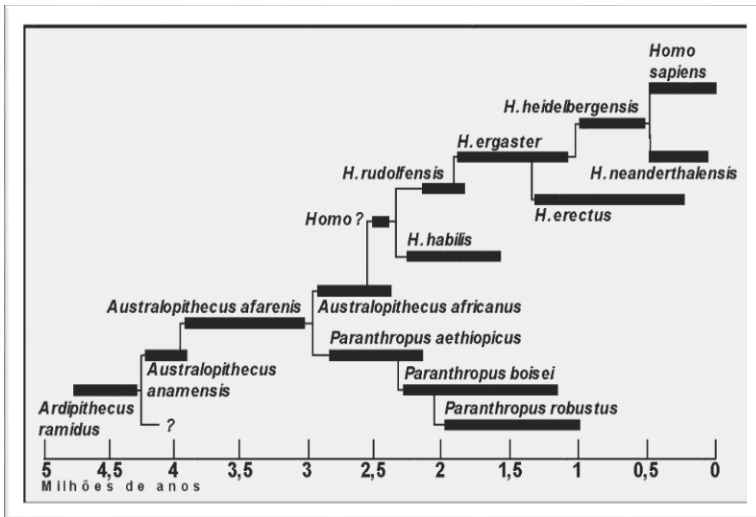


Figura 1. Árvore genealógica do gênero *Homo*. (Fonte: o autor, 2020).

Ao gênero *Homo* inclui-se, automaticamente, os humanos modernos e várias espécies estreitamente relacionadas com eles, porém, já extintas. Pode ser detectado na África há pelo menos 2,5 milhões de anos AP⁸, ainda no início do Período Quaternário, e a primeira espécie do gênero a ser definida foi a *Homo habilis*, a partir de vestígios encontrados na parte oriental do continente africano. Foi a *H. habilis* quem iniciou a atividade de lascar pedras para a confecção de ferramentas e utensílios. Essa habilidade marcou o início do que chamamos de Idade da Pedra e, dentro deste recorte, o Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada, permitindo aos estudiosos dar rumo à construção hipotética da história da humanidade.

Uma segunda espécie do gênero foi crucial na evolução do ser humano atual. A *Homo erectus* foi responsável pelo domínio do fogo e sua origem data de aproximadamente 1,8 milhão de anos. Indivíduos dessa espécie foram os primeiros a migrar para longe e chegar em locais fora do continente africano, primeiro na Ásia e posteriormente na Europa há aproximadamente 1 milhão de anos.

⁸ AP – Significa antes do presente que, por convenção, é 1950.

Recentemente, pesquisas indicaram vestígios de outras duas espécies, a *Homo naledi*, que viveu há pelo menos 1 milhão de anos atrás e foi descoberta no sistema de cavernas Rising Star, a cerca de 50 quilômetros de Joanesburgo, na África do Sul. Já a *Homo luzonensis*, teria vivido na ilha de Luzón, nas Filipinas, entre 67 mil e 50 mil anos AP. De acordo com os estudos, essas espécies apresentam ao mesmo tempo elementos e características muito primitivas, semelhantes ao *Australopithecus* e outras, modernas, próximas aos do *Homo sapiens*. Diz ainda que não se tratam de um ancestral direto do homem moderno, mas sim espécies vizinhas, talvez contemporâneas do *H. sapiens*, mas com várias características primitivas.

Por fim, a espécie *Homo sapiens*, que remonta a aproximadamente 500 mil anos AP. Durante muito tempo, estimou-se que essa espécie havia deixado o “berço africano” muito mais tarde, há cerca de 70 mil anos, durante uma onda migratória de envergadura. Todavia, descobertas recentes têm mostrado o contrário, distanciando cada vez mais a data das primeiras migrações e estendendo a zona de suas dispersões. Os representantes mais antigos e conhecidos da espécie datam de 300 mil anos e foram encontrados no Marrocos. Mais recentemente foram identificados registros na Grécia e em Israel, indicando que aconteceram múltiplas dispersões de humanos para fora da África, e que a colonização da Eurásia é, provavelmente, mais complexa do que (até então) se imaginava.

H. sapiens é considerado o homem primitivo, arcaico, e deu origem a duas subespécies: a *Homo sapiens neanderthalensis* (**‘homem de Neanderthal’**) e a *Homo sapiens sapiens*. Estudos mais recentes em uma caverna localizada na Espanha apontam que essa subespécie habitou a Europa e a Ásia, e sua existência se deu, certamente, no período compreendido entre 500 mil e 30 mil anos AP. Estudos genéticos sugerem uma divergência e questionam a veracidade da descendência direta da espécie *Neanderthal*, da espécie *Homo sapiens*.

A subespécie *Homo sapiens sapiens* ("homem que sabe o que sabe") foi contemporânea do Neanderthal, resistiu aos tempos e adversidades e inaugurou um modo racional de pensar e também de se comunicar, dando origem ao homem moderno. Sabe-se que assimilou e sucedeu os neandertais por meio de cruzamentos a partir das populações originárias da África que ocuparam gradativamente a Europa e Ásia a partir de 50 mil anos AP. Espalhou-se por toda a Terra estabelecendo-se em todos os continentes, adaptando-se a diferentes climas e biomas e fazendo transformações profundas na natureza.

O primeiro estudo sobre a espécie *H. sapiens sapiens* se deu no final do século XIX, a partir da análise de alguns esqueletos encontrados em uma caverna

na região de Cro-Magnon, no sudoeste da França, e que deram nome ao 'homem de cro-magnon'. Esses vestígios levaram os cientistas a concluir que, por volta de 35 mil anos AP, a maior parte da África, da Ásia e da Europa era ocupada por seres humanos com aparência semelhante à do homem atual, indicando ser, a *Homo sapiens sapiens*, a subespécie à qual pertencemos.

Ao tratar da ocupação do Continente Americano, o primeiro questionamento entre os estudiosos tem a ver com duas ideias: haveria um homem americano, genuíno, autóctone? Ou, um homem alóctone, isto é, originário de migrações a partir de outros lugares? As pesquisas realizadas no continente, principalmente no século XX, apontam os vestígios já identificados como sendo muito mais jovens que aqueles detectados nos outros continentes. Isso leva a crer que o homem americano não é autóctone, ou seja, não é oriundo da própria América, mas que ele migrou de outras partes do planeta a partir de uma determinada época. Também permitem supor que a espécie *H. sapiens sapiens* foi a única a alcançar esse continente.

Já que a origem está definida como sendo fruto da migração, o embate teórico se dá no campo das possíveis rotas migratórias e da formação genética das populações. Assim, diferentes teorias sobre quem, por onde e quando ocorreu o povoamento ocupam a mente dos pesquisadores, os quais se baseiam em uma diversidade de fontes de informações para dar sustentabilidade às suas ideias e proposições. Estudos de fósseis humanos, de artefatos, de datações de fósseis e artefatos, de linguística, de genética das populações e de paleoclimatologia dão suporte técnico-científico para cientistas e suas várias escolas arqueológicas em atuação no imenso e diversificado território americano.

Embora a diversidade de hipóteses que tomam conta dos debates e publicações, três modelos de povoamento tendem a polarizar as discussões (Figura 2). O primeiro modelo, a Teoria Behringiana, defende um único momento de chegada, ocorrido na época da colonização inicial do continente, e aponta o Estreito de Behring como rota única de migração. Já o segundo modelo, Teoria Malaio-Polinésia, supõe que os polinésios e melanésios teriam vindo de ilha em ilha em canoas de pranchas, ao longo de várias gerações, até chegarem ao litoral americano e, daí, espalharam-se por todo o continente, adquirindo ou desenvolvendo aspectos culturais de acordo com as necessidades e peculiaridades da região habitada. Um terceiro modelo, com a mesma descrição da teoria Malaio-Polinésia, também é aceito para uma outra possível corrente migratória, que teria vindo pelas ilhas do Oceano Pacífico, da Austrália para a América: trata-se da Teoria Australiana.

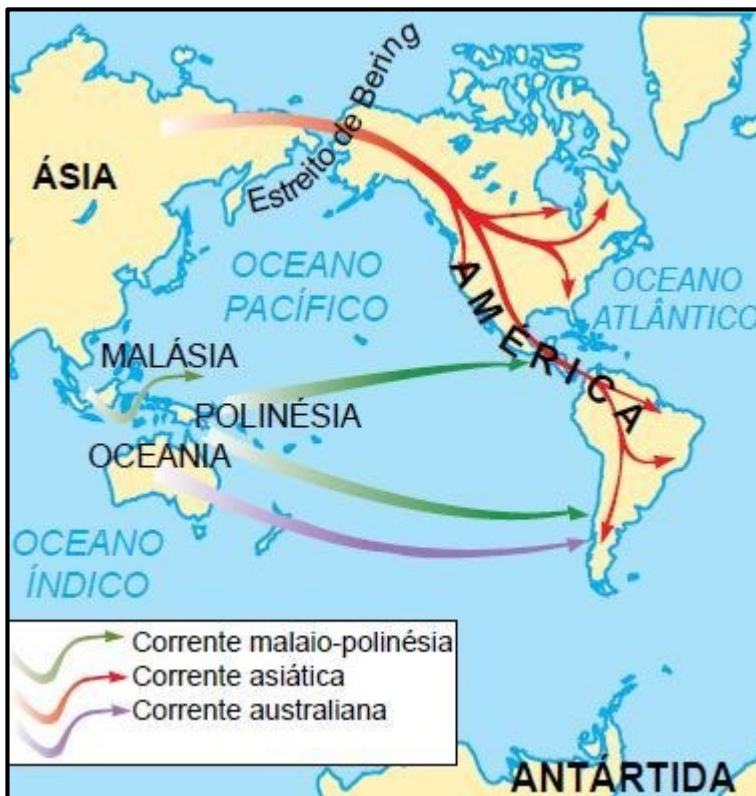


Figura 2. Rotas migratórias e expansão do *Homo sapiens sapiens* pelas Américas.

Estudos da história do clima e da geologia da região do Estreito de Behring mostram que em períodos de glaciação (“eras do gelo”), o nível do mar baixava por conta da retenção da água nas geleiras das grandes cordilheiras e regiões polares. Isso fazia com que a “Behringia”, como ficou conhecida a região e que hoje está submersa, ficasse exposta e funcionasse como uma passagem de terra entre os continentes asiático e americano. Foi uma época, no final do Pleistoceno, que se caracterizou por uma grande instabilidade ambiental: o clima era mais seco e as temperaturas sensivelmente mais baixas; haviam poucas manchas de florestas e grande parte do continente era formada por campos com vegetação baixa, arbustiva, onde vivia uma Megafauna formada por manadas de animais de grande porte, em sua maioria herbívoros.

Para a ‘teoria behringiana’, humanos, em jornadas de caçadas a animais da megafauna, saíram da Sibéria e chegaram à Behringia, e daí à América. Entretanto, devido às geleiras, atravessar da Behringia ao interior do Continente Americano continental em período glacial não era tarefa das mais fáceis. Para responder a essa questão, os pesquisadores apontaram duas rotas possíveis: (1) o corredor de

Mackenzie, que se apresenta como um vale no Oeste do atual Canadá e que, mesmo em períodos glaciais, esteve algumas vezes livre de geleiras; e (2) a faixa costeira, que em certas épocas esteve intransitável também por conta das geleiras, mas outras vezes esteve livre.

De fato, sítios arqueológicos no sul dos Estados Unidos e norte do México mostram que essa região foi povoada há mais de 10 mil anos. Esses sítios foram deixados por uma população que dispunha de uma tecnologia de fabricação de pontas de flecha (ou lanças) de pedra bastante desenvolvida. As pontas de projéteis acaneladas foram datadas como sendo de aproximadamente 13 mil anos AP e, frequentemente, encontradas junto aos restos de grandes animais da megafauna, reforçando a ideia clássica da entrada do “grande caçador” de mamíferos de grande porte nas Américas.

Essa cultura ficou conhecida como “Cultura Clóvis”, pois seus achados se deram próximos à cidade de Clóvis, no Novo México. Durante décadas, esses foram os vestígios mais antigos da presença humana nas Américas, e sustentaram o modelo *Clóvis first*. Resumindo, o modelo prediz que esses humanos, originados da Sibéria, se estabeleceram na Behringia antes de 15 mil anos AP e, posteriormente atravessaram o corredor de Mackenzie entre 15 mil e 12 mil anos AP. Ao chegar na América do Norte, o grupo desenvolveu a ‘cultura Clóvis’ e, em seguida, teria se irradiado por toda a América do Norte e Central, até alcançar a América do Sul por volta de 11 mil anos AP.

Todavia, uma série de sítios arqueológicos com vestígios de ocupação humana anterior à Cultura Clóvis (isto é, com mais de 11 mil anos) vem, ao longo de anos, sendo encontrados por arqueólogos tanto na América do Norte quanto na América do Sul. A existência desses sítios ainda mais antigos permite antever uma migração pela Behringia em período anterior (entre 30 mil e 22 mil anos AP) àquele proposto para a Cultura de Clóvis. Além do mais, os sítios mais antigos, identificados na América do Sul (p.e., em Monte Verde, no Chile; Aguazuque, na Colômbia; Taima-Taima, na Venezuela; e Lagoa Santa e Serra da Capivara, no Brasil) e na América do Norte (p.e., Pensilvânia – EUA), datando de pelo menos 14.500 anos AP, abriram a questão se não teria sido outra a rota de chegada no Continente Americano. Os artefatos em pedra desses sítios indicam o uso de técnicas mais simples, indicando, assim, ocupações mais antigas do que a de Clóvis.

Paul Rivet, um estudioso francês, inaugura, ainda em meados do século passado, a ‘Teoria Transpácífica’. Rivet defende que, além da rota via Behringia (que sustenta a cultura Clóvis), a chegada também se deu pela América do Sul, por meio da navegação. Sua teoria aponta uma rota originada a partir da Oceania e

ilhas do Oceano Pacífico, e utiliza-se de argumentos de antropologia física, etnográficos e linguísticos para apontar, respectivamente, semelhanças ósseas, ritualísticas, de costumes e de vocábulos entre os povos daquela região do pacífico e povos das Américas.

Embora as divergências entre as teorias, todas vêm sendo constantemente revisitadas. À medida que novos estudos, dados e vestígios vão surgindo, novas proposições são somadas às teorias. Por exemplo, na virada do século, o pesquisador brasileiro Walter Neves, ao revisar o famoso crânio de ‘Luzia’⁹, supôs que o povo de Luzia seria descendente de uma leva migratória vinda da Austrália e da Melanésia há cerca de 14 mil anos, corroborando, então, a ideia de Rivet. Neves defende que existiu uma leva distinta daquela que veio da Ásia 12 mil anos atrás pela rota da Behringia e que deu origem à cultura Clóvis. Em sua proposta, a chegada dos behringianos teria causado uma substituição da população com características áustralo-melanésias, deixando apenas vestígios desses habitantes.

Recentemente, ambas as teorias foram revisitadas com a apresentação de novos dados. De acordo com um estudo genético comparativo, a análise do genoma de 49 indivíduos que viveram em diferentes pontos da América Central e do Sul, entre 11 mil e 3 mil anos AP, sugere que grupos precursores dos indígenas atuais migraram da América do Norte em direção sul e deixaram descendentes em lugares tão diversos quanto Belize, Peru, Brasil, Argentina e Chile. Segundo o grupo de pesquisadores (coordenados no Brasil por André Strauss), ao se lançar a pesquisa, existia uma expectativa de que no DNA dos indivíduos de Lagoa Santa tivesse algum sinal de ancestralidade não ameríndia. Mas isso não foi encontrado, muito pelo contrário; o que se evidenciou foi uma afinidade genética dos indivíduos com o indivíduo da cultura Clóvis, alterando radicalmente a hipótese (proposta por Neves) para o povo de Luzia e por que ele desapareceu da região há aproximadamente 8 mil anos.

No artigo, publicado em 2018 (POSTH et al., 2018), o discurso de Strauss e seus colaboradores inibe a ideia dos dois componentes biológicos. Essa ideia de que havia um componente áustralo-melanésio principal que tinha chegado antes e povoado essa região e depois teriam chegado os behringianos e dado origem aos amazônicos e andinos, não existe para os autores do estudo. Para eles, o que existe é uma relação direta entre o povo de Luzia e a cultura Clóvis. Esse estudo aponta para um processo complexo de colonização, repleto de eventos migratórios da

⁹ **Luzia** é o fóssil humano encontrado na América do Sul, com cerca de 12.500 a 13 mil anos que reacendeu questionamentos acerca das teorias da origem do homem americano. Sua descoberta se deu na Lapa Vermelha, no município de Pedro Leopoldo (MG), pela arqueóloga Annette Laming-Emperaire, em 1975.

América do Norte para a América do Sul ao longo do tempo (Figura 3), inclusive com substituições de populações, provocando grande diversidade biológica entre as populações sul-americanas no passado. Para os autores dessa revisão às origens do “homem americano”, agora é possível afirmar que todos os grupos nativos-americanos estudados pelos geneticistas têm ancestralidade behringiana.



Figura 3. Arqueogenética de Lagoa Santa. (Fonte: POSTH et al., 2018).

Além desses, outros dados e interpretações sobre a origem do homem das Américas (ainda que pouco estudados e divulgados) permeiam o mundo acadêmico-científico e provocam discussões por vezes acirradas, principalmente porque colocam em dúvida as teorias mais tradicionais. Por exemplo, atualmente já se reconhece sítios arqueológicos com datações confirmadas entre 15 mil e 30 mil anos AP. O sítio de Santa Elina, em Mato Grosso, Brasil (27 mil anos); Sítio Lapa Vermelha, em Minas Gerais, Brasil (25 mil anos); sítios na Pensilvânia, EUA (17 mil anos); Sítio em Old Crow, no Canadá (25 mil anos); e Pedra Furada, no Piauí (pelo menos 30 mil anos). Isso dá um reforço à ideia da origem comum das línguas faladas nas Américas, pois, estudos linguísticos indicam que, caso a maior

parte das línguas faladas na América tenha uma origem comum, o grau de diversificação e distanciamento entre elas teria levado pelo menos 30 mil anos para ser alcançado.

Na verdade, essa é certamente uma polêmica sempre atual, e provavelmente sem fim. Um exemplo claro disso são as discussões acerca dos estudos da arqueóloga franco-brasileira Niéde Guidon e seus colaboradores, na Serra da Capivara (Piauí). Os trabalhos nessa região apontam ocupações já na faixa de 30 mil anos AP. Indicam também ocupações bem mais antigas, fazendo-se imaginar que a espécie humana já estivesse nessa região por volta de pelo menos 50 mil anos AP. Fala-se, ainda, em até 100 mil anos AP. De modo geral, a proposta de Guidon parece bastante complicada entre os arqueólogos. Os artefatos classificados para 30 mil anos AP já são, de certa forma, aceitos por parte da comunidade científica, porém o mesmo não se pode dizer sobre os artefatos mais antigos e que são utilizados para justificar uma ocupação igual ou superior a 50 mil anos, época em que só existem vestígios conhecidos de *Homo sapiens sapiens* na África, Europa e Ásia. O fato é que a escassez e a descontinuidade dos dados sobre as ocupações humanas do Pleistoceno nas Américas tornam a contextualização dos sítios da Serra da Capivara, em uma escala macrorregional, uma tarefa difícil, pois trata-se de uma concentração de evidências arqueológicas pleistocênicas ímpar no continente. Os únicos dados que apontam para uma contemporaneidade são àqueles referentes ao sítio Santa Elina, no Mato Grosso.

A proposta de Guidon mantém viva a ideia da rota transoceânica e traz de volta, também, a ideia do corredor pela costa do Pacífico, já que os sítios da Serra da Capivara são do Pleistoceno, um período em que o nível do mar esteve, por vezes, bem abaixo do nível atual, permitindo, assim, o deslocamento de grupos pelo litoral. Logicamente tudo é suposição, pois se existiram sítios arqueológicos nessa faixa litorânea, ou eles foram destruídos pelos sucessivos movimentos de regressão e transgressão marinha, ou, se ainda existem, estão submersos.

Recentemente, uma nova teoria de rota foi proposta: a *Across Atlantic Ice*. Essa nova rota foi proposta por dois estudiosos, e deu início a mais uma polêmica entre os arqueólogos, pois traça as origens dos solutrenses (que ocuparam o norte da Espanha e França) e de seus supostos descendentes da cultura Clóvis. Já, por vários anos, Dennis Stanford e Bruce Bradley (STANFORD & BRADLEY, 2012) têm afirmado que os seres humanos da Idade da Pedra eram capazes de fazer a viagem através do gelo do Atlântico. Contudo, ainda não contavam com provas suficientes que apoiassem tal proposta. Agora, no entanto, eles dizem ter

elementos que sustentam a teoria. De modo geral, essa é uma teoria praticamente já descartada pela Arqueologia americana.

Eles apresentam estudos de dezenas de ferramentas de pedra em estilo europeu, que remontam a um período entre 19 mil e 26 mil anos AP. Esses artefatos foram descobertos em seis locais diferentes ao longo da costa leste dos Estados Unidos. De acordo com a dupla de pesquisadores, a completa ausência de qualquer atividade humana no nordeste da Sibéria e no Alasca, num período anterior a 15,5 mil anos AP, é outro argumento fundamental para a teoria deles. Radical ou não (e criticada pela maioria dos arqueólogos), a *Across Atlantic Ice* trata-se, também, de uma hipótese possível para explicar o povoamento da América.

Como se percebe, o trabalho de Guidon e sua equipe se soma a muitos outros para permitir duvidar do modelo *Clovis First*. Todos são suficientes para mostrar que esse modelo não é mais satisfatório para explicar a variedade e a antiguidade dos dados arqueológicos, antropológicos e genéticos disponíveis nas Américas. Uma idade mais antiga do que 13 mil anos para a chegada do homem no continente é, agora, amplamente aceita. A maioria dos trabalhos de síntese científica publicados recentemente coloca esse limite entre, aproximadamente, 20.000 e 15 mil anos AP, sem nunca deixarem de chamar a atenção para os dados que apontam para períodos anteriores a essas idades. Um exemplo disso são os trabalhos do arqueólogo americano Tom Dillehay, que comprovou que um povo de caçadores acampou no sul do Chile por volta de 12.500 anos AP. Segundo Dillehay, outro acampamento, na mesma região, pode alcançar 33 mil anos de idade. Se os povoadores das Américas chegaram ao Chile nessa época, então por que não chegariam ao Brasil?

Como se percebe, se por um lado as suposições de Guidon parecem complicadas, por outro elas não estão invalidadas. É certo que diante da imensidão territorial americana os modelos propondo o Último Máximo Glacial¹⁰ como limite inferior para a chegada do homem nas Américas (que tende a predominar, atualmente, na bibliografia), não contemplam a totalidade do registro arqueológico existente no continente. Isso quer dizer que o futuro das pesquisas arqueológicas desse vasto território será brilhante e repleto de discussões acaloradas e polêmicas. Há quem diga, que se Guidon e/ou a *Across Atlantic Ice* estiverem certas, teremos de jogar fora tudo que sabemos sobre a história dos povos americanos pré-colombianos. Será mesmo? Faça essa pergunta, porque como disse o arqueólogo André Prous (2007, p. 7:

¹⁰ UMG – Último Máximo Glacial - aproximadamente 20 mil anos antes do presente.

“... cada geração ou escola arqueológica tem sua própria interpretação do passado, em função da qual os “fatos” arqueológicos são escolhidos e interpretados. Dessa forma, os arqueólogos tornaram-se conscientes de que a pesquisa científica não é neutra, mas ideologicamente orientada. Hoje é preciso equilibrar essa consciência das limitações de nossa interpretação com o esforço para se alcançar um mínimo de autocrítica, além de procedimentos de trabalho que garantam o máximo de objetividade. Caso contrário, corremos o risco de cair num ceticismo estéril ou numa “licenciosidade” interpretativa que justificaria qualquer posição política e tiraria a credibilidade da pesquisa científica”.

Se se desconsiderar as ‘ vaidades ’ (e elas existem mesmo, em profundidade, nas diferentes escolas), o conjunto de evidências até agora estudado serviu para que arqueólogos criassem a imagem do homem pleistocênico (o *paleoíndio*) um caçador de animais gigantes, nômade e selvagem, que conquistou o novo continente, de norte a sul. Reunidos em grupos (provavelmente organizados em bandos e tribos, onde predominava a igualdade social), esses homens e mulheres pleistocênicos adentraram às Américas, a partir de 40 mil anos AP ou mais; em sucessivas levas, espalharam-se e ocuparam as diversas regiões e ambientes do imenso território americano; produziram toda uma diversidade cultural, linguística e biológica, adaptando-se aos diferentes ambientes e suas transformações ao longo do tempo. A ideia geral é que esses sucessivos grupos, independente da rota de entrada no continente, já estariam trazendo consigo alguma diversidade linguística, cultural e biológica que (com histórias adaptativas diferentes, em ambientes também distintos ou em modificação) só viria a se acentuar nos milênios que se seguiram.

A Ocupação do Território Brasileiro

Como mostrado no capítulo anterior, a despeito das polêmicas em torno do assunto, já não restam mais dúvidas de que o caçador de animais gigantes, nômade e selvagem alcançou e ocupou as Américas muito antes do que a maioria das pessoas imagina, já que diversos registros arqueológicos dessa época estão presentes em diferentes regiões, atestando uma extensa jornada no tempo e permitindo entender que a vida humana já estava presente há muito tempo, inclusive em regiões do território que hoje chamamos de Brasil.

Até início do século XX, a história desses caçadores e de todas as populações aborígenes do “Brasil pré-cabraliano” (ou “pré-colombiano”) era um tema pouco conhecido e sobre o qual não existia interesse maior. Contudo, as

concepções que silenciavam essa rica e complexa história foram deixadas para trás. Isso se deu mais pela expansão e amadurecimento da Arqueologia no Brasil que, por sorte, testemunhou o crescente interesse de pesquisadores das várias áreas da Ciência em participar de projetos arqueológicos, principalmente nas últimas décadas. Esse mesmo amadurecimento, por sua vez, tem exigido do Arqueólogo e da Arqueologia brasileira cada vez mais multidisciplinariedade e transversalidade, resultando em pesquisas cada vez mais interdisciplinares, ampliando o campo das temáticas específicas sobre a história dessas chamadas “populações sem escrita” ou “sem História”.

Ainda que o momento seja de muitas perguntas e críticas, quando se trata dos registros e cronologias que ultrapassam o UMG, há muita segurança na afirmação desse quadro de ocupação espaço-temporal. Após um século de avanços (não obstante às dificuldades da prática arqueológica no País), a Arqueologia já tem a imagem de um território ocupado por grupos heterogêneos tanto culturalmente quanto biologicamente, e que representa um processo histórico complexo e rico, construído em pelo menos 50 mil anos.

Se para a Arqueologia o conhecimento da espacialidade e temporalidade da humanidade em território brasileiro é, de certa forma, tangível e óbvio, com certeza não o é para muitos de nós. Por motivos diversos, a maior parte da sociedade brasileira ainda desconhece até mesmo um quadro simples dessa extensa história. Assim, se a temporalidade é tão longínqua; se o território é tão extenso, heterogêneo em ambientes e paisagens (e, certamente, cada região tem sua história ambiental); se há uma heterogeneidade de grupos e culturas; e se o momento da ciência é viver de perguntas; como a Arqueologia brasileira pode apresentar um quadro seguro de seus resultados para um público tão diverso e leigo no assunto?

Primeiramente há que se entender que, na Arqueologia, assim como em qualquer outra disciplina da Ciência, a verdade científica abrange aspectos relacionados à evolução dos conceitos, aspectos históricos, filosóficos, sociológicos e epistemológicos. Por sua vez, os conceitos científicos têm uma genealogia, não nasceram prontos, acabados como aparecem nos livros; não aparecem como a palavra final, como conteúdos estáticos, definidos e de verdades eternas e absolutas, mas, sim, com vistas à compreensão dela como um processo, uma construção em busca do conhecimento, de aproximações sucessivas à verdade. Em segundo lugar, a pergunta é inerente ao ser humano. É a dúvida quem move o conhecimento crítico. Portanto, essa história dos ‘povos sem escrita’ certamente nunca estará concluída.

Respondendo à pergunta, no Brasil, de modo geral, os arqueólogos estão com suas atenções concentradas em quatro tópicos ou temáticas principais: (1) a busca pelas rotas de povoamento e, conseqüentemente, (2) pela presença humana mais antiga; (3) a busca pela arte rupestre mais antiga; (4) e outras questões relevantes, por exemplo, a questão das ocupações regionais e respectivas tradições culturais. No momento, a apresentação por regiões culturais parece ser a melhor forma de esboçar a jornada humana nesse imenso território, já que esse tipo de abordagem é exigente na sistematização dos dados do conjunto de sítios existentes num determinado território, definido, a princípio, ambientalmente.

É a sistematização dos dados arqueológicos de um território ou região que permite entender os episódios de continuidade e/ou de ruptura cultural no padrão de assentamento, de organização econômica, sócio-político, de técnicas e tecnologias, e das relações com a Natureza. Como consequência à essa sistematização, tem-se a definição da identidade cultural, ou Tradição Cultural, a qual é intrínseca à história ambiental do respectivo espaço regional. Entendemos que são essas tradições, denominadas de tradições arqueológicas e reconhecidas pela tecnologia impressa nos vestígios materiais deixados nas diferentes regiões ambientais do território que hoje chamamos de Brasil, a melhor forma de apresentar esse longínquo passado.

Por se tratar de um processo de desenvolvimento, antes de avançar sobre uma descrição com algum detalhe a respeito da ocupação do território brasileiro e, conseqüentemente, da Planície Costeira do Rio Doce, deve ser dada uma atenção à periodização e nomenclaturas utilizadas na Arqueologia americana e brasileira para a historialização dos ‘povos sem história’. Trata-se de uma classificação bem diferente daquela comumente utilizada no ensino brasileiro e que é de origem europeia.

A divisão tradicional em Paleolítico (idade da pedra lascada) e Neolítico (idade da pedra polida) é amplamente contestada pelos especialistas americanos. Essas expressões caíram em desuso no mundo científico. Atualmente, prefere-se usar termos geológicos: Pleistoceno e Holoceno para periodização e outras nomenclaturas dentro dessas periodizações (Figura 4). Em geral, as denominações encontradas nos trabalhos de Arqueologia americana seguem três estágios históricos de desenvolvimento para a caracterização: o *Paleoindígena*¹¹; o *Arcaico*; e

¹¹ *Paleo* = velho, antigo + *indígena* = que ou quem é originário de um grupo indígena e é por este reconhecido como membro. **Paleoíndio**: relativo a ou membro do povo ou cultura dos ocupantes mais remotos das Américas.

o *Formativo* (que, para um melhor entendimento, podem ser acompanhados a partir de então).

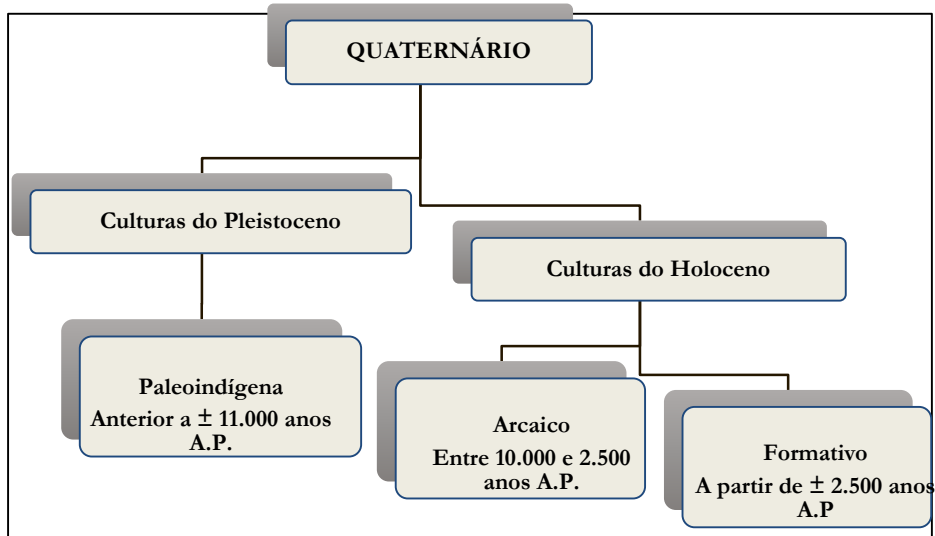


Figura 4. Formato utilizado para periodização dentro da Arqueologia Americana.

O **Paleoindígena** é o estágio caracterizado pelos vestígios arqueológicos provenientes do final da época Pleistoceno Superior, do Período Quaternário. É uma época que se deu a entrada e dispersão da espécie humana pelo continente americano. Esse período encerrou-se com o fim da Era do Gelo (aproximadamente entre 15 mil e 11 mil anos AP), marcado pelas mudanças climáticas que deu início à tropicalização dos climas e estabilização por volta de 10 mil anos AP.

O paleoindígena foi marcado por clima seco e bem frio. A vegetação que, pelo tamanho da fauna e pelos registros conhecidos (principalmente correspondentes a polens) era uma vegetação mais aberta que a atual, com domínios de Cerrados, Caatingas, Campos e pequenos núcleos de Floresta Tropical dispersos. A fauna era formada por animais gigantes, uma megafauna hoje extinta, representada por mastodontes, bisontes, cervídeos e camelídeos, antigos cavalos, elefantes, preguiças e tatus gigantes, antas, tigre-dente-de-sabre, entre outros.

Os primeiros grupos humanos que ocuparam o território 'brasileiro' nesse período são chamados de paleoíndios. Em geral, essas populações já vêm por longo tempo sendo descritas como grupos paleoindígenas dispersos, caçadores especializados e pouco numerosos, e que viviam organizados socialmente em

bandos nômades ou seminômades. Aqui chegaram e viveram num período em que o clima e a vegetação do território brasileiro eram muito diferentes dos atuais.

Esse quadro é, por si só, agravado pela confiabilidade quantitativa e qualitativa dos registros arqueológicos, uma vez que, devido a fatores diversos (em sua maioria, ligados às condições naturais dos ambientes), lamentavelmente poucas evidências parecem ter sobrevivido, frágeis e dispersas. Decerto isso dificulta a clarificação da existência de um sistema ou tradição cultural para esse período da história do caçador indômito de animais gigantes em território 'brasileiro', ou, até mesmo, a possibilidade de refutar com segurança essa hipótese. Refutar sim, pois uma coisa é a negação por falta de evidências, e outra coisa é a negação por suficiência de dados, os quais podem transmitir fenômeno bem diferente daquele pressuposto.

Pelo que se tem, percebe-se, com clareza, que é justamente a problematização da sistematização regional de dados que fragiliza a segurança da antiguidade e subsistência dessas ocupações pleistocênicas ou paleoindígenas brasileiras, tanto as pré-UMG (acima de 20 mil anos AP), quanto as pós-UMG. Mas, é exatamente de onde se tem a maior polêmica continental (aquela que faz rever o modelo *Clovis First*) que vêm as melhores possibilidades para alguma definição de sistema ou tradição cultural desse caçador em território brasileiro.

Questionados por boa parte dos arqueólogos, os resultados dos estudos capitaneados pela arqueóloga Niède Guidon na Serra da Capivara são, hoje, a nossa maior proximidade com a certeza de que esse território não somente foi cenário do "grande caçador" da megafauna (ainda que essa não fosse sua principal base econômica), como também configura uma das regiões onde se deram os primeiros povoamentos americanos. É na Serra da Capivara que se tem a maior concentração de sítios pré-UMG conhecidos em território americano até hoje. Os estudos apontam, com segurança, ocupação que ultrapassa os 30 mil anos, podendo chegar a 50 mil anos.

É sempre bom lembrar que os estudos linguísticos indicam que, caso a maior parte das línguas faladas no Continente Americano tenha uma origem comum, o grau de diversificação e distanciamento entre elas teria levado cerca de pelo menos 30 mil anos para ser alcançado. Isso é um reforço para as hipóteses levantadas na Serra da Capivara, que é mesmo uma joia da Arqueologia.

São as mudanças climáticas e ambientais ao final do Pleistoceno (entre 15 mil e 11 mil anos atrás) que marcaram o início do Holoceno e registros arqueológicos que inauguraram o tempo arqueológico que sucedeu o

paleoindígena. O estágio **Arcaico** corresponde, a grosso modo, à maior parte da época holocênica (quando os climas e biomas adquiriram, com algumas variações, a configuração que têm hoje); ou seja, um período de excepcional estabilidade climática que ajudou o desenvolvimento humano, e é também chamado de “Era da Diversificação”.

Foi um estágio de crescente diversidade dos habitantes, com ampla diversificação das sociedades: de caçadores-coletores; de caçadores-pescadores; e de pescadores-caçadores-coletores, que, ocupando até as mais remotas regiões das Américas, adaptaram-se às variadas paisagens ecológicas e ambientais do continente. Esse estágio pode variar cronologicamente de região para região e seu balizamento está no surgimento da cerâmica. De modo geral, sua cronologia está entre 10 mil e 2,5 mil anos AP.

O aquecimento geral do planeta produziu grandes massas líquidas do degelo das geleiras e dos polos, causando a elevação do nível dos mares e dando, aos poucos, o desenho atual. Essa contínua transformação dos ambientes foi acompanhada pela dispersão dos pequenos grupos humanos pelo vasto território americano, os quais foram, gradualmente, se adaptando aos diversos ambientes em que viviam e criando cada vez mais características linguísticas e culturais próprias que os diferenciavam uns dos outros. Propriedades culturais, quando reconhecidas pelos vestígios materiais que marcam os registros arqueológicos (sítios), “traduzem” as identidades culturais construídas ao longo do tempo dentro de um espaço ou região; em Arqueologia chamam-nas de *tradições* arqueológicas, as quais definem as sociedades pretéritas.

No Brasil, os sítios desse tempo da caça, da coleta e também da pesca, estão distribuídos desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul, incluindo boa extensão do litoral. Estão em todas as quatro grandes regiões florísticas brasileiras: a Amazônia, a Brasil Central, a Nordeste e a Sudeste; e que dão forma a esse vasto ambiente tropical, diversificado, muito rico e variado de recursos.

Esses cenários distintos tiveram suas paisagens “desenhadas” e “redesenhadas”, não só pelas ações naturais, mas significativamente por ações desses antigos habitantes ao longo de milênios; afinal, foi ainda no arcaico que se deram os primeiros manejos de vegetais, incluindo aí a “domesticação” de espécies de plantas comestíveis, medicinais ou especiarias; transporte de sementes e mudas desde a floresta até os terreiros das casas, aldeias e acampamentos, criando uma espécie de “ilhas de recursos” dentro dos ambientes regionais; e, também, introdução de espécies exóticas. Isso dá um caráter cultural nas paisagens,

indicando que a construção dessas regiões florísticas foi fortemente influenciada pelo comportamento humano.

São várias as sociedades do Arcaico que evoluíram, adaptaram-se e alcançaram sucesso por alguns milênios no diversificado ambiente tropical brasileiro. Dentre as várias tradições arqueológicas já determinadas pela Arqueologia, despertam atenção a Tradição Itaparica, dos caçadores-coletores do Planalto Central; a Tradição Umu, dos caçadores-coletores das florestas e planaltos do Sul; e Tradição dos Sambaquis, que representa a “marca” dos pescadores-coletores-caçadores de alguns trechos do litoral (Figura 5).

Novamente a Serra da Capivara é quem apresenta os melhores elementos para se verificar continuidade e mudança de técnicas e tecnologias na passagem do Pleistoceno para o Holoceno. São mais de 1.300 sítios arqueológicos, com a maior concentração de vestígios rupestres de nossos ancestrais no mundo. Tem, além da concentração de sítios pleistocênicos, de forma ímpar, um abundante registro arqueológico com datações acima 6 mil anos que permite a interpretação da evolução cultural dos paleíndios frente às mudanças climáticas e ambientais ao longo da transição Pleistoceno-Holoceno-Holoceno Inicial.

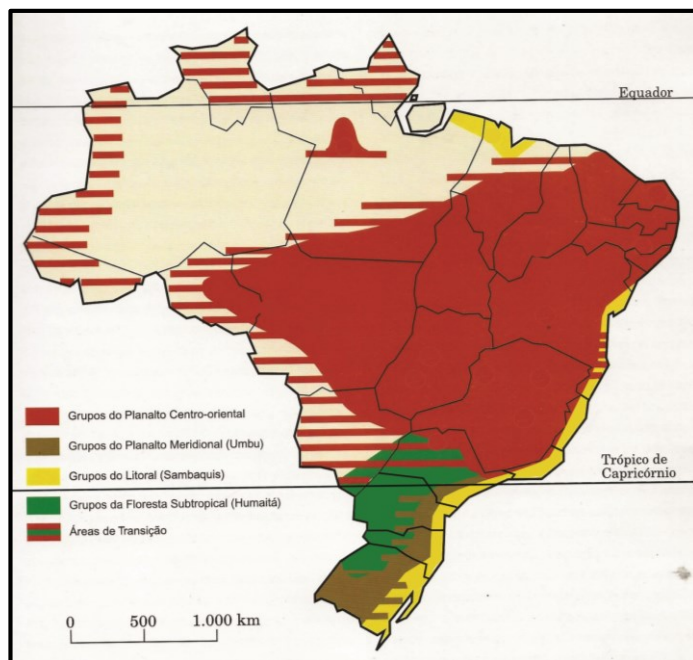


Figura 5. Distribuição de quatro culturas do Arcaico brasileiro. (Fonte: DE BLASIS, 2001, p. 19).

O perfil cultural até agora evidenciado em muitos sítios da Serra da Capivara corresponde, nas grandes linhas, ao contexto macrorregional, coincidindo com uma tendência idêntica em todo o Brasil central durante o Holoceno. Esse quadro permite abordar, no tempo longo, os processos de povoamento e os comportamentos humanos associados às tradições de caçadores-coletores (Itaparica, Umbu) e sua complexa indústria de instrumentos líticos lascados amplamente dispersos nos territórios em que dominaram.

Os portadores das tradições Itaparica e Umbu mantiveram as características tecnológicas relacionadas às indústrias líticas de pedra lascada, sendo considerados, portanto, herdeiros diretos dos paleoíndios caçadores do período Pleistocênico. Outras ferramentas líticas foram desenvolvidas, e o uso de outros tipos de materiais foi se intensificando, indicando que esses grupos praticavam uma variedade de atividades. Pelo que parece, a principal diferença entre essas duas recém-formadas sociedades estava no padrão de assentamento: enquanto os representantes da Tradição Itaparica ocupavam o Cerrado e florestas mistas do Brasil Central, aqueles da Tradição Umbu dominavam a Mata Atlântica e a Mata de Araucária dos planaltos do Sul.

Tudo indica que diversas situações favoreceram a expansão territorial e demográfica dos caçadores-coletores ao final do Arcaico, entre elas pode-se citar a riqueza de recursos que os ambientes ofereciam, algumas técnicas de estocagem de alimentos, bem como algum sistema de circulação de mercadorias. Muitos séculos de ocupação e domínio de um território permite entender que essas sociedades, além de alcançar aldeias estáveis e taxas populacionais significativas, também tinham um profundo conhecimento sobre a fauna e flora regional e, como dissemos anteriormente, já dispunham de habilidades para manejar algumas espécies, levando-as para área das aldeias, iniciando a domesticação e abrindo caminho para a agricultura e criação de animais.

Entre muitas plantas que se poderia citar nessa jornada de construção de uma agricultura, talvez a mandioca amarga seja o melhor exemplo para tratar desse assunto. Um tubérculo bastante nutritivo, porém, muito venenoso (que para ser aproveitado como alimento demanda processamento todo especial). As técnicas para aproveitamento da mandioca não surgiram “do nada”, mas resultaram de um longo contato e experimentação com a planta e, com certeza, isso se deu muito antes do seu cultivo. É provável que as roças de mandioca só se tornaram interessantes economicamente a partir do momento em que se deu o domínio dessas técnicas.

Esse desenrolar da domesticação de plantas e animais ao longo do Arcaico permite uma boa leitura da História Ambiental do território brasileiro nesse estágio de ocupação e povoamento das Américas. A arte e as técnicas de cultivar alimentos de modo regular (o que costumeiramente chamamos de roça) são justamente o que vai caracterizar o estágio consecutivo, período em que as sociedades primárias tornam-se absolutamente agricultoras e, definitivamente, transformadoras e reorganizadoras de espaços e paisagens. Sem dúvidas são resultados de um longo período de experimentação, manejo e manipulação de espécies da flora e fauna nativas pelos grupos de caçadores-coletores do Arcaico. Um tipo de evolução econômica e demográfica que ocorreu em toda a parte do território entre 12 mil e 3 mil anos atrás. A prova disso é a presença das lâminas de machados encontrados juntamente a objetos lascados em sítios dos caçadores-coletores. Os machados são ferramentas imprescindíveis nos cultivos. São eles que permitem a abertura de clareiras em meio às matas com o objetivo de semear cultivos e fazer, propriamente, a roça.

Um detalhe bastante interessante nas sociedades de caçadores-coletores do planalto é a presença discreta de cerâmica nos registros arqueológicos, porém sem alterar a característica tecnológica principal desses grupos, isto é, as indústrias lascadas e o padrão de assentamento¹². A cerâmica é uma característica típica das sociedades agrícolas. Isso permite entender que são grupos que vão, paulatinamente, incorporando as técnicas de cultivo aos seus hábitos econômicos, construindo, aos poucos, uma economia agrícola.

Se o surgimento da cerâmica dá o balizamento para marcar o início do Arcaico, é a Hileia Amazônica quem comparece como a região onde esse material arqueológico tem as datas mais antigas no Continente Americano e está entre as mais antigas do mundo, defendendo essa região como um antigo território de desenvolvimento cultural. São poucos vestígios para uma região tão imensa, e ainda insuficientes para uma leitura apurada do quadro de ocupação ao longo desse período.

Os registros que marcam o Arcaico na história ambiental da Hileia estão, na maioria, localizados no estado do Pará e são destaques os materiais arqueológicos da caverna da Pedra Pintada (localizada no município de Monte Alegre), datados com aproximadamente 10.600 anos AP para os líticos, e 8.000 para as cerâmicas; os líticos do Sítio Gruta do Gavião (8 mil anos AP), na Serra

¹² Gordon Willey define o termo **padrão de assentamento** como a maneira como o homem dispõe sua sociedade sobre a paisagem onde vive (WILLEY. 1953: 1).

dos Carajás (PA); as cerâmicas do sambaqui fluvial de Taperinha (localizado próximo à ilha do Ituqui, na região de Santarém), com cerca de 7 mil anos, e outras encontradas em vários sambaquis do litoral com cerca de 5.500 anos de antiguidade; além dos líticos lascados dos sítios a céu aberto localizados na bacia do Rio Jamari, em Rondônia, com datas semelhantes àsquelas da Serra dos Carajás.

Sabe-se mais sobre os princípios da ocupação (por volta de 11 mil anos atrás) que sobre o que aconteceu nos cinco milênios subsequentes. Provavelmente essa lacuna está relacionada ao pouco conhecimento que se tem dos registros arqueológicos dessa região, na visibilidade; ou seja, na possibilidade de localizá-los e estudá-los. Apesar da escassez de dados, tudo indica que os vestígios identificados foram produzidos por grupos que praticavam uma economia voltada para a exploração da fauna aquática dos grandes rios e do litoral, principalmente as cerâmicas. Indica ainda que todo esse processo de construção da agricultura tenha primeiramente ocorrido aí (muito antes do Planalto Central), talvez por volta de 7 – 8 mil anos atrás.

Contudo, concomitantemente ao que ocorria no interior, experiências adaptativas bastante diferentes aconteciam ao longo da extensa linha do litoral brasileiro. As mudanças climáticas que ocorriam nesse período (caracterizadas pelo aquecimento global e tropicalização dos ambientes, inclusive os costeiros) transformavam esses cenários, deixando-os extremamente produtivos. Na verdade, foi um período de construção de novas paisagens litorâneas marcadas por diferentes tipos de vegetação, as quais estão classificadas com o termo Formações Pioneiras. A associação de espelhos d'água com florestas ombrófila, de restinga e de mangues, deram formas às enseadas, lagos, baías, estuários e deltas, os quais se consolidaram ambientes ricos de recursos alimentares diversos, onde peixes, moluscos, crustáceos, répteis e mamíferos marinhos cresciam em abundância.

Se podemos dizer que no interior do continente os movimentos de adaptação e ocupação já se davam desde bem antes do início do Holoceno, por que não imaginar que esses movimentos eram, também, comuns nos ambientes litorâneos? Todavia, faz-se possível provar arqueologicamente essa teoria para o interior, enquanto que para o litoral esse não parece ser um resultado alcançável. Sim, pois se falamos que as mudanças climáticas produziram subida do nível dos mares e, por consequência, remodelavam as linhas de costa (formando novos estuários, baías, praias, entre outras paisagens), não se pode conhecer os sítios mais antigos que, porventura, tenham aí existido. E talvez nem se venha a conhecer; pois sabe-se que o nível do mar no início do Holoceno era bem mais baixo do que é hoje e, provavelmente, os sítios mais antigos estejam todos debaixo d'água;

restaram apenas aqueles localizados em áreas mais para dentro do litoral e que não foram destruídos pelos movimentos de subida do mar. A faixa cronológica daqueles resistentes, já reconhecidos, está entre 10 mil e mil anos atrás. O mais antigo está situado no Vale do Ribeira (localizado no litoral sul de São Paulo) e sua idade aproxima-se de 9 mil anos.

De modo geral, os sítios arqueológicos mais comuns ao longo de quase toda a linha de costa brasileira são os sambaquis (Figuras 6 e 7), representando um claro modelo Arcaico de adaptação aos ambientes litorâneos. Os sambaquis são depósitos constituídos por materiais orgânicos e calcários que, empilhados ao longo do tempo, vêm sofrendo a ação das intempéries. São ‘morros’ ou ‘montes’ erguidos em baías, praias, estuários e deltas de grandes rios por povos pescadores-coletores-caçadores. Embora os peixes tenham sido o prato principal como fonte de proteínas dessas populações, são as cascas de moluscos o principal componente de construção dos morros, justificado seu nome de origem na língua Tupi: *tãba* (conchas) + *kei* (amontado) = sambaqui. Os sambaquis são o verdadeiro arquivo das populações arcaicas no litoral, que, além de conchas, ainda contém sepultamentos, ossos de peixes, de mamíferos, de aves, de répteis, crustáceos, equipamentos primitivos de pesca e até objetos de arte.

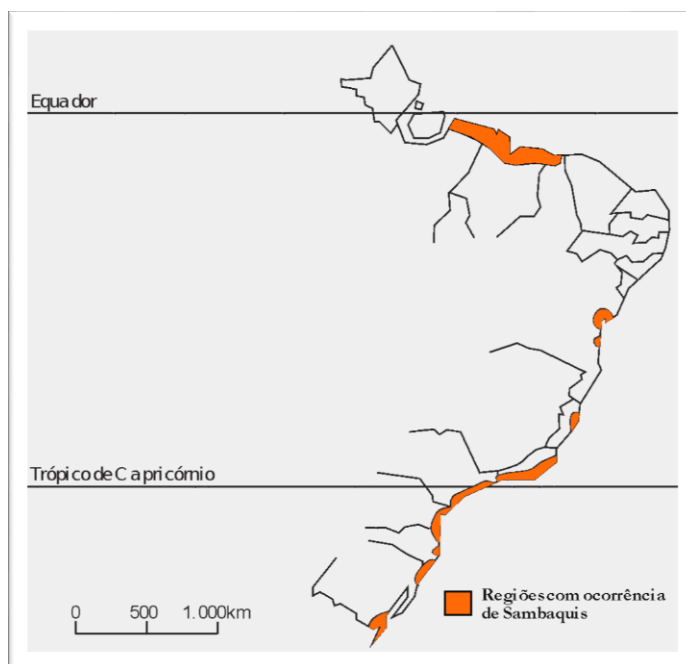


Figura 6. Regiões do litoral brasileiro com ocorrência de sambaquis.



Figura 7. Sambaqui Figueirinha I (SC), com cerca de 18 metros de altura no estado de Santa Catarina. (Fonte: <http://igeologico.com.br>).

Calcula-se que existam várias centenas de sambaquis espalhados pela costa do País. No meio acadêmico brasileiro são comuns as denominações “*população sambaquieira*”, “*sociedade sambaquieira*” e “*povo sambaquieiro*”. Numa linguagem popular, além de sambaqui, recebem outras denominações, cernambis, sarnambis, casqueiros, concheiras, concheiros, ostreiras, berbigueiras, caieiras. Embora comuns por aqui, eles não são um produto cultural exclusivo dos povos primários dessa terra. Em Portugal são reconhecidos e contemporâneos aos sambaquis (por lá designados de Concheiros), sendo os mais conhecidos os Concheiros de Muge, nas margens do Rio Tejo. Em língua norueguesa, são chamados *kejökkenmodding*. Já na língua inglesa, são chamados *shell-mounds* (“montes de conchas”) ou *middens*.

Ainda não se pode afirmar o que, de fato, levou nossos ancestrais a construírem essas curiosas ‘montanhas’ que, em alguns lugares (como no litoral de Santa Catarina), alcançam até 30 metros de altura e, por vezes, 500 metros ou mais de extensão. Por longo tempo pensou-se que eram estruturas formadas apenas por restos de alimentos, uma espécie de “lixão da pré-história”. Mas estudos mais detalhados revelaram que, além de vestígios de comida, existem ali muitos esqueletos, levando especialistas a concluírem que boa parte desses registros arqueológicos funcionou como cemitério dos povos sambaquieiros. Pelo tamanho dessas elevações, pode-se dizer que os sambaquis serviam como monumentos para identificar o grupo que habitava uma determinada região, como se fosse um “marcador de território”.

A análise das camadas arqueológicas mostra que muitos desses sambaquis foram construídos ao longo de mil ou mais anos, indicando que não se tratava de

grupos nômades de pescadores-coletores-caçadores, como se pensou por muito tempo, mas sim de grupos sedentários. Esse acervo permite aos pesquisadores montar um retrato dos povos primários do litoral brasileiro. Não se pode descartar a prática de atividades ligadas à agricultura dentro desses grupos, uma vez que a cerâmica comparece, na Amazônia, em sambaquis fluviais e do litoral atlântico com datas de 7 mil e 5,5 mil anos, respectivamente. No restante do litoral, o que ainda se tem de dados sobre a cerâmica, é que ela comparece nas camadas mais superficiais de alguns sambaquis.

De onde vieram e para onde foram? São perguntas bastante intrigantes e desafiantes relacionadas aos estudos das comunidades sambaquieiras. Diferentemente dos povos do Arcaico do interior, que têm ‘rastros’ arqueológicos claros que indicam descendência direta de paleoíndios e conversão de caçador-coletor para agricultor, os sambaquieiros ainda são uma incógnita, permitindo apenas especulações, embora alguns estudos avancem para resolver, ou ao menos trazer hipóteses mais plausíveis sobre o assunto.

No que diz respeito às origens, uma das ideias é que são representantes de grupos de caçadores-coletores do Arcaico dos planaltos que desceram para a costa. Outra, é que se trata de grupos que faziam, desde os tempos da megafauna (estágio paleoindígena), seus deslocamentos de ocupação e povoamento ao longo do litoral, já que esses sítios arqueológicos passam a ideia de que, provavelmente, muito da antiga expansão e adaptação humana no continente não se tenha dado somente por rotas interioranas, mas também por via litorânea. Por volta de 12 mil anos atrás (talvez até um pouco antes), já estava acontecendo nas planícies litorâneas uma considerável diversidade regional e estabilidade territorial dessas sociedades. Como vimos anteriormente, isso também acontecia com as sociedades do Arcaico interior e parece ser característica desse estágio da evolução cultural não somente no território hoje chamado de Brasil, mas, provavelmente, em praticamente todo o Continente Americano.

Se se tem algumas ideias para responder acerca das origens do povo que construiu esses imponentes ‘morros’ de conchas, o que dizer quando se indaga sobre seu destino? Pelo visto, ainda não se tem nada que se configure alguma afirmação próxima de uma verdade. Alimenta-se a ideia de que, provavelmente, essas sociedades dispersas ao longo do litoral foram eliminadas ou se misturaram às culturas dos agricultores de várzea Tupi-Guarani, que avançaram do Norte e do Sul pelo litoral, por volta do início da era cristã. As incertezas continuam, em grande parte, porque muitos sambaquis foram destruídos ou estão em péssimo

estado de conservação; ou, ainda, como em algumas regiões, porque não tem estudos suficientes que busquem desvendar relações entre essas duas culturas.

Se por um lado não sabemos sobre o destino dos habitantes do litoral, por outro já se sabe que as duas grandes conquistas que garantiram o sucesso das diferentes sociedades primárias que dominaram o interior do território brasileiro se deram no Arcaico. O desenvolvimento da agricultura e da cerâmica caminharam lado a lado para coroar a evolução cultural dessas sociedades ao longo dos séculos. De modo geral, já no final do Arcaico, por volta de 3 mil anos AP, já tinham praticamente abandonado o nomadismo, já formavam aldeias e ocupavam territórios extensos e interligados. Faziam da prática da agricultura sua estratégia econômica principal, onde o uso da cerâmica mostrava-se fundamental para garantir um maior e melhor aproveitamento das colheitas, fosse no armazenamento ou no preparo da alimentação.

Um dado importante, e que não pode passar sem destaque, é o fato de que as plantas cultivadas nas Américas são diferentes daquelas cultivadas pelos povos primários do Velho Mundo, indicando que a agricultura praticada pelos povos americanos foi um processo desenvolvido localmente, haja visto que a entrada do 'homem' no continente foi anterior ao início dos cultivos tanto na Ásia quanto na África. Entre as muitas espécies conhecidas na América do Sul, pode-se destacar a mandioca, inhame, abacaxi, tabaco, batata doce, batata, pimentão, amendoim, feijão de lima, abóbora, papaia e algodão; na América Central, feijão fava, abóbora, tomate, feijão trepadeira, milho, cacau e abacate; na América do Norte, abóbora e girassol.

O milho foi um dos mais importantes recursos alimentares para as populações americanas. Foi a base da alimentação em boa parte do continente. Sua domesticação teve início por volta de 7 mil anos atrás no Vale do Tehuacán (México), de onde foi 'lançado' para produzir mudanças sensíveis, com muitas variedades diferentes, para os diferentes ambientes e condições de solo e umidade continente afora. Mudanças essas que chegam ao ponto de inviabilizar sua reprodução sem o auxílio da ação humana. Na América do Sul, especialmente na região amazônica, o destaque é para a produção da mandioca: uma espécie com altíssimo grau de toxicidade e que, através da sua transformação em farinha, tornou-se num dos principais alimentos da maioria das sociedades sul-americanas.

O alcance tecno-econômico da agricultura e da cerâmica marca, definitivamente, o estágio **Formativo** da evolução cultural dos povos primários em território brasileiro. Representa o estágio em que, de modo geral, as sociedades

já tinham abandonado o modelo econômico baseado na caça-coleta-pesca e se tornaram plenamente agrícolas.

A cerâmica é o elemento tecnológico mais típico e comum nos registros arqueológicos desse contexto cultural e representa alguns milênios de experimentação bem-sucedida na relação Homem-Natureza. São também essas sociedades (já complexas e com mais de dois milênios de tradição cultural ceramista e agricultora) que, na virada do século XV para o século XVI, os europeus encontraram ao chegarem às Américas pela primeira vez. Encontraram um continente densamente habitado por populações diversas em línguas e culturas, às quais impuseram a alcunha de ‘índios’, ou indígenas, em alusão à ideia de terem chegado às Índias.

Como já dissemos antes, na Arqueologia brasileira, de modo geral, fazer Arqueologia é fazer história indígena. É fazer a história das sociedades até então reconhecidas como ‘povos sem história’. Na Antropologia sul-americana, a identificação linguística é tradicionalmente utilizada como um índice para identificação étnica. Assim, não é possível tratar da Arqueologia pré-colombiana (ou pré-cabralina) e deixar de lado as questões relativas à identificação das fronteiras étnicas e linguísticas; ou seja, ao se utilizar o registro arqueológico (principalmente a cerâmica), há que se fazer analogias às classificações etnográficas das línguas nativas. Até porque, a utilização dos padrões cerâmicos nesse tipo de abordagem é um problema bastante comum na Arqueologia de diversos territórios do mundo.

As características próprias do material de estudo – o registro arqueológico (sítio) – condicionam as possibilidades de história indígena que a Arqueologia pode produzir. No universo do Formativo, geralmente existe uma multicomponencialidade de materiais arqueológicos nos registros, contudo, é o estudo da tecnologia presente nos fragmentos de vasilhas cerâmicas (existentes aos milhares nas áreas que funcionaram como aldeias) que impulsiona o esforço do arqueólogo para entender os fenômenos sociais e classificar as diferentes sociedades agrícolas pretéritas responsáveis por tal feito.

A cerâmica é, portanto, o melhor marcador cultural das sociedades do Formativo. Pode-se até dizer que a arte da cerâmica é, na verdade, a ‘escrita’ dessas sociedades, e sua leitura arqueológica (juntamente com demais fragmentos culturais diversos [líticos, de ossos, de conchas, restos alimentares, cemitérios e sepultamentos, eco fatos, entre tantos outros]), possibilitam a construção de problemas arqueológicos relativos à identificação de fronteiras culturais (material, étnicas e linguísticas), permitindo transcrever a história de uma sociedade indígena

dentro de um território. Milhares de vestígios desse estágio são resgatados anualmente, permitindo aos arqueólogos caracterizar as diversas e distintas sociedades que juntamente com a natureza construíram (ou moldaram) os vários Biomas brasileiros.

Já vimos que, muito provavelmente, foi na Amazônia que se deu o início à produção cerâmica, pelos menos 8 mil anos atrás; e, também, o desenvolvimento das técnicas de cultivo, embora não se descarte a possibilidade de processos de invenção local nas outras regiões. Foi, portanto, por lá que surgiram as primeiras sociedades que marcariam o período Formativo. Estudos apontam, que por volta de 2 mil anos atrás iniciava-se nos ambientes adjacentes aos grandes rios (Amazonas, Madeira, Tapajós, Xingu e Negro) um visível processo de crescimento populacional, fazendo emergir sociedades complexas - talvez, cacicados.

A sociedade complexa mais conhecida é a Tapajônica, pois essa foi relativamente conhecida nos séculos XVI e XVII pelos europeus que se aventuravam na Hileia amazônica. É a civilização que representou o padrão de organização mais hierarquizado na Amazônia Proto-Histórica, todavia, é na ilha de Marajó que as sociedades complexas da Amazônia são melhor identificadas e caracterizadas arqueologicamente. Foi na ilha de Marajó que se desenvolveu a Tradição Policrômica da Amazônia.

As cerâmicas da Tradição Policrômica da Amazônia são muito conhecidas na Arqueologia (não somente na ilha de Marajó, pois seus traços principais foram culturalmente transportados ao longo do tempo e se espalharam por praticamente toda a América do Sul). Sua origem remonta cerca de 5.500 anos atrás e sua distribuição espacial e temporal é, desde a década de 1950, um dos principais focos da Arqueologia brasileira.

Muitas fases caracterizam essa tradição, porém a que mais chama atenção por possuir formas e padrões decorativos sofisticados é a fase Marajoara, com diferentes técnicas decorativas (algumas de difícil execução, como a pintura em vermelho e preto sobre branco). São cerâmicas geralmente encontradas nos locais de habitação, que estão representados por grandes aterros artificiais. Tais aterros são estruturas com dezenas de metros de altura e centenas de metros de comprimento, construídos para proteção frente aos períodos de cheias que se repetem anualmente.

Herdeiros da Tradição Policrômica, os Tupi-Guarani são as sociedades que redesenharam o mapa de ocupações das terras baixas da América do Sul. Suas origens estão no tronco linguístico e matriz cultural Tupi. O tronco linguístico

Tupi foi formado há, aproximadamente, 5 mil anos atrás, em algum ponto da Amazônia Central, próximo ao baixo curso do Rio Madeira e, além da família Tupi-Guarani, reúne outras 39 línguas, definindo um amplo território que se estendia para além das atuais fronteiras do Brasil com outros países. Os limites, a oeste, ficaram na borda inferior dos Andes e, ao sul, no Rio da Prata.

Os povos Tupi-Guarani surgiram por volta de 2.500 anos depois do surgimento do tronco Tupi, constituindo uma família linguística própria. Iniciaram, entre 2.500 e 2 mil anos atrás, uma grande frente de expansão pelo Leste da América do Sul. Foi uma expansão caracterizada por muitos conflitos e envolvendo milhares de pessoas, subjugando, empurrando, ou ainda incorporando os grupos que encontravam no caminho (já que se sabe que, nesse período, todo esse território já se encontrava amplamente ocupado por diferentes grupos caçadores-coletores nômades ou semi sedentários e, ainda, diferentes sociedades ceramistas cultivadoras).

Essa expansão se deu por duas rotas (Figura 8): uma na direção leste, descendo até a foz do Amazonas, a partir daí descendo pela costa do Atlântico ocupando uma faixa litorânea que vai desde o Maranhão até o estado de São Paulo. A outra rota subiu o Rio Madeira, tomando, portanto, a direção sul, percorrendo o Rio Paraguai e Rio Paraná, chegando à região dos Pampas, e daí subindo ao longo da costa até alcançar o sul de São Paulo.

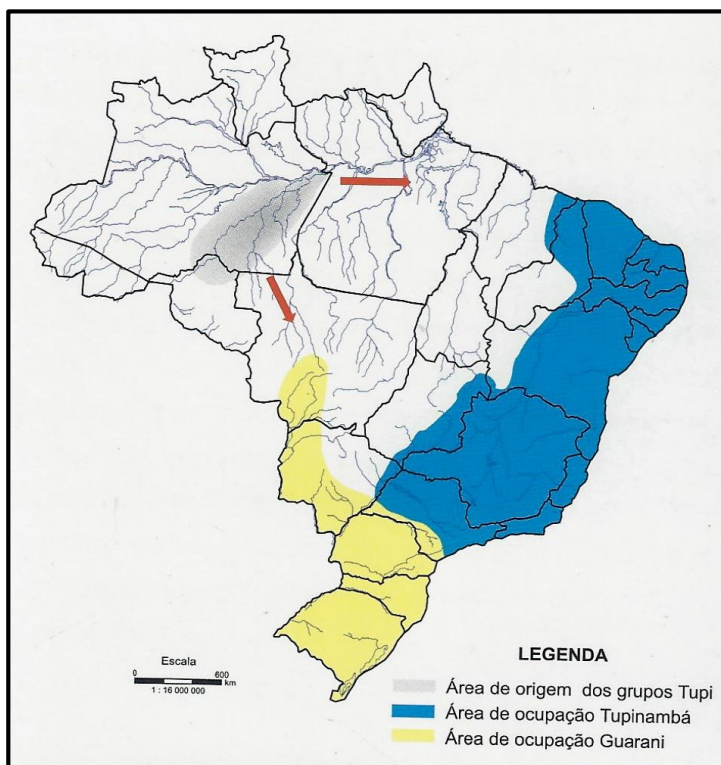


Figura 8. Origem, rotas de expansão e áreas de domínio por grupos Tupi. (Fonte: ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2001, p. 28).

Embora ambos tenham sido falantes do Tupi, cada um desses movimentos gerou ocupações específicas. Os que tomaram a direção leste (e daí seguiram pelo litoral) deram origem aos Tupinambá; e aqueles que subiram o Rio Madeira em direção aos Pampas, formaram os Guarani. Na medida em que incorporavam novas áreas, faziam um movimento de expansão territorial. Trata-se de um movimento que ocorreu de forma lenta e gradual, durante vários séculos - provavelmente, mais de um milênio. Tudo indica que somente parou com a chegada dos europeus, pois, como relataram cronistas e viajantes do século XVI, esse movimento ainda estava à época.

Talvez esse sucesso na expansão e domínio de territórios esteja nas principais características desse povo: eram grandes navegadores que utilizaram (na maioria das vezes) a rede hidrográfica como via de penetração aos territórios desconhecidos e na capacidade de repetir indefinidamente um modelo de adaptação tropical, com uma ocupação fortemente voltada e especializada no manejo do ambiente de mata (fosse ela litorânea, pluvial tropical, subtropical, ou ciliar), em detrimento dos ambientes de cerrado, dos campos frios do Planalto Sul

e dos ambientes alagados do pantanal, os quais foram ocupados por outros povos indígenas.

Também construíram uma malha viária imensa de caminhos terrestres ligando aquelas regiões de hidrografia 'pobre' ou impossíveis de navegar. Essa malha viária lhes garantia contatos entre os povos Tupi e, conseqüentemente, a perpetuação de padrões culturais, bem como negócios com muitos e diferentes povos.

Claro, à medida que os grupos se deslocavam na expansão territorial dentro desses diferentes ambientes, vários ajustes culturais foram ocorrendo como consequência de históricos próprios de ocupação. O primeiro se deu na divisão dos grupos Proto-Tupinambá e Proto-Guarani, e, posteriormente, dentro desses grupos. Essas diferenças (ou variações) são caracterizadas pelos arqueólogos a partir das particularidades exibidas pelos vestígios materiais existentes nos sítios arqueológicos. Mais recentemente, a partir do contato desses povos com os europeus, muitas dessas variações foram registradas, incluindo a nomenclatura dos diversos grupos (ou tribos, nações) que ocupavam o território: Tupinambá, Tupiniquim, Caeté, Temiminó, Carijó, entre outros.

A domesticação de plantas e o manejo da natureza representou, sem dúvida, a base da sustentação ao movimento expansionista Tupi. Agricultores tradicionais nos ambientes de mata, utilizavam o método de coivara para cultivar a mandioca doce e a mandioca amarga, bem como o milho, a batata doce, o algodão, o feijão, o amendoim, o abacaxi, a abóbora e o tabaco, no sistema de cultivo consorciado; uma policultura. Alguns produtos, como a mandioca e o milho, podiam ser conservados inteiros ou na forma de farinha, permitindo um estoque de alimento por vários meses, garantindo o sustento das aldeias que, muitas vezes, tinham centenas de habitantes.

Diversos padrões culturais permitem classificar, arqueologicamente, Tupinambá e Guarani, considerando, ainda, suas variações como sendo populações que faziam parte de uma cultura homogênea. Nas centenas de sítios já estudados (e que definem, arqueologicamente, o domínio Tupi – Figura 9), diversos vestígios se repetem, são muito semelhantes, como por exemplo, os padrões de assentamento das aldeias (suas formas, tamanhos e localização), as formas de sepultamento (primário em terra ou, em urna, e secundário) e cerâmicas, dando segurança para se afirmar a homogeneidade desses grupos.

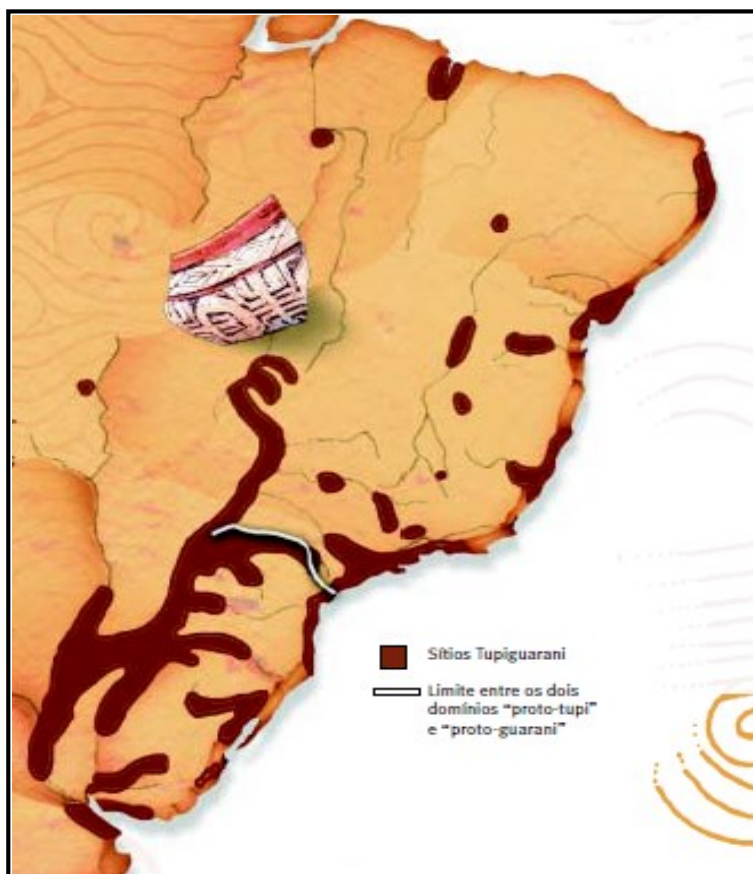


Figura 9. Distribuição dos sítios arqueológicos dos povos Proto-Tupi e Proto-Guarani. (Fonte: adaptado de PROUS, 2005).

As aldeias eram, de acordo com as descrições, construídas a partir de dois modelos básicos: um formado por uma única e grande área comunal de ocupação, com até 400m² ou mais; ou então por uma área com um conjunto de casas, ou locais de atividades específicas, com extensão de 2.000 a 10.000m² - embora existam registros de aldeias com mais de 20.000m². Geralmente tinham entre quatro a oito casas dispostas em torno de uma praça central, cada uma comportando até 200 pessoas. As grandes aldeias provavelmente alcançavam mais de 3.000 habitantes. Além disso, algumas aldeias possuíam valas e paliçadas para defesa. As casas comunais eram ocupadas por pessoas relacionadas por sangue ou casamento. Cada casa comunal tinha um chefe. Acima de todos, estava o chefe da aldeia (MÉTRAUX, 1948).

A cerâmica é o mais típico e mais abundante dos vestígios e, como já dissemos anteriormente, é a “escrita” desses povos até então considerados “sem

história”. São vasilhas adquirindo formas que variam entre tigelas abertas rasas, jarros, vasilhas semi-globulares, globulares esféricas e igaçabas, e também algumas peças com ombros, um definido contorno complexo (Figuras 10A e 10B).

Embora as vasilhas simples sejam bastante comuns nos sítios, o elemento mais característico dessa cerâmica é a decoração, que pode apresentar uma grande matriz de variações, de acordo com a região de ocorrência.

Os sítios deixados pelos Proto-Tupinambá mostram uma cerâmica com decoração predominantemente pintada, enquanto os sítios Proto-Guarani mostram uma cerâmica com maior incidência de motivos plásticos. A cerâmica pintada corresponde às vasilhas que recebiam uma tintura de fundo na cor vermelha ou branca, sobre a qual eram feitos motivos geométricos bastante complicados, formados por linhas finas, curvas e pontos. Esses motivos ganhavam cor vermelha ou preta, de acordo com a cor do fundo. Nas cerâmicas resgatadas pode-se observar traços, círculos, quadrados, ondas ou ziguezagues, numa grande variedade de tramas.

A cerâmica com decoração plástica reúne vasilhas que receberam, em suas superfícies, diferentes texturas, por vezes feitas diretamente com as mãos, por vezes executadas com o auxílio de instrumentos (pedra, espátula, espigas de milho, entre outros).

Já falamos aqui que o movimento de expansão Tupi se deparou com muitos grupos de caçadores-coletores nômades ou semi sedentários e, ainda, diferentes sociedades ceramistas cultivadoras. Pois é isso mesmo. Na rota litorânea, provavelmente subjugou os construtores de sambaquis e, na interiorana, deparou-se com aqueles caçadores-coletores descendentes do Paleoíndio que, ao longo do tempo, se espalhou pelo Brasil Central, se adaptou e também fez a transição para agricultura e cerâmica (provavelmente por influência de outros povos ou por processos de invenção local).



Figura 10A. Cerâmica Tupi-Guarani. Museu da UFRGS.
(Foto: Ricardo André Frantz).



Figura 10B. Cerâmica Guarani para preparo e consumo de fermentados.
(Foto Stephen Shennan – Museu de Arqueologia do Rio G. do Sul).

Assim como para os Tupi, esse processo de transição também foi lento, porém bastante heterogêneo, resultando em consideráveis variações nos grupos do Brasil Central (já que os dados arqueológicos mostram que, além dos grupos cultivadores ceramistas, ainda existiam, até o século VIII, grupos que permaneciam como caçadores-coletores em áreas específicas dessa imensa região). Mas, foi nesse contexto heterogêneo que surgiram, cerca de 200 anos depois, duas grandes tradições ceramistas (Aratu e Uru) que desenvolveram um modo de vida caracterizado por grandes aldeias circulares. A partir de então, esse modelo de assentamento domina o panorama de ocupação, caracterizando o estágio Formativo no Brasil Central.

As tradições Aratu e Uru estão relacionadas a grupos ceramistas agricultores instalados em grandes aldeias circulares, pertencentes ao Tronco linguístico macro-Jê, definindo um novo perfil para a Arqueologia regional. Interessa-nos a Aratu, pois ela tem uma relação direta com a Arqueologia e História Indígena da Planície Costeira do Rio Doce - objeto foco desse capítulo.

A Tradição Aratu emergiu ao longo de um extenso território (Figura 11): desde o norte do estado de São Paulo até o nordeste brasileiro, alcançando, inclusive, a faixa litorânea dos estados do Espírito Santo e Bahia, provavelmente se estendendo até outros estados do litoral nordestino. As aldeias foram instaladas preferencialmente em áreas onde os solos garantiam uma agricultura intensiva baseada no milho, amendoim e uma variedade de tubérculos, principalmente nas regiões de matas.

A cerâmica produzida por esses grupos, de modo geral, não é decorada. A decoração, quando existente, está limitada a algumas incisões. São vasilhas de formato cônico que podem alcançar mais de 1 metro de altura e que, certamente, eram utilizadas para armazenamento de alimentos e, por vezes, também teriam servido como urnas funerárias. Outras formas de vasilhas também comuns são as globulares, semi globulares e as pequenas tigelas geminadas, de “forma dupla”, provavelmente para usos cerimoniais (Figuras 12A e 12B).

Segundo as descrições bibliográficas, uma aldeia Aratu tinha entre 5 mil e 10 mil m²; em geral, ficavam em áreas aplainadas e próximas a rios navegáveis, com solo passível de utilização para agricultura. A forma geral da aldeia varia enormemente, havendo na bibliografia uma certa diversidade: manchas de terra preta como anel, ou mesmo sem ordem aparente.

Em alguns casos, vasilhas cerâmicas relacionadas aos Tupi são encontradas em algumas aldeias. Os Tupi não chegaram a ocupar o Brasil Central,

mas sítios que reportam às suas aldeias são encontrados por praticamente todo o entorno dessa grande região, formando um verdadeiro anel de ocupação. Talvez isso justifique a presença de elementos de sua cultura nas aldeias Aratu, indicando uma rede de contatos culturais entre essas duas culturas ceramistas e, com certeza, com outras mais.

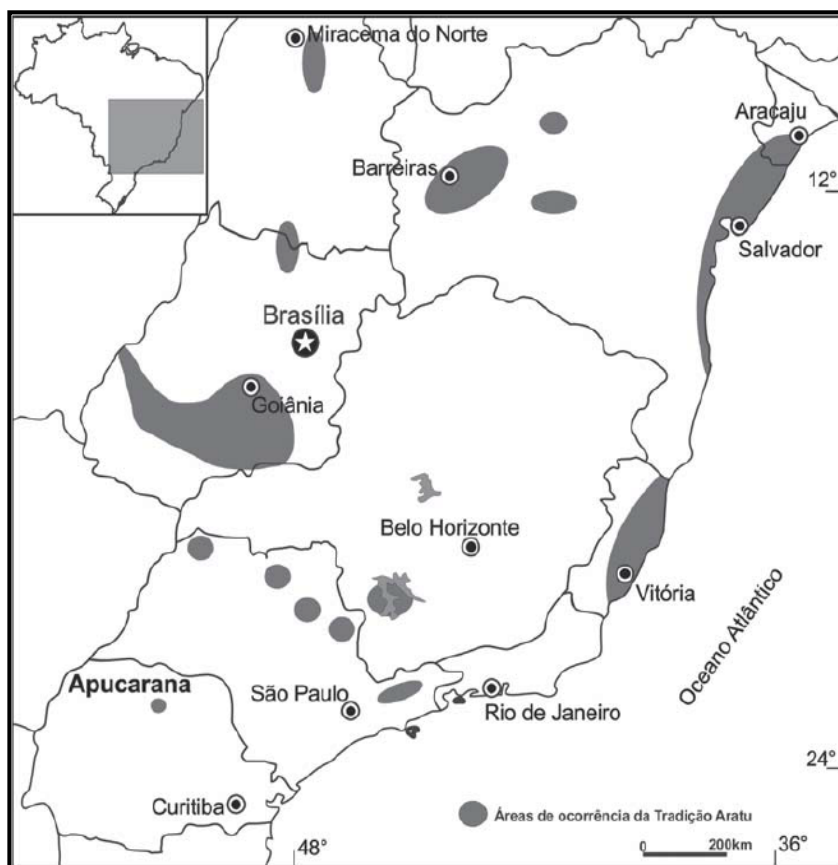


Figura 11. Áreas de ocorrência da tradição Aratu (adaptado de SCHMITZ & ROGGE, 2008).



Figura 12A: Cerâmicas Aratu – sepultamento. (Foto do autor)



Figura 12A. Cerâmicas Aratu - Urna funerária. (Foto do autor)

A Arqueologia, o Patrimônio Arqueológico e a Proto-História na Planície Costeira do Rio Doce

A Planície Costeira do Rio Doce foi, durante décadas, alvo de especulações acerca da existência de sambaquis, principalmente pelo prussiano radicado no Brasil, Adam Orssich, que, nas décadas de 1960 e 1970, percorria o estado do Espírito Santo em busca de dados arqueológicos (ORSSICH, 1966). Contudo, não passaram de simples relatos, pois, em seus relatórios de viagens de campo não aparece nenhuma indicação da localização exata de qualquer vestígio que comprovasse a verdadeira existência desse tipo de sítio, e que à época instigava a curiosidade dos pesquisadores que se lançavam à Arqueologia Brasil afora. Contudo, o interesse arqueológico por essa região surgiu desde a década de 1940, momento em que Aldemar Neves registrou um sítio cerâmico Proto-Tupinambá nas proximidades da cidade de São Mateus (NEVES, 1943).

Já na década de 1970, assim como Orssich, Celso Perota, pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo desde a década anterior e que já se lançara na busca de resultados em outras regiões do estado, aponta seu foco também para a Planície Costeira do Rio Doce e adjacências. Suas investidas produziram alguns resultados ao pesquisar um sítio cerâmico, o sítio “Monsarás”, localizado às margens do Rio Monsarás, próximo à foz do Rio Doce. Fruto de um achado ‘fortuito’, esse sítio figurou como o alvo mais intenso das pesquisas do arqueólogo na segunda metade daquela década, que o caracterizou como pertencente à Tradição Aratu, com datações que entre 1.100 e 750 anos AP (PEROTA, 1975; 1979), o qual se pode associar, portanto, a grupos Proto-macro-Jê.

A década de 1970 realmente inaugurou o ‘laboratório vivo’ representado pela planície. Como já fora colocado na Seção 01 desta Obra, embora ainda não fosse viés arqueológico, a região do baixo Rio Doce recebia maiores atenções científicas. Os trabalhos das décadas de 1970 e 1980 desenvolvidos pelos pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), trouxeram resultados de datação de amostras de conchas de quatro sambaquis, com as seguintes cronologias: (i) 4.400 ± 200 anos AP; (ii) 4.200 ± 150 anos AP; (iii) 3.550 ± 150 anos AP; e (iv) topo - 2.970 ± 180 anos AP e base - 4.240 ± 150 anos AP (SUGUIO et al. 1982). Tais dados já permitiam, desde então, antever uma longevidade no espaço temporal contemporânea aos demais sambaquis existentes ao longo do litoral brasileiro, mas insuficientes para se pensar numa contextualização da cultura dos construtores de *mounds*, ou sambaquis, da região; principalmente se levarmos em conta o fato de que essas amostras foram coletadas sem critérios metodológicos da Arqueologia.

Passado um ‘marasmo’ de mais de uma década no interesse, os trabalhos de Arqueologia reacendem na década de 90. Nesse momento, outros pesquisadores dão suas atenções para o Espírito Santo, principalmente para o litoral norte. O primeiro trabalho dessa nova fase é da arqueóloga Cristiane Lopes Machado, datado de 1994. Trata-se de uma caracterização cultural de um assentamento Proto-Tupinambá dentro da Reserva Florestal de Linhares, no baixo Rio Barra Seca, na zona de transição entre os tabuleiros e a planície quaternária.

No mesmo ano de 1994, enquanto aluno da Universidade de São Paulo, o Biólogo João Luiz Teixeira inicia seus trabalhos de levantamento visando identificação de sítios arqueológicos em áreas do litoral norte, resultando na sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia-USP, no ano de 2003 (TEIXEIRA, 2003). Essa dissertação trata, principalmente, do potencial arqueológico dessa região, onde o autor apresenta mais de uma centena de sítios arqueológicos de categorias diferentes, bem como uma série de discussões e perspectivas acerca do contexto arqueológico regional.

Também é nesse período que as questões ambientais ganham um novo e importante capítulo na incessante busca pela sustentabilidade da interação homem-ambiente. O advento da Resolução Conama 001/86 (que prescreve os critérios básicos para elaboração de EIA/RIMA) criou nova perspectiva de trabalho a nível nacional. Ficou, então, instituída, principalmente a partir da década de 90, a “Arqueologia de Contrato”. Esse novo modelo de se fazer Arqueologia, embora muitas vezes questionado por ‘ser pouco criterioso’ com as metodologias e situações da Arqueologia acadêmica e científica (como, por exemplo, na questão tempo) passa, então, a contribuir largamente para o conhecimento de áreas e/ou regiões do território nacional até então arqueologicamente desconhecidas.

O grande e principal problema desse modo de se fazer Arqueologia está naquilo que se pode chamar de “leilão inverso”; isto é, as empresas contratantes de serviços arqueológicos em licenciamento ambiental, que não são proprietárias do patrimônio arqueológico, geralmente contratam pelo menor preço. Traduzindo em ‘miúdos’: contratam os serviços de quem pede menos para pesquisar e ‘levar’ o patrimônio arqueológico da área a ser licenciada. Fala-se em ‘levar’ porque, de modo geral, a grande maioria das cidades brasileiras não tem sequer uma estrutura mínima para receber e salvaguardar o material arqueológico advindo desses licenciamentos, obrigando o arqueólogo responsável pelas pesquisas a levar esse material para outras regiões. Isso contribui largamente para a destruição ou baixo aproveitamento dos recursos arqueológicos, lesando tenazmente as comunidades.

A Gestão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro e o consequente lançamento dos sítios arqueológicos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), bem como a valoração desses bens patrimoniais é responsabilidade atribuída pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 3924/1961 do governo federal e executada pela União, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan - por vezes, em consórcio com Estados e Municípios), estando administrativamente setorizada de acordo com os aspectos básicos de cada especialidade: Identificação, Documentação, Proteção e Promoção para a Memória; todas ainda muito distantes de virar realidade num território tão extenso, marcado por interesses particulares, por uma variedade de contextos geográficos e políticos, e pela expressiva diversidade cultural. Não há dúvidas de que a legislação específica sofre renovação e tentativas para se alcançar uma redação eficiente que garanta, de fato, a proteção e usufruto pela sociedade. No entanto, percebe-se que esse intento ainda está muito distante de ser alcançado, até porque se sabe que não basta apenas uma boa redação da legislação se não existir uma boa prática da mesma.

É fato que, dia após dia, cresce o reconhecimento e consequentemente o número de registros de sítios arqueológicos. Porém também é visível a destruição parcial e/ou total de registros por atividades diversas, incluindo aí a pesquisa arqueológica e, não menos, a incapacidade, a ingerência e a prevaricação do Iphan em dar conta do imenso contexto de sítios e espólios existentes em todo o território nacional sob sua responsabilidade. O Iphan no Espírito Santo, por exemplo, nas suas várias décadas de existência, pouco ou nada fez para garantir capacidade técnica-física no atendimento às demandas arqueológicas, inclusive ações para preservação de sítios. Há registros de movimentos internos contrários às propostas de terceiros quando se trata da solução de problemas, o que demonstra um desserviço público do órgão, implicando, inclusive, em prevaricação por parte de funcionários e, consequentemente, prejuízos ao Patrimônio e à Identidade das comunidades nas diversas regiões do estado.

Não são raras as situações em que o Iphan em vez de promover as iniciativas particulares de terceiros, toma atitudes, por meio de alguns de seus funcionários, que vão na direção contrária daquela que lhe é incumbida. Por vezes, o resultado dessa condição é a necessidade de militância do(s) arqueólogo(s) atuante(s) em determinada região que, ao ver a 'fuga' e destruição do material arqueológico, produz(em) movimentos e críticas ao modelo. Essa militância obriga-o ao enfrentamento do órgão federal e outras instituições públicas que, na

obrigação de proporcionar as condições adequadas, fogem ao debate por meio de prevaricações e perseguições promovidas por alguns de seus funcionários.

Não obstante à essa indelicadeza do órgão público com o Patrimônio e arqueólogos, e essa “inversão” promovida pela Arqueologia de contrato, o conhecimento que se tinha do quadro arqueológico do litoral norte capixaba mudou significativamente desde então. Os estudos realizados por João Luiz Teixeira (principalmente a partir do ano 1998) trouxeram ótimas perspectivas para o contexto arqueológico regional. As avaliações de potencial arqueológico de algumas áreas dessa região permitiram a identificação de pelo menos três centenas de sítios arqueológicos na planície costeira. Os primeiros trabalhos tratam apenas do diagnóstico de potencial arqueológico dessas áreas e indicam, principalmente, os tipos de sítios, distribuição e localização dentro da paisagem, o estágio de conservação e, incipientemente, algumas características do sedimento.

É bom lembrar que, governos municipais, estadual, e mesmo o federal – por meio do seu representante legal, o IPHAN – pouco ou nada fizeram para atender as demandas por guarda de material arqueológico advindo dos licenciamentos de empreendimentos na região norte do Espírito Santo. O fato é que os gestores nunca se preocuparam em proporcionar estrutura mínima, ou suficiente (quantitativa e qualitativamente), para atender as demandas que eles mesmos criaram, e ainda criam, com seus discursos e políticas de desenvolvimento econômico local e regional. Diante desse quadro, o Iphan, em vez de dialogar com esses entes para buscar solução, delegou ao empreendedor, bem como ao pesquisador em Arqueologia, por meio da Portaria Iphan n.º 230/2002, a responsabilidade pela salvaguarda de sítios e acervos arqueológicos localizados na área diretamente afetada pelo respectivo empreendimento. Essa foi a alternativa encontrada pelo órgão (Estado) para fugir à responsabilidade que é pesquisar e guardar material arqueológico.

Numa tentativa de amenizar esse quadro caótico na estrutura da Arqueologia Espírito-Santense, o Bioarqueólogo João Luiz da Cunha Teixeira criou, no ano de 2015, a Reserva Técnica de Arqueologia e a Sala de Arqueologia do Museu da História de São Mateus. A sala representa um espaço didático-pedagógico com uma exposição permanente que retrata a Proto-História Indígena da região. O projeto é resultado de parceria inédita entre o pesquisador, alguns de seus clientes e o governo municipal, que cedeu o espaço físico. O museu ganhou estrutura para atender às demandas de salvaguarda de material arqueológico originado de estudos e achados fortuitos no norte do estado do Espírito Santo, sobretudo do município de São Mateus. Essa foi uma alternativa para contribuir

para o desenvolvimento da região frente à ineficiência, incapacidade e inércia do IPHAN em possibilitar estrutura suficiente para atendimento aos pedidos de pesquisas arqueológicas relacionados, principalmente, aos licenciamentos ambientais, os quais têm gerado quantidade significativa de espólio.

No que diz respeito ao estágio de conservação do patrimônio arqueológico identificado, os trabalhos mostram que grande parte desse potencial vem sendo perdida, para sempre, devido à destruição total ou parcial de vários registros (sítios) por atividades diversas, entre as quais pode-se destacar: exploração de petróleo e gás, abertura de canais para drenagem das áreas alagadiças e formação de pastagens, monoculturas de cana de açúcar e eucalipto, abertura de estradas, especulação imobiliária com loteamentos irregulares, entre outras.

Um exemplo claro e recente de destruição se deu no Vale da Suruaca, em Linhares, onde dois *mounds* – “Lagoa Bonita 25” e “Lagoa Bonita 26”, com registros no Iphan, foram totalmente destruídos durante a preparação do terreno para plantio de cana de açúcar. Esses sítios foram identificados e registrados em 2004/2005, em parceria com a Petrobras, e destruídos nos anos de 2014/2015. O que chama atenção é o fato de se tratar de um negócio (plantio de cana na área) que buscou licenciamento, inclusive com estudo arqueológico da área; o qual não identificou os registros no órgão federal, tampouco no campo, apesar da boa visibilidade dos sítios arqueológicos. Na ocasião, no ano de 2015, o Ministério Público Federal (MPF) foi procurado; momento em que se fez uma denúncia, porém o Procurador parece ter feito pouco caso da situação. Trata-se de caso de prevaricação, tanto do Iphan quanto do MPF. Há que sempre lembrar que o Patrimônio Arqueológico é um “bem” finito e, qualquer dano sobre ele é irreversível, principalmente aquele de origem indígena.

Retornando ao contexto arqueológico, ainda que seja um dos trechos do litoral brasileiro onde a Arqueologia foi menos bem-sucedida no estabelecimento de problemas de pesquisas e programas significativos de preservação, conservação e socialização do seu acervo, os estudos mais recentes permitem vislumbrar um cenário com alguns milênios de ocupação. Pode-se mesmo afirmar que toda a investigação realizada na região terá, ainda por alguns anos, um caráter exploratório, já que nem mesmo um quadro sistemático de cronologias bem estabelecidas (um dos pilares da pesquisa arqueológica) foi ainda assertivamente proposto; embora existam algumas cronologias, não são suficientes para uma contextualização do litoral norte do Espírito Santo e regiões adjacentes.

De qualquer forma, não se pode descartar os resultados da Arqueologia de contrato; principalmente aqueles que identificam e mapeiam as unidades, os

sítios arqueológicos, já que a identificação e mapeamento é o princípio básico para se iniciar um programa de reconhecimento e conservação. Além do mais, estudos isolados de sítios vêm trazendo resultados pontuais de cronologias e de caracterização cultural em alguns locais da região. Talvez o ideal seriam estudos temáticos, com métodos e técnicas menos destrutivas que as tradicionais escavações. A realização desses estudos por uma instituição local impediria a tal ‘fuga’ do material arqueológico para lugares distantes da sua origem e faria da *práxis* arqueológica algo verdadeiramente importante para as comunidades locais; afinal de contas, como já disse o historiador e arqueólogo Pedro Paulo Funari, “*quem se beneficia da prática arqueológica?*”.

Embora essa distância na problematização, os conjuntos de sítios arqueológicos já identificados testemunham a hipótese da existência de uma paisagem construída, um território cultural com dois macrossistemas de povoamento que fazem conexão com as identidades socioculturais do período Proto-Histórico (ou pré-cabralino) do litoral brasileiro: i) o conjunto de *mounds*, ou aterros, dos construtores de sambaquis dentro do Vale da Suruaca, fazendo conexão com o Arcaico do litoral; ii) o conjunto de cerâmios dos agricultores de várzea, referentes à Tradição Tupiguarani (Tupinambá) e Tradição Aratu dispersos dentro das duas unidades fisiográficas que marcam o litoral, a planície costeira e os tabuleiros costeiros (principalmente na faixa de transição entre essas duas unidades), fazendo, assim, a conexão com o Formativo.

Sambaquis? Ou, *Mounds*? Os Construtores de Morros do Vale da Suruaca¹³

Como já apresentado anteriormente, a cultura dos construtores de “morros de conchas” (ou sambaquis) está situada ao longo de todo o litoral brasileiro, principalmente no trecho compreendido entre o baixo Rio Doce (ES) e a cidade de Torres (RS). Levantamos, aqui, uma questão relacionada ao processo formativo desse tipo de sítio, que nos parece ser diferente para os conjuntos de algumas regiões, como, por exemplo, para o Vale da Suruaca. Portanto, preferimos apresentá-los como *mounds* e não como sambaquis, já que embora se pareçam na forma e tamanho, mostram-se com sedimento bem diferente dos sambaquis. Enquanto nos sambaquis a concha é o elemento predominante, nos “morros” do Vale da Suruaca (Figuras 13, 14, 15 e 16) é a ‘terra preta’ ou ‘terra preta de índio’ o principal componente, tornando insignificante o papel das conchas na formação

¹³ Termo criado regionalmente para se reportar à extensa área alagadiça localizada entre os baixos rios Doce e Cricaré (São Mateus), com formação mais destacada no baixo curso do rio Barra Seca e que outrora apresentava-se como uma imensa zona lagunar. Esse termo originou-se do topônimo Lagoa Suruaca.

desses morros; até mesmo se comparada com outros vestígios de restos animais (ossos de peixes, mamíferos e aves). Esse padrão formativo é o que nos faz preferir o termo *mound*, uma vez que essa denominação independe da existência ou não de conchas no sedimento e é largamente utilizada para designar os sítios litorâneos (com características de morros, montículos, aterros, etc.) localizados em regiões lagunares, grandes baías e mangues em várias partes do mundo.

Os *mounds* do Vale da Suruaca são bastante peculiares dentro do contexto de ocupação do litoral brasileiro, e suas características estariam mais próximas dos *cerritos*, um tipo de *mound* comum nos litorais do RS e Uruguai. O longo trecho de litoral existente entre esses dois contextos é dominado por sambaquis. Isto implica na singularidade do contexto cultural do Vale da Suruaca. Tal proposta traz de volta um problema já abordado na Arqueologia brasileira, o qual questiona a hipótese mais tradicional, a existência de apenas uma cultura litorânea para o período do Holoceno, isto é, uma “cultura sambaquiana”. Embora sem subsídios culturais, tecnológicos e funcionais suficientes para os sítios de alguns contextos regionais, por exemplo, do Suruaca, esse questionamento ignora a questão da contemporaneidade enquanto parâmetro de comparação. Algumas literaturas de Arqueologia, reforçadas por pesquisas mais atuais, têm fortalecido a ideia de “culturas regionais” ou várias “culturas sambaquianas” (PROUS, 1992); o que será melhor entendido com avanços nos estudos desenvolvidos em áreas ainda marginalizadas na Arqueologia brasileira, como é o caso do Vale da Suruaca no baixo Rio Doce (TEIXEIRA, 2005a).

Assim como os sambaquis, com os quais se assemelham em uma grande variedade de aspectos, os *mounds* do Suruaca apresentam vestígios que correspondem simultaneamente a áreas de habitação e sepultamento, assim como exibem áreas de atividade diversificada. As superposições estratigráficas nas estruturas de sepultamento, assim como o grande número deles, sugerem uma permanência mais prolongada (de, ao menos, algumas gerações). Além disso, tanto a estratigrafia, como a diversidade de recursos que se apresentam, remete a uma ocupação contínua e não sazonal, em função de sua grande homogeneidade.



Figura 13. *Mound* - Vale da Suruaca. (Foto do autor)



Figura 14. *Mound* - Vale da Suruaca. (Foto do autor)



Figura 15. *Mound* - Vale da Suruaca. (Foto do autor)



Figura 16. *Mound* - Vale da Suruaca. (Foto do autor)

Os vestígios alimentares presentes são, na maioria, ossos de peixes, restos de aves, mamíferos terrestres e aquáticos, e conchas. A importância relativa destes componentes na dieta alimentar dos construtores desses *mounds* ainda é incerta, mas, pode se dizer que, os assentamentos com localização privilegiada em ilhas arenosas dentro de uma grande área laguno-marinha e a grande quantidade de restos de peixe encontrados sustentam a ideia de uma base econômica sustentada, sobretudo, pela pesca. Por outro lado, embora em pequenas quantidades, não são desprezíveis os restos de moluscos e de animais de pequeno e médio porte.

Os sítios parecem se concentrar em locais específicos do Vale da Suruaca¹⁴ (Figura 17), notadamente nas ilhas arenosas da parte central (região de forte influência dos tributários [canais] do norte do paleodelta do Rio Doce e, principalmente, do Rio Barra Seca, no entorno das lagoas Suruaca, Bonita e Movediça. É possível que vários deles sejam contemporâneos, formando um sistema integrado de assentamento. Sua proximidade a grandes rios (Doce, Barra Seca e Cricaré) sugere que provavelmente alcançaram o Vale da Suruaca, vindos do interior.

As pesquisas em sambaquis são as mais antigas do litoral brasileiro e vêm sendo desenvolvidas em outras regiões do litoral, principalmente do sul. Por já estarem com cronologias e tecnologias basicamente definidas, essas pesquisas buscam, especialmente, respostas sobre os processos de formação desse tipo de *mound*. Diferentemente das outras regiões, os estudos do conjunto de *mounds* do Vale da Suruaca ainda está começando. O interesse arqueológico inicia-se na cronologia, e nas características estruturais e culturais peculiares desses sítios relativamente raros e dispersos pelo Vale, com ênfase nos processos de formação do registro arqueológico, tafonomia, análises faunísticas e bioantropologia. Em estudos recentes, Villagran e colaboradores (2018) definiram algumas cronologias para esse conjunto de sítios, colocando-o próximo de pelo menos 7 mil anos AP, avançando sua temporalidade em pelo menos mais 2 mil anos frente àquelas obtidas nas décadas de 1970-1980.

Diante desse longo percurso científico ainda a caminhar, as perguntas mais intrigantes são: os *mounds* do Vale da Suruaca podem ser considerados sambaquis, ou mesmo, *cerritos*? Por que, como e para que diferentes povos de

¹⁴ Traduzindo o termo ao 'pé-da-letra' segundo os dicionários da língua Tupi, pode-se propor dois significados para o topônimo *Suruaca*. (1) *Suru* ou *Sururu* = molusco ou *sururu* + *aca* = cabeça, espinho, ou seja, "**molusco-de-cabeça**" ou "**molusco-de-espinho**"; (2) *Suru* ou *Sururu* = molusco ou *sururu* + *aca* = amargo, ou seja, "**molusco-amargo**". Preferimos o segundo, pois, o primeiro não nos parece fazer sentido, uma vez que não se conhece nenhum molusco da referida lagoa com tal aparência.

diferentes lugares construíam esses morros? Qual o significado dessas estruturas dentro dessa sociedade? Devemos considerá-los simples acúmulos de restos alimentícios como aconteceu com os sambaquis durante quase um século, ou pode-se desde já considerar a sua construção como ‘monumento’ proposital? Um fato é certo: os *mounds* do Vale da Suruaca parecem ocupar o mesmo grau de funcionalidade (cemitério) e importância (marcador de território) no cotidiano dos povos que os construíram, assemelhando-se pelo menos nesses critérios com os sambaquis e *cerritos* do sul do País. Um outro fator contribuiu para estreitar as comparações entre o homem do sambaqui e os construtores dos *mounds* da Suruaca: ambos sucumbiram, por volta de 2 mil anos AP, diante da chegada dos agricultores ceramistas no litoral.



Figura 17. Localização dos *mounds* no Vale da Suruaca - Planície Costeira do Rio Doce. (Adaptado de Google Earth pelo autor).

Os Agricultores Ceramistas da Planície Costeira do Rio Doce

Já dialogamos, num momento anterior, sobre o uso da cerâmica como a “escrita” de populações indígenas e sua correlação arqueológica com as línguas nativas; isto é, a maneira como ela permite que um sítio (ou conjunto de sítios) seja definido como pertencente a uma determinada cultura. De modo geral, os casos de tentativas de correlação entre língua e cerâmica no território brasileiro devem se realizar por meio de pesquisas regionais. Ora por abordagem histórica direta em áreas onde há continuidade histórica entre populações indígenas contemporâneas e seus antepassados (regiões Centro-oeste e Norte), ora por analogia etnográfica e etnohistórica para as regiões onde os sistemas multiétnicos e multilinguísticos foram totalmente desmantelados durante o período colonial, como por exemplo, no litoral, inclusive no litoral norte do Espírito Santo.

Outro diálogo anterior foi sobre a relação da cerâmica da Tradição Policrômica, presente em quase todo o território brasileiro, com sociedades da família linguística Tupi-Guarani, e sobre a relação da cerâmica Aratu com sociedades pertencentes ao Tronco linguístico macro-Jê.

Afora o que ocorre na Amazônia, as cerâmicas com policromia são reportadas nas bibliografias de Arqueologia brasileira como pertencentes à Tradição Tupiguarani¹⁵, proposta na década de 1970 para distinguir os sítios arqueológicos daqueles grupos indígenas reconhecidos etnograficamente como sendo da família linguística Tupi-Guarani. Esses sítios estão localizados na região das tribos históricas mencionadas no século XVI (Língua Tupinambá e Língua Guarani) e, diante das semelhanças com a cerâmica dos Tupi descrita pelos cronistas, foram atribuídos como sendo de grupos Proto-Tupi ou Proto-Guarani. Trata-se de uma cerâmica com decoração policrômica com traços lineares sobre fundo engobado e muitas vezes com decoração plástica corrugada e unglada. A pasta que compõe a cerâmica recebe um antiplástico de areia, frequentemente misturada a cacos moídos.

Frente às crescentes observações de grandes urnas funerárias não decoradas e que certamente não podiam ser atribuídas aos grupos Tupi do século XVI, foi proposto pelos arqueólogos da época a denominação geral “Tradição Aratu” para representar a cerâmica dos grupos de língua macro-Jê. Esse termo foi indicado para reunir, numa mesma tradição, fenômenos arqueológicos parecidos, no entanto, diferentes daqueles reconhecidos como sendo os tipos cerâmicos

¹⁵ O termo Tupiguarani deriva da Arqueologia. Foi cunhado, sem hífen, para definir a cerâmica com decoração policrômica e diferenciar do termo Tupi-Guarani derivado da linguística.

pertencentes à Tradição Tupiguarani. Essa tradição é caracterizada por vasilhas cerâmicas, de modo geral, simples, sem decoração, sendo que, naquelas onde essa característica aparece, é uma decoração plástica de pouca variação; além das grandes urnas funerárias periformes.

O fenômeno arqueológico que se mostra mais característico no litoral norte do Espírito Santo é a presença marcante dos complexos cerâmicos nas diferentes paisagens da Planície Costeira e dos Tabuleiros Costeiros. São centenas de sítios arqueológicos, os quais marcam dois complexos, cada um caracterizado por um tipo de cerâmica. Um primeiro com cerâmica com decoração policrômica (vermelho, branco e preto) com traços lineares sobre fundo engobado, portanto pertencente a grupos Proto-Tupinambá; um segundo, marcado por cerâmicas na maioria sem decoração e, quando decoradas, aparece a decoração plástica e, raramente, a pintada, em princípio aferidas a grupos Proto-macro-Jê. Trata-se de sociedades agricultoras com bons domínios de áreas de mata (TEIXEIRA, 2005b; TEIXEIRA, 2005c).

Ambos os conjuntos reportam, respectivamente, à Tradição Tupiguarani e à Tradição Aratu. São tradições com fortes peculiaridades tipológicas nas suas cerâmicas, mas que no litoral norte do Espírito Santo indicam dois povos diferentes ocupando a mesma região com seus respectivos sítios distribuídos bem próximos uns dos outros. Se essa é uma região onde ainda existe uma distância dos problemas locais com relação à Arqueologia nacional, essa lacuna está principalmente na ausência de cronologias e, estas, pela escassez de estudos sistemáticos.

Estudos recentes trouxeram algumas questões sobre esse contexto arqueológico, mostrando que o mesmo é, no momento, além de complexo, bastante confuso. Confuso porque frente à escassez de dados cronológicos, os dois conjuntos compõem num mesmo espaço de tempo, no mesmo espaço geográfico. A ausência, portanto, de trabalhos que resultem em dados mais avançados acerca dessas tradições, tipo padrão de assentamento, relação intra e inter sítios e cronologias sistematizadas, impede que se definam os horizontes arqueológicos dessas culturas, diferentemente do que ocorre em outras regiões do território nacional.

A Etno-História aponta que os *Tupinikin* (Tupiniquim), Grupo da Língua Tupinambá, eram os habitantes desse trecho do litoral quando da chegada do Europeu no século XVI, e que existiu uma intensa movimentação de diversos grupos do Tronco macro-Jê nessa região, principalmente a partir do século XVII. Aponta, ainda, que alguns cronistas, nas suas viagens de reconhecimento e

exploração do território, ouviam de povos reconhecidos nos primeiros séculos de colonização (como *Tapuya*¹⁶), relatos de que a região litorânea havia sido tomada (talvez no século XIV) pelos Tupi, e que seriam os Jê seus antigos habitantes. A Etno-História mostra que esses dois povos (Tupinambá e Jê) eram fortes inimigos entre si.

Além das centenas de sítios, a Arqueologia aponta uma temporalidade de ocupação pela Tradição Tupiguarani que remonta a 1.050 anos AP para o norte do estado e, 1.200 anos para o médio curso do Rio Doce, fazendo relação de pertencimento aos Proto-Tupiniquim. De acordo com Perota, a tradição Aratu pode ser contemporânea à Tupiguarani, pois o pesquisador estudou um sítio Aratu no baixo curso do Rio Doce (sítio Monsarás) (Perota, 1975; 1979), cuja cronologia aponta uma ocupação por volta de 1.100 anos AP.

Recentemente, quatro sítios arqueológicos foram estudados individualmente na região do baixo Rio Cricaré. Nenhum deles pôde ser definido como da Tradição Tupiguarani, isto é, pertencente aos Tupiniquim. Todos foram classificados com pertencentes à Tradição Aratu, portanto, aos *Tapuya*, povos de língua macro-Jê. Todavia, o material arqueológico de todos eles aponta para a existência de um horizonte arqueológico marcado no conjunto artefactual pela confluência de um corpo tradicional Aratu, porém com fortes influências Tupiguarani. Essas influências se resumem à forte presença de cerâmica com traços decorativos eminentemente da Tradição Tupiguarani, portanto, dos povos reconhecidos nos primeiros séculos de colonização como Tupi, no caso, os Tupiniquim.

Do ponto de vista cronológico, as datações desses sítios Aratu indicam uma ocupação bem recente, contratando com aquela do sítio Monsarás. Enquanto, por lá, a temporalidade alcança pelo menos mil anos, sem contrastar, então, com a temporalidade Tupi do Rio Doce; na região do Rio Cricaré, até esse momento, esses sítios Aratu apontam para uma localização temporal a partir do século XVI, contrastando profundamente com a temporalidade Tupi, que é de pelo menos 1.050 anos.

A Etno-História considera que, no século XIV, as sociedades Tupi estariam em plena expansão sobre a zona litorânea, e nesse momento, ambas as sociedades (uma, muito provavelmente de língua Jê ou Macro-Jê [Aratu], e outra

¹⁶ O termo *Tapuya*, ou tapuia, era empregado pelos Tupinambá e pelos cronistas da época para designar, de modo geral, grupos indígenas de fala não-tupi. Posteriormente utilizou-se o termo para identificar os grupos do tronco macro-Jê. Significa, na língua Tupi, "os inimigos" ou "aqueles que moram a oeste". Esse termo não é mais usado pela etnologia brasileira em sentido classificatório.

de língua Tupi [Tupiguarani]) estariam se interrelacionando. Se por um lado a Etno-História relata que a região litorânea havia sido tomada (século XIV) pelos Tupi, e que seriam eles, os Jê, seus antigos donos, por outro, a Etno-História diz que esses dois povos (Tupinambá e Jê ou *Tapuya*) eram inimigos mortais, e que travavam guerras constantes.

Diante desses desencontros etno-históricos, como explicar uma possível contemporaneidade entre essas sociedades nesse mesmo espaço regional? Se existe mesmo a possibilidade de o litoral ter sido de domínio dos *Tapuya*, como entender os sítios Tupi com antiguidade de mais de mil anos? Primeiro, é bom lembrar que esse relato da posse do litoral pelos *Tapuya* pode não valer para todo o litoral brasileiro. Segundo, existe a necessidade urgente de se rever as datações mais antigas (no sentido de rever a qualidade das amostras) e, por conseguinte, executar uma sistematização de novas cronologias dentro da região.

A despeito de tudo isso, o pequeno número de cronologias permite supor que a ocupação da parte setentrional do litoral norte do Espírito Santo, sobretudo a partir do Rio Barra Seca, recebeu uma ocupação tardia por grupos não-Tupi, haja vista que os sítios Aratu até agora identificados estão todos dentro desse horizonte arqueológico marcado no conjunto artefactual pela confluência de um corpo tradicional Aratu, porém com fortes influências Tupiguarani. Entra, nesse contexto artefactual, inclusive aqueles sítios estudados por Perota (por exemplo, o Monsarás). Fala-se, na Arqueologia, em uma “tupinização” de grupos macro-Jê.

Por outro lado, sabe-se que até o final do século XIX ainda existiam, nas florestas do Rio Doce, principalmente no seu baixo curso e, sobretudo, no paleodelta, vários grupos (considerados Botocudos) sem contato com os colonizadores. Isto porque essa região somente foi colonizada a partir do início daquele século, e se constituía, então, como a principal zona de refúgio dos grupos que fugiam ao contato e massacres promovidos pelos invasores europeus. Essa intensa movimentação, somada aos inúmeros aldeamentos, certamente levou à plausíveis mudanças nos padrões Proto-históricos de organização social e política dos sistemas multiétnicos e multilinguísticos presentes nessa região, situação ainda não considerada pelos pesquisadores que por aqui se aventuraram, exceto ou autor deste capítulo.

Muitos desses aldeamentos foram descritos e visitados desde o século XVI, em especial pelos viajantes e naturalistas do século XIX: Navarro em 1808 (1866), Wied-Neuwied entre 1815 e 1817 (1940), Spix & Martius em 1815 – 1817 (1976), D’allincourt em 1833 (1960), Otoni entre 1847 e 1861 (2002) e outros nas décadas que se seguiram, os quais deixaram boas referências da área de localização,

bem como registros da ocorrência de diferentes grupos étnicos num mesmo aldeamento. Alguns desses muitos aldeamentos estão apresentados no Quadro 01, como se segue.

De fato, ainda se tem, em pleno litoral da região Sudeste do Brasil, uma lacuna científica que exige muito esforço da Arqueologia. Certamente, o primeiro ponto de partida para elaboração de um quadro mais elucidativo e menos confuso para a Arqueologia regional deverá ser com programas de estudos temáticos e que tenham como ponto de partida a análise do contexto etno-histórico, pois essa permitirá uma leitura da complexidade do mosaico cultural construído com as mudanças no modo de viver das sociedades primitivas a partir da chegada e das ações de invasão, devassamento e conquista impostas pelo europeu invasor, como veremos no capítulo seguinte.

Quadro 01: Aldeamentos Indígenas Promovidos por Missionários e Autoridades a Partir do século XVII no norte do Espírito Santo.

LOCALIZAÇÃO	ANO
Matas do São Mateus - médio curso do Rio Cricaré	1788 - 1850
Barra do Cricaré - próximo à foz do Rio Cricaré	1808
Entre a foz do Rio Doce e a Lagoa Juparanã	1808
Porto do Souza – médio curso do Rio Doce	?
São José do Porto Alegre - na foz do Rio Mucuri	1815 – 1817
Ilha das Bexigas – próximos à foz do Rio Doce	1833
Rio Preto – médio curso do Rio Preto	1833
Lages – no médio curso do Rio Doce	1833
Barra Seca – médio curso do Rio Barra Seca	2ª metade do século XIX
Biririca – baixo curso do Rio Cricaré	2ª metade do século XIX
Conceição da Barra – foz do Rio Cricaré	2ª metade do século XIX
Pepinque – médio curso do Rio Cricaré	2ª metade do século XIX

Concluindo, entender a relação entre essas sociedades e como elas interagiam com a Natureza ainda encontra limites em muitas questões, mas, talvez a questão mais importante nesse momento seja saber o que fazer e como fazer para garantir à Memória os remanescentes dessas culturas (sejam eles tangíveis ou intangíveis) e, por consequência, como torná-los úteis para as várias comunidades

da região que, na maioria das vezes, sequer sabem da existência desse Patrimônio, esse recurso que pode ser precursor do desenvolvimento local e regional e, bem mais, quiçá um “marcador” de identidades c.

Referências Bibliográficas

- BRICALLI, Luiza Leonardi; MELLO, Claudio Limeira - *Padrões de lineamentos relacionados à litoeestrutura e ao fraturamento Neotectônico (Estado do Espírito Santo, SE do Brasil)*. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.14, n.3, (Jul-Set) pp.301-311, 2013.
- DE BLASIS, Paulo – *Da Era das Glaciações às Origens da Agricultura: uma revisão das mais antigas culturas do território brasileiro*. In: **Brasil 50 Mil Anos: uma viagem ao passado pré-colonial**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Edusp, São Paulo, 2001, pp. 12-26.
- MÉTRAUX, A. – *The Tupinambá*. In: **Bureau of American Ethnology - South American Indians**, 1948. Bol. 143, vol. 3, Smithsonian Institution, Washington.
- NEVES, A. – *O Cerâmio Sapucaia*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, 5:43-50, Vitória, 1943.
- ORSSICH, Adam. – *Relatório sobre prospecções e escavações arqueológicas realizadas no Estado do Espírito Santo, dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1-15. 1966.
- PEROTA, C. – *As datações de C14 dos sítios do Espírito Santo*. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, 4(6):15-16, 1975.
- PEROTA, C. – *O sítio Monsarás: evidências arqueológicas*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1979.
- POSTH, Cosimo; NAKATSUKA, Nathan; LAZARIDIS, Iosif; ...; FEHREN-SCHMITZ, Lars; KRAUSE, Johannes; REICH, David; STRAUSS, A. - *Reconstructing the Deep Population History of Central and South America*. 2018, CellPress 175, 1185–1197. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>
- PROUS, A. – *Arqueologia Brasileira*. Ed. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1992.
- PROUS, André - *A pintura em cerâmica Tupiguarani*. **Revista Ciência Hoje**, 2005, vol. 36, nº 213, pp. 22-28.
- PROUS, André - *O Brasil Antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país*. Editora Zahar, 2ª ed., Rio de Janeiro, 2007. 112p.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion – *A Expansão Tupi, Em Busca da Terra Sem Mal*. In: **Brasil 50 Mil Anos: uma viagem ao passado pré-colonial**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Edusp, São Paulo, 2001, pp. 27-34.
- SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H. – *Um sítio da tradição cerâmica Aratu em Apucarana, PR*. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 18: 47-68, 2008.
- STANFORD, Dennis J.; BRADLEY, Bruce A. – *Across Atlantic Ice The Origin of America's Clovis Culture*. University of California Press, 2012, 319p.

SUGUIO, K.; MARTIN, L. & DOMINGUEZ, J. M. L. – *Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário: influências das flutuações do nível do mar*. **ATAS do IV Simpósio do Quaternário no Brasil**, Rio de Janeiro, 93-116. 1982.

TEIXEIRA, J. L. C. – *A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na Planície Litorânea do Norte Capixaba – Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências: Arqueologia, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, 169pp, 2003.

TEIXEIRA, J. L. C. – *Uma ‘cultura dos sambaquis’ ou várias ‘culturas sambaquianas’? O ‘Vale da Suruaca’ – Baixo Rio Doce - no contexto da Arqueologia de sambaquis do litoral brasileiro*. **XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Resumos**, Campo Grande, comunicação. 2005a.

TEIXEIRA, J. L. C. – *Perspectivas arqueológicas sobre os grupos autóctones ceramistas das terras baixas dos “sertões do leste” (BR)*. **XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Resumos**, Campo Grande, comunicação. 2005b.

TEIXEIRA, J. L. C. – *A malha paralela, o software Surfer 8.0 e a Arqueologia da paisagem na Planície Litorânea do Norte Capixaba*. **XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Resumos**, Campo Grande, painel. 2005c.

WILLEY, Gordon R. - *Prehistoric settlement patterns in the Virú; Valley, Peru*. **Bureau of American Ethnology Bulletin**. 1953, 155:1–453.

VILLAGRAN, Ximena Suarez; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; VALADARES COSTA, Henrique; ATORRE, Tiago; ERLER, Igor da Silva; STRAUSS, André; BARIONI, Alberto; KLÖKLER, Daniela; TOGNOLI, Anderson; DUARTE, Carlos; BONFIM, Paulo Vinicius; MACARIO, Kita. *Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas*. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, pp. 573-596, set.-dez. 2018.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA INDÍGENA NA PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE

João Luiz da Cunha Teixeira

Quando os portugueses alcançaram o litoral sul-americano pela primeira vez, em abril de 1500, encontraram um espaço geográfico habitado por diferentes populações e (conforme a classificação universal da dispersão das famílias botânicas endêmicas da Zona Neotropical) sob domínio da grande Região Florística do Sudeste.

A Região Florística do Sudeste está caracterizada pelo Domínio Floresta Atlântica¹⁷, a qual é composta por seis tipos principais de formações florestais: a Floresta Estacional Semidecidual, a Floresta Estacional Decidual, a Estepe, a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Tropical Pluvial, e as Formações Litorâneas. Trata-se, portanto, de um espaço formado por um diversificado conjunto de formações vegetais e que, em seu estágio natural, cobria toda a grande área montanhosa atlântica e a estreita faixa de terras baixas localizadas ao longo da costa, estendendo-se desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul. Como já vimos nos capítulos anteriores, registros arqueológicos, etno-históricos e históricos apontam esse espaço geográfico como um imenso e verdadeiro ecúmeno, permitindo entender que sua diversidade paisagística é construída e transformada, já por pelo menos dez mil anos, por diferentes sociedades.

Foi na zona de Floresta Ombrófila Densa que se deram os primeiros contatos e experiências do europeu português com o território sul-americano e seus respectivos povos nativos. De acordo com os registros etno-históricos tratava-se de uma região dominada por imensa cortina vegetal de Floresta Pluvial Tropical (*Tropical Rainforest*) caracterizada por cinco tipos de paisagens de mata que se estendia da costa ao topo das serras (Figura 1) e era habitada por sociedades do tronco linguístico Tupi, especificamente da família Tupi-Guarani.

Interessa-nos, nessa imensidão territorial, reportar à estreita faixa costeira definida entre o Recôncavo Baiano (ao norte) até o sul do Estado do Espírito Santo, onde a floresta recebe a denominação Floresta Ombrófila Densa (RIZZINI, 1979), especificamente na faixa que define a Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, como demonstra o número 4 na Figura 2. A Floresta das Terras Baixas também é reconhecida como Floresta dos Tabuleiros Costeiros, pois, de modo geral, ocorre sobre a unidade geomorfológica Tabuleiros Costeiros.

¹⁷ O Bioma Floresta Atlântica passou a ser reconhecido internacionalmente no ano de 1993. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, por decisão do Bureau do Conselho Internacional de Coordenação do Programa “O Homem e a Biosfera”, cria a Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica.

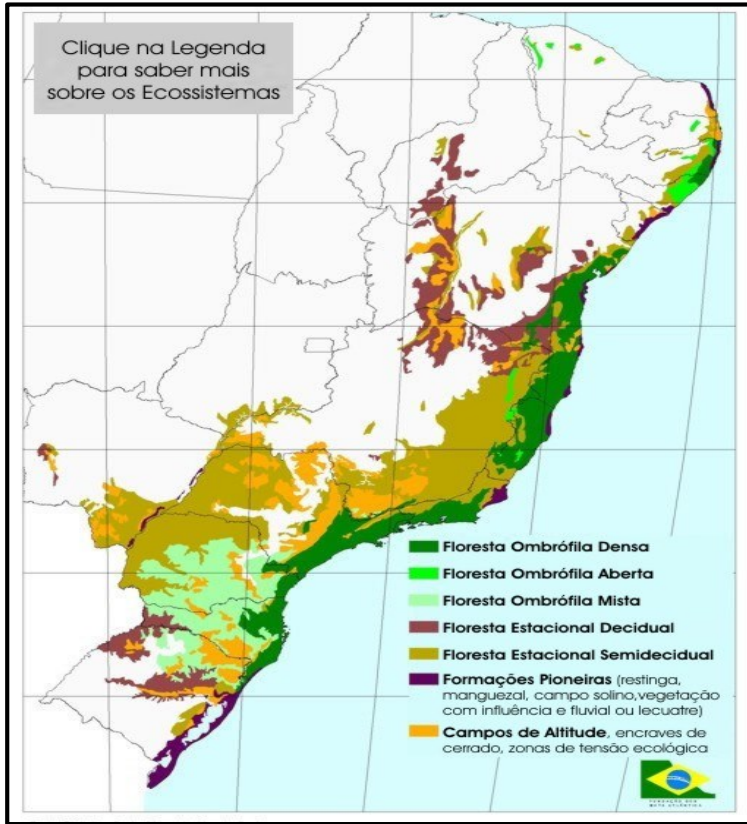


Figura 1. Domínio Floresta Atlântica. (Fonte: SOS Mata Atlântica).

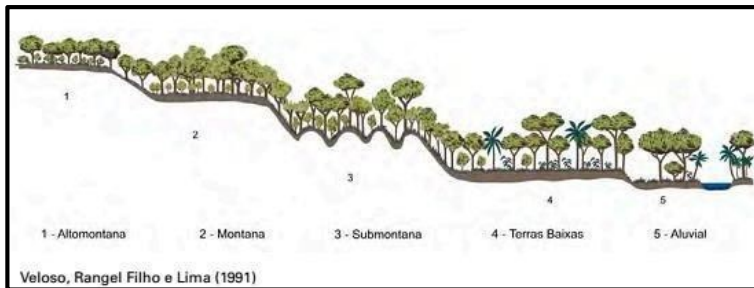


Figura 2. Perfil esquemático da Floresta Ombrófila Densa. (VELOSO, RANGEL FILHO. & LIMA, 1991).

A Floresta dos Tabuleiros Costeiros é uma típica floresta tropical plena. A sua porção meridional é representada pelo sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Essa porção (Figura 3) foi batizada de Hileia Baiana pelo botânico Dárdano de Andrade-Lima devido às diversas afinidades florísticas com a Floresta Amazônica.



Figura 3. Extensão da Hileia Baiana.

A Hileia Baiana é reconhecida como a floresta tropical mais rica do mundo em termos de biodiversidade. A exuberância desta floresta despertou a atenção de vários naturalistas e exploradores dos séculos XVIII e XIX, entre eles, o famoso botânico alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, que classificou os

principais biomas brasileiros já no século XIX e batizou a Mata Atlântica de *Driades*, em homenagem às ninfas das florestas da mitologia grega. Foi nesse contexto paisagístico que se desenhou um dos sítios do Patrimônio Mundial Natural no Brasil, a “Costa do Descobrimento”, representado por oito unidades de conservação que, juntas, somam 112 mil hectares de Floresta de Tabuleiros e Formações Litorâneas.

Dentro desse recorte da Floresta dos Tabuleiros tem-se o baixo curso do Rio Doce, onde a Hileia Baiana foi exuberante em seu estágio original e, devido ao seu porte e regime pluviométrico pseudoequatorial, foi o trecho que melhor justificou a comparação com a floresta amazônica. Como já mostrado no Capítulo 1. Devido ao turbilhão de suas águas, que avançavam em corrente por quase 10 quilômetros (seis milhas) mar adentro, esse rio ganhou, em 1572, do explorador Sebastião Fernandes Tourinho, o nome de Rio Doce. Porém, essa energia (que além de marcar um rio também marca uma região e suas florestas) tem uma relação cultural muito mais antiga. Chamado de *Munban-uatú* (Rio Grande) pelos índios e, inicialmente, de *Santa Luzia* pelo português André Gonçalves (conforme registrado em 13 de dezembro de 1501), a fama do Rio Doce ‘correu mundo’, evocando imagens da mitologia grega nas narrativas sobre as “selvas” e “selvageria” dos seus nativos canibais considerados, então, gentios “selvagens”, “bárbaros”, “bestiais” e “sem alma”. Todo esse percurso deixa bem claro que as paisagens dessa região estavam, desde sempre, atreladas por intensa história cultural.

Se se trata de uma paisagem com um mosaico de histórias, Dárdano de Andrade-Lima, ao fazer referência à Hileia para as ‘selvas do Rio Doce’ e sul da Bahia, provavelmente a fez no mesmo sentido que fizeram os naturalistas Friedrich Alexander von Humboldt (1769-1859) e Aimé Bonpland (1773-1858) (respectivamente, prussiano e francês) quando estabeleciam uma tipologia dos espaços do mundo com suas viagens e pesquisas. Usaram o termo Hileia (*Hyleae*) para denominar e centralizar a Amazônia. Hileia, na acepção de bosque, floresta, como aqueles de que fala o historiador-etnógrafo-geógrafo Heródoto, ao descrever, em sua obra¹⁸, a qualidade sagrada (*hieris*) das paisagens sob um ponto de vista cultural.

Não é possível, em momento nenhum, entender essa fama que ‘correu mundo afora’ sem conhecer algumas constantes e variáveis locais e temporais nas relações sociais existentes no conjunto de conflitos entre invasores, “colonos” e

¹⁸ HERÓDOTO. *Histórias*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UNB, 1988.

nativos ao longo do processo de invasão, devassamento e conquista dessa região. Todavia, também não se pode dialogar com o contexto indígena local sem dialogar com o contexto indígena relativo à totalidade da região fitogeográfica Hileia Baiana, haja visto a intensa movimentação de uma diversidade de grupos étnicos dentro dessa região a partir do século XVI, uma desconjuntura resultante do processo de invasão, devassamento e conquista da Terra de Pindorama.

A Hileia Baiana, ‘porta’ de entrada para o desejo dos invasores, logo recebeu alguns dos primeiros núcleos de colonização, mas, transformou-se, na sequência, em barreira ao acesso às zonas de mineração e zona de refúgio para vários grupos indígenas (principalmente no trecho compreendido entre a bacia do Rio Contas, na Bahia; e o Rio Doce, no Espírito Santo).

Entre ‘Tupis’ e ‘Tapuyas’: do gentio ao botocudo

Os dados etno-históricos sobre essa região descrevem, nos séculos XVI e XVII, especificamente, os acontecimentos ocorridos no litoral. As informações permitem constatar apenas grupos falantes do Tupi antigo, o Tupinambá, língua extinta da Família Tupi-Guarani; embora existam informações sobre determinados grupos do interior, como os *Aymoré* (Aimorés) e outros que são apenas referidos por suas denominações e provavelmente viviam um pouco mais para o interior.

O termo Tupinambá é aplicado para todos os índios que falavam o Tupi antigo e que, no século XVI, eram os donos do litoral, os Senhores da Costa de Pindorama, desde a Foz do Amazonas até Cananeia, no sul do estado de São Paulo (Figura 4), exceto em dois pequenos trechos: 1. Baía de Camamu (BA) e 2. Baixo curso do Rio Paraíba do Sul (RJ). O território de domínio desses grupos reconhecidamente praticantes do canibalismo alcançou bem mais que uma centena de quilômetros em direção às cabeceiras dos maiores rios, em especial aqueles navegáveis. Ainda que linguisticamente e culturalmente relacionados, os falantes do Tupinambá estavam divididos em vários grupos, que travavam impiedosas guerras uns contra os outros.

Os Tupi foram mostrados com diferentes nomes pelos invasores portugueses e franceses. O termo Tupinambá foi aplicado às tribos de grandes regiões isoladas, como Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. Por ser os grupos dessas regiões os melhores conhecidos pela Etno-História, devemos, por conveniência, aplicar para todos o termo Tupinambá. Segundo Métraux (1948), devemos, ainda, cuidadosamente diferenciar cada subdivisão quando da definição da sua posição geográfica, conforme pode-se ver no Quadro 01.

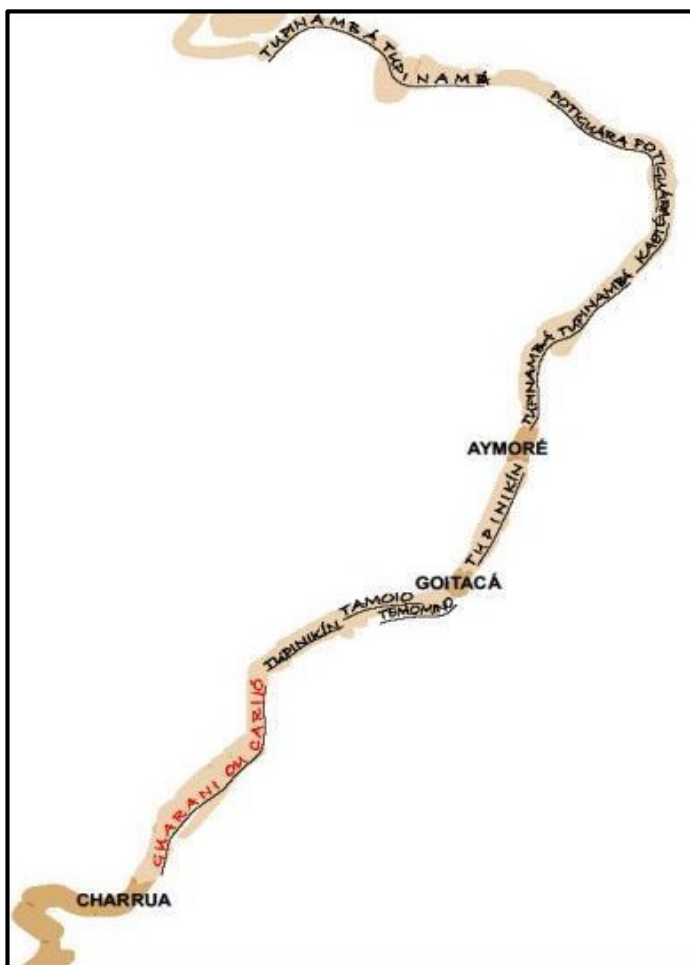


Figura 4. Distribuição dos grupos indígenas ao longo do litoral brasileiro em 1500.

Segundo Alfred Métraux (1948), por mais próxima que fosse a relação entre esses grupos, havia, paradoxalmente, uma ligação de animosidade entre um grupo e outro. Animosidade que era colocada em prática durante os intermináveis conflitos entre os grupos que, por sua vez, acabavam em um clímax ritualístico: os derrotados sendo servidos como prato principal (FERNANDES, 1970).

Quadro 01. Classificação dos Grupos Tupi, falantes do Tupinambá no século XVI. (Fonte: elaborado a partir de MÉTRAUX, 1948).

GRUPO	LOCALIZAÇÃO
<i>Tupinambá</i>	Ao longo da costa inteira - entre o Rio Pará e o Rio Parnaíba
<i>Potiguara ou Potivara</i>	Entre o Rio Parnaíba e o Rio Paraíba
<i>Caeté ou Caíté</i>	Entre o Rio Paraíba e o Rio São Francisco
<i>Tupinambá</i>	Do Rio São Francisco até a Baía de Camamu
<i>Tupinikin, Tupiniquin, Margaya ou Tuaya</i>	Ocupando uma estreita faixa entre a Baía de Camamu e a Baía de Vitória
<i>Temiminó ou Tomomyno</i>	No sul do estado do Espírito Santo e baixo curso do Rio Paraíba do Sul
<i>Tupinambá ou Tamoyo</i>	Do Cabo de São Tomé a Baía de Angra dos Reis
<i>Ararape</i>	Interior do Rio de Janeiro
<i>Tupinakin, Tupiniquin, Tupi ou Tabayara</i>	Entre a Baía de Angra dos Reis e Cananeia
<i>Tabayara, Tobajara, Miari, Enguare ou Miarigois</i>	Serra Grande do Ceará (Serra da Ibiapaba)
<i>Tupina, Tobayara ou Tupiguacé</i>	No interior, espalhados nas florestas do norte do Rio São Francisco até o Rio Camamu
<i>Amoipira</i>	No interior da Bahia, margem esquerda do Rio São Francisco

Se a historiografia estabelece o falante do Tupinambá como o habitante do litoral brasileiro, ela também aponta o povo Tupiniquim como o habitante de toda a região fitogeográfica Hileia Baiana. Como vimos anteriormente, a historiografia também deixa claro que os grupos Tupinambá parecem ter alcançado a costa brasileira em tempos recentes, e que suas migrações terminaram somente na segunda metade do século XVI; e que as Tradições históricas afirmam que os primitivos habitantes da costa do Brasil (desde o Rio Amazonas até o Rio de La Plata) eram vários grupos grandes indefinidamente chamados de *Tapuya* pelos Tupinambá e portugueses. Até o tempo da ‘descoberta’ do Brasil, eles (os Tupinambá) tinham empurrado os *Tapuya* para o interior, em direção às cabeceiras das bacias hidrográficas, mas ainda restavam, perto da costa, empreendendo guerra contra os Tupinambá invasores; cuja intrusão era tão recente que não tinham

tempo de exterminar ou assimilar os donos anteriores da região do litoral (os *Tapuya*), formando ‘ilhas étnicas’ entre os grupos de fala Tupi. Mito ou verdade, essa é uma questão que somente a Arqueologia tem condições de apresentar alguma resposta.

As principais informações sobre os Tupiniquim vêm das descrições dos primeiros encontros e conflitos envolvendo indígenas e europeus ou ainda envolvendo somente indígenas; dos aldeamentos; e das epidemias, todos narrados por missionários, viajantes e invasores a partir da década de 30 do século XVI, até meados do século XVII. Essas obras são unânimes em admitir o domínio Tupiniquim para o litoral norte do Espírito Santo e sul da Bahia, incluindo a área do baixo curso do Rio Doce e adjacências ao sul.

Os relatos mais significativos sobre os conflitos estão para os ocorridos em 1546 na Capitania do Espírito Santo (Rio Cricaré e Baía de Vitória) e Capitania de Porto Seguro; em 1552, em Ilhéus e Porto Seguro; em 1557, no Espírito Santo (Rio Cricaré e Baía de Vitória); e, novamente, na Capitania do Espírito Santo, em 1568 (Rio Cricaré e Baía de Vitória).

Mem de Sá (ANCHIETA, 1958), ao tratar da Capitania do Espírito Santo acerca do conflito com os Tupiniquim do Cricaré (quando se deu a morte de seu filho, Fernão de Sá) e do conflito na Baía de Vitória, fez o seguinte relato:

Fica (a capitania) agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tão principais (chefes) que parece que não levantarão a cabeça tão cedo.

Do conflito de 1568, Mem de Sá descreve:

E chegando à capitania, em mui breve sosseguei o gentio que quis pazes e os que não quiseram foram castigados e mortos muitos, e os que escaparam se foram da terra e ficou ela mais pacífica que nunca.

Outras informações a respeito dos indígenas para esse período referem-se aos ataques, em 1562, de grupos *Aymoré* que vieram do interior da Capitania e atacaram a Baía de Vitória; e dos *Pitagoares* que vieram da Bahia e atacaram o norte da Capitania do Espírito Santo. Que fique bem claro que as notícias relativas aos ataques dos *Aymoré* não se confundem com as revoltas dos Tupiniquim apresentadas anteriormente, e compelidas por Mem de Sá. É, inclusive, ressaltado que os dois grupos não estabeleciam aliança.

No que se refere às fontes deixadas pelos missionários, são de grande valor a dos Padres Brás Lourenço (1549); Manoel da Nóbrega (“Cartas do Brasil”)

e Anchieta (“Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões” 1554-1594 (1933); “De Gestis Mendi Saa” 1563 (1958); e “Informação do Brasil e de suas Capitânicas” (1964), dando conta principalmente dos Tupiniquim nativos e aldeados, além de grupos não-Tupi trazidos do interior, principalmente *Aymorés*.

Brás Lourenço, auxiliado pelo também padre Diogo Jácome, foi o fundador da Aldeia Nova (atual Santa Cruz) em 1556, um aldeamento Tupiniquim com um núcleo de catequese que atraiu várias tribos de índios da região. Mais tarde, com a criação da Aldeia dos Reis Magos (atual Nova Almeida) o núcleo passou a denominar-se Aldeia Velha. Muitos desses Tupiniquim haviam descido recentemente do interior para substituir os aldeados mortos, devido, principalmente, às sucessivas epidemias que assolaram o litoral a partir da década de 1550.

Jean de Léry, missionário francês, veio ao Brasil em 1557 acompanhando a expedição do Vice-Almirante da Bretanha, Nicolas Durand de Villegaignon. Em sua obra, “Viagem à Terra do Brasil” (1578), expõe excelentes dados etnográficos sobre os Tupi da costa. Léry passou pelo litoral do Espírito Santo, onde esteve com “índios do huuassú”, falantes do Tupinambá e identificados por ele como sendo da nação “*Margaiá*”. Segundo ele, estes viviam ao norte, a nove ou dez léguas do “fortim português denominado Espírito Santo” e, assim, registra em suas anotações o primeiro contato da expedição como os nativos da

[...] Índia Ocidental ou terra do Brasil, quarta parte do mundo, desconhecida dos antigos e também chamada América do nome daquele que, em 1497, primeiro a descobriu.

Nenhum de nossos marinheiros, já viajados, reconheceu bem o sítio; entretanto os selvagens eram da nação dos Margaiá, aliada dos portugueses e, por consequência, tão inimiga dos franceses que, se nos apanhassem em condições favoráveis, não só não nos teriam pago resgate algum mas ainda nos teriam trucidado e devorado [...].

[...] Não obstante a inimizade entre os margaiás e franceses, muito bem dissimulada de parte a parte, nosso mestre, que lhes conhecia um pouco a língua, meteu-se num escaler com alguns marujos e dirigiu-se à praia cheia de selvagens [...] Tanto os homens como as mulheres estavam tão nus como ao saírem do ventre materno, mas para parecer mais garridos tinham o corpo todo pintado e manchado de preto [...].

[...] Os homens usavam o cabelo cortado na frente à maneira de coroa de frade e comprido atrás, aparado em torno do pescoço

como entre nós, as pessoas que usam cabeleira. Ainda mais: todos tinham o lábio inferior furado ou fendido e cada qual trazia no beijo uma pedra verde e polida, como que engastada, do tamanho de uma moeda, e podia ser tirada ou colocada, como bem entendiam.

[...] Quanto à mulher, além de não ter o lábio furado, usava os cabelos compridos como as demais do lugar; mas tinha orelhas furadas tão cruelmente que era possível atravessá-las com os dedos e nelas carregavam penduricalhos de osso [...].

[...] Sustentam (**tupinambás**¹⁹) uma guerra sem tréguas contra várias nações desse país, porém seus mais encarniçados inimigos são os indígenas chamados margaiá e os portugueses, a eles aliados, e a que denominam *pêros* [...] Entram amiúde em conflito e a hostilidade entre as duas nações é tão inveterada que parece mais fácil misturar água com fogo, sem que uma altere o outro, do que juntar tupinambás e maracajás sem terríveis disputas.

Os *margaiás* relatados por Léry, parecem, de fato, ser pertencentes a um dos muitos grupos Tupiniquim, sendo possivelmente terem eles mesmos sido chamados por Nóbrega e outros cronistas como “*Gentio do Gato*”. De acordo com Plínio Ayrosa “[...] as variantes do designativo são muitas: Margaiá, Maragaiá, Maragajá, Marakajá, Markaiá, Marguiá, Marakayá [...]”. Segundo o antropólogo Alfred Métraux, todas essas variantes seriam sinônimas de Tupiniquim e, este, também uma variante de Tupinambá.

Uma fonte interessante e com riqueza de detalhes sobre os Tupi, é a obra de Gabriel Soares de Souza. Contudo, em seu “Tratado Descritivo do Brasil” de 1587, Souza deixa perceber, claramente, informações contraditórias nas nomeações e localizações. Por exemplo, quando se referiu na década de 1570 à região central da então Capitania do Espírito Santo como sendo habitada pelos *Papaná*, relatando que eles teriam sido expulsos para o sertão pelos *Goytacá*, e que teriam, assim, chegado ao Rio Cricaré, no norte da Capitania. Souza deixa confundir quando também afirma que os *Tupinikin* participaram da expulsão dos *Papaná*, e que foram estes os primeiros inimigos dos colonos fixados na região Central. Contudo, sua obra é bastante rica em informações etnográficas, além de permitir entender a presença e primariedade *Tupinikin* na Hileia Baiana.

As epidemias causadas por doenças tipicamente europeias, ocorridas principalmente na década de 1560, como o sarampo, foram introduzidas entre os nativos e funcionaram como ‘armas biológicas’ dizimando milhares (talvez

¹⁹ O grifo é nosso.

milhões) de índios ao longo de todo o litoral brasileiro, destruindo nações inteiras, como no caso dos grupos nativos da Hileia Baiana. Esse ataque deliberado levou ao forte desequilíbrio demográfico da etnia Tupi, com efeitos depopulativos profundos. A ausência do Tupi no litoral facilitou a descida de grupos do interior (*Tapuya*), primeiramente os *Aymoré* e depois outros do Tronco Linguístico macro-Jê, até as terras baixas do litoral, acentuando a complexidade do quadro étnico desse trecho do litoral.

Também foi nesse período que se intensificou as entradas para os sertões em busca de minerais e aprisionamento de indígenas dos grupos macro-Jê e Tupi do interior, tornando a complexidade do quadro ainda mais efetiva a partir de então. Novamente se dá o efeito depopulativo intenso, resultado da resistência dos índios à invasão e atividades de apresamento impostas pelos entradistas. A entrada de Antônio Dias Adorno, por exemplo (que partiu de Porto Seguro em 1580), trouxe sete mil índios da região compreendida entre o Rio Itanhém e o Rio Cricaré. Já o Padre Domingos Garcia, responsável pelo aldeamento Aldeia Nova (região do Rio Reis Magos e Rio Piraquê-Açú), trouxe, em 1595, um grupo de Tupiniquim do interior do Rio Doce, para onde fugiram dos massacres promovidos pelo Governador Mem de Sá, em 1557 ou 1568.

As descrições mais sistemáticas sobre os grupos do interior (os *Tapuya*) aparecem com certa frequência a partir de então, mas, trata-se de um período em que o interesse dos cronistas pela organização social dos povos indígenas já decrescera, o que fazia com que a qualidade das observações ficasse cada vez menos consistente. Nesses relatos, apesar da diversidade de interesses, formação e experiências vividas pelos cronistas, as informações se caracterizam por serem relativamente homogêneas e não permitem reconstituições seguras da organização social desses grupos. As principais fontes são os relatórios dos Capitães-Mores sobre suas ações repressivas e conquistas das entradas. Uma das principais consequências das entradas foi a formulação de cartas regionais: por exemplo, a de João Teixeira de Albernaz, de 1627, retratando a Capitania do Espírito Santo (Figura 5) e as primeiras notícias que permitem identificar com mais precisão a localização dos grupos indígenas interioranos, contudo, as referências ainda se restringem aos *Aymoré*, por ser com esses que se travavam as maiores batalhas.

A etnicidade na Hileia Baiana foi muito afetada em toda a sua extensão. A região conhecida por Baixo Sul (entre o Rio Jiquiriçá e o Rio de Contas) passou a se constituir numa área de conflito, particularmente com os *Gren*, *Kamacã-Mongoió*, *Aymoré*, Botocudos e *Pataxó*, pois, esses ofereciam resistência às entradas, à Guerra Justa²⁰ e às tentativas de aldeamento pelos missionários, intensificando as revoltas por volta de 1650, que se estenderam até a Serra dos Aimorés, no vale do Mucuri. Essa pressão levou-os a constantes deslocamentos para o interior e na direção sul, fugindo ao contato e buscando refúgio por mais de dois séculos nas densas matas do norte da Capitania do Espírito Santo, em especial na Bacia do Rio Doce, fazendo com que esses “Sertões” ficassem, até o século 19, temidos e evitados ante a fama dos ‘silvícolas habilidosos’, ‘selvagens valentes’, cruéis e indolentes, agora chamados de *Botocudos* e não mais de Tapuias, tampouco Tupiniquins, formando uma “barreira verde” assustadora, que ficara, por imposição da Coroa Portuguesa, proibida de colonização entre os anos de 1700 e 1800

Esse espaço territorial e temporal, pelas circunstâncias históricas do processo colonizador, reservou à Hileia Baiana e, conseqüentemente, ao baixo Rio Doce, um papel secundário na dinâmica da economia colonial. A numerosa presença de índios em todo o território se constituiu numa importante barreira à colonização. Em tais circunstâncias foi que o Rio Doce conseguiu se preservar por mais tempo como o lugar da fuga e do refúgio indígena. Enquanto as regiões vizinhas eram tomadas para dar lugar à criação de gado, cultivo de mandioca e cana, o Rio Doce permaneceu, até praticamente o final do século XIX, o espaço dos nativos.

O decreto, em 1808, da “Guerra Ofensiva aos Botocudos” intensificou a movimentação, dispersão e aldeamento dos diversos grupos, e as ações repressivas tomadas, a partir de então, tornaram os dados relativos aos grupos do Tronco macro-Jê (e mesmo os remanescentes Tupiniquim) mais frequentes, porém, menos consistentes; pois, nesse século, as relações e vivências dos vários grupos com os colonos já têm outras características.

Embora o conhecimento das diversidades culturais e a autoidentificação dos grupos indígenas já estivessem bastante conhecidas, elas também estavam bastante dissociadas das denominações étnicas usadas a partir desse período. Na verdade, essas denominações estavam vinculadas a uma estratégia política

²⁰ O conceito de Guerra Justa foi empregado pela Coroa Portuguesa para justificar a captura, aprisionamento e escravização dos indígenas, desde o séc. XVI ao XIX. A concessão de guerra justa obedeceu à uma “ideologia expansionista” e os critérios variaram, assim como variou a legislação em permanente tensão entre o que ditava a Coroa e o que era praticado na terra invadida.

justificadora da decretação de ‘Guerras Justas’ e de massacres particulares promovidos por invasores, comumente chamados de colonos, e não tinham, como antes, nenhuma preocupação com dados etnográficos; todos passaram a ser identificados como Botocudos, independentemente da língua falada e autodenominação.

De modo geral, as poucas obras que dispõem de anotações mais fiéis sobre aspectos etnográficos e línguas indígenas durante os séculos XIX e XX referem-se às obras dos viajantes, naturalistas e alguns pesquisadores que trabalharam essas obras (Maximiliano Wied-Neuwied; August de Saint-Hilaire; D. Pedro II; Alfred Métraux; Curt Nimuendaju; Teófilo Otoni, entre tantos outros). Embora bastante ricas, essas obras são também bastante confusas com relação à citação de localização geográfica e, além do mais, utilizaram-se de denominações étnicas dissociadas daquelas dos séculos precedentes, exceto os estudos de Alfred Métraux e Curt Nimuendajú.

Com relação ao termo Aimorés, ou ainda *Aymoré*, *Ambaré*, *Guaimuré* ou *Embaré*, Paraíso (1998, p. 70) deduz que essa era a denominação atribuída aos índios do interior pelos Tupi, e que foi amplamente utilizada no século XVI. A partir do século XVII foi substituída por *Guerén*, *Gren* ou *Kren*, que seria a autodenominação do grupo. A partir do século XIX foi substituída pela denominação de Botocudos, numa alusão aos botoques labiais e auriculares que usavam como adorno os índios que ofereciam resistência à conquista de seus territórios. A partir da segunda metade do século XIX passam a ser referidos pelos nomes dos seus vários grupos e subgrupos que, ao que tudo indica, eram derivados dos nomes dos seus líderes ou das características geográficas dos locais em que viviam.

No que diz respeito ao termo *Maxakali*, Paraíso (1998) indica que é possível que os índios dessa região fossem dos vários grupos ou subgrupos aliados, componentes de uma confederação de tribos que ficou assim conhecida. Esse ponto de vista é confirmado por Nimuendajú, (1954) que atestou em 1937:

[...] Desconheço a origem da palavra Maxacali. Ela não pertence ao Tupi, nem à língua própria da tribo. Poucos entre os índios a conhecem. Hoje é como designação neobrasileira (...) para toda aquela parte da tribo que habitava... (v. 6. p. 53-61).

Resumidamente, a distribuição desses grupos na região da Hileia Baiana pode ser colocada conforme descrito no Quadro 02:

Quadro 02. Distribuição dos diferentes grupos indígenas registrados na Hileia Baiana entre os séculos XVI e XX. (Fonte: elaborado a partir de NIMUENDAJU, 1944).

GRUPOS INDÍGENAS REGISTRADOS NA HILEIA BAIANA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XX
Tupiniquim - em todo o litoral entre Camamu (BA) e Baía de Vitória
Botocudos/ <i>Gren/Aymoré</i> - nos rios: de Contas, Cachoeira, Pardo, Jequitinhonha, Jucuruçu, Itanhém, Peruípe, Mucuri, Cricaré e Doce
<i>Pataxó/Patachó</i> - habitavam o curso médio dos rios: de Contas, Pardo, Jucuruçu, Jequitinhonha, Mucuri, Cricaré e Itaúnas
<i>Kutaxó/Cotoxó</i> - ocupavam a área entre os rios: Pardo, Jequitinhonha e Doce
<i>Kumanaxó/Comanaxó/Cumanachó</i> - habitavam o médio curso dos rios: Jequitinhonha, Mucuri e Cricaré
<i>Kamakã-Mongoió</i> - entre as cabeceiras do Rio de Contas e Rio Pardo
<i>Kamakã-Mongoió</i> - informações sobre pequenos grupos nas vilas litorâneas dos rios: Peruípe, Itanhém e Mucuri, onde foram conhecidos por <i>Menian</i> e <i>Canarins</i> . Foram deslocados para essas áreas para combaterem outros grupos do sertão
<i>Monoxó/Manaxó/Mapoxó/Momaxó/Makaxó/Maxakan</i> - situados no baixo curso dos rios: Jequitinhonha, Mucuri e Doce
<i>Kopoxó/Copoxó/Gotochós</i> - entre os rios: de Contas, Jequitinhonha, Mucuri e Doce
<i>Kutatoi</i> - no vale das cabeceiras do Rio Jucuruçu
<i>Maxakali/Machacalizés/Machacaris/Macachacalizés/Malakaxi/Malakaxeta</i> - nos rios: Jequitinhonha, Itanhém, Jucuruçu, Mucuri e Doce
<i>Malali / Malalizés</i> - no médio curso dos rios: Jequitinhonha, Mucuri, Cricaré e Doce
<i>Panbame / Bonito / Bonitó</i> - nos rios: Jequitinhonha, Mucuri e Doce
<i>Puri</i> - nos afluentes da margem direita do Rio Doce
<i>Makeoni / Maconés / Macunis / Makuinins / Maquaris / Bakoani / Maconcugi</i> - bacias dos rios: Jequitinhonha, Mucuri, Cricaré e Doce

Oikoé Gatú - São Muito Diferentes? Um retrato das línguas faladas na Hileia Baiana

Ao se cruzar os dados etno-históricos; as alianças políticas estabelecidas entre os vários grupos; e o tipo de relacionamento estabelecido com os colonizadores, pode-se entender que, aparentemente, tenha existido uma grande diversidade linguística dentro da região da Hileia Baiana. Porém, é possível que essa aparente diversidade camufle diferenças básicas ligadas à história dos sistemas de povoamento das bacias costeiras do Leste, permitindo evidências consistentes para críticas à tal hipótese.

O ponto de partida para um entendimento da história regional desses sistemas culturais pode se dar sob uma perspectiva comparativa entre os diferentes troncos linguísticos existentes dentro da região, o que permitirá uma comparação controlada de evidências históricas ligadas ao desenvolvimento de cada sistema cultural-etnolinguístico. Para tanto, é imprescindível a utilização de informações

obtidas na historiografia e na Etno-História, não obstante os problemas que podem resultar do uso indiscriminado dessas informações.

Assim, ao analisar o mapa etno-histórico do Etnólogo, Curt Nimuendajú, de 1944 (Figura 6), nossa síntese linguística mais completa, embora a região se apresente com um quadro multilinguístico, na verdade, não existia grande diversidade étnica entre as populações primárias que habitaram as bacias costeiras da região. As informações indicam que existiram populações falantes de um relativamente pequeno número de línguas, pertencentes a pelo menos dois troncos linguísticos diferentes: o Tupi (família Tupi-Guarani – língua Tupinambá), e o macro-Jê (famílias Borun - esses, os verdadeiros botocudos; Masakarí; Kamakã e Puri), e mesmo duas línguas isoladas (Patasó e Malalí), conforme pode ser observado no Quadro 03.

No caso específico dos *Aymoré*, é interessante a colocação de Curt Nimuendajú que apresenta esse grupo para o século XVI e como pertencente ao tronco linguístico Tupi, enquanto que Maria Hilda Paraíso, historiadora que se debruçou profundamente sobre as questões indígenas dessa região, classifica o termo como sendo uma denominação atribuída aos índios do interior pelos Tupi, a qual foi amplamente utilizada no século XVI, sendo substituída no século XVII por *Guerén*, *Gren* ou *Kren*, que seria a autodenominação do grupo Botocudo.

Uma análise do Quadro 03 dá, a partir da compilação da diversidade de fontes produzidas nos últimos cinco séculos acerca da relação social índio/colonizador, subsídios suficientes para se entender o grau de complexidade cultural deixado a partir da movimentação, aldeamento e extinção dos diversos grupos primários que habitaram essa região, ou aqueles que nela buscaram refúgio a partir do início da colonização.

Percebe-se claramente o domínio do baixo curso das bacias pelos Tupi (*Tupinikin*) durante os dois primeiros séculos de colonização. A demografia, embora os dados relativos não sejam confiáveis, aponta para uma população Tupiniquim numericamente expressiva e significativa, principalmente no baixo Rio Cricaré, área com melhor descrição para a região do Rio Doce, com algumas histórias sobre os Tupinambá dos séculos XVI e XVII. Estudos apontam que os Tupi da costa tinham uma densidade nativa da ordem de 60 habitantes por 100 km², enquanto que os Botocudos tinham uma densidade não muito maior de 15.

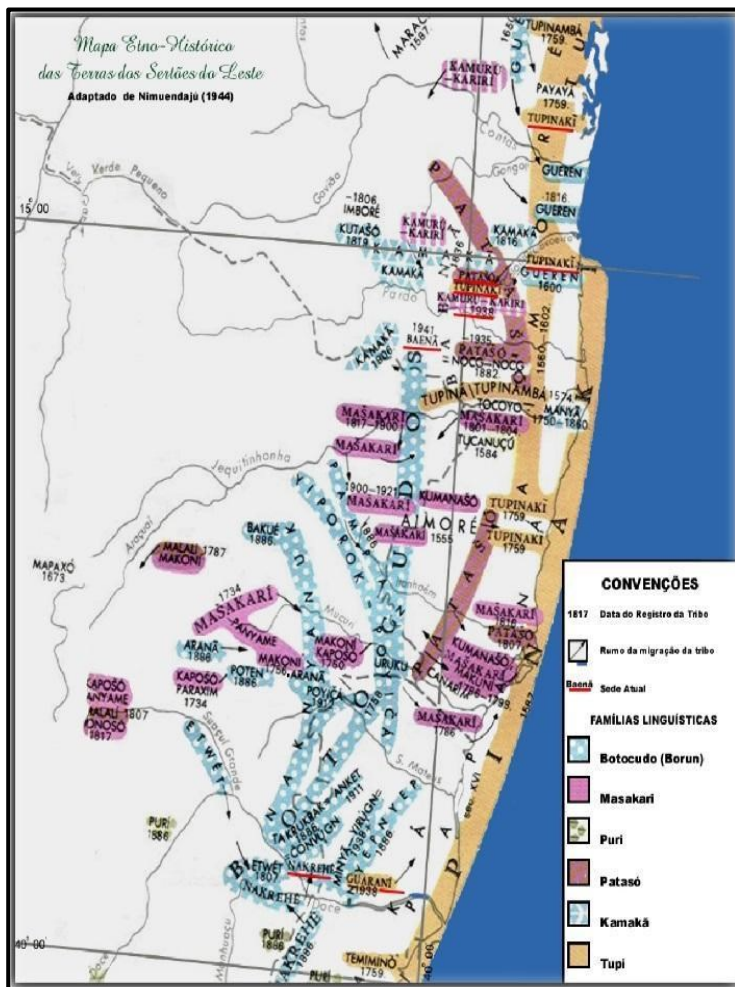


Figura 6. Mapa Etno-Histórico da Hileia Baiana e porção setentrional dos “Sertões do Leste” (adaptado de NIMUENDAJU, 1944).

Quadro 03. Troncos linguísticos, famílias linguísticas e algumas línguas indígenas na Hileia Baiana a partir de Nimuendajú (1944).

TRONCO	FAMÍLIA	LÍNGUA	GRUPO
Tupi	<i>Tupi-Guarani</i>	<i>Tupinambá</i>	<i>Tupiná</i>
			<i>Tupinambá</i>
			<i>Temyninó</i>
			<i>Tupinaki</i>
macro-Jê	<i>Borun</i> (<i>Botocudo</i>)	-----	<i>Aimoré (?)</i>
			<i>Guerén/Gren/Kren</i>
			<i>Botocudo</i>
			<i>Pampã</i>
			<i>Bakúé</i>
			<i>Yiporok/Poyiçá</i>
			<i>Naknyanuk</i>
			<i>Aranã</i>
			<i>Poten</i>
			<i>Uruku</i>
			<i>Etwét</i>
			<i>Nakrebé</i>
			<i>Nyepnyep/Minyã/Yirúgn</i>
	<i>Takrukruk/Anket/Convugn</i>		
	<i>Masakarí</i>	-----	<i>Masakarí</i>
			<i>Kumanasó</i>
			<i>Makoní</i>
			<i>Kaposó</i>
			<i>Panyame</i>
	<i>Kamakã</i>	-----	<i>Monosó</i>
			<i>Paraxim</i>
			<i>Kamakã</i>
	-----	-----	<i>Kutasó</i>
<i>Manyã</i>			
<i>Puri</i>	-----	<i>Puri</i>	
Não classificado	<i>Patasó</i>	<i>Patasó/Noçg-Noçg</i>	
Não classificado	<i>Malali</i>	<i>Malali</i>	

Estimativas propostas por alguns estudiosos indicam uma população Tupiniquim, distribuída entre o Espírito Santo e o sul da Bahia, de cerca de 55 mil habitantes. Isso no início da colonização brasileira. Entretanto, essa população foi-se reduzindo de forma drástica devido aos conflitos com o colonizador, das doenças advindas desse contato e da política de aldeamentos. Essa depopulação rápida e intensa ao longo do litoral criou uma espécie de vácuo demográfico, o qual, durante o período de devassamento e ocupação das terras do interior passou a ser “preenchido”, com idas e vindas, pelas populações macro-Jê anteriormente assentadas em áreas de cabeceiras de rios que, igualmente, foram quase que totalmente eliminadas nos séculos seguintes.

Concluindo, esse mosaico cultural bastante complexo para a região fitogeográfica Hileia Baiana, com uma multiplicidade de grupos indígenas habitando a floresta tropical, alguns sem contato com o europeu ainda no final do século XIX (principalmente no Rio Doce), é nada mais que o resultado de um longo processo histórico dos sistemas culturais (etnolinguísticos), alternando períodos de mudança - antes e depois do séc. XVI – certamente, com períodos de equilíbrio, e ocasionado por relações intra e interétnicas do tipo guerras, sistemas de comércio, casamentos, e, posteriormente, bem mais pela “Guerra Justa” imposta pelo invasor europeu.

Referências Bibliográficas

- ANCHIETA, J. de – *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*. Civilizações Brasileiras, Rio de Janeiro, 1933.
- ANCHIETA, J. de – *De gestis Mendi Saa*. Trad. Armando Cardoso, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1958.
- ANCHIETA, J. de – *Informação do Brasil e de suas Capitânias*. Introdução Leonardo Arroyo. Ed. Obelisco, Cadernos de História, 3, São Paulo, 1964. 53pp.
- D'ALLINCOURT, L. – *Documentos sobre o rio Doce – 23/07/1833*. Sargento-Mor e Engenheiro; **RHIGES**, v. 21, p. 100-25, Vitória, 1960.
- FERNANDES, Florestan– *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira/Edusp, 1970.
- HERÓDOTO. *Histórias*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UNB, 1988.
- LÉRY, J. de – *Viagem à terra do Brasil - 1578*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1961.
- MÉTRAUX, A. – *The Tupinambá*. In: **Bureau of American Ethnology - South American Indians**, 1948. Bol. 143, vol. 3, Smithsonian Institution, Washington.
- NAVARRO, L. T. – *Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro (1808)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 433-68, 1866.
- NIMUENDAJÚ, Curt. – *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes (1944)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- NIMUENDAJÚ, Curt. – *Índios Machacaris*. **Revista de Antropologia**, Edusp, v. 6, p. 53-61, São Paulo, 1954.
- NÓBREGA, Pe. M. da – *Cartas do Brasil*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1886.
- OTONI, T. B. – *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. **Organização Regina Horta Duarte**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- PARAÍSO, M. H. B. – *O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1998.
- PEDRO II, D. – *Viagem ao Espírito Santo - 1860*. In Levy Rocha (1980). **Revista Continente Editorial/INL**, Brasília, 1980.
- RIZZINI CT. 1979. *Tratado de fitogeografia do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2 ed. 374p.
- SAINT-HILAIRE, A. de – *Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce (1818)*. Belo Horizonte, Itatiaia/UESP, 1974.
- SPIX, J. B. von & MARTIUS, C. F. P. – *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL/MEC, 1976.

SOUZA, Gabriel. S. de - *Tratado descriptivo do Brasil in 1587*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 141-423. Rio de Janeiro, 1851.

VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.R. & LIMA, J.C.A. *Classificação da vegetação Brasileira adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

WIED-NEUWIED, Maximilian Alexander Philipp zu - *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

CAPÍTULO 3

A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO ESPÍRITO SANTO: conflitos sociais e degradação ambiental

Maria Alayde Alcântara Salim

O Ensino da História do Espírito Santo na Educação Básica

No Brasil, a partir do final da década de 1980, os temas referentes à realização do ensino de História começaram a ganhar espaço na produção acadêmica. Esse período também foi marcado pela disseminação no Brasil de novas concepções em relação às formas de se escrever a história e a sua função social. Contra uma história totalizadora e eurocêntrica, linear e norteadada pela ideia de progresso, ergue-se uma história que se preocupa em focalizar temas e sujeitos até então negligenciados e excluídos da “história oficial”. Deste modo, o desenvolvimento dessa produção sobre o ensino ocorreu num contexto geral de contestação e crítica aos paradigmas históricos que dominavam a produção historiográfica brasileira e da abertura de novos campos para pesquisa.

No centro das discussões realizadas nessa literatura destacam-se, principalmente, a crítica às práticas de ensino ainda alicerçadas em uma perspectiva positivista/historicista em que a história é apresentada como uma evolução linear e mecanicista dos acontecimentos políticos e econômicos movidos pela ideia de progresso. Nessa narrativa a história europeia ocupa um lugar de centralidade, correspondendo a cerca de 70% dos conteúdos que integram o currículo da disciplina; a História do Brasil aparece como o desdobramento da História Europeia, entrando “em cena” como decorrência de fatos e de ações protagonizados pelas nações do velho mundo.

Ao trazermos essa discussão para o ensino da história local (no nosso caso, da história do Espírito Santo) na educação básica, a situação se torna ainda mais desafiadora. O Espírito Santo é comumente apresentado a partir da imagem do atraso, da capitania que fracassou, do estado que se diferencia frente ao desenvolvimento econômico e cultural dos demais estados da Região Sudeste. As dificuldades em relação à pesquisa histórica no estado podem ser vistas não apenas como decorrência de uma lógica de desenvolvimento econômico e cultural centralizadora que restringiu os espaços e os meios materiais necessários para a pesquisa, mas também pela hegemonia de uma perspectiva historiográfica que priorizava as grandes narrativas em detrimento das especificidades locais. O que dizer, então, do ensino de História da região norte do Estado?

É comum lermos em livros de História ou mesmo ouvirmos depoimentos reforçando a ideia de que, na região norte, até meados do século XX, não havia nada, não havia ninguém, aqui era só mato, era um vazio e que a situação só mudou após a chegada das madeiras, da produção cafeeira, das usinas de álcool e fábrica

de celulose; ou seja, do capital, das empresas que representavam a oportunidade de alcançar o idealizado progresso. Desse modo, foi produzida a tese do “vazio demográfico” que justificou a forma de ocupação e exploração da terra de maneira a atender aos interesses do modelo econômico e ao mesmo tempo obscureceu o processo de expropriação do território historicamente ocupado pelas Comunidades Tradicionais na região.

Assim, a história do norte do Estado, sobretudo a região do Rio Doce, muitas vezes é apresentada na perspectiva da ideologia burguesa do progresso, ou seja, como uma sucessão linear de etapas movida pelo Deus Progresso. Segundo o filósofo alemão Walter Benjamin (1987), a história concebida como uma sucessão de etapas fundamentadas na ideia de progresso apresenta-se sempre como uma história dos vencedores. Para Benjamin, a atitude revolucionária consiste em tomar partido dos vencidos e, do ponto de vista dos vencidos, a história é uma sucessão de desastres. A História como progresso é sempre a história dos vencedores, que esconde atrás da pretensa totalidade os interesses da minoria dominante e suas táticas discursivas. Cabe à História tomar partido dos vencidos, rememorando um passado que ficou aprisionado nas narrativas históricas universais. A história como rememoração da tradição cultural passada representa, para Benjamin, um importante meio de combate contra a alienação imposta ao sujeito pelo capitalismo, capacitando-o para atuação transformadora da realidade presente.

Considerando a importância da produção de um conhecimento histórico voltado para as pessoas e para os acontecimentos que foram esquecidos ou apagados das narrativas históricas, esse capítulo tem por objetivo apresentar um estudo sobre o processo histórico da ocupação/exploração da região do Rio Doce, no norte do Espírito Santo, focalizando especialmente os impactos para as Comunidades Tradicionais e a decorrente devastação ambiental resultante desse processo. O estudo tem como ponto de partida o reconhecimento da degradação ambiental verificada na região norte do estado na atualidade; assim, a partir desse problema do presente, busca-se compreender o processo histórico que provocou essas transformações no território. Na visão do historiador Marc Bloch (2002), a ignorância do passado não se limita apenas a prejudicar a compreensão do próprio presente, mas compromete no presente a própria ação social; ou seja, a possibilidade de atuarmos e modificarmos a nossa realidade.

O estudo compreendeu um período que se estende dos primeiros anos do século XIX até meados do século XX, sendo utilizadas como principais fontes de pesquisas os textos narrativos e algumas imagens produzidas por naturalistas e

viajantes estrangeiros, cronistas, engenheiros e autoridades governamentais que percorreram e descreveram a região no período focalizado, tais como: “Viagem ao Brasil”, do Príncipe Maximilian Wied-Neuwied (1815-1817); “Viagem ao Espírito Santo”, de Auguste Saint-Hilaire (1818); “Viagem à Província do Espírito Santo”, de Auguste F. Biard (1858); “Diário de Viagem”, de D. Pedro II (1860); “Geologia e Geografia Física do Brasil”, de Charles F. Hartt (1865-1867); “O Desbravamento das Selvas do Rio Doce”, do Professor Ceciliano Abel de Almeida (1905); “Rio Doce: impressões de uma época”, de Salm de Miranda (1949).

O meio físico, a fauna, a flora e também as pessoas que aqui viviam despertaram grande interesse e curiosidade entre os europeus desde a conquista do “*Novo Mundo*”, deste modo, muitos estudiosos enviados pelos governos e universidades, ou mesmo por iniciativa própria, vieram conhecer e estudar essa terra. Muitos desses viajantes percorreram, desde o século XVI, o território do Espírito Santo, mas o maior número deles esteve aqui no século XIX, apoiados por interesses econômicos e beneficiados pela abertura dos portos. Esses viajantes (filiados ao enciclopedismo e ao ideal romântico) chegavam ansiosos pelo encontro com a natureza desconhecida e, principalmente, movidos pela curiosidade do contato com os povos nativos. Os livros indicados como fontes, “Viagem ao Brasil”, de Maximilian Wied-Neuwied; “Viagem ao Espírito Santo”, de Auguste Saint-Hilaire (1818); “Viagem à Província do Espírito Santo”, de Auguste F. Biard (1858), são os resultados da passagem desses estudiosos europeus por terras brasileiras.

Alguns historiadores denunciaram que os relatos desses viajantes contribuíram para a criação de diversos mitos sobre a História do Brasil, especialmente com relação às culturas indígenas, tais como a prática da antropofagia, a preguiça, a desorganização social, o primitivismo, entre outros. De certo, em vários momentos dessas narrativas, é possível identificar visões estereotipadas a respeito da população colonial de forma geral, visões que demonstram o incômodo e o preconceito desses europeus diante das diferenças culturais. Contudo, tais narrativas não nos trazem apenas visões ideológicas sobre a população local; também, oferecem uma série de informações de grande importância na construção do conhecimento histórico. Por fim, as mesmas visões e narrativas que evidenciam o preconceito podem, também, proporcionar importantes reflexões sobre esse tema no ensino da História. Antes de explorar essas narrativas e identificar suas contribuições para o conhecimento da nossa história, segue uma breve apresentação dos seus autores.

Auguste Saint-Hilaire, botânico francês, esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Nesse período, percorreu grande parte da costa brasileira, colhendo informações zoobotânicas para o Museu de História Natural de Paris. Chegou ao Espírito Santo em 1818 e visitou todas as cidades e vilas que, nesse período, estavam restritas a uma estreita faixa litorânea que se estendia da Vila do Itapemirim até a desembocadura do Rio Doce. Além de descrever detalhadamente cada povoação, destacando o número de habitantes e casas, os tipos de construções, os costumes, a economia, também teceu considerações sobre a história da capitania desde a chegada do primeiro donatário. Para tanto, utilizou as informações de vários historiadores da época e dos viajantes que haviam passado antes dele pela capitania. Em seus relatos também podemos obter importantes informações sobre os aspectos naturais da província, além de relatos dos confrontos envolvendo os povos indígenas, os colonos e os representantes do governo provincial.

O príncipe alemão Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied chegou ao Brasil em 1815, aqui permanecendo até 1817. Nesse período formou uma comitiva com outros dois naturalistas e, partindo do Rio de Janeiro, percorreu todo o litoral do Espírito Santo e litoral e interior do sul da Bahia. O trabalho de Maximilian, entre todos os produzidos por naturalistas estrangeiros, ocupa um lugar de relevância, considerando sua importância tanto na Zoologia quanto na Etnografia. A riqueza das descrições e a qualidade da escrita fazem de sua obra uma leitura imprescindível para todo historiador interessado na História do Brasil e do Espírito Santo.

Auguste François Biard, renomado pintor francês de sua época, esteve no Brasil durante dois anos, de 1858 a 1860. A vinda para o Brasil foi motivada, principalmente, pelo seu desejo de conhecer e ter como modelos os índios. Com esse intuito, partiu para o Rio de Janeiro e, ao chegar, sofreu profunda decepção por não encontrar ali “índios de verdade”. No Rio, foi informado de que havia uma região na província do Espírito Santo, onde era possível encontrar índios em “estado natural”. Assim, Biard deixou o Rio de Janeiro e veio instalar-se nas florestas de Santa Cruz e posteriormente fez uma incursão até a Vila de Linhares e o Rio Doce. Permaneceu na Província do Espírito Santo por cerca de seis meses, convivendo e retratando os índios *Tupinikin* e Botocudos.

Charles Frederick Hart, geólogo e desenhista canadense, passou por território brasileiro no período de 1865-1867 integrando a expedição de Thayer. Aliava conhecimento científico com sensibilidade artística, o que levou à produção

de um rico material que retrata diversos aspectos do território e da sociedade brasileira e capixaba.

D. Pedro II, no ano de 1859, acompanhado da imperatriz e de um pequeno séquito, realizou uma viagem percorrendo as seguintes províncias: Salvador, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. Aportou no Espírito Santo a 26 de janeiro de 1860 e partiu no dia 9 de fevereiro do mesmo ano. Nesse período percorreu as principais vilas da província, chegando a Regência e navegando pelo Rio Doce até Linhares (apenas deixou de ir a São Mateus por provável receio de uma epidemia de varíola que, no ano anterior, causou um grande número de mortes). Nessas viagens produziu um diário com inúmeras observações sobre o território e a população, que consiste em uma importante fonte de pesquisa.

O engenheiro Ceciliano Abel de Almeida trabalhou na Região do Rio Doce na ocasião da construção da ferrovia Vitória-Minas a partir do ano de 1905. Cerca de cinquenta anos depois publicou um livro intitulado “O Desbravamento das Selvas do Rio Doce”. Nessa obra de fundamental importância para a historiografia capixaba, relata as experiências que viveu no período que trabalhou na ferrovia, tendo focado na destruição da mata nativa e o extermínio de grupos indígenas.

E, por fim, Salm de Miranda, engenheiro e Coronel do Exército brasileiro, que no final da década de 1940, a serviço das forças armadas, percorreu a região do Rio Doce nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. O trabalho resultou na publicação do livro “Rio Doce: impressões de uma época”, uma rica narrativa dos aspectos físicos e sociais da região.

Devo, ainda, destacar que durante o período que atuei como professora de História na Educação Básica, mantive especial interesse pela discussão relativa à inserção de temas sobre a História do Espírito Santo nos currículos escolares. Ciente do lugar secundário destinado ao estudo da História Local, desenvolvi pesquisas com o objetivo de promover a reflexão sobre o tema, bem como o desenvolvimento de metodologias de ensino e a produção de material didático destinados ao estudo de temáticas locais nessa esfera educacional. Assim, esse estudo foi produzido a partir das minhas experiências didáticas, aliando ensino e pesquisa, movimento fundamental na prática do ensino de história. Ao apresentá-lo, espero poder contribuir para o desafio de ensinar a história do Espírito Santo em nossas escolas de Educação Básica.

O Espírito Santo no século XIX: o avanço da colonização e a guerra contra os botocudos na região do Rio Doce

Nas primeiras décadas do século XIX, a ocupação da Província do Espírito Santo decorrente da colonização europeia se restringia a uma estreita faixa de terra litorânea, enquanto todo o restante do território era coberto por uma densa mata nativa que servia de refúgio para os povos indígenas expulsos pelo processo mais acelerado de ocupação das províncias vizinhas. Porém, a ocupação começava a avançar lentamente em direção ao interior, provocando violentos conflitos entre os colonos e os povos indígenas que habitavam essa região. Cabe observar que, nesse período, o Rio Doce era o limite norte da província do Espírito Santo. O relato produzido pelo viajante francês Auguste Saint-Hilaire (1974, p.13) nos fornece importantes informações sobre a ocupação da província no ano de 1818.

A atual Província do Espírito Santo apenas contém três quartos da antiga capitania do mesmo nome e se estende, pouco mais ou menos, de 19°31' até 20°16'. Limitada ao sul pelo Rio Cabapuaana (Itabapoana), prolonga-se ao norte até o território de Porto Seguro, do qual a separa o Rio Doce. Se, porém, esta província abrange no comprimento uma extensão de cerca de 38 léguas de costa, sua largura é, em alguns lugares, reduzida a uma faixa estreita e arenosa; sobre nenhum ponto suas dependências verdadeiras avançam no lado de leste tanto quanto na Vila da Vitória e, mesmo lá, não se acha qualquer cultura a mais de 8 léguas do mar. A Província do Espírito Santo oferece, portanto, só uma faixa estreita que, em termo médio, não tem, provavelmente, mais de quatro léguas de largura. Para além se acham imensas florestas, que se confundem com as de Minas Gerais e servem de abrigo às tribos errantes dos Botocudos, sempre em guerra com os portugueses.

Os conflitos entre os colonos e os povos indígenas (denominados genericamente pelos portugueses de Botocudos) ocorria de norte a sul, em todo território da província do Espírito Santo, contudo era mais intenso e violento na região norte. Como no norte da província a ocupação colonial ocorria de maneira mais lenta, a floresta quase intocada representava um território conhecido e seguro para os povos indígenas que, mais numerosos e fortes, ofereceram uma brava resistência aos ataques dos colonos e das tropas imperiais.

A guerra e o extermínio dos Botocudos tinham o respaldo jurídico da coroa portuguesa, pois o príncipe regente, D. João, por intermédio da Carta Régia de 13 de maio de 1808, deflagrou a “*guerra ofensiva*” contra os índios Botocudos do

Rio Doce das capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo, permitindo ainda o cativeiro dos índios capturados com vida por 10 anos ou enquanto durasse a “*fereza*” e a “*antropofagia*” entre eles. O governo imperial determinou que os postos militares (o posto militar era chamado de quartel, por isso ainda hoje algumas localidades de Linhares recebem essa designação) já estabelecidos à margem do Rio Doce recebessem reforços de armas e soldados e que novos fossem criados para proteção dos colonos e ataque aos Botocudos. Depois disso, como observou Maximiliano (1940, p.125) durante sua estada em Linhares,

[...] não se deu trégua aos Botocudos, que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo; e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas.

Os territórios conquistados com essas guerras contra os índios eram identificados como “devolutos” e destinados à política de colonização do vale do Rio Doce a partir da distribuição de sesmarias para os novos colonos.

Nesse período, no campo da ciência, o Positivismo e as teorias raciais contribuíram para que surgissem ideias que colocavam em questão a humanidade dos índios e que, de alguma forma, justificavam a política de extermínio desses povos posta em prática pelo governo. No livro “História dos Índios no Brasil”, organizado por Manuela Carneiro da Cunha, a autora nos conta que o antropólogo e zoólogo alemão Blumenbach nessa época analisou o crânio de um Botocudo e o classificou como um ser que estava “no meio do caminho entre o orangotango e o homem” (CUNHA, 1992).

O naturalista Maximilian, ao percorrer com sua expedição a região do Rio Doce e Linhares no ano de 1816, foi testemunha dessa guerra e relatou o clima de tensão e violência existente entre colonos, soldados da guarda, “*índios civilizados ou caboclos*” (como eram chamados os índios Tupis que estavam integrados à colonização, submetidos aos valores culturais europeus) e “*índios selvagens ou tapuias*” (como eram chamados aqueles que resistiam, mantinham suas práticas culturais e lutavam pela defesa dos seus territórios). Maximilian deixou transparecer na sua narrativa suas dúvidas quanto à humanidade dos Botocudos, indagando que sua selvageria seria resultado da forma como eram tratados pelos brancos ou da sua “*rudeza nativa*”.

O príncipe Maximilian tinha enorme interesse em conhecer os “*temíveis Botocudos do Rio Doce*”, contudo, devido à situação da guerra na região durante sua estadia, não conseguiu alcançar seu objetivo. Ao sair de Linhares, sua expedição rumou para o Norte, passando por Barra de São Mateus (atual município de

Conceição da Barra), depois Itaúnas (na época era uma fazenda com índios e negros escravizados que pertencia a um ouvidor de Porto Seguro), e, caminhando à beira-mar, chegou até a região do Rio Mucuri (atual município de Mucuri, BA). Nessa localidade conseguiu o desejado contato com um grupo de Botocudos (pois na região os colonos e as forças militares já haviam vencido a resistência desse povo) e, como se dizia na época, estavam “*integrados à civilização*”. Na descrição de Maximilian desse encontro (1940, p.177), podemos perceber sua estranheza e incômodo provocado pelo contato com a diferença, e principalmente a destruição que a civilização representou para essas pessoas.

O aspecto dos Botocudos causou-nos indescritível espanto; nunca víamos antes seres tão estranhos e feios. Tinham o rosto enormemente desfigurados por grandes pedaços de pau, que trazem no lábio inferior e nos lobos das orelhas: destarte, o lábio inferior fica muito projetado para a frente, e as orelhas de alguns pendem como asas largas sobre os ombros, os corpos bronzeados estavam completamente sujos. Já eram muito íntimos do ouvidor, que os tinham sempre em casa, a fim de conquistar cada vez mais confiança. Dispunha de algumas pessoas que falavam a língua dos Botocudos, e deixou-nos ouvir amostra do canto dos selvagens, parecido com um uivo desarticulado. Muitos deles haviam tido varíola havia pouco; ainda estavam completamente cobertos de cicatrizes e crostas que, somando-se à grande magreza trazida pela doença, aumentava ainda mais a fealdade natural.

Mas, voltemos às observações realizadas por Maximilian durante o tempo da sua estadia na região do Rio Doce. O naturalista alemão partiu de Vitória, capital da província do Espírito Santo, viajando por uma trilha litorânea; ao chegar em Regência logo se deparou com uma enorme tartaruga que acabara de colocar ovos na areia e que foram imediatamente coletados para serem servidos como alimento para a comitiva (Figura 1). Após a refeição, iniciaram a navegação no Rio Doce em direção à Linhares. A exuberância da natureza e a riqueza e diversidade da fauna e da flora impressionaram Maximilian que, em seu relato, destacou que a passagem pelo Rio Doce foi um dos momentos mais interessantes pelo Brasil e, conforme a mentalidade da época, via a floresta como possibilidade de exploração da madeira e a prática da caça. As gravuras produzidas por Maximilian retratam esse momento (Figura 2).



Figura 1. Coleta de ovos de tartaruga em Regência.
(Fonte: WIED-NEUWIED [1816], 1940).



Figura 2. Rio Doce, 1816. (Fonte: WIED-NEUWIED [1816], 1940).

Vejamos um trecho de seu relatório (WIED-NEUWIED [1816], 1940, p.177):

A estada no Rio Doce foi, sem dúvida, uma das etapas mais interessantes das minhas viagens pelo Brasil; porque, à margem desse rio de cenários tão soberbos e tão notável do ponto de vista das riquezas naturais, tem o naturalista muito com que se ocupar e experimentar as mais variadas e agradáveis emoções. Todas as madeiras de lei aí se encontram: jacarandá, oiticica, jequitibá, vinhático, cedro, ipê, peroba, pau-brasil, etc. Linhares é ótimo lugar para o amante da caça: pois, quando alvorece, os macacos se chegam tanto às casas, que se não precisa sair à procura deles: os papagaios se reúnem em grandes bandos, e as magníficas araras são atraídas, na estação mais fria, por certas frutas. Essas grandes e lindas aves constroem os ninhos, todos os anos na mesma árvore. São frequentemente caçadas; a carne é comida; as penas das asas se usam para escrever, e, pelos selvagens, para enfeitar as flechas e adornos. Na quietude, raramente perturbada, desses ermos não é difícil voltar para casa, à tardinha, com a canoa cheia de caça, mas é preciso estar sempre em guarda com os selvagens.

A caça era o principal meio para obter a alimentação para os integrantes da expedição, além disso, objetivava capturar espécies de animais das nossas florestas para serem taxidermizados e levados posteriormente à Europa, passando a integrar o acervo de história natural de universidades e outras instituições de pesquisa.

Ser caçada foi o destino da arara abatida por Maximilian em Linhares, que aparece representada na gravura (Figura 3). Ao lado do viajante alemão aparece o índio Guack, detentor de conhecimento ancestral da Mata Atlântica. Guack atuou como guia para Maximilian Wied-Neuwied nas terras brasileiras, além de caçar, cozinhar e curar as doenças dos membros da expedição. Sem a ajuda do conhecimento dos povos indígenas, os europeus não teriam sobrevivido neste território.

Dois anos após a passagem da expedição de Maximilian, em 1818, outro naturalista europeu esteve na região: o botânico francês Auguste Saint-Hilaire. A expedição também tinha um índio como guia, o Botocudo Firmiano. Vindo do sul da província, chegaram a Regência e embarcaram para a Vila de Linhares.



Figura 3. Guack e Maximiliano, Linhares. (Fonte: WIED-NEUWIED [1816], 1940).

Observando-se a descrição de Saint-Hilaire, percebe-se que pouca coisa mudara desde a passagem de Maximilian: a floresta continuava quase que intocada. Saint-Hilaire (1974, p.87) destacou apenas a existência de quatro cabanas de “*índios civilizados*”.

Chegando ao Posto de Regência, eu mostrara ao comandante o desejo de embarcar no Rio Doce para ir à Vila de Linhares. No dia seguinte, uma piroga e dois remadores estavam às minhas ordens. Forçoso era fazer tal viagem por água, pois nenhuma estrada leva a Linhares ou pelo menos corre à margem esquerda do rio, exceto uma trilha mal aberta e embaraçada de galhos e espinhos. As margens do rio são perfeitamente planas, cobertas por inteiro de

árvores que são tanto mais robustas quanto mais se afastam da foz. Entre a embocadura do Rio Doce e o lugar onde eu estava na Vila de Linhares, não notei junto ao rio, ao sul, qualquer sinal de desbravamento; e na margem esquerda só contei 4 miseráveis cabanas habitadas por índios civilizados, que haviam derrubado um pouco da mata para poder plantar mandioca, abóboras e melancias. Esses índios estavam retirados nesse lugar deserto para fugir às perseguições de que sua raça era alvo. Os maridos iam à caça, pescavam no rio ou repousavam em casa de colonos luso-brasileiros, enquanto as mulheres cultivavam a terra para sustento da família. Assim, mesmo civilizados, os índios, ou muitos deles, conservaram, com seu caráter, muitos dos antigos hábitos.

Na passagem por Linhares o que mais chamou a atenção de Saint-Hilaire (1974, p.86) foi a beleza da lagoa Juparanã e a vegetação intacta ao seu redor, local usado para a caça e pesca pelos moradores da vila.

No dia seguinte à minha chegada à casa de Linhares, fui visitar o belo lago de Juparanã, que se situa a alguma distância desta vila. Dentre suas águas se ergue uma grande ilha, que contribui para embelezá-lo e que vi ao longe. O Lago Juparanã é muito abundante em peixe, como as suas margens o são em caça, principalmente em mutuns, pecaris e crocodilos. Os habitantes de Linhares vão constantemente caçar e pescar nessa região, mas não fizeram ainda qualquer derrubada nas margens do lago. Dia virá em que elas se animarão com a presença do homem e se embelezarão com numerosas habitações; então esse lugar será, por certo, um dos mais belos do Império do Brasil.

Na gravura a seguir (Figura 4) temos uma representação da Vila de Linhares e do Rio Doce produzida por um cartógrafo do Império.

No ano de 1858, cerca de quatro décadas após Saint-Hilaire, o pintor francês Auguste François Biard chegou ao Rio Doce movido pelo interesse em conhecer *índios de verdade*, como ele dizia, para que pudesse retratá-los com sua pintura. Partindo da Vila de Santa Cruz (hoje município de Aracruz, ES), com a ajuda do índio Tupi de nome Manoel conseguiu chegar à desembocadura do Rio Doce, que diferente da descrição dos viajantes anteriores, segundo Biard a natureza ali já tinha sofrido grandes modificações, mas ao subir o rio encontrou *as florestas virgens tão desejadas*.

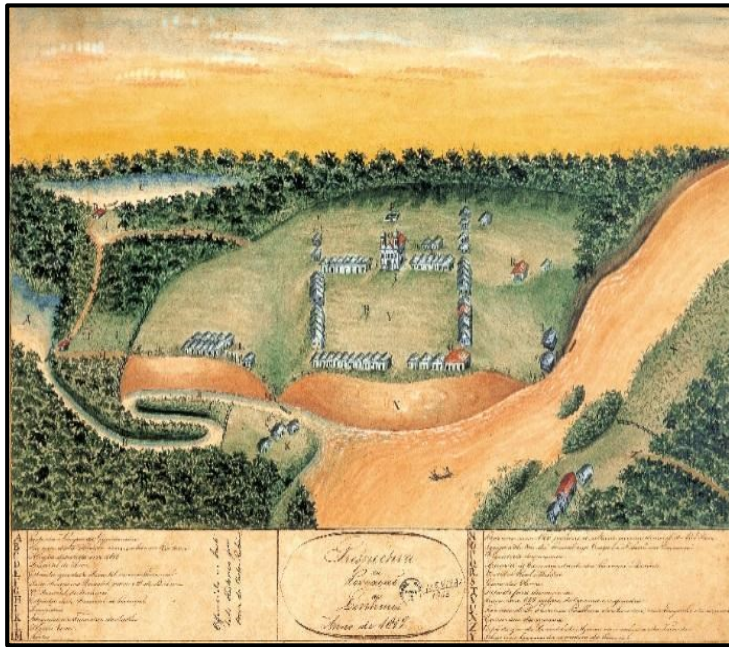


Figura 4. Perspectiva da Povoação de Linhares - 1819

De acordo com Biard, as décadas de guerra contra os botocudos levaram ao gradual extermínio desse povo e aqueles que resistiam recuavam cada vez mais em direção ao interior da região. Alguns grupos permaneceram em aldeias nas matas próximas de Linhares, mas em número reduzido não representavam uma ameaça para o modelo de exploração econômica e ocupação da região. Biard ([1858], 1986, p.43), conseguiu ter contato com um desses grupos e finalmente retratá-los em seus desenhos (Figura 5). O grupo havia acabado de retornar da cidade de Vitória, capital da província, onde conversaram com o governante reivindicando seus direitos e denunciando a ocupação das suas terras.

“Nesse dia eu estava na tenda, de joelhos, trabalhando, quando ouvi vozes; havia gente falando com Manoel. Qual não foi minha surpresa quando, pondo a cabeça à porta, vi, ao invés de algum caçador com seu fuzil, como acontecia às vezes, uma dúzia de selvagens botocudos, de lábios deformados e orelhas de meio pé de comprimento. Esses botocudos voltavam de Vitória, onde estiveram em delegação junto ao presidente da província. Entraram completamente nus na cidade; logo receberam camisas e calças, bem como algumas ferramentas, ouviram belas palavras e promessas magníficas, que não eram, porém, para levar a sério, e foram despachados. Eu tinha alguns pequenos objetos de pouca importância, como uma faca e uma lima de unha compradas em

Paris numa dessas barracas que cobrem as avenidas no ano novo. Dei-as de presente ao que parecia o chefe do grupo: logo ficamos bons amigos, porque ele me ofereceu em troca um arco e três flechas. Acrescentei ao presente uma parte do meu almoço, que foi igualmente bem recebida. Por essa boa ação fui recompensado pelo que pude assistir: ele tinha, como os companheiros, numa abertura feita no beijo inferior, um disco de caule de cacto pouco maior que uma moeda de cinco francos; usou-os como se fosse um prato, cortando em cima, com a faca, um pedaço de carne defumada que só tinha que deixar depois escorregar para dentro da boca. Esse método de se servir do beijo à maneira de prato me pareceu muito cômodo. Meus novos conhecidos tinham também grandes pedaços de madeira semelhantes no lóbulo das orelhas. Sem essa precaução, elas penderiam meio pé. Fiquei muito contente com esse encontro, porque não tinha certeza se iria até a aldeia deles, que, no entanto, não ficava muito longe”.

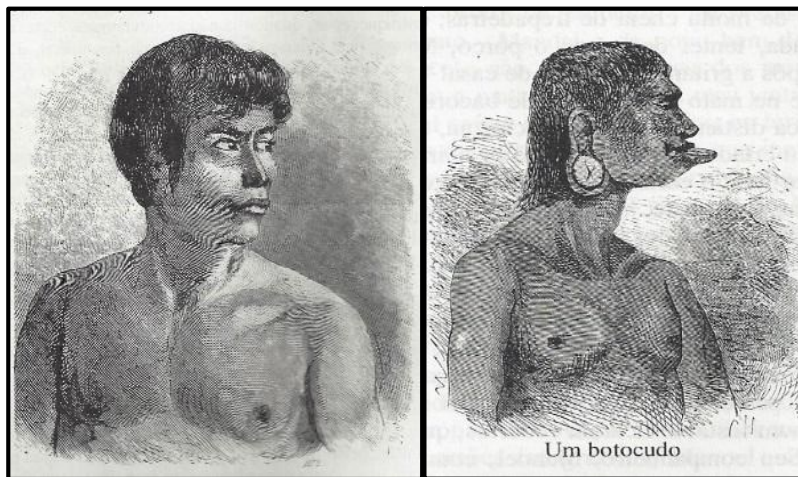


Figura 5. Desenhos de Biard – índio tupi, de Santa Cruz; e índio Botocudo, de Linhares. ([1858], 1986).

No ano de 1860, dois anos após a passagem de Biard, foi a vez do monarca do império brasileiro, D. Pedro II visitar com sua comitiva a região. Partiram de uma localidade chamada Barra do Riacho (hoje integra o município de Aracruz) embarcando em uma grande canoa chamada *Triunfo*, a qual fora luxuosamente preparada para transportar o imperador. Navegando por rios e alagadiços chegaram a Lagoa do Meio, depois Lagoa de Cima até a Lagoa do Aguiar, onde descansaram para seguir viagem durante a madrugada do dia seguinte. Próximo a lagoa havia um lugarejo chamado Quartel do Aguiar, nome de um antigo sargento

que com seu destacamento teve a tarefa de promover a guerra contra os botocudos no início do século XIX.

O imperador recebeu abrigo na casa de uma índia chamada Maria, se alimentou e provou a água de uma das fontes que haviam na região, elogiou a qualidade da água. Depois conversou durante duas horas com o intérprete oficial dos índios do Rio Doce, João Rodrigues da Cunha. O monarca tinha grande interesse em relação a língua dos povos botocudos. A comitiva seguiu viagem a cavalo pela Estrada do Quartel e, chegando no porto do Rio Doce, atravessaram de canoa até Linhares.

A Vila de Linhares nessa época contava com cerca de 900 habitantes, com quase todas as casas cobertas de palha e a principal atividade econômica da população era a extração de madeira. D. Pedro ficou hospedado na casa de Anselmo Calmon, filho de João Felipe Calmon, membros da elite local. Em seu diário desenhou um esboço da localidade (Figura 6), e destacou a existência de fazendas e sítios e o desmatamento das matas na região de Linhares, contudo, ao subir um pouco mais e afastando-se da vila, a mata parecia intacta não havendo nenhuma casa em qualquer das margens.



Figura 6. Esboço da Vila de Linhares elaborado por Dom Pedro II, 1860.

O monarca relatou em seu diário que alguns curiosos ficaram em frente à casa que estava hospedado, dentre esses, um grupo de botocudos chamou a atenção do imperador, que escreveu: “apareceram os botocudos, alguns com beijo

e orelhas furadas, e uma velha com um tremendo batoque no beíço e outra de menos idade com batoques no beíço e nas orelhas”. Depois em contato com os índios e com a ajuda do intérprete anotou algumas palavras: *Munban-uatú* (Rio Doce), *uatú* (Rio), *anhiknhik* (macaquinho da cara branca), *angnang* (fumo), *jauatá* (milho), *chou* (árvore), *bakun* (pássaro), *nhokná* (caçar), *tarúmrémré* (relâmpago).

No dia seguinte o monarca foi conhecer a Lagoa Juparanã, que ele chamou de *mar de água doce*, e identificou a existência de alguns trechos de mata derrubada e a construção de algumas palhoças que serviam de abrigo para aqueles que trabalhavam na extração do Jacarandá. Ficou encantado com a diversidade da fauna na região da lagoa e destacou a existência de: patos silvestres, marrequinhas, frangos d’água, piaçocas, garças, irerês, ao nível das águas, e sobre a verdejante ramagem das árvores: araras, papagaios, maitacas, tucanos e tantas outras espécies de coloridas e formosas plumagens. Eram abundantes os macucos, os mutuns, jaós, capoeiras, juritis e inhambus.

Navegando pela região a canoa do imperador aportou em uma ilha, pertencente a Rafael Pereira de Carvalho, onde foi organizado um almoço para a comitiva (posteriormente a ilha ganhou o nome de Ilha do Imperador). Nas anotações do diário do imperador podemos identificar as marcas do desmatamento e da degradação da Mata Atlântica na região do Rio Doce, processo que se tornará cada vez mais rápido e intenso a partir das últimas décadas do século XIX.

A expedição do geólogo canadense Charles Frederick Hart percorreu o Rio Doce no ano de 1865, iniciando suas observações na região em que atualmente está localizada a fronteira do Espírito Santo com Minas Gerais, mais precisamente a cidade de Baixo Guandu. Destacou em seu relato as condições de navegabilidade no Rio Doce, e o duro trabalho dos canoeiros que eram os responsáveis pelo comércio de mercadorias entre as províncias do Espírito Santo e Minas Gerais, pois devido à ausência de estradas o rio era o único meio de ligação. Nos trechos não navegáveis os canoeiros arrastavam a canoa e as mercadorias por terra até alcançar um ponto em que fosse possível a navegação.

Hart chama a atenção para a importância da construção de uma ferrovia ligando as províncias, iniciativa que seria fundamental para o desenvolvimento econômico da região, fato que iria se concretizar no começo do século XX. O geólogo destaca o pouco desenvolvimento da região, apesar da riqueza de madeiras e as terras férteis para agricultura, e explica que a hostilidade dos Botocudos até poucos anos antes, impedira o bom êxito da colonização na região. Podemos perceber da narrativa de Hart que a resistência dos Botocudo ia se

tornando cada vez mais frágil, tanto que sua expedição percorreu um território que até as primeiras décadas do século XIX era dominado por esses índios.

Hart ficou impressionado com floresta do Rio Doce e afirmou não ter visto nada tão exuberante durante suas viagens pelo Brasil. Na sua narrativa destacou exemplares da fauna e da flora que observou durante sua passagem pelo Rio Doce. Mas um aspecto que devemos observar em sua narrativa é que Hart ([1865] 1989, p.120), conforme a mentalidade da época, via a floresta como uma fonte de recursos para o desenvolvimento econômico, por meio da oferta da madeira, de terras para agricultura e da caça para alimentação, não havia a compreensão da finitude desses recursos e o que a exploração desenfreada iria provocar no futuro bem próximo.

“Em parte alguma do Brasil, nem mesmo no Pará, vi uma floresta mais exuberante do que a do Doce. As árvores todas ligadas por lianas, e reunidas a uma densa vegetação secundária de palmeiras e arbustos, curvam-se para o lado das águas, e estendem seus ramos sobre o rio, como se desejosos de ar e de luz. A floresta forma uma densa muralha ao longo do rio, e deve estar armado de forte facão de mato quem queira nela penetrar. Nestas florestas floresce o Jacarandá, ou pau rosa, que outrora abundava ao longo do rio, mas que presentemente, tendo sido extensivamente cortado para exploração, deve, para ser encontrado de tamanho suficiente para o corte, se procurado a alguma distância do rio. O principal artigo de exportação do vale do Rio Doce, é o Jacarandá, que tem a reputação de ser de boa qualidade. A Cupiúba, fornecendo valiosa madeira e abundante óleo usado na medicina e artes, é aqui abundante, juntamente com o Pau Brasil, procurado em outros tempos por sua custosa tinta; a Sapucaia, fornecendo alimento para os Botocudos; abundam o Cedro, Ipê, Pau d'Arco, Peroba, Putumujú, Vinhático. Essas árvores de valiosas madeiras devem tornar-se um manancial de riquezas quando a região se tornar habitada. A caça é extremamente abundante, entre as quais podem ser mencionadas a Anta, cujos rastros, juntamente com os da Capivara, são vistos por toda parte às margens do rio. A Paca e Cutia são muito comuns, sendo valiosas como alimento. Há, no mínimo, duas espécies de preguiças encontradas aqui, assim como espécies de gambá e quati. Porcos selvagens e Queixadas são encontrados em manadas nas florestas e são caçados para alimentação. Pelo menos quatro espécies de felinos além do feroz jaguar preto, que pode não ser mais que uma simples variedade. Diversas espécies de macacos. Jacupembas, Mutuns, Araras e outros papagaios são muito abundantes”.

Prosseguindo a viagem, a expedição de Hart chegou até a vila de Linhares, que assim apresentou: “Linhares está construída na margem esquerda do rio, no alto de uma escarpa formada pela projeção para o sul de uma ponta de uma grande planície terciária que fica ao norte do Rio Doce”. O geólogo destacou a fertilidade dos terrenos de massapés próximos ao rio e a possibilidade de expansão da agricultura na região, que naquela época tinha como principal atividade econômica e extração do Jacarandá. Chegou a visitar algumas lavouras de cana de açúcar e bananas próximas à Linhares e destacou a exuberância dos produtos colhidos na região. E nas lavouras localizadas nas encostas das escarpas era produzido o café, produto que viria dominar a produção econômica brasileira do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. A partir de então a queimada da floresta para plantar cafezais foi uma das causas da degradação da Mata Atlântica.

Depois navegaram pelas lagoas da região, primeiro a Juparanã, que segundo ele era tão rica em peixes quanto o Rio Doce. Mas Hart achou especialmente bonita a *Lagoa do Aviso*. Saindo de Linhares, a expedição chegou até o litoral e seguiu na direção norte, até São Mateus. Esse trecho foi assim descrito por Hart ([1865] 1989, p.127):

“... dificilmente se pode imaginar uma região mais deserta do que a costa entre o Rio Doce e o São Mateus (Cricaré). De um lado está o mar, do outro um contagioso e intransitável pântano. Comumente as lagoas ficam a uma pequena distância da praia, e são separadas destas por uma noidensa e impenetrável mata; mas em Pitanguiha há uma pequena lagoa perto da praia que se pode obter água. As areias nessas praias são grosseiras, e não se condensam o bastante para produzir uma boa base para os pés. Os animais sucumbem a cada passo, e a viagem do Rio Doce até São Mateus é excessivamente fatigante”.

Para Hart, as regiões alagadas, os pântanos eram vistos simplesmente como foco de doenças, uma percepção comum à época. Era crença geral que as febres, as doenças emanavam não apenas dos pântanos, mas também da floresta, assim, muitas derrubadas foram executadas a partir da justificativa de “espantar febre”. Ao chegar na região do rio Cricaré o geólogo comenta sobre o clima quente e inóspito, causador das febres e apenas a derrubada das florestas resolveria esse problema.

Segundo o historiador Warren Dean (1997), os habitantes da Mata Atlântica haviam armazenados, durante 12 mil anos, um amplo conhecimento sobre esse ecossistema, o que lhes conferia a capacidade de sobreviver em seu meio. Apenas a tradição oral preserva essa cultura. Com a invasão dos europeus e a aniquilação dos povos indígenas, toda essa informação começou a deteriorar; a

floresta, então, tornara-se estranha, vista como fonte de doenças, carente de propósito humano e passível de ser destruída.

A chegada do século XX: a extração de madeira, a ferrovia, a pecuária, a produção cafeeira, o eucalipto e o avanço contra a Mata Atlântica e o Rio Doce

No início do século XX as palavras de ordem da elite dirigente do estado do Espírito Santo era desenvolvimento econômico e progresso, que deveriam ser alcançados a qualquer custo. A expansão da lavoura cafeeira era vista como o meio principal para aumentar a receita do estado. Mas o capital que movimentava a economia local não provinha exclusivamente dos lucros obtidos com a exportação do café. O governo começava a contrair empréstimos externos motivado pela grande oferta de capital estrangeiro oriundo de países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

O desenvolvimento do capitalismo provocou, a partir do final do século XIX até a I Grande Guerra, um verdadeiro *boom* de exportação de capitais europeus, voltados, preferencialmente, para suas próprias regiões coloniais dotadas de administração local e para as regiões de passado colonial submetidas ainda ao controle indireto das potências europeias, por exemplo, os países da América Latina. Os capitais destinavam-se, sobretudo, a empréstimos governamentais e à instalação de uma infraestrutura de meios de comunicação e de transporte e de bens de capital destinados ao incremento das indústrias extrativistas e ao beneficiamento de matérias-primas.

Foi nesse contexto que no ano de 1903 teve início a construção da ferrovia Vitória-Minas, que provocou um grande impacto para a região do Rio Doce. O engenheiro Ceciliano Abel de Almeida trabalhou na construção da ferrovia e em seu livro de memórias intitulado “*O desbravamento das Selvas do Rio Doce*” nos fornece algumas informações sobre esse momento. Ceciliano nasceu no município de São Mateus, mas ainda jovem foi enviado pela família para concluir seus estudos fora do estado.

Nessa época, no norte do estado existiam apenas poucas escolas de primeiras letras, assim os filhos das famílias que tinham algum poder econômico eram enviados para a capital Vitória ou mesmo para outros estados a fim de prosseguirem seus estudos. Depois de vários anos afastado da região, Almeida retorna como engenheiro para trabalhar na ferrovia e observa (1959. p.127):

Catorze anos decorridos chegamos ao Rio Doce como Engenheiro da E. de F. Vitória a Minas. A região das matas desconhecidas

continuava indevassável. Pouco se havia transformado em confronto com as informações do Príncipe Maximiliano, Saint-Hilaire, Hartt e outros.

Na flora da beira-mar, próxima a foz do Rio Doce, estão sucessivamente, as salsas da praia, os guriris, o emaranhado de uma vegetação rasteira, castigada pelos ventos marinhos, depois as castanheiras, as grumixameiras, as pitangueiras, as almesqueiras, as aroeiras, as ingás-mirins que sombreiam os gravatazais. E a capoeira rala vai-se modificando para oeste até se apresentar de caules volumosos, troncos seculares: são as afamadas matas virgens do Rio Doce. Ouve-se a gralhada de araras de plumagem vermelha dominante, de mistura de verde com amarela, de tucanos de papo de ouro, de papagaios em que bem se destacam as cores primitivas.

Ao aproximar-se de Linhares registra: “Vimos que o Rio Doce, em 1905, exibia a margem esquerda, a partir de Linhares, deserta de gente civilizada. Do Rio Doce para o norte a mata gigantesca estendia-se até à Bahia, exceto em São Mateus, onde houve penetração no braço sul do Rio Cricaré”. É importante observarmos que Ceciliano ao escrever que a região estava *deserta de gente civilizada*, desconsiderou a existência de tribos de botocudos nas matas as margens do Rio Doce, bem como, das comunidades, quilombolas localizadas em territórios próximos à cidade de São Mateus, esses grupos eram ignorados das narrativas oficiais e vistos como um empecilho ao progresso.

Assim, como analisou o historiador Warren Dean (1997) em seu livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*, a primeira metade do século XX testemunhou o cerco final da mata atlântica, avançou a ocupação privada do seu território e os povos tradicionais que viviam ali em equilíbrio com a floresta estavam reduzidos a trabalhar para aqueles cuja intenção era eliminar a floresta, “a civilização urbana e industrial havia triunfado - seus tentáculos se espalhavam por toda a parte, sua ânsia por combustível, madeira e outros recursos florestais se estendia por toda a mata a Mata Atlântica”.

Vejamos algumas imagens da região de Linhares nesse período, mais precisamente no ano de 1908, que nos mostram a Vila de Linhares, o avanço da pecuária, o desmatamento da região da Lagoa Juparanã e a extração de madeiras que eram levadas por canoieiros até a embarcações a vapor para serem comercializadas fora do estado. As imagens (Figuras 7; 8; 9) foram feitas pelo fotógrafo Eutychio d’Oliver, contratado pelo governo para retratar os municípios do Estado.



Figura 7. Vila de Linhares. (Eutychio d'Oliver, 1908).



Figura 8. Embarque de madeira na foz do Rio Doce. (Eutychio d'Oliver, 1908).

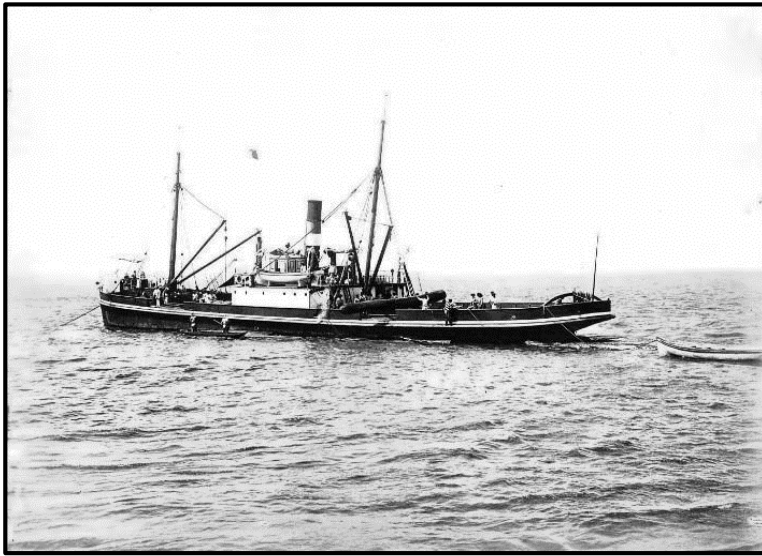


Figura 9. Vapor recebendo madeira. (Eutychio d’Oliver, 1908).

A população ribeirinha, chamada de *caboclos*, era contratada pelos madeireiros para a derrubada das árvores, esse trabalho era realizado com o uso de machado e facão. Outras vezes as florestas com suas árvores seculares eram queimadas, abrindo espaço para a construção de estradas, ferrovias, implantação de pastagem para gado e a plantação de cafezais, conforme relatou o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida:

Vimos o fogo carbonizar gigantes troncos de árvores seculares, labaredas nelas se enroscarem, como serpentes endoidecidas, subirem e projetarem além de suas grimpas. Estarrecemo-nos, diante da queda do velho jequitibá devorado pelo incêndio, que lhe destruiu a base, ou ante a peroba oca, cujo o âmago carcomido vomitava ao céu, como conduto vulcânico, gases incandescentes.

Com o avanço da ocupação da região do Rio Doce, os botocudos ficavam cada vez mais imprensados em um território reduzido. Durante a construção da ferrovia, no ano de 1909, foi encontrado uma tribo de botocudos nas proximidades do Rio Doce, na fronteira entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Muitos dos integrantes do grupo estavam doentes, famintos e desnutridos pela escassez de alimentos provocada pela redução do seu território. Outros grupos de botocudos estavam confinados nos *aldeamentos*, que eram missões organizadas pelo governo, desde o século XVI, para inserir os índios na civilização, impondo a cultura dominante.

Nas décadas seguintes, o avanço contra as matas do Rio Doce torna-se cada vez mais intenso e, no ano de 1949, o engenheiro Salm de Miranda, realizando uma vigem de estudo percorrendo o rio em terras capixabas, alertou para o empobrecimento do solo decorrente da intensificação das queimadas:

Para que florescessem os cafezais e houvesse pastas onde crescesse o gado, fora preciso investir contra a mata e vencê-la. Primeiro tirar a peroba, depois brocar a mata e derrubá-la, para então lançar contra ela o mais terrível e perigoso aliado, o fogo.) Sai o jacarandá desde o tempo do Brasil Colônia, sai o cedro, sai a peroba, o jequitibá, as canelas de múltiplas variedades, toda gama das madeiras de lei.... Em compensação fica o deserto!

As leis e a burocracia do estado nessa época favoreciam a destruição das florestas, apesar de proibirem a extração de madeira em terras públicas, permitiam aos pretendentes de terras retirar a madeira que resultasse de atividade agrícola. Assim, os madeireiros encaminhavam petições de terras públicas com base de alegações fraudulentas de ocupação prévia e enquanto isso derrubavam as florestas nas áreas pretendidas o mais rápido possível.

De fato, os madeireiros não tinham nenhuma intenção de ocupar ou cultivar as terras pretendidas, objetivam apenas extrair as madeiras de valor comercial e depois abandonavam a área. E o estado não conseguia fiscalizar essas ações ilegais, apesar da criação do conselho florestal do estado em 30 de setembro de 1941. Os poucos fiscais que existiam não dispunham de nenhum tipo de estrutura material para exercerem uma fiscalização efetiva. Tanto que no ano de 1946 o secretário da agricultura, viação e obras públicas afirmava que “nos municípios de Linhares, Colatina, São Mateus, Conceição da Barra e Barra de São Francisco, as invasões nas matas do Estado com a retirada das madeiras de valor comercial, é praticamente comum”.

Além disso, o estado tinha uma política de concessão de terras para as madeiras, por exemplo, no município de Conceição da Barra a Companhia Industrial de Madeiras de Conceição da Barra recebeu uma concessão do estado de 10.000ha para explorar madeira e colonizar a região com lotes de 25ha a 30 ha. A Companhia funcionou de 1925 a 1970. Primeiramente mandava a madeira in natura, posteriormente industrializada em forma de tacos, e no auge das atividades na década de 1950 carregava de 10 a 15 navios por quinzena. Por outro lado, não haviam políticas de estado que trouxessem benefícios sociais para os moradores da região, descendentes dos índios e dos negros que foram escravizados. Para esses

restava trabalhar como mão de obra barata nas madeireiras, como podemos observar na imagem (Figura 10).



Figura 10. Derrubada de árvore. Conceição da Barra, 1950.
(Acervo da Prefeitura Municipal de C. da Barra).

A partir do final da década de 1960, a velocidade dos projetos de desenvolvimento econômico implementados pela ditadura civil/militar, o chamado “milagre econômico”, provocou nas décadas seguintes além de grave crise econômica, uma série de desastres ambientais. Nesse período, no Espírito Santo foram realizados os chamados *grandes projetos industriais*, visando o desenvolvimento econômico do estado, mas que representaram uma nova investida contra a mata atlântica e as comunidades tradicionais que ali habitavam e resistiam desde os tempos coloniais.

O projeto desenvolvimentista nacional concedeu incentivos fiscais aos plantadores experimentais de eucalipto e pinheiro. A partir de 1975 uma nova medida concedia redução de impostos a consumidores industriais de madeira, com o objetivo de estimular o plantio e, além disso, integrar o plantio do eucalipto à produção industrial. A companhia que tirou maior proveito dessas novas regras

foi a Aracruz Celulose, que comprou uma enorme extensão de terras litorâneas no norte do Espírito Santo para o cultivo do eucalipto e no ano de 1973 começou a construir uma unidade da fábrica de polpa de celulose (material utilizado para a produção do papel) com capacidade para 400 mil toneladas.

O sr. João Jorge, 86 anos, morador da comunidade quilombola de Nova Vista, localizada na estrada que liga os municípios de São Mateus e Boa Esperança, viveu essa história. Em entrevista concedida para a autora, no dia 31 de outubro de 2019, ele nos ajuda a compreender um pouco sobre esse momento. Hoje, a comunidade quilombola de Nova Vista, como outras na região, encontra-se encravada em meio a vastidão desértica das plantações de eucaliptos, que sofre com a falta d'água.

Mas nem sempre foi assim. O “Seu” João lembra que nas décadas de 1960 e 1970, apesar da exploração madeireira, a região ainda preservava muito da sua mata, existiam diversos córregos d'água e a caça era tão abundante que “nem precisava sair de casa para caçar, a caça vinha na porta”. Conta que o pai, o sr. José Antônio Jorge, o famoso Zé de Ana, personalidade célebre da cultura mateense, mestre do Baile de Congos e da Cabula, trabalhou para os madeireiros, passava o dia na mata cortando no machado a tora de madeira, depois a levava puxada pelo boi até a estrada para ser transportada no caminhão. Era a conhecida exploração da mão de obra dos integrantes das comunidades tradicionais, que ainda persiste ganhando outras formas na atualidade.

Nos conta sobre a vinda de um emissário da empresa “Floresta do Rio Doce”, interessado em comprar as terras para o plantio do eucalipto, e junto com a proposta de compra vinha uma ameaça velada: quem ficar vai morrer. Zé de Ana, seu pai, já cansado, fez como a maioria, vendeu sua terra e mudou-se para o centro da cidade de São Mateus. “Seu” João Jorge ficou, resistiu, casou, teve filhos, netos e ainda hoje trabalha diariamente na lavoura.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce* (1905). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
- BENJAMIN, Walter - *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BIARD, Auguste F. - *Viagem a Província do Espírito Santo* (1858). **Trad. De José Augusto Carvalho.** Vitória, Cultural-ES, 1986.
- BLOCH, Marc - *Apologia da história: Ou o ofício do historiador.* Rio de Janeiro, Zahar, 2002. 160p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da – *História dos Índios do Brasil. Organização Manuela Carneiro da Cunha.* São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, 608p.
- DEAN, Warren - *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo: Cia. das Letras, 1997. 484 p.
- HARTT, Charles F. - *Geologia e Geografia Física do Brasil.* São Paulo: Coleção Brasileira, 1989.
- MIRANDA, Salm de - *Rio Doce: impressões de uma época.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1949.
- PEDRO II, D. - *Viagem ao Espírito Santo - 1860.* In Levy Rocha (1980). Brasília, Revista Continente Editorial/INL, 1980.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce (1818).* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- WIED-NEUWIED, Maximilian Alexander Philipp zu - *Viagem ao Brasil (1815-1817).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

CAPÍTULO 4

**PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE, SEUS POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS: modos de vida, identidade,
territorialidade e resistência**

Simone Raquel Batista Ferreira

Planície Costeira do Rio Doce, seus povos e Comunidades

A Planície Costeira do Rio Doce constitui-se como um extenso território tradicionalmente ocupado (ALMEIDA, 2005) por Comunidades pesqueiras, marisqueiras, ribeirinhas, agricultoras, indígenas e quilombolas que construíram seus modos de vida profundamente vinculados a este ambiente formado por um complexo de rios, brejos, lagoas, manguezais, restingas, praias e mar.

A construção geomorfológica da planície se estende há cerca de 120.000 anos através do trabalho de deposição sedimentar do Rio Doce, conjugado aos movimentos de regressão e transgressão marinha ao longo da costa do estado do Espírito Santo. No transcorrer deste processo, se constituiu também uma diversidade de ambientes profundamente marcados pela presença hídrica, com destaque à Lagoa da Suruaca.

Originalmente, a Lagoa do Suruaca recebia as águas do Rio Barra Seca, que nasce no município de Nova Venécia e corre tangencialmente à Reserva Biológica de Sooretama, até desaguar na Planície Costeira. Este ambiente da Lagoa e do Vale da Suruaca era permanentemente inundado, sobretudo nos períodos de grandes chuvas que provocavam as cheias do Rio Doce, e era denominado “Pantanal Capixaba”, tamanha sua exuberância e diversidade biológica. Sarmento-Soares & Martins-Pinheiro (2014, p.52-53) assim descrevem a região da Suruaca:

No baixo rio Barra Seca se encontra a lagoa do Suruaca, que no passado formava um lago que inundava toda a região pantanosa do Nativo e de Barra Seca. [...] O lago ficava em um imenso pantanal que abrangia 174 mil hectares nos municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus. O rio que vinha do oeste até esta lagoa e parecia não ter uma barra no mar, ficando por este motivo conhecido como rio Barra Seca. De fato a vazão das suas águas somadas às águas da lagoa e ainda do pantanal da Suruaca acontecia pelo rio Mariricu, que deságua no rio São Mateus.

Ainda hoje, o Rio Doce constrói seu processo natural de inundação, e nos períodos de grandes cheias espalha suas águas nestas áreas de seu baixo curso, alimentando diversas lagoas e fertilizando os solos com um grande acúmulo de matéria orgânica que transporta. Junto a esta natureza farta em alimento e água, etnias de origem Tupi e também dos povos denominados Botocudos e outros de origem quilombola construíram seus territórios banhados pelas águas doces e salgadas, e preenchidos de densa vegetação – natureza mãe que sustenta a vida.

A invasão colonial passaria a alterar a configuração desses territórios por meio da violência imposta aos donos do lugar e também por uma nova relação

com esta natureza. Desta maneira, da expropriação travada com os povos originários a partir do século XVI, chegaremos ao século XIX com a implantação dos quartéis e aldeamentos indígenas ao longo do Rio Doce e da zona costeira – processos que, para além da vigilância frente ao contrabando dos minérios das Minas Gerais, tinham como objetivo a consolidação da dominação militar destes territórios e a subalternização de seus povos (MARINATO, 2007).

Uma longa trajetória de conflitos territoriais se iniciaria a partir do choque entre matrizes de racionalidade divergentes: de um lado, os povos originários que têm a natureza como mãe e principal sustentação da vida; de outro lado, a matriz colonial e capitalista que transforma a natureza em mercadoria para gerar a acumulação desigual de riquezas (PORTO-GONÇALVES, 2006). A lógica colonial se perpetua frente às Comunidades Tradicionais deste território, herdeiras dos povos originários em miscigenação com afrodescendentes e europeus, por meio da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

No século XX, a reedição deste olhar vislumbrará formas de tornar este território rentável a grandes latifundiários e empresas, por meio da exploração de suas riquezas naturais: as florestas passam a ser transformadas em carvão vegetal destinado a siderurgias (anos 1950); a grande planície de inundação da Suruaca passa a ser drenada por uma longa rede de canais e as terras, agora mais secas, são disponibilizadas à pecuária em larga escala e a plantios de arroz (anos 1950 e 1960); as reservas quaternárias de hidrocarbonetos passam a servir à exploração de petróleo e gás (a partir dos anos 1970) (OCCA, 2014; 2017).

Convivendo com as marcas da invasão e dos impactos provocados em seus territórios por estes projetos desenvolvimentistas de matriz colonial, a partir de novembro de 2015 os povos originários e as Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce passaram a conviver com um novo processo de destruição das condições de reprodução das suas vidas; o despejo dos rejeitos da mineradora Samarco (Vale S.A./BHP Billiton) ao longo da calha do Rio Doce e de toda a zona costeira do estado do Espírito Santo (atingindo o Extremo Sul da Bahia e o Extremo Norte do Rio de Janeiro) após o rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG) mudou radicalmente as condições ambientais que sustentavam o modo de vida dessas populações nesta imensa região.

Frente a este cenário, a situação se agrava ainda mais com novos projetos desenvolvimentistas que se apresentam como solução à geração de trabalho e renda para as Comunidades locais, como é o caso do Centro Portuário de São Mateus (CPSM), da empresa Petrocity Portos, destinado à exportação de petróleo e gás, rochas ornamentais e grãos, e planejado para ser instalado nesta região. Mais

uma vez, a matriz desenvolvimentista colonial se sobrepõe aos territórios tradicionalmente ocupados e tenta os invisibilizar, como se não existissem.

No entanto, grande parte das Comunidades locais vem se articulando frente aos impactos provocados pelos rejeitos da mineração que atingiram seus territórios, exigindo a reparação dos danos. Neste caminho, em diálogo com o Ministério Público Federal e as Defensorias Públicas Estadual e Federal, passam a construir a identidade de Comunidades Tradicionais e a se reconhecer como detentoras dos direitos que lhes são reservados. Nascida na relação de conflito com a mineradora, a identidade de comunidade tradicional extrapola este contexto, reelaborando, a partir deste lugar político, a compreensão acerca dos outros impactos historicamente consolidados em seus territórios.

Iniciamos nosso trabalho junto a essas Comunidades com o Projeto de Pesquisa “Identificação e Mapeamento dos Territórios Tradicionais no Espírito Santo”, associado ao Projeto de Extensão “Observatório dos Conflitos no Campo” (OCCA), buscando produzir um conhecimento que fosse ao encontro das demandas relacionadas aos conflitos territoriais vivenciados. Colocando em diálogo os saberes tradicionais locais e saberes científicos, trabalhamos com a identificação e o mapeamento destes territórios tradicionalmente ocupados, no intuito de produzir sua visibilidade e reconhecimento. Todas as ações vêm se originando a partir da procura das próprias Comunidades, que passam a compreender estes estudos como uma possibilidade de serem fortalecidas em suas lutas.

O trabalho foi iniciado na Comunidade Ribeirinha Entre Rios e continuou com a Comunidade de Areal e Santa Maria, que se reconhece como indígena de origem Botocuda - ambas situadas na foz do Rio Doce (município de Linhares)²¹. Posteriormente, se estendeu para Comunidades pesqueiras, marisqueiras e agricultoras da zona costeira do município de São Mateus: Campo Grande, Barra Nova Sul, Barra Nova Norte, Gameleira, Nativo, Sítio da Ponta, Ferrugem, São Miguel e Ilha Preta²².

²¹ O trabalho com a Comunidade Ribeirinha de Entre Rios resultou no “Relatório de Identificação do Território Tradicional Ribeirinho da Foz do Rio Doce” (2014) e o trabalho com a Comunidade de Areal e Santa Maria resultou no “Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria” (2017). Ambos os estudos se tornaram documentos de referência ao Ministério Público Federal para defender os direitos dessas Comunidades aos seus territórios.

²² Nesta segunda etapa, o projeto foi renovado com a denominação “Saberes e Territorialidades Tradicionais na Planície Costeira do Rio Doce” (São Mateus-ES).

Para além destas Comunidades aqui focadas, é importante apontar algumas outras tradicionais que se distribuem ao longo da Planície Costeira do Rio Doce e configuram este extenso território tradicionalmente ocupado: Barra do Riacho, Vila do Riacho, Comboios (localizadas no município de Aracruz); Regência, Povoação, Degredo (localizadas no município de Linhares); Barra Seca, Urussuquara, Mariricu, Pedra D'Água (localizadas no município de São Mateus); Meleiras, Barreiras, Córrego do Alexandre, Porto Grande, Itaúnas (localizadas no município de Conceição da Barra).

Povos e Comunidades Tradicionais

Povos e Comunidades Tradicionais – também chamados de originários – são grupos sociais que se orientam por matrizes de racionalidade que se apresentam como contraponto em relação ao projeto moderno colonial hegemônico, e do qual foram objeto de exploração e expropriação territorial e cognitiva (FERREIRA, 2009). O conflito entre essas matrizes de racionalidade iniciou-se a partir da criação dos Estados Modernos Ibéricos (séculos XV-XVI) e sua expansão territorial para outros continentes, onde efetivaram um doloroso processo de dominação e expropriação dos povos originários e seus territórios. A relação colonial criava a África e a América como espaços habitados por povos “primitivos” e de “tempos passados”, enquanto a Europa nascia como vetor da “civilização” e modernidade. Essa classificação colonial (QUIJANO, 2000) – hierárquica, evolutiva e linear – também elegia como única a história do expansionismo ibérico sobre os demais povos, que foram classificados como “sem história”. Uma pretensa “história mundial” e “moderna” se inaugurava, ignorando diversas histórias milenares.

A classificação colonial invisibilizava os povos colonizados em suas singularidades históricas e desconsiderava todo um universo de saberes ancestrais, formas de ser, fazer e conceber elaboradas por estes povos, que orientava suas relações entre si e com a natureza. A ideologia colonial os inseria num lugar da “inferioridade” - material, econômica, cognitiva/de saberes, cultural/simbólica, cosmológica, de organização social - e desta maneira, a colonização impunha-se na esfera cognitiva, elegendo a perspectiva do conhecimento europeu como superior: a colonialidade do saber e do poder (QUIJANO, 2005).

Essa classificação vem sendo reelaborada em diversos contextos históricos e geográficos. Se até o século XIX ela se baseava na polaridade entre “civilizados” e “selvagens”, no período posterior às duas guerras mundiais, em meados do século XX, uma nova classificação dos povos os distribuiu entre

“desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, ou ainda, entre “modernos” e “atrasados”, ou entre “modernos” e “tradicionais”. Esta relação de poder que se perpetua revela o choque entre matrizes de racionalidade divergentes: a do projeto colonial, fundamentada na dominação e exploração da natureza e seus povos com o objetivo de gerar acumulação de riquezas; e a dos povos originários e tradicionais, para quem a natureza é mãe e sustentação da vida compartilhada.

Comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, de pescadores artesanais, marisqueiras e camponesas mantêm uma relação intrínseca de diálogo com a natureza, a partir da qual produzem a própria existência material, simbólica e afetiva. O modo de vida é produzido no cotidiano e constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que permeiam as histórias de vida, selam afetos, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território. Neste sentido, organizam a reprodução da própria existência a partir de referenciais econômicos, culturais e cognitivos não eurocêntricos e não capitalistas. De acordo com Neusa Maria Gusmão (1995, p. 119):

A ação coletiva diz respeito à condição de luta frente a conflitos que inviabilizam a reprodução do grupo, porém não é só isso. Ela opera também na normalidade do cotidiano, através do trabalho cooperativo, do lazer coletivo e das festas, que repõem ao nível do sagrado e do profano os vínculos sociais entre famílias no interior do grupo e delas com a história própria, reeditando no dia a dia, a tradição das práticas comuns e assegurando a possibilidade de práticas extraordinárias.

Segundo Antônio Carlos Diegues (1998), os povos e Comunidades Tradicionais orientam seu modo de viver pelo uso comum de espaços e recursos. Esses sistemas de uso comum existem por um largo período de tempo em Comunidades Tradicionais não-urbanas e se caracterizam pela utilização comum de determinados recursos, como peixes e outros animais, plantas medicinais, frutos, fibras, águas e áreas para cultivos agrícolas itinerantes. Além dos espaços usados em comum, existem outros apropriados pelas famílias, como o lugar da habitação, quintal, criação de animais domesticados, hortas, casas de farinha, dentre outros, assim definidos por Diegues (1998, p. 66):

Essas formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os

que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta, etc.) que, geralmente, existem em Comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais renováveis que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculações mais ou menos limitadas com o mercado.

Estas terras e águas possibilitam a produção de uma diversidade de alimentos e outros produtos oriundos das práticas agrícolas, extrativas e artesanais que configuram formas específicas de apropriação e uso. O uso comum se destaca em determinados espaços como rios, córregos e lagoas para a pesca, a caça e a extração de fibras; manguezais para a mariscagem; mar e praias para a pesca; brejos para a criação do gado e do porco “na solta”; capoeiras e matas para a caça, a extração de madeira, frutos, cipós e fibras.

As formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis constituem modelos culturalmente específicos da natureza (ESCOBAR, 2005) presentes nos territórios de uso tradicional caracterizados pelo sentimento de pertencimento ou identidade do grupo. Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1989, p. 163), as modalidades de uso comum da terra designam situações nas quais o controle dos recursos

[...] se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. [...] Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável [...].

As terras organizadas pela apropriação e uso comum dos recursos são denominadas terras tradicionalmente ocupadas. Nelas o controle dos recursos básicos se dá através de normas específicas, em territórios próprios (ALMEIDA, 2005).

Os domínios de uso comum da terra e demais atributos da natureza muitas vezes encontram-se intercalados entre as áreas de roças de alimentos apropriadas pelos grupos familiares e são vitais para sua sobrevivência, constituindo um costume tradicional que configura o direito de uso daqueles que pertencem ao lugar. De acordo com Campos (2000, p. 8)

o direito de uso comum tem, antes de qualquer atribuição jurídica formal, uma relação direta a um direito consuetudinário, direito que vem da tradição, do costume, da memória.

A memória evoca o costume e com ele, o sentido do pertencimento ao lugar. Lembrar é trazer à tona as coisas que se faz e que se fez, o modo como se faz as coisas e como se produz a vida, o modo como se relaciona com a natureza. A “*memória está no corpo*” – já dizia a liderança indígena David Ianomâmi²³ – e pelo corpo os sujeitos evocam os saberes tradicionalmente produzidos nos lugares.

Nos dizeres de Escobar (2005), o corpo se manifesta como estrutura experimental vivida e como contexto da cognição, onde o fazer e o saber ocupam o mesmo espaço da existência.

A interligação do corpo com a produção dos saberes também é enfatizada por Victor Toledo (1992), para quem a produção da existência dos povos tradicionais estaria assentada sobre o tripé corpo-cosmos-práxis: estes povos efetivam sua apropriação do espaço por meio de práticas experienciadas pelo corpo e orientadas por um entendimento holístico acerca da natureza. É por meio do corpo que o saber se torna um fazer, materializado no espaço. Porto Gonçalves (2003, p. 310-311) entende que

O conhecimento que essas populações forjaram dos seus espaços ao longo do tempo está inscrito nas suas práticas, são saberes incorporados, é dizer, estão inscritos nos seus corpos, nos seus hábitos, nas suas posturas. Seus saberes não são da ordem do dizer; são da ordem do fazer. Sendo assim, não estão inscritos em documentos. São, todavia, saberes em grande parte exteriorizados em seu espaço construído, materialização do seu fazer e, assim, parte de seu habitat.

²³ Fala proferida durante a Mesa Redonda “Prevenindo a Erosão da Memória Cultural”, realizada no Fórum Cultural Mundial, São Paulo, em junho de 2005.



Figura 1. Saber fazer: mariscagem de siri com puçá em área da Planície Costeira inundada em momento de maré cheia, quando as águas penetram o território através da foz do Rio Mariricu e das valas. Comunidade Ferrugem, março 2018.

A dimensão dos saberes e da subjetividade cotidiana dos sujeitos do campo é também analisada por reflexões teóricas vinculadas à compreensão acerca do campesinato. Em nosso entendimento, podemos utilizar o campesinato enquanto categoria ampla de análise acerca destes sujeitos do campo, cuja reprodução da vida encontra-se fundamentada no tripé terra-trabalho-família. Em linhas gerais, os povos e Comunidades Tradicionais constituem parte do campesinato brasileiro, mas se singularizam por suas especificidades étnicas e seus modos de viver, com destaque ao uso comum da terra e demais atributos da natureza.

A subjetividade dos sujeitos do campo se caracteriza por uma moralidade específica, que sustenta as práticas costumeiras. Klaas Woortmann (1990) analisa a visão social de mundo desse sujeito social do campo como uma qualidade que é denominada como campesinidade e se diferencia das referências hegemônicas que, como ele mesmo diz (p.13):

Prefiro então falar não de camponeses, mas de campesinidade entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. [...] mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas.

Neste sentido, o autor propõe-se a considerar a qualidade oriunda de uma visão de mundo particular presente nas práticas cotidianas de produção e reprodução da existência material e simbólica do sujeito camponês: uma

moralidade que orienta a conformação de seu modo de vida. Para o autor, esta ordem moral presente nas sociedades camponesas é definida empiricamente por algumas categorias culturais comuns e inter-relacionadas, como terra, família, trabalho e liberdade, que se encontram associadas a outras categorias de sentido mais geral, relacionadas a valores e princípios organizatórios como a reciprocidade, a honra e a hierarquia. A reciprocidade é a condição na qual se estabelecem as relações sociais camponesas. Define o aspecto da relação entre iguais, constituindo um espaço de identidade e, ao mesmo tempo, de alteridade na relação com o outro, o “estranho”, aquele que não faz parte da família. O sistema de parentesco é valor social construído culturalmente; organiza o trabalho e define a herança, permeando todas as práticas de produção e reprodução camponesas. O trabalho da família sobre a terra é o elemento central da lógica camponesa, responsável pela construção da “*morada da vida*”, assim definido por Woortmann (1990, p.62):

Família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral. De um lado, a relação do homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra que se torna morada da vida. A relação com a terra é uma relação moral com a natureza.

A “*morada da vida*” é o *habitat*, espaço de referência identitária da vida cotidiana, onde, segundo por Porto Gonçalves (2003, p. 416),

espaço doméstico e espaço de produção se confundem enquanto espaço-tempo de conformação de subjetividades onde a família é um valor territorializante extremamente significativo.

Ao se tornar “*morada da vida*”, a terra trabalhada pela família passa a constituir seu patrimônio, entendido como “um conjunto que engloba os mortos, os vivos e os que virão a nascer” (WOORTMANN, 1990, p.62), e que, portanto, alimenta os projetos de futuro das gerações.

A dimensão subjetiva presente na organização do campesinato também foi trabalhada por outros autores como Robert Redfield (1960), que a considera como uma cultura camponesa que seria generalizada e caracterizada pela supremacia dos valores morais, religiosos e simbólicos sobre os valores econômicos; pela reverência perante a terra; e pela transmissão dos saberes às novas gerações – um aprender a fazer. Também Antônio Cândido (1964) define as “*culturas rústicas*” como aquelas tradicionais do homem do campo, que corresponderiam à “*cultura camponesa*”, cuja especificidade estaria em suas práticas cotidianas de reprodução da existência, caracterizada pela diversidade produtiva

orientada pelo equilíbrio ecológico, por uma sociabilidade ditada pelo parentesco, pelas práticas de solidariedade, convivência e atividades lúdico-religiosas.

Para Teodor Shanin (1972), a unidade doméstica camponesa é orientada por sistemas cognitivos próprios expressos em seus princípios de socialização, de apoio moral e ajuda mútua, onde a natureza atua como determinante do ritmo cíclico da vida e o patrimônio como princípio do direito costumeiro da herança. Alexander Chayanov (1925) considera que a subjetividade estaria presente até mesmo na organização econômica camponesa, onde a família estabelece o grau de auto-exploração da própria força de trabalho, em função da satisfação das próprias necessidades. Estes grupos sociais são considerados como sujeitos criadores da própria existência, cujo trabalho na terra é destinado, primeiramente, à satisfação das necessidades da família e reprodução da vida, o que lhe confere uma margem de autonomia frente ao sistema capitalista, ditada, sobretudo, pelo controle do próprio tempo; pelas concepções do direito costumeiro; pelas formas cooperativadas de trabalho; pelo entendimento da terra e demais atributos da natureza como patrimônio.

Neste sentido, podemos considerar que uma subjetividade específica permeia toda a organização social, econômica e cultural dos sujeitos do campo, e dentre eles, os povos e Comunidades Tradicionais. Esta subjetividade se manifesta em seu modo de vida, concretizado nos lugares cotidianos onde são tecidas suas relações materiais, simbólicas e afetivas, que, por sua vez, alimentam as identidades coletivas vinculadas aos territórios. Tais reflexões elucidam elementos característicos das Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce.

Construção da Identidade Tradicional e ressignificação dos sujeitos

A Planície Costeira do Rio Doce envolve uma pluralidade de Comunidades Tradicionais originárias, sobretudo, dos povos indígenas que aí se territorializavam desde tempos anteriores ao processo colonial e se encontraram com povos de outras origens, como africanos e também europeus. Desse encontro étnico nasceriam estas Comunidades que construíram seu modo de vida intimamente entrelaçado com as potencialidades oferecidas pelo ambiente fértil das lagoas, brejos, rios, manguezais, florestas e restingas, como é o caso dos pescadores artesanais, marisqueiros, ribeirinhos, das Comunidades indígenas, quilombolas e camponesas (OCCA, 2014).

Entre essas Comunidades existem diferentes tipos de relação, seja de consanguinidade, parentesco, religiosidade e devoção, bem como trocas comerciais e relações sociopolíticas. A extensa rede de parentesco se estende por

toda a planície costeira, revelando elementos de uma ancestralidade comum presentes entre diversas Comunidades, que muitas vezes se encontram situadas em localidades distantes na planície. Estas relações de parentesco, dentre outras, alimentam uma referência de identidade coletiva fundamentada na ancestralidade comum e revelam a apropriação histórica deste espaço que configura um extenso território tradicional associado à Planície Costeira do Rio Doce.

É no lugar que os laços de identidade são tecidos, identidade entre as pessoas, o envolvimento entre os grupos familiares, seus parentes e vizinhos, e destes com o meio onde se encontram inseridos. Carregado de afetividade, o lugar é vivenciado em todos os seus aspectos positivos da fartura, do encontro, da solidariedade, das festas, das subjetividades. Para Hissa & Corgosinho (2006, p.16-17),

Compreender os lugares é, especialmente, considerar as possíveis e necessárias leituras da vida cotidiana. [...] O cotidiano refere-se ao que se desenvolve através do hábito comum, rotineiro, trata-se do chão rotineiro dos lugares, formado do que é corrente e costumeiro. O cotidiano, assim, é abundante nos lugares e faz com que eles sejam, por isso, fartos, ricos, abastados em experiências. [...] A vida cotidiana dos lugares é uma fábrica de aproximações, estranhamentos, emoções, afetividades, subjetividades. A vida cotidiana dos lugares, por sua vez, faz emergir o que é comum, desenvolvido pela comunicação entre os sujeitos da vida, fortalecido pelos laços de identidade.

A memória retoma afetivamente e politicamente os lugares vivenciados e a historicidade do grupo, evocando elementos do passado que remetem a uma origem comum. Conjugada com os saberes e fazeres que permanecem, a memória também traz o sentimento das perdas historicamente vivenciadas e a indignação decorrente deste processo. Neste sentido, a memória alimenta a identidade coletiva, conforme reflete Gusmão (1995, p. 68):

Lembrar é refazer os caminhos da memória e, através dela, instituir a historicidade de grupo e do lugar. Constroem aí seus “lugares próprios” adequados à expansão da identidade de grupo. Um lugar dotado de força e energia que lhes fornece a substância própria, a razão de sua existência.

Na Planície Costeira do Rio Doce, a memória coletiva das Comunidades seleciona e afirma elementos de sua identidade, ora destacando elementos da ancestralidade comum, das relações de parentesco e dos saberes; ora enfatizando seu contraste frente ao sistema hegemônico que expropria seus territórios. Fredrik

Barth (1969, p.31-32) afirma que quando o contraste é percebido como importante e socialmente relevante para os próprios atores sociais, ele adquire um caráter étnico:

Ao se focar aquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social. [...] A atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação.

Assim, a identidade étnica é uma construção utilizada estrategicamente pelos grupos sociais para afirmar sua distintividade em relação ao outro. Para o autor, os grupos se articulam em torno de uma identidade específica, que também se constitui enquanto estratégia de organização política frente a situações específicas e visando alcançar seus objetivos. Segundo Antônio Carlos Diegues (1998, p. 88),

um dos critérios mais importantes para a definição de culturas e populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade.

No caso das Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce, sua identidade vem sendo tecida a partir da ancestralidade indígena, em contato conflituoso com a colonização europeia que expropriou seus territórios originários, e em diálogo com os africanos escravizados pelo projeto colonial. Conforme prosseguia o contato com o projeto colonial, os elementos desta identidade passavam a ser reelaborados através das gerações descendentes, ora em vez incorporando traços da cultura africana e ibérica. Neste sentido, muito longe da ideia de impermeabilidade, a questão da identidade étnica contempla a incorporação de elementos do mundo do outro, em razão da imbricada rede de relações e comunicação entre os diversos grupos sociais. A incorporação destes elementos vai resultar não na anulação das características que poderiam ser consideradas originárias dos grupos em questão, porém numa terceira construção, resultante das trocas, assimilação, confronto e rejeição entre eles.

As construções identitárias das Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce vêm sendo elaboradas em diferenciados contextos, enquanto estratégias de afirmação de sua distintividade. Nesta trajetória, a memória coletiva seleciona alguns elementos que considera importantes para a

afirmação da identidade e continuidade do grupo, conforme reflete Michael Pollak (1989, p. 4-5):

A memória é seletiva [...] a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. [...] quando se trata de uma memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. [...] Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade [...], na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A depender dos elementos considerados, a auto identificação dos grupos pode se diferenciar. Quando a memória acerca da ancestralidade é o principal elemento, algumas das Comunidades da planície costeira se identificam como indígenas ou quilombolas. Quando a referência é o modo de vida, se identificam como pescadoras, marisqueiras, ribeirinhas, agricultoras, catadoras de caranguejo e povos dos manguezais. Tais categorias se encontram muito relacionadas aos lugares de morada, que são a base de constituição dos modos de viver.

No município de São Mateus, algumas Comunidades da planície costeira se encontram muito vinculadas às áreas de manguezal do Rio Mariricu, como é o caso de Campo Grande, Gameleira e Nativo - identificadas, sobretudo, como catadoras de caranguejo e, mais recentemente, no caso de Campo Grande, como povos dos manguezais. Esta presença do manguezal remonta à abertura da foz artificial do Rio Mariricu ainda no século XIX, que possibilitou a entrada das águas do mar e a formação deste ecossistema. A Comunidade de Campo Grande está situada ao sul desta foz e afirma que, em tempos antigos, ali não havia manguezal e a paisagem era caracterizada por um longo “campo de junco”, que permitia uma visão ampla do território. A formação deste manguezal foi a base para que a comunidade passasse a constituir seu modo de vida baseado na mariscagem do caranguejo. O Festival do Caranguejo é uma festa típica que acontece em Campo Grande, revelando a forte presença do manguezal em seu modo de viver. Além da mariscagem do caranguejo, a comunidade também produz farinha de mandioca, artesanato em madeira e, mais recentemente, cultivos comerciais de aroeira.

A mariscagem do caranguejo também é forte característica do modo de viver das Comunidades de Gameleira e Nativo. Gameleira se encontra bem próxima ao manguezal e à foz aberta no Rio Mariricu, enquanto Nativo está um pouco mais interiorizada, entre o rio e manguezal do Mariricu e a zona alagadiça

da planície costeira. No Nativo, além da mariscagem do caranguejo, a reprodução da vida também se faz por meio de atividades agrícolas e da pequena criação de animais - com destaque ao gado leiteiro, que fornece leite e queijo, importantes fontes de alimento e renda da comunidade. Em tempos mais recentes, o cultivo comercial da aroeira também vem ocupando um lugar importante na geração de renda da comunidade (assim como nas demais).

Em São Mateus, a memória da ancestralidade apresenta a Comunidade de Nativo como importante referência das origens, onde se destaca a existência de um dos cemitérios mais antigos da região, que, inclusive, possui vestígios arqueológicos dos sepultamentos indígenas. Nativo também foi lugar de referência comercial, como um entreposto localizado no rio Mariricu, de onde saíam canoas carregadas de produção da própria Comunidade, como telhas de barro, porco e farinha, para serem comercializados, até mesmo, no Porto de São Mateus.



Figura 2: Em algumas Comunidades, a presença do manguezal é cotidiana na reprodução da vida. Comunidade Gameleira, novembro 2018.

Além da formação do manguezal, a abertura da foz artificial no Rio Mariricu no século XIX facilitou o acesso ao mar e a atividade pesqueira, bem como o atracamento de barcos na nova área estuarina, fortalecendo, assim, a formação de duas Comunidades que foram denominadas Barra Nova Norte e Barra Nova Sul. Ambas se identificam como pescadoras e têm seus modos de viver majoritariamente baseado na pesca marítima, com destaque ao camarão; seguida da pesca e mariscagem no rio, realizadas sobretudo pelas mulheres. O contato muito próximo com a praia e o manguezal contribuiu para o artesanato feito com conchas, escamas de peixe, puãs de siri e caranguejo, também pelas

mulheres. A importância da atividade pesqueira marítima também se manifesta no Festival do Camarão, que acontece em Barra Nova Sul.



Figura 3: Cemitério antigo, uma das referências da ancestralidade das Comunidades Tradicionais da região. Comunidade do Nativo, 2019.

Outras Comunidades se encontram mais interiorizadas em relação à praia, localizadas à beira do Rio Mariricu, como é o caso de São Miguel, Ilha Preta, Ferrugem e Sítio da Ponta, que embora também pratiquem a pesca e a mariscagem, apresentam uma maior relevância da atividade agrícola e da pequena criação de animais (com destaque ao gado leiteiro, que alimenta uma importante fonte de renda por meio da comercialização do leite e queijo). Se encontram situadas em área que se estende do Rio Mariricu à zona alagadiça da Planície Costeira do Rio Doce, ao norte de Barra Nova Norte. Além disso, também produzem farinha de mandioca; artesanato de fibras, bambu, taboa e cipó - que são extraídos dos brejos e capoeiras para a produção de puçás, samburás, jequis e esteiras; cultivos de aroeira para comercialização; e mel (São Miguel).

Nos períodos de fortes chuvas as terras baixas na comunidade de Ferrugem são preenchidas por água e transformam-se num contínuo e grande alagado onde se pratica a pesca e a mariscagem. Este processo também ocorre por ocasião das altas marés, quando a água do mar adentra as terras baixas através da Barra Nova (no Rio Mariricu) e dos canais de drenagem abertos pelos fazendeiros para a formação de pastagens secas.

A partir desta breve explanação, podemos perceber que embora alguns elementos tenham destaque e alimentem identidades específicas das Comunidades, no geral, os modos de viver conjugam referências que dialogam

com identidades múltiplas. Em algumas Comunidades da Planície Costeira do Rio Doce, a auto identificação é mais específica, como em Barra do Riacho e Regência (pescadores); Comboios e Areal (indígenas); Entre Rios (ribeirinhos); e Mariricu (pescadores). Em outras, as identidades conjugam referências, como Degredo (pescadores e quilombolas); Povoação (pescadores e agricultores); Barreiras (pescadores e marisqueiros); Porto Grande e Córrego do Alexandre (pescadores, marisqueiros e quilombolas).

Para além da ancestralidade e do modo de vida, a construção da identidade étnica também pode ser alimentada pelo conflito - que estabelece o contato e o atrito entre sujeitos sociais antagônicos, explicitando o contraste entre matrizes de racionalidade e visões sociais de mundo. As diferentes perspectivas se materializam na diversidade de usos do espaço que se conflituam: da mesma maneira que as características naturais deste ambiente apresentam-se favoráveis aos modos de viver das Comunidades locais, que se estabelecem em profundo diálogo com a natureza, por outro lado, podem significar obstáculos aos grandes empreendimentos que reduzem a natureza à mercadoria e buscam otimizar sua exploração no intuito de gerar acumulação de riquezas. E no conflito e pelo contraste, a identidade étnica é alimentada: “sabe-se o quanto a construção de identidade é contrastiva e, por isso, se forja, sobretudo, a partir de situações de conflito” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 199).

No conflito, a construção identitária das Comunidades é alimentada enquanto estratégia organizativa (BARTH, 1969) frente aos impactos provocados por projetos desenvolvimentistas sobre seus territórios. No caso da Planície Costeira do Rio Doce, o desastre provocado pela mineradora Samarco vem provocando profunda desestruturação do modo de vida tradicional e suas atividades associadas, dentre elas a pesca, a mariscagem, a agricultura e a pequena criação de animais. E, dialeticamente e contraditoriamente, ao destruir as condições tradicionais da existência, o conflito alimenta a construção da identidade tradicional.

A partir de novembro de 2015, o despejo dos rejeitos da mineradora Samarco (Vale/ BHP Billiton) ao longo da calha do Rio Doce e de toda a zona costeira do estado do Espírito Santo (atingindo o Extremo Sul da Bahia e o Extremo Norte do Rio de Janeiro) contaminou estes territórios, suas águas e suas terras, comprometendo a saúde física e mental de seus habitantes, suas fontes de alimento e de renda; provocando profundas perdas e a falta de perspectivas futuras.

Os rejeitos se espalharam pela zona costeira e adentraram o território pela boca do Rio Ipiranga e pela Barra Nova. Em decorrência, a pesca no mar e no rio encontram-se comprometidas, assim como a mariscagem no manguezal do Rio Mariricu, atividades que eram a base alimentar e fonte de renda de muitas famílias. Como consequência, as Comunidades que tinham fartura de caranguejo, peixe e camarão, hoje se encontram em situação de insegurança alimentar. Além disso, o desastre provocou danos aos tradicionais festivais do Camarão (Barra Nova Sul) e do Caranguejo (Campo Grande) e, desde então, Campo Grande se vê forçada a comprar caranguejo dos manguezais da Bahia para poder realizar seu evento.

Os rejeitos de minério não só atingiram as águas, mas também adentraram as terras mais secas por meio dos canais de drenagem abertos pelo (DNOS) nos anos de 1950 e 60, que se conectam ao Rio Mariricu e conectam este ao mar. Em movimento contrário, as águas das marés altas penetram estes canais e chegam às áreas de criatório e agricultura. Atualmente, junto delas, estes canais trazem os rejeitos que vêm contaminando as águas de beber, os cultivos e os animais de criação, provocando contaminação, doenças e morte dos alimentos, sobretudo nas Comunidades de Ferrugem, São Miguel e Nativo.

A Fundação Renova, teoricamente criada para resolver as questões referentes aos atingidos pelos rejeitos, vem dificultando o reconhecimento dos danos provocados e dos atingidos. Neste debate, muitas vezes as Comunidades Tradicionais não são reconhecidas em seus ofícios e modos de vida, e recebem classificações que visam diminuir os valores indenizatórios a serem pagos pela empresa. Mais uma vez, a matriz da racionalidade colonial busca se impor sobre estas Comunidades, seus saberes e seus territórios (FERREIRA, 2016).

No confronto e conflito com a mineradora, a primeira identidade coletiva construída foi a de atingidos pelo desastre, uma articulação que contou com a presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). No entanto, para além de atingidas, as Comunidades vêm construindo sua autoidentificação como tradicionais. Ser reconhecida como Comunidade Tradicional implica em ser reconhecida como “dona da casa” – ou seja, dona do território marcado pela ancestralidade e pertencimento; espaço apropriado e defendido no intuito de garantir a reprodução da existência material, simbólica e afetiva do grupo (HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2013). Território constituído por extensas redes de parentesco e compadrio, povoado por saberes no uso da natureza e voltados à satisfação das necessidades cotidianas, transmitidos de geração a geração (DIEGUES, 1998).



Figura 04: Contaminação de cultivos agroflorestais em quintal com rejeitos da mineração, após o rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG), da empresa Samarco, em novembro de 2015. Comunidade Ferrugem, março 2018.

A identidade de Comunidade Tradicional implica, sobretudo, em se afirmar como sujeito de direitos diferenciados nos territórios. E, assim, possibilita inserir estes sujeitos em outro lugar político não só no conflito com a mineradora Samarco, mas em relação aos outros projetos desenvolvimentistas de matriz colonial que também produziram parte da destruição da vida em seus territórios - como a drenagem da planície costeira causada pelos canais construídos pelo DNOS nos anos de 1950 e 60, seguida pelo estabelecimento dos grandes latifúndios da pecuária nos antigos locais de uso comum da pesca, caça e agricultura, e pela exploração do petróleo e gás, a partir dos anos de 1950. Todos estes processos ainda se fazem presentes nestes territórios onde perpetuam sua expropriação.

A partir da construção da identidade tradicional, essas Comunidades passam a elaborar uma releitura dos processos históricos e territoriais por elas vivenciados. Neste contexto, amplia-se a consciência da significação política da identidade étnica, que se encontra profundamente vinculada aos territórios, como afirmam Catherine Walsh e Juan García (2002, p. 321), em relação aos povos afroequatorianos apresentados:

Para nós, a identidade está em primeiro lugar muito ligada ao território. Para nós, a identidade é como se vive, como se recria,

como se persiste, como se vincula, na medida em que se vive no território. A relação território-identidade tem sido central no resgate do ser negro no Equador, uma maneira [...] de nos consolidarmos como povos afroequatorianos culturalmente diferenciados, de confrontar a perda acelerada de nossos territórios ancestrais e promover o cuidado ambiental deles frente à atual exploração e destruição²⁴.

A identidade étnica das Comunidades se manifesta como potência de releitura dos processos de expropriação sofridos, bem como de organização social e política frente aos danos do tempo presente, aos danos já cristalizados e aos danos previstos em seus territórios. Neste sentido, se alinha a práticas de territorialidade.

Território Tradicional da Planície Costeira do Rio Doce

Entendemos o território enquanto fruto e processo relacional de apropriação social do espaço, sempre em movimento. Todos os sujeitos e grupos sociais constroem sua existência material, simbólica e afetiva a partir da apropriação do espaço, no qual constroem seus modos de viver. Considerar o território como relação em movimento no espaço e no tempo implica entendê-lo como um constante processo em construção, onde se reelaboram as relações histórico-sociais e destas com o espaço material.

O território é compreendido como um processo relacional no espaço e no tempo, em constante construção, carregado de reelaborações no que tange às relações histórico-sociais com o espaço material (HAESBAERT, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2006). A combinação dessas relações irá configurar as características do *território*, a partir das formas de apropriação, uso e/ou domínio do espaço que se efetivam e se desdobram desde uma dominação político-econômica à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica, conforme os projetos dos sujeitos e grupos sociais (HAESBAERT, 2004). Essas relações existenciais e/ou produtivistas vivenciadas pelos sujeitos sociais caracterizam as marcas da apropriação do espaço que se efetivam, ou seja, suas formas de territorialidade (RAFESTIN, 1980).

O nascer da Geografia enquanto ciência ocidentalizada e institucionalizada no século XIX trouxe uma ênfase à dimensão jurídico-política do território, através da teoria do geógrafo alemão Friederich Ratzel (1844-1904).

²⁴ Texto original em espanhol. Tradução livre da autora.

Em suas formulações acerca da Antropogeografia ou Geografia do Homem, Ratzel (citado MORAES, 1990, p.23) inaugura a proposta de estudos geográficos voltados à discussão dos problemas humanos, com a formulação do conceito de território:

O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. [...] O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis.

Nesta concepção, o território serve às necessidades de um grupo humano que dele se apropria. Vinculadas à relação entre uma população, seu desenvolvimento tecnológico e a disponibilidade de recursos naturais que a ela se apresenta, as necessidades territoriais de um grupo humano conformam seu espaço vital. Para Ratzel, a principal necessidade humana seria a alimentação, seguida pela moradia. Quanto mais o território satisfaz essas necessidades humanas, mais ele seria defendido pelo grupo, e quando este grupo se organiza para defender seu território, ele se transforma em Estado. Assim, nesta perspectiva, a concepção conceitual do território nasce bastante vinculada ao espaço gerido pelo Estado, ou seja, o espaço onde o Estado exerce seu poder.

O geógrafo Claude Raffestin (1980) amplia a discussão acerca do poder na conformação do território, ao considerar outras características e escalas que vão para além da ação do Estado. Assim, na conformação do território, as relações de poder se estabelecem na escala dos sujeitos, tanto na esfera material e produtiva, como na esfera simbólica e cultural - âmbitos que constituem a territorialidade ou multidimensionalidade do vivido territorial, que nas suas palavras (1993, p.143):

Em nossa perspectiva, a territorialidade possui um valor todo particular porque ela reflete a multidimensionalidade do vivido territorial para os membros de uma coletividade, para as sociedades em geral. Os homens vivem tanto o processo territorial e o produto territorial através de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Sejam relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, no sentido de que a interação entre os atores busca modificar as relações com a natureza e as relações sociais. Os atores, sem querer e saber, se auto modificam também. O poder é inevitável [...].²⁵

²⁵ Texto original em francês. Tradução livre da autora.

Ao considerar o vivido territorial, Raffestin amplia a questão das escalas onde o poder se exerce e destaca a ação de seus sujeitos. Processo e produto territorial são vividos por meio de relações existenciais e/ou produtivas, caracterizadas como relações de poder que podem modificar territorialidades de sujeitos distintos. Em movimento dialético, os sujeitos constroem territorialidades situacionais e, neste movimento, constroem-se a si mesmos.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (1995), em sua discussão conceitual acerca do território e da territorialidade, evidencia o constante movimento dos territórios que se dá através de seus permanentes processos de construção e desconstrução em diversas escalas espaciais e temporais. O processo instituinte do território – a territorialização – que se dá sob diferentes escalas espaciais e temporais, por meio de relações de poder produtivas e/ou existenciais, concretiza-se no espaço enquanto situações de territorialidade. Para Souza (1995, p. 81),

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada [...] à internacional [...]; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes [...]; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Na mesma linha teórica, o geógrafo Rogério Haesbaert (2004) discute que o território é relacional e, neste sentido, “é também movimento, fluidez, interconexão - em síntese e, num sentido mais amplo, temporalidade” (p.82). Em seu entendimento (p. 93), o autor afirma que esta relação espacial de poder pode apresentar uma dimensão mais concreto-funcional-político-econômica ou mais subjetivo-simbólico-cultural:

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política.

Em diálogo com os geógrafos, a teoria de Henri Lefebvre (1974) discute a diferenciação entre espaços dominados e espaços apropriados, associando-os à dimensão do que é externo e do que é interno a determinada unidade social. O espaço interno é considerado aquele da vida familiar, privado, onde predomina o movimento do convívio cotidiano e da intimidade, que elaboram os laços de identidade do grupo. Neste sentido, é o espaço do que é vivido não só

materialmente, mas também afetiva e simbolicamente. Para o autor, a dimensão do que é vivido evoca a apropriação do espaço, que é tornado coisa própria. Já o espaço externo é enfocado como público, aquele da Comunidade – entendida como um todo mais amplo e complexo, próximo de sociedade.

O lugar vivido da apropriação é aquele onde se efetivam práticas com o intuito de satisfazer as necessidades de determinado grupo que ali vive. Como estas necessidades são múltiplas, implica usos e representações diversas do espaço, onde se dá a constituição de saberes, a produção do alimento, as trocas, as práticas de religiosidade, as festas, as relações de compadrio e solidariedade. A apropriação subentende, portanto, diversidade de usos, significações, funções e tempos do espaço, orientados tanto por necessidades materiais como simbólicas e afetivas do grupo, como elabora Porto-Gonçalves: “os homens só se apropriam do que faz sentido para suas vidas e esse sentido é, sempre, criação social [...]” (2002).

A dominação de determinado espaço, por sua vez, tem como função manter-se a si mesma. No espaço dominado pelo capital, a natureza é transformada pela técnica com o objetivo de garantir a acumulação crescente e desigual de riquezas numa sociedade hierarquizada em classes e grupos sociais. Aqui, embora nem sempre o sujeito da dominação esteja presente concretamente, a dominação que tem de determinado espaço trabalha para a exclusão do que lhe é diferente: expropriação. Desta maneira, transforma a pluralidade de usos, vivências e tempos do espaço apropriado na funcionalidade única do espaço dominado, que passa a ser caracterizado como propriedade privada capitalista: quanto mais um espaço é funcionalizado, mais ele está dominado por agentes que o manipulam para torná-lo unifuncional e menos ele se presta à apropriação, pois perde o tempo vivido, aquele dos usos, tempos diversos e complexos (LEFEBVRE, 1974).

Em sua proposta de uma abordagem geocultural do território, o geógrafo Joël Bonnemaison (2002) afirma a necessidade de compreender a concepção de mundo através das expressões espaciais da cultura, que revelam uma “espécie de relação secreta e emocional que liga os homens a sua terra e, no mesmo movimento, funda sua identidade cultural” (p.103). A ênfase que o autor dá à dimensão simbólica, afetiva e identitária na relação humana com a terra reforça a importância do lugar para a leitura das territorialidades. O lugar vivido é a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, que perpassam as histórias de vida, selam complicitades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território.

Arturo Escobar (2005) define o lugar como “experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (p.134). Os lugares são “criações históricas” com múltiplos vínculos com as relações de poder. Para o autor, o desenvolvimento capitalista quis construir o rompimento com a dimensão do lugar, no intuito de tornar invisíveis “*formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo*” (p.137). Neste contexto, o lugar está inserido nas estruturas políticas e econômicas mais amplas, e também traz a dimensão cotidiana das subjetividades e formas de percepção da vida social caracterizadas pelo vivido, pela memória e pela afetividade.

No espaço apropriado e vivido pelos povos originários e Comunidades Tradicionais, produz-se um saber-fazer, do tato e do contato, um “saber com”; enquanto no espaço da dominação há um “saber sobre” (PORTO-GONÇALVES, 2005), oriundo de relações mais formais e indiretas que materializam um espaço funcional não marcado pela intimidade.

A apropriação e a dominação do espaço evidenciam, pois, processos diferenciados pela dimensão do vivido. Entendemos que a dimensão do vivido se faz presente nas relações de apropriação do espaço caracterizadas pelos “lugares próprios” determinados pelas vivências de um grupo; enquanto as relações de dominação do espaço caracterizam-se pela funcionalidade. No mundo capitalista moderno e ocidental, o controle de determinado espaço se faz por meio de territorializações das relações de exploração, dominação e conflito entre sujeitos e/ou grupos sociais. Segundo Haesbaert (2004, p. 95-96),

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo de territorialidades.

A consideração de um jogo de territorialidades e territórios implica partir da premissa de que as sociedades contemporâneas estão baseadas em sistemas conformados por relações sociais e de poder desiguais. Nelas, o conflito

territorial é permanente e um mesmo espaço pode abrigar territorialidades superpostas e contraditórias, como afirma o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005, p. 94):

Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. [...] Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições entre os respectivos poderes [...].

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2005, p. 2-3), ao focar as denominadas terras tradicionalmente ocupadas, aquelas organizadas pela apropriação e uso comum dos recursos, tece uma reflexão acerca da territorialidade enquanto fator de identificação, defesa e força:

Em termos analíticos, pode-se adiantar, que tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. [...] A atualização destas normas ocorre, assim, em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados, muitas vezes, como “nômades” e “itinerantes”. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes.

Nos territórios tradicionalmente ocupados, o uso dos recursos é guiado por normas específicas, elaboradas na prática cotidiana dos grupos familiares de uma unidade social. A elaboração conjunta e dinâmica destas normas define as formas de apropriação e conforma territorialidades, conferindo o caráter de identidade àqueles que usufruem do território. Assim, enquanto prática combinada entre os membros de uma mesma coletividade social, o controle dos recursos básicos apresenta-se como estratégia criada e utilizada por grupos sociais com o

objetivo de lhes garantir a manutenção de seu território, e evidencia sua outridade/alteridade em relação ao que é externo ao seu território.

O movimento que define esta identidade se dá no contraste com o outro, ou seja, pelo contato daquilo que é comum, familiar e singular a um determinado grupo social com o que lhe é diverso, externo e estranho. Esta relação de estranhamento estabelece a dialética entre a identidade e a alteridade ou “*outridade*”, como analisa Souza (1995, p. 86):

o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “*nós*” [...] e os “*outros*”.

As relações que constroem as identidades e alteridades/“*outridades*” materializam-se no território e alimentam as necessidades de seu controle.

Se a materialização dos conflitos entre sujeitos e grupos sociais distintos configura a existência de múltiplas territorialidades num mesmo espaço, haverá sempre a preocupação com o controle e delimitação deste território. Segundo o geógrafo Robert Sack (1986), os territórios requerem esforço constante para se estabelecer e manter, esforço esse materializado através das estratégias utilizadas para influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações. O processo de territorialização encontra-se, assim, no âmbito das estratégias intencionalmente criadas e exercidas para a manutenção do território.

Arturo Escobar (2005, 153) afirma que os povos e Comunidades Tradicionais constroem seus modos de viver profundamente vinculados à natureza e, a partir desta territorialidade, se organizam em movimentos sociais que

[...] invariavelmente enfatizam quatro direitos fundamentais: a sua identidade, o seu território, a autonomia política e a sua própria visão de desenvolvimento. A maioria desses movimentos é concebida explicitamente em termos de diferenças culturais, e da diferença ecológica que esta significa. [...] São movimentos originados numa vinculação cultural e ecológica a um território. Para eles, o direito a existir é uma questão cultural, política e ecológica.

Nesta perspectiva, a territorialidade tradicional ganha contornos políticos na afirmação do espaço apropriado frente a uma ordem imposta que lhe é antagonica. Tecendo laços entre a identidade, os saberes, a ancestralidade e a organização política, a territorialidade engendra comportamentos, tece representações, atribui significações e constrói projetos territoriais, num

movimento de vir a ser - o que é também discutido pelo filósofo Felix Guattari (1986, p. 323):

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Estas considerações teóricas contribuem à análise proposta e possibilitam caracterizar a Planície Costeira do Rio Doce como um território tradicionalmente ocupado, que vem tecendo sua construção identitária a partir do reviver e da revalorização de sua ancestralidade, seus saberes, suas histórias de vida e tradições, fortalecendo as formas de apropriação do espaço efetivadas por suas Comunidades - territorialidades - em contraste e conflito com a dominação territorial imposta pelos projetos desenvolvimentistas hegemônicos.

Palavras finais: identidade, conflitos e resistências

A história da colonização dessa sub-região do território brasileiro que definitivamente entrou na rota da expansão da sociedade luso-brasileira em 1800, exemplifica os percalços, problemas, contradições e conflitos das relações entre a sociedade dominante em expansão e os indígenas no processo de desenvolvimento brasileiro. Assim como seus ancestrais indígenas, essas Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce vêm passando por um sofrido processo de expropriação de seus territórios e condições de vida, provocado pelos projetos desenvolvimentistas implantados nessa região. Nas palavras de Diegues (1998, p. 99),

Em determinados momentos históricos, essas formas de apropriação passaram a sofrer o impacto de outras formas de propriedade, como a estatal ou a privada, e estar ameaçadas de desaparecimento. Em certos casos, a ameaça externa tem sido um elemento essencial na afirmação dos direitos comunitários e na reconstrução da tradição.

Anteriormente, os recursos do território eram tratados enquanto bem comum ao qual todos tinham acesso e a maneira como viviam era em diálogo e equilíbrio com a natureza (DIEGUES, 1998). A drenagem da planície por meio das valas construídas pelo DNOS, somadas à implosão do arenito que abriu a Lagoa da Suruaca ao mar, alterou profundamente a dinâmica das águas,

prejudicando a obtenção do alimento por meio da pesca e caça que eram praticadas nos brejos e lagoas. Posteriormente, a entrada dos fazendeiros de gado, arroz e seus latifúndios implantou a lógica da propriedade privada sobre este espaço de uso comum, por meio da instalação de cercas e da proibição das práticas tradicionais.

Conjugada às fazendas pecuaristas, a exploração do petróleo e gás, que atravessa todo o Território Tradicional da Planície Costeira do Rio Doce com seus poços, dutos, terminais, unidades de processamento e tratamento, inviabiliza o uso de numerosas porções do território e polui outras, por meio de vazamentos e explosões. A partir de 2015, a estes danos cristalizados no território se juntou a imensa quantidade de rejeitos da mineradora Samarco, que neste território foram violentamente despejados após o rompimento da barragem de Fundão, situada em Mariana (MG). Os rejeitos chegaram pela foz do Rio Doce e pelo mar, contaminando praias, zonas estuarinas, manguezais, rios, lagoas e também áreas de cultivo e criação, adentrando o território por meio das valas e canais.

Desde a invasão colonial, todos estes processos construíram formas de expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados inicialmente pelos povos originários e posteriormente, pelas Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce. A expropriação provoca conflito e o conflito se materializa no espaço apropriado e dominado por estes grupos sociais, colocando em evidência diferenciadas matrizes de racionalidade e temporalidade na relação que estabelecem entre si e com a natureza: territórios e práticas de territorialidade. O conflito se estabelece no movimento de superposição de territórios, caracterizada por relações de poder não só de cunho econômico, político e funcional, mas também subjetivo, simbólico e cultural.

Através do contraste, o conflito constrói identidades e é retroalimentado por elas. No conflito, as Comunidades Tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce constroem sua identidade histórica, sua identidade social, étnica e de modo de vida, onde elementos de ordem econômica, cultural e moral afloram como substrato de ações políticas. A identidade tradicional constitui-se de maneira intimamente vinculada ao território, ou seja, é uma identidade territorializada, onde o território configura o espaço apropriado do presente e da ancestralidade, com suas histórias de vida, seus saberes peculiares, suas relações de parentesco, trocas e solidariedade. A identidade tradicional territorializada destas Comunidades é alimentada pela memória acerca de sua ancestralidade, pelas práticas cotidianas e pela resistência à expropriação provocada pelos projetos desenvolvimentistas.

Desta maneira, o lugar do vivido e do uso carrega formas de percepção e significação relacionadas ao espaço. Manifesta elementos da esfera cognitiva, onde se elaboram as leituras e visões do mundo e constitui, desta maneira, alimento para as possibilidades de ruptura com o hegemônico instituído. Assim, a possibilidade da resistência e transformação é construída tanto por elementos do espaço material, como pelas representações presentes nas formas de territorialidade. Segundo o geógrafo Milton Santos (1996, p. 67), é este agir simbólico e afetivo que possui a força de transformação:

Existiriam, pois, essas 3 ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas 3 ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como dados, por outro, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação.

A identidade tradicional territorializada das Comunidades da Planície Costeira do Rio Doce é o alimento fundante da releitura desta história e da ressignificação de seus sujeitos, a partir da desconstrução das narrativas coloniais e colonizadas, na construção de um outro devir.



Figura 5: Território Tradicional da Planície Costeira do Rio Doce e algumas de suas Comunidades. 2019.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. - *Terras de Preto, Terras de Santo e Terras de Índio: uso comum e conflito*. **Cadernos NAEA**. Belém: UFPA/NAEA, vol. 10, p. 163-196, 1989.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. - *Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.
- BARTH, Fredrick. - *Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras*. In: **O Guru, O Iniciador**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000 [1969].
- BONNEMAISON, Jöel. - *Viagem Em Torno Do Território*. In: ROSENDAL, Z.; CORRÊA, R.L. **Geografia Cultural: um século**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p. 83-182.
- CAMPOS, Nazareno. J. de. - *Terras De Uso Comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- CÂNDIDO, Antônio. - *Os Parceiros do Rio Bonito*. (8.^a ed.). São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998 [1964].
- CHAYANOV, Alexander. V. - *La Organización De La Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974 [1925].
- DIEGUES, Antônio C. - *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. (2.^a ed.). São Paulo: Hucitec, 1998.
- ESCOBAR, Arturo. - *O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* In: LANDER, E. (org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 133-168.
- FERREIRA, Simone R. B. - *“Donos do Lugar”: a territorialidade quilombola do sapê do Norte-ES*. Tese (Doutorado) em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2009.
- FERREIRA, Simone R. B. - *Marcas da Colonialidade do Poder no Conflito Entre a Mineradora Samarco: os povos originários e comunidades tradicionais do rio doce*. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, R. - *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUSMÃO, Neusa M. - *Caminhos Transversos: território e cidadania negra*. In: O'DWYER, Eliane C. (org.) **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: ABA, p. 61-78, jul/1995.
- HAESBAERT, Rogério. - *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISSA, Cássio E.V.; CORGOSINHO, Rosana R. - *Recortes de Lugar*. **Geografias**, Belo Horizonte: IGC – UFMG, vol. 2, n. 1, 2006, p. 7-21.

LEFEBVRE, Henri. - *La Production de L'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

MARINATO, Francieli Aparecida. - *Índios Imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do rio doce (espírito santo, 1824-1845)*. Dissertação (Mestrado) em História. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória, 2007.

MORAES, Antonio C.R. (org.) - *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais vol. 59).

(OCCA), Observatório dos Conflitos no Campo. *Relatório de Identificação do Território Tradicional Ribeirinho da Foz do Rio Doce*. Vitória: UFES, 2014. (mimeo)

OCCA, Observatório dos Conflitos no Campo. *Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce, Linhares-ES*. Vitória: UFES, 2017.

POLLAK, Michael. - *Memória e Identidade Social*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. - *A Invenção das Novas Geografias*. **Território, Territórios**, Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002, p. 257-284.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. - *Geografando, Nos Varadouros do Mundo*. Brasília: IBAMA, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. - *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. In: CECEÑA, A.E. (org.) **Los Desafíos de Las Emancipaciones en un Contexto Militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. - *De Saberes e Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. **GEOgraphia** – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, v. 8, n. 16, p. 37-52. Niterói/RJ: EDUFF, 2006.

QUIJANO, Aníbal. - *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. (org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-277.

QUIJANO, Aníbal. - *Colonialidad del Poder y Clasificación Social*. **Journal of World-Systems Research**, v. 2, p. 342.386, Summer/Fall 2000.

RAFFESTIN, Claude. - *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

REDFIELD, Robert. - *The Peasant View of the Good Life*. In: REDFIELD, R. **Peasant Society and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956, p. 105-142.

SACK, Robert. - *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. - *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. (2.ed.) São Paulo: Hucitec, 1997.

SARMENTO-SOARES, L.M.; MARTINS-PINHEIRO, R. F. - *A Fauna de Peixes na Bacia do Rio Barra Seca e na REBIO de Sooretama, Espírito Santo, Brasil*. **Boletim do Museu Biológico Mello Leitão**, Santa Teresa-ES, 35:49-104, julho de 2014.

SHANIN, Teodor. - *La Clase Incómoda*. Madrid, Alianza Editorial, 1983 [1972].

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. - *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I.E. de et alli. **Geografia: conceitos e temas**. (2.^a ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOLEDO, Victor M. - *What is Ethnoecology? origins, scope and implications of a rising discipline*. **Etnoecológica** 1, p. 5-21, 1992. <http://www.etnoecologica.org.mx>

WALSH, C.; GARCÍA, J. - *El Pensar Del Emergente Pensamiento Afroecuatoriano: reflexiones (des)de un proceso*. In: Daniel Mato (coord.) **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder**. Caracas: CLACSO/ Universidad Central de Venezuela, 2002, p. 317-326.

WOORTMANN, Klaas A.A.W. - *“Com Parente Não se Neguecia”: o campesinato como ordem moral*. **Anuário Antropológico**, Brasília: Ed. UnB/Tempo Brasileiro, v. 69, p. 11-73, 1990.

SEÇÃO 2

**PROJETO COMUNIDADE PARTICIPATIVA: A Educação
Ambiental no enfrentamento dos problemas socioambientais na
Planície Costeira do Rio Doce**

O Projeto Comunidade Participativa, que dá sustentação à presente obra, não nasce em um dado momento como resposta a uma oportunidade de um edital de fomento a projetos de pesquisa e extensão. Ele é a resultante da convergência de histórias de vida, de formação e de interesses de diversos sujeitos que trazem em sua trajetória o compromisso com a educação e que acreditam nas potencialidades da educação ambiental para promover mudanças nas relações sociais e ambientais. Antes da sistematização das atividades por meio do Laboratório de Educação Ambiental – LabEA, do Centro Universitário Norte do Espírito Santo/UFES, esses sujeitos já atuavam de forma significativa e continuada no cotidiano das comunidades da Planície Costeira do Rio Doce. Mas, foi com a implantação do LabEA que essas histórias de vida se cruzaram e passaram a vislumbrar as possibilidades de um fazer acadêmico socialmente orientado.

O contexto, em que o Projeto Comunidade Participativa foi gestado, envolve os processos formativos proporcionados pelo LabEA no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Foi a partir dos componentes da educação ambiental, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, que as sementes de uma educação ambiental socialmente referenciada foram lançadas. À medida que se mergulhava nas ideias, conceitos e autores e que a realidade local era utilizada como elemento problematizador da relação homem-natureza, o grupo de estudos foi se constituindo e se consolidando como um grupo de pesquisas. Aos poucos o grupo foi construindo sua identidade, forjada em suas escolhas epistemológicas, metodológicas, posturas políticas e formas diversas de engajamentos nos processos sociais locais. Obviamente, nesse processo as dissidências também ocorreram, pois, alguns membros do grupo se identificaram com outras epistemologias e se associaram a outros grupos de trabalho. Atualmente, o grupo que dá vida e identidade ao LabEA tem se referenciado por uma epistemologia de base progressista em educação ambiental.

Sempre buscando a maturidade epistemológica que fundamenta a educação ambiental socialmente referenciada, a equipe que compõe o LabEA passou a buscar formas de romper com o pragmatismo metodológico. Nessa perspectiva, o foco e as ações do LabEA passaram a ser definidas não pelos interesses acadêmicos de seu coordenador ou de seus membros, mas pela realidade local. Foi nesse contexto que o foco do LabEA se voltou para as comunidades localizadas no território tradicional da Planície Costeira do Rio Doce.

Assim, o desafio que se apresentava era como o LabEA poderia se colocar como instrumento auxiliar para essas comunidades, de forma a catalisar ações nas suas lutas pelos seus direitos, pela defesa de seus territórios, pela manutenção de sua cultura e auxiliá-los na busca de soluções para seus problemas socioambientais. Foi exatamente essa atuação continuada e o uso de metodologias de respeito aos saberes (garantindo a participação ativa dos moradores) que permitiram a consolidação de uma proposta de trabalho merecedora de reconhecimento, primeiramente pelas comunidades do território, e, posteriormente, pela comunidade acadêmico-científica e órgãos financiadores.

Tendo eleito o território tradicional como *locus* de atuação e colocando seu interesse de pesquisa e extensão na organização comunitária, as atividades do LabEA cruzaram-se com outros olhares, vindos de outros grupos e de outras áreas do conhecimento. Alguns desses movimentos são anteriores às atividades do LabEA, como os estudos de Arqueologia coordenados pelo Professor, Bioarqueólogo, João Luiz da Cunha Teixeira e, na Geografia, os esforços da Professora MSc. Claudineia da Cunha Teixeira para mapear e compreender as transformações ocorridas no território da Planície Costeira do Rio Doce. Ainda no campo da Geografia, citam-se os estudos da Professora Dra. Simone Ferreira Batista sobre as lutas históricas das comunidades quilombolas na defesa de seus territórios. Todos esses trabalhos foram cruciais para que o LabEA construísse seu olhar crítico sobre a realidade e compreendesse as dinâmicas socioambientais nas quais as comunidades do território tradicional da Planície Costeira do Rio Doce estão mergulhadas.

Em uma outra ótica, o que o Projeto Comunidade Participativa representou foi a possibilidade de ampliar as ações já realizadas nas comunidades em função dos recursos financeiros disponibilizados pelo Programa Petrobras Socioambiental. Torna-se relevante, desde já, esclarecer que a disponibilização dos recursos não se trata de uma forma de o patrocinador privilegiar as comunidades que participam do projeto. Ainda que a responsabilidade social e ambiental seja uma política de sustentabilidade da Petrobras, em nosso entendimento o Projeto Comunidade Participativa é parte de um processo que visa dar cumprimento a um direito das comunidades, posto que seus territórios sofrem os impactos diretos e indiretos das operações de exploração de petróleo e gás.

Diante desse contexto, só será possível ao leitor compreender a essência do Projeto Comunidade Participativa a partir do momento que perceber que não reunimos aqui, meramente, um conjunto de textos de diferentes autores para reforçar um determinado campo epistemológico. Trata-se, antes disso, da

exposição das histórias de luta das comunidades tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce pelo direito de continuarem existindo. Trata-se, ainda, da intenção do LabEA e seus parceiros de compartilhar com as comunidades e com a sociedade em geral um pouco do que tem sido produzido no plano acadêmico e seus impactos sociais.

Antes de apresentarmos as formas de atuação do Projeto Comunidade Participativa junto às comunidades, apresentaremos, no capítulo 1, um panorama histórico-filosófico das relações homem-natureza para situar o leitor de onde emerge a educação ambiental que o Projeto Comunidade Participativa se propõe a construir junto com as comunidades da Planície Costeira do Rio Doce. Tendo o leitor compreendido esse aspecto teórico-filosófico da educação ambiental, entendemos ainda a necessidade de esclarecer-lhe o que estamos chamando de comunidade, tema apresentado no capítulo 2. Agora, feitas as apresentações conceituais podemos, no capítulo 3, apresentar a práxis educativa do Projeto Comunidade Participativa para atuar nos processos de formação socioambiental. Finalmente, no capítulo 4, retomamos o diálogo da práxis educativa do Projeto com os conceitos de educação ambiental e de comunidade para realizar uma reflexão sobre as contribuições do Projeto Comunidade Participativa para o processo de (re)existência das comunidades tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce.

CAPÍTULO 1

DE QUAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTAMOS FALANDO?

**Marcos da Cunha Teixeira
Noslen Mota de Andrade
Diógina Barata**

Nos itens anteriores foram descritos os diversos fatores que envolveram o processo histórico da relação homem-natureza. Nesse processo pode-se notar que a questão ambiental recebeu diferentes olhares dos diversos setores da sociedade em função de seus interesses, especialmente econômicos. Com isso, constatou-se que a Educação Ambiental compreendia um universo pedagógico multidimensional que girava em torno das relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a natureza e a educação, exigindo aprofundamentos que se desdobraram em sucessivas análises e aportes teóricos de crescente sofisticação, tornando essa prática educativa mais complexa do que se poderia imaginar (LAYRARGUES & LIMA, 2014).

Layrargues (2004) enfatiza que já não basta aos educadores afirmarem que fazem Educação Ambiental; é preciso explicitar qual Educação Ambiental se faz. Essa observação é decorrente da complexidade teórica e prática que envolve o campo social da Educação Ambiental. Na atualidade ocorre uma grande diversidade de práticas que são veiculadas sob o título de Educação Ambiental, bem como uma diversidade de referenciais teóricos que as sustentam. Essa posição é corroborada por Carvalho et al. (2004) quando afirma que essas práticas são categorizadas de muitas maneiras. Dessa forma, faz-se necessário analisar e classificar os diferentes discursos sobre Educação Ambiental bem como suas raízes histórico-filosóficas. Sobre a importância do esforço para se compreender essa diferenciação. Layrargues & Lima (2014, p. 24) explicam que:

Compreender a diferenciação interna de um Campo Social particular responde, ao menos, a dois objetivos: um de ordem analítica e outro de ordem política. Analiticamente, trata-se de discriminar, classificar e interpretar fenômenos ou processos que são diferentes entre si, mas devido a certas semelhanças ou elementos comuns tendem a ser confundidos como uma totalidade homogênea – o que é algo recorrente na Educação Ambiental. Assim, a diferenciação pode produzir um conhecimento mais fiel à realidade do objeto ou processo observado. Além disso, a tarefa analítica contribui para o aprofundamento da autorreflexividade do campo da Educação Ambiental. O objetivo de natureza política se realiza quando a decomposição analítica daquilo que parecia ser um todo homogêneo permite perceber as diferenças internas e identificar as motivações, os interesses e os valores que inspiraram sua constituição diversa, no caso, as tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental. A diferenciação oferece uma visão cartográfica do campo, recompõe sua complexidade e faculta aos agentes envolvidos a possibilidade de refinar o olhar e, por consequência, de se posicionar com maior

autonomia nesse espaço social, escolhendo os caminhos pedagógicos, éticos e políticos que melhor atendam a seus interesses.

Conforme visto anteriormente, a Educação Ambiental nasce junto aos movimentos ambientalistas da década de 1960, movidos pela missão de proteger a natureza e, paulatinamente, vai sendo institucionalizada nas agendas de governo. Nesse período, a Educação Ambiental possui caráter naturalista e tem suas raízes nas teorias propostas pela teoria dos ecossistemas, no movimento da Ecologia profunda e nas ideias sobre o holismo do físico americano Fritjot Capra, na década de 1970, cujas bases estão no pensamento sistêmico.

Capra (1998, p.13) estava convencido de que

os novos conceitos em física provocaram uma profunda mudança em nossa visão do mundo, pois passou-se da concepção mecanicista de Descartes e Newton para uma visão holística²⁶ e ecológica, que reputo semelhante às visões dos místicos de todas as épocas e tradições”.

Dessa forma, Capra rompe com o sistema cartesiano mecanicista, que fragmentou o conhecimento humano, e busca um novo paradigma capaz de instaurar uma nova forma de ver o mundo. Afirma que o pensamento racional é linear, ao passo que a consciência ecológica decorre de uma intuição de sistemas não-lineares. Fonseca e Gurgel (2017, p.2) explicam que, para Capra, o meio natural não é só vivo, mas também inteligente:

A inteligência dos ecossistemas, em contraste com tantas instituições humanas, manifesta-se na tendência predominante para estabelecer relações de cooperação que facilitam a integração harmoniosa de componentes sistêmicos em todos os níveis de organização.

Uma das abordagens de Educação que emergiu do holismo/sistêmico foi a alfabetização ecológica, desenvolvida pelo próprio Capra no Centro de Ecoalfabetização, em Berkeley, Califórnia, onde, em linhas gerais, se afirmava que para operacionalização da sustentabilidade era preciso buscar aprendizados na natureza.

Para Loureiro (2006, p. 133), essas ideias são a base das práticas da Educação Ambiental denominada, por ele, de conservadora ou comportamentalista, cujas características centrais são:

²⁶ Capra (1998, p. 13) que o termo "holístico", do grego "holos", "totalidade", refere-se a uma compreensão da realidade em função de totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas a unidades menores.

- Compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental;
- Educação entendida em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas;
- Fazer educativo ambiental que se apoia em pedagogias comportamentalistas ou alternativas de cunho místico;
- Foco na redução do consumo de bens naturais, descolando este discurso do modo de produção;
- Diluição da dimensão social na natureza.

A ideia de Educação holística aparece, inclusive, na PNEA, quando, no Art. 4º trata dos princípios básicos da Educação Ambiental: “*O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo*”. No entanto, esse termo não é confirmado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, estabelecida pela Resolução Nº 2/2012 do Conselho Nacional de Educação. É possível que as discussões em torno das diferentes abordagens de Educação ambiental, crescentes a partir da mudança de governo a partir de 2003, tenha influenciado nessa mudança de olhar.

Diversas são as denominações em torno das *práxis* de Educação Ambiental de base holística/ecológica/sistêmica: naturalista, tradicional, preservacionista, conservacionista, comportamentalista, resolutiva, ao ar livre (SAUVÉ, 2005). Layrargues & Lima (2014, p.28) apontam ainda a existência da

vertente *pragmática*²⁷, derivação ainda não tão nítida da vertente conservacionista, nutrindo-se inicialmente da problemática do lixo urbano-industrial nas cidades, como um dos temas cada vez mais utilizados nas práticas pedagógicas.

Para Jacobi (2003), a grande maioria das atividades feitas a partir dessas abordagens são desenvolvidas dentro de uma modalidade formal, na qual os temas predominantes são: lixo, proteção do verde, uso e degradação dos mananciais, ações para conscientizar a população em relação à poluição do ar.

Essa perspectiva naturalista compreende a espécie humana, de forma genérica, como vítima e também responsável pela degradação ambiental, estabelecendo uma dicotomia homem-natureza sem compreensão das mediações presentes nessa relação (JUNTA e SANTANA, 2011, p. 48). Ao colocarem a harmonização com a natureza resultante de um movimento de transcendência pessoal, focalizam a educação como processo essencialmente individual, vivencial

²⁷ Grifo do autor.

e comportamental, sem mediações sociais ou maiores preocupações com as dimensões coletivas, sociopolíticas (LOUREIRO, 2006 p. 139).

Para Guimarães (2004, p. 27) as práticas de base holística/sistêmica/ecológicas congregam uma perspectiva simplista e reduzida, pois

não contemplam a perspectiva da educação se realizar no movimento de transformação do indivíduo inserido num processo coletivo de transformação da realidade socioambiental como uma totalidade dialética em sua complexidade.

Trata-se de uma concepção de educação que não se compreende como relação e se dá no processo e não, simplesmente, no sucesso da mudança comportamental de um indivíduo (GUIMARÃES, 2004). Ao tecer uma crítica a essas práticas, Jacobi (2003, p. 198) entende que

[...] o mais desafiador é evitar cair na simplificação de que a educação ambiental poderá superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social de cada aluno.

Apesar das críticas à *práxis* educativa de viés naturalista, é preciso considerar que a Educação Ambiental é uma prática social recente, o que pode acarretar a falta de fundamentação teórica e reflexiva (JUNTA e SANTANA, 2011). Nesse sentido, Loureiro (2006, p.135) alerta que não é raro encontrar ações de uma Educação Ambiental de base pedagógica

fundamentada no pragmatismo ambientalista norte-americano e sob abordagens ecológicas sistêmicas funcionalistas e organicistas, utilizando-se discursivamente de autores críticos como Moacir Gadotti e Paulo Freire.

Visando deixar claro os limites entre os diferentes campos de atuação em Educação Ambiental, Loureiro (2006, p.134) demonstrou os pontos de divergências quanto às raízes filosóficas e às formas de atuação, demarcando o território de outro grupo de educadores, cujas características são:

- Busca da realização de autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta;
- Politização e publicação da problemática ambiental em sua complexidade;
- Convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental;

- Preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes;
- Indissociação no entendimento de processos como produção e consumo; ética, tecnologia e contexto sócio histórico: interesses privados e interesses públicos;
- Busca de ruptura e transformação dos valores e das práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade.

Esta abordagem está mais inserida nos debates clássicos do campo da educação propriamente dita, pela dialética em suas diferentes formulações de orientação marxista ou em diálogo direto com esta (LOUREIRO, 2006). Esses autores agruparam as várias identidades da Educação Ambiental Brasileira (Layrargues, 2004), em apenas 03, as quais eles chamaram de “as macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira”. Essas macrotendências foram denominadas de: Conservacionista, pragmática e crítica.

De acordo com Layrargues & Lima (2014, p. 30), a macrotendência conservacionista é a

[...] que se expressa por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo. É uma tendência histórica, forte e bem consolidada entre seus expoentes, atualizada sob as expressões que vinculam Educação Ambiental à “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas, ecoturismo e experiências agroecológicas. Não parece ser a tendência hegemônica no campo na primeira década do século XXI, além de apresentar limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos.

A partir da macrotendência conservadora, segundo alguns pesquisadores, surgiu a macrotendência pragmática, que é tratada como uma vertente da macrotendência conservacionista e traz em suas origens a alfabetização ecológica de Capra (1998). Essa macrotendência é descrita por Layrargues & Lima (2014, p. 31) como a que

[...] abrange, sobretudo, as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 1990. Caracteriza esse cenário pragmático a dominância da lógica do mercado sobre as outras esferas sociais, a ideologia do consumo como principal utopia, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos, a revolução tecnológica como última fronteira do progresso e a inspiração privatista que se evidencia em termos como economia e consumo verde, responsabilidade socioambiental, certificações, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva.

Na contramão das duas grandes tendências descritas acima, aparece a Macrotendência Crítica, que leva em consideração as relações socioambientais. Essa é pesquisada por vários autores, tais como, Loureiro (2006), Layrargues (2004), Jacobi (2003), Guimarães (2004), entre outros. Para Layrargues & Lima (2014, p. 33), ela se caracteriza porque,

[...] aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Apoiase com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental. Todas essas correntes, com algumas variações, se constroem em oposição às tendências conservadoras, procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade.

Para Loureiro (2006) essas macrotendências são divididas em dois grandes blocos. O primeiro é, por ele, denominado de transformador, crítico ou emancipatório, e apresenta as mesmas características da macrotendência crítica. O segundo, chamado de conservador ou comportamentalista, segue o mesmo caminho de Layrargues & Lima (2014) quando descreve a macrotendência pragmática como uma separação da macrotendência conservadora. Essa grande tendência tem diminuído a sua presença no cenário acadêmico. Quanto a isso, Layrargues & Lima (2014, p. 33) relatam que:

Essa autorreflexividade da Educação Ambiental pode ter promovido uma inflexão no seu rumo, ou seja, a vertente

*conservacionista*²⁸ deixou de ser a mais recorrente, ao menos entre os educadores ambientais próximos ao núcleo orientador do campo, surgindo outros dois caminhos: a vertente *crítica* despontando como uma alternativa capaz de realizar o contraponto à vertente conservacionista; e a vertente *pragmática*, derivação ainda não tão nítida da vertente conservacionista, nutrindo-se inicialmente da problemática do lixo urbanoindustrial nas cidades, como um dos temas cada vez mais utilizados nas práticas pedagógicas (grifos do autor).

Para os defensores da macrotendência crítica, que ganha espaço a partir da década de 1990, não bastava lutar por outra cultura na relação entre humano e natureza, sem também lutar por uma nova sociedade (LAYRARGUES & LIMA, 2014). Não se tratava apenas de promover reformas setoriais, mas de uma renovação multidimensional capaz de mudar o conhecimento, os valores culturais e éticos, as instituições, as relações sociais e políticas (LAYRARGUES & LIMA, 2014). Alimentando-se, inicialmente da proposta de Paulo Freire sobre a educação popular, essa vertente ganhou, entre outros adjetivos, os de Educação Ambiental crítica, transformadora, popular.

Mostrando os vários caminhos assumidos pela Educação Ambiental no Brasil, no Quadro 01 apresenta-se um resumo das diferentes abordagens a partir das análises de Layrargues & Lima (2014).

Discutindo com esses autores, através dessas macrotendências, espera-se conhecer um pouco da relação dos egressos pesquisados com as tendências da Educação Ambiental no Brasil. É importante pontuar, que não se busca determinar se os mesmos são conservacionistas, pragmáticos ou críticos e sim perceber as influências teóricas predominantes em suas docências.

²⁸ Grifo do autor.

Quadro 01. Diferentes abordagens da Educação Ambiental, suas características e teorias de fundo, conforme Layrargues & Lima (2014).

Macrotendências	Características	Teorias de fundo
Conservacionista	“Expressa-se por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente [...]” (p. 30).	Pensamento sistêmico/holístico fundado pelo físico americano Fritjot Capra, com forte influência dos fundamentos da Ecologia.
Pragmática	“Abrange, sobretudo, as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado [...] agindo como um mecanismo de compensação para corrigir as “imperfeições” do sistema produtivo baseado no consumismo, na obsolescência planejada e na descartabilidade dos bens de consumo” (p. 31).	Associa o pensamento sistêmico com o conceito de desenvolvimento sustentável proposto na Conferência Internacional para o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972.
Crítica	Aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Apoiar-se com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental [...] e em decorrência dessa perspectiva, conceitos-chave como Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social são introduzidos no debate (p. 33).	Dialética em suas diferentes formulações de orientação marxista ou em diálogo direto com esta. Sua prática está referenciada na proposta de Paulo Freire sobre a educação popular. Busca dialogar ainda com a teoria do pensamento complexo, de Edgar Morin.

Fonte: Layrargues e Lima (2014).

De acordo com Bottomore (2001, p.460), *práxis* é uma palavra de origem grega que depois foi utilizada no latim e empregada por outras línguas modernas do velho continente. Os gregos usavam-na na mitologia para denominar uma deusa grega e, posteriormente, na filosofia foi utilizada por Platão. Mas foi Aristóteles quem utilizou a palavra *práxis* de forma mais precisa para designar atividade humana. No entanto, no contexto da época, acreditava-se que o conhecimento era dividido em três: a *práxis* (prática), *theoria* (teoria) e a *poiesis* (o produtivo). Essa prática descrita pelos gregos é oposta à teoria e à *poiesis*, e foi subdividida em três partes: econômico, ético e político. É interessante salientar que esse conceito não é seguido rigorosamente por Aristóteles. Bottomore (2001, p.460) diz que:

Na escola do próprio Aristóteles, a questão de dividir toda a atividade humana em dois ou três campos foi decidida em favor da divisão entre o teórico e o prático, dicotomia essa também aceita pela filosofia escolástica medieval.

Na época medieval, o filósofo e teólogo francês Hurgues de Saint-Victor propôs uma nova tricotomia. Defendia que, além dos elementos prático e teórico, fosse incluído o “mecânico”. Essa ideia não encontrou respaldo na época. Logo depois, Hurgues, em seu trabalho chamado *Practica geometriae*, diferenciou a geometria prática da teórica, dando um uso de *práxis* como aplicação da teoria, que foi também utilizada por Francis Bacon, que dizia que o fruto da *práxis* é o verdadeiro conhecimento.

De acordo com Bottomore (2001, p.461) foi com Kant que surgiram as primeiras alterações nos conceitos de *práxis*. Segundo ele, em Kant encontramos modificações dos dois conceitos tradicionais:

(1) a *práxis* como a aplicação de uma teoria, ‘a aplicação aos casos encontrados na experiência’, e (2) a *práxis* como o comportamento eticamente relevante do homem. O primeiro sentido é particularmente evidente em seu ensaio sobre a sentença: ‘Isto pode estar certo em teoria, mas não na prática’. O segundo conceito, muito mais importante para Kant, é a base de sua distinção entre a razão pura e a razão prática e da correspondente divisão da filosofia em teórica e prática. Assim, na *Kritik der reinen Vernunft* (Crítica da razão pura), Kant distingue entre o ‘conhecimento teórico’, que é aquele que leva a conhecer ‘o que há’, e o ‘conhecimento prático’, pelo qual se imagina ‘o que deveria haver’.

Essa relação dada por Kant entre o conhecimento prático, teórico e especulativo ficou mais aprimorada quando se diz que o conhecimento é considerado prático quando está em oposição aos outros dois. Como nos relata Bottomore (2001, p.461) “Kant insiste que, apesar da distinção entre a razão teórica (ou especulativa) e a razão prática, a razão é “em última análise apenas uma e a mesma”.

O Filósofo alemão Hegel também diferenciou os conhecimentos teóricos e práticos. Mas, acreditava que a prática estava acima da teoria e que elas teriam uma unidade, mas nenhuma das duas é verdadeira. A verdade não pode ser alcançada no nível individual, só no plano social. Hegel discordava do pensamento Kantiano que afirmava que a filosofia não podia ser dividida em teórica e prática. Para ele a *práxis* são momentos de verdade absoluta que como tal perde a independência. De acordo com Mance (1993, p.4), para Hegel:

[...] a *práxis* pode ser compreendida tanto como a atividade absoluta e universal do Espírito, como também, a atividade do Espírito sob a forma específica de atividade humana no trabalho.

Já para Marx, a *práxis* torna-se o conceito principal em suas ideias e pensamentos transformadores e revolucionários. Seguindo essa ideia, Mance (1993, p.6) nos relata que, para Marx:

A *práxis* é compreendida como atividade humana, real, efetiva e transformadora. A *práxis* originária é o trabalho humano, a produção material, que esclarece a *práxis* social e a história como auto-produção do homem por si mesmo. O trabalho humano é a objetivação da subjetividade, fonte subjetiva de todo valor e de toda riqueza; e na medida em que o indivíduo não reconhece em cada objeto a subjetividade humana, está alienado. É pela *práxis* que o homem se humaniza. Para humanizar-se o homem não pode permanecer em sua subjetividade, necessita objetivar-se, o que só pode ocorrer através da *práxis*. O trabalho humano é a *práxis* fundamental. Através dela o homem se faz presente como ser social, humaniza a natureza e humaniza-se enquanto se eleva como ser consciente sobre sua própria natureza e cultura. A produção tem assim, por um lado, um conteúdo econômico vinculado à produção de objetos úteis que satisfaçam necessidades humanas, e por outro, um conteúdo filosófico vinculado à autoprodução ou autocriação do homem.

Portanto, na concepção marxista, a revolução é a verdadeira *práxis*, que é o alvo da filosofia verdadeira. Marx descreveu o homem como ser criativo e livre

da *práxis*. Defendeu também que ele é diferente dos animais porque produz para a natureza, enquanto os animais produzem para si, trabalhando de acordo com as leis do belo.

Nos Manuscritos econômicos e filosóficos, Marx, geralmente, opõe ‘trabalho’ à ‘*práxis*’ e descreve explicitamente o primeiro como ‘o ato de alienação da atividade humana prática’, mas é por vezes incoerente, usando ‘trabalho’ como sinônimo de ‘*práxis*’. Em “A ideologia alemã”, insiste com veemência na oposição entre ‘trabalho’ e o que havia chamado antes de *práxis*, e sustenta a opinião de que todo trabalho é uma forma autoalienada de atividade produtiva humana, e deveria ser ‘abolido’. A forma não alienada de atividade humana, anteriormente chamada de *práxis*, passa a receber o nome de ‘autoatividade’, mas, apesar dessa modificação de terminologia, a ideia fundamental de Marx permanece a mesma: ‘a transformação do trabalho em autoatividade’. Bottomore, (2001, p.463) afirma que “[...]. Por várias razões o conceito que Marx tinha de *práxis* foi, durante muito tempo, esquecido ou mal interpretado”.

Bottomore (2001) nos lembra que, no caminho da construção teórica da *práxis*, foi Engels que em seu discurso ao lado do túmulo de Marx, iniciou a interpretação equivocada do conceito de *práxis*, dizendo que a teoria do materialismo histórico e a teoria da mais-valia foram suas grandes descobertas, colocando Marx como economista político, um teórico. Engels também divulgou de Marx uma única tese de *práxis* como uma garantia de conhecimento autêntico e o critério derradeiro da verdade. Essas ideias foram seguidas por outros pensadores como Plekhanov (1856 – 1918), Lenin (1870 -1924) e Stalin (1878 – 1953). A volta dos conceitos de Marx como filosofia da *práxis* foi retomada pelos italianos Labriola (1843 – 1904) e Gramsci (1891 – 1937).

Labriola foi um dos primeiros a tentar interpretar as ideias de Marx como “filosofia da *práxis*”, exemplo seguido por Gramsci. Para Gramsci & Tura (1972, p.51), a *práxis* difere das demais filosofias as quais denomina de inorgânicas, pois são conciliadoras do contraditório e de pouca duração, enquanto a filosofia da *práxis*

[...] pressupõe todo esse passado cultural, o renascimento a reforma, filosofia alemã e a revolução Francesa, o Calvinismo e a Economia clássica inglesa, o liberalismo laico e o historicismo que está na base de toda a concepção moderna da vida.

Gramsci & Tura (1972, p.51) ainda colocam a filosofia da *práxis* como

A coroação de todo esse movimento de reforma intelectual e moral, cuja dialética é o contraste entre a cultura popular e a alta cultura. Corresponde o vínculo da Reforma Protestante com a Revolução Francesa: é uma filosofia que também é política e uma política que é também filosofia.

Como observamos, a *práxis*, para o italiano Antônio Gramsci, traz a ideia de contradição, conflitos, de que ela não existe para pacificar e que também não é um instrumento de governo e sim uma filosofia do povo.

No Brasil, o uso da ideia de *práxis* no campo da educação teve como principal autor o professor Paulo Freire, que entendia o homem como um ser da *práxis*. De acordo com ele as pessoas não nascem prontas, vão se aprimorando durante o processo de formação. A educação é um dos espaços que estimulam essa formação através do diálogo que promove a ação e a reflexão, constituindo um ambiente democrático. Nesse sentido é importante ouvir o que nos alerta Segura (2001, p. 192) que relata:

Constatei que a escola é um espaço onde o diálogo ocorre em uma escala muito menor do que deveria quando se pensa em educação para autonomia, para a cidadania, para a reciprocidade, para o pertencimento, pontos fortes da EA. Ademais, a dialogicidade é fundamental na formulação de projetos pedagógicos. À medida que não há diálogo, os objetivos do trabalho não são partilhados, o que compromete seriamente o envolvimento do grupo com o projeto. O próprio diálogo também pode resultar em novos conhecimentos, abrir caminhos para expressão da criatividade.

Na construção desse processo é relevante lembrar que, como nos esclarece Freire (1999, p.121), “os homens são seres do que fazer, exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É *práxis*. É transformação do mundo”.

Na educação as relações de diálogo entre educador e educando são locais muito promissores da *práxis*. Funcionam como local para a construção de um ser humano mais comprometido com as mudanças sociais. Fortuna (2016, p. 65) também compartilha a ideia de que Freire entendia a educação como *práxis*:

[...] a relação teoria e prática perpassa o compromisso existente dos sujeitos na construção de saberes e com a transformação da sociedade. Dentro do processo pedagógico, teoria e prática precisam dialogar permanentemente, fugindo da ideia tradicional de que o saber está somente na teoria, construído distante ou separado da ação/prática. Na concepção de Freire, teoria e prática são inseparáveis tornando-se, por meio de sua relação, *práxis* autêntica,

que possibilita aos sujeitos reflexão sobre a ação, proporcionando educação para a liberdade.

De acordo com Freire, a *práxis* é o caminho para a liberdade e para o conhecimento e, sendo assim, ela é capaz de possibilitar aos educandos uma visão mais humanizada, permitindo a formação de indivíduos socialmente conscientes. Para isso, o educador deve ter boa base teórica para transmitir os conhecimentos com segurança, tendo, assim, maiores condições de embasar suas práticas. Portanto, o exercício da *práxis* deve estar fortemente entrelaçado no professor para que ele não seja um mero transferidor de conhecimentos que faz do estudante mero local de depósito. Esse movimento deve ser capaz de formar um educando que construa seus conhecimentos a partir das suas relações entre a teoria e a prática. Freire (1999, p. 123) afirma ainda que “[...] para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a *práxis* verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo”. Nessa perspectiva, Loureiro (2006, p. 149) explica que:

A *práxis* educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada.

É nessa perspectiva freireana de *práxis* que a Educação Ambiental Crítica tem se construído ao se colocar como processo de transformação socioambiental. Adão (2005, p. 74) entende que “a *práxis* na Educação Ambiental consiste em discutir novas formas de entender as relações do homem com o meio, promovendo novas ações comportamentais”. Para Loureiro (2014, p. 72):

[...] o desenvolvimento deste processo em si pode ser configurado como *práxis* de educação ambiental crítico-transformadora, pois acena para a construção de conhecimentos e práticas balizados pelo estudo das relações existentes entre sociedade, cultura e natureza (representadas nos temas geradores), com o objetivo de transformar a realidade.

Dessa forma, educar para transformar é agir em processos que se constituem dialogicamente e conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual (LOUREIRO, 2006). Nesse contexto, parece claro a importância da formação de lideranças a partir de sua própria realidade. Uma formação que valorize a construção do conhecimento de forma dialógica, edificando um ser humano capaz de transformar a sociedade que pertence.

Para esse propósito, a *práxis* ambiental educativa tem se revelado um processo importante e eficiente, pois, como nos relata Lobino (2007, p.159),

“a *práxis* ambiental implica problematizar o desequilíbrio homem/meio, propiciando estabelecer relações entre os conteúdos que possibilitam a compreensão e a atuação na sociedade”.

É nesse contexto de criação de um ambiente de colaboração que o Projeto Comunidade Participativa tem se apresentado, assumindo um papel de catalizador das reações necessárias para que as comunidades promovam as transformações e melhorem sua qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

- BOTTOMORE, T. - *Formação social*. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CAPRA, F. - *Ponto de Mutação*, O. editora Cultrix, 1998.
- CARVALHO, I. C. M. - *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- FONSECA, R. N. V.; GURGEL, B. S. - *Educação ambiental em uma perspectiva sistêmica: a percepção de alguns professores sobre a ecoalfabetização de Fritjof Capra, 2017*. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4395/1/2012_RaimundoNonatoVerissimodaFonseca.pdf. Acesso: em 06 março de 2017.
- FORTUNA, V. - *A relação teoria e prática na educação em Freire*. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 1, n. 2, p. 64-72, 2016.
- FREIRE, P. - *Pedagogia do oprimido*, 27ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- GRAMSCI, A.; TURA, J. S. - *Introducción a la filosofía de la praxis*. Península, 1972. (Tradução minha)
- GUIMARÃES, M. - *Educação Ambiental Crítica*. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.
- JACOBI, P. R. - *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.
- JUNTA, V. S.; SANTANA, L. C. - *Concepções de educação ambiental e suas abordagens políticas: análise de trabalhos dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (I, II e III EPEAs)*. **Pesquisa em Educação Ambiental**, 2011.
- LAYRARGUES, P. P. - *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 65-83, 2004.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. - *As macro-tendências político-pedagógica da educação ambiental brasileira*. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40 jan-mar 2014.
- LOBINO, M. G. F. - *A praxis ambiental educativa: diálogo entre diferentes saberes*. Vitória. EDUFES, 2007.
- LOUREIRO, C. F. B. - *Complexidade e dialética: contribuições à praxis política e emancipatória em educação ambiental*. **Educ. Soc., Campinas**, v. 27, n. 94, p. 131-152, 2006.
- LOUREIRO, C. F. - *Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire*. Cortez Editora, 2014.
- MANCE, E. A. - *Praxis da libertação e subjetividade*. Revista de Filosofia, v. 6, n. 7, p. 81-109. PUCPR - Curitiba, PR, Brasil, 1993.

SAUVÉ, L. - *Uma cartografia das correntes em educação ambiental*. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**, p. 17-44, 2005.

SEGURA, D. S. B. - *Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. Annablume, 2001.

CAPÍTULO 2

DE QUE COMUNIDADE ESTAMOS FALANDO?

**Marcos da Cunha Teixeira
Flora Zauli Novaes
Ezinete Moreira do Rozário
Rômulo Araújo Primo
Lady Diana Souto Campos de São José
Poliana Domingos Mariano
Luiza Helena Montovaneli
Mariana Rito Bitencourt
Arthur Praxedes**

Desde os primórdios de sua formação cultural, o ser humano vive, em alguma medida, em comunidades. Foi vivendo de forma cooperativa e em grupos que vencemos as adversidades impostas pela natureza no curso de escalada evolutiva. Tão antiga, a vida social tem sido decisiva para a construção cultural humana e persiste na atualidade. Mesmo quando de forma virtual, com a revolução da convivência humana provocada pela tecnologia, não é por acaso que os grupos que se organizam virtualmente em torno de um algum interesse comum se autodenominam comunidades.

Para muitos de nós, que sempre vivemos afastados das metrópoles, a ideia de comunidade é algo natural e, por isso mesmo, sem necessidade de conceituação. Assim, pode parecer estranho que desde o Século XVIII o conceito de comunidade passou a ser alvo de debates acadêmicos. Na verdade, a discussão sobre o conceito de comunidade ganha proporções importantes quando analisado sob diferentes abordagens filosóficas. Esse debate está presente no seio da sociologia desde seu nascimento, e posteriormente, de outras áreas do conhecimento, como a psicologia, a antropologia e a economia. Há quem indica que a comunidade é uma instituição falida nos dias atuais, os que ainda a veem de forma nostálgica e aqueles que a sustentam como modelo de resistência aos atropelos da modernidade. Assim, ao se propor atuar no seio das comunidades, a questão que se coloca para o Projeto Comunidade Participativa, tomando emprestada a forma como Carvalho (2006, p. 117) a coloca é: “o que é essa ‘coisa’ chamada comunidade”? No entanto, pondera-se que não é intenção, neste breve texto, apresentar uma revisão sobre o conceito de comunidade, posto que existem excelentes trabalhos que dão conta dessa empreitada. A intenção foi apenas fazer uma reflexão que sirva, ainda que minimamente, como pano de fundo para o campo de atuação do Projeto Comunidade Participativa.

De acordo com Polivanov (2014) os primeiros teóricos ocidentais a definir e problematizar o conceito de comunidade foram Ferdinand Tönnies, Max Weber e Georg Simmel, fundadores da Sociologia Alemã, sendo Tönnies considerado o “pai” do conceito”. A importância do trabalho de Tönnies para as discussões sobre o conceito de comunidade está na construção de seu modelo comunidade-sociedade, assim entendido por Polivanov (2014, p. 3):

A comunidade, estaria para uma “vontade natural”, real e emotiva dos sujeitos, enquanto a sociedade estaria para uma “vontade racional”, conceitual ou artificial, o que diferencia a “vontade natural” da “racional” é o fato de que, na primeira, a vontade inclui o pensar e na segunda o pensar circunda a vontade.

Na opinião de Tönnies, enquanto a comunidade estava mais para uma relação de corpos, de caráter orgânico, a sociedade estaria, por sua vez, intrinsecamente vinculada à existência do Estado (BRANCALEONE, 2008). Em seu modelo comunidade-sociedade Tönnies entendia que aquilo que o costume e a religião representariam para uma suposta ‘idade comunitária’, a legislação, a ciência e a opinião pública assumiriam para uma ‘idade societária’ (BRANCALEONE, 2008, p 102).

Quadro 01. Representação do modelo comunidade-sociedade de Tönnies.

O MODELO COMUNIDADE-SOCIEDADE			
COMUNIDADE		SOCIEDADE	
Modo de união afetivo		Modo de união objetivo-contratual	
Convivência externa	Tipo de ocupação e tendência dominante de orientação espiritual	Convivência externa	Tipo de ocupação e tendência dominante de orientação espiritual
Vida de família –hábitos	Economia doméstica	Vida na metrópole – convenção	Comércio – contrato
Vida de aldeia –costumes	Agricultura	Vida nacional – política/Estado	Indústria – planejamento
Vida urbana –religião	Arte	Vida cosmopolita –opinião pública	Ciência – imprensa/opinião pública

Fonte: Baseado em Tönnies, F. (1947: 313-5).

Em alguma medida o modelo de Tönnies foi corroborado por Georg Simmel e por Weber e propõe que na comunidade as relações, que são primárias, teriam base principalmente no sentimento, pela partilha de interesses e territórios em comuns, enquanto na sociedade elas seriam marcadas pela razão, pelos interesses pessoais, pelo contato secundário, pela modernidade e, sobretudo, gerenciada pelo interesse econômico (POLIVANOV, 2014). Assim, o conceito de comunidade sofreu influências dos ideais que fundaram a modernidade que, no bojo da ciência e da tecnologia, trouxeram mudanças significativas na organização social valorizando o modo de vida urbano em detrimento da vida no campo, onde a convivência e a organização social eram regidas por outros valores. Os custos humanos da modernidade, como o fracionamento do conhecimento, o desencantamento do mundo e a perda do sentido da vida, porque colocada dentro do progresso infinito, impulsionaram a procura por outros arranjos sociais. Nessa situação de perplexidade, a imagem da comunidade emerge inspirando utopias. Lembremos, no século XIX, Owen, Proudhon, anarquistas e, neste século, os hippies, as CEBs, os anarco-punks, as comunidades alternativas dos anos de 1980 e 1990 (ALBURQUEQUE, 1999, p. 51).

Ao passo em que, para alguns, “comunidade” é algo imaginado, simbólico, um *constructo* discursivo (ANDERSON, 1991; COHEN, 1985) (que, claro, pode gerar efeitos materiais) outros tomam-na ao “pé da letra”, como um lugar fisicamente demarcado, com fronteiras definidas, que estaria deixando de existir nos tempos atuais. Diante dessas múltiplas possibilidades, Polivanov (2012) defende que o conceito de comunidade só pode ser entendido enquanto um conceito polissêmico e que é, por si só, um objeto de disputas, uma vez que determinados critérios são escolhidos em detrimento de outros, de acordo com os interesses dos sujeitos. São esses interesses que definem o viver em comunidade. Para Oberg (2018, p. 710) “o entendimento sobre o viver em comunidade implica testemunhar a cultura em que vivemos e problematizar as diversas formas como os homens estão construindo os seus vínculos”.

Albuquerque (1999, p. 51) pondera que:

Como toda mudança envolve escolhas, riscos, a modernidade trouxe ganhos, mas também acarretou perdas. A expectativa de sociólogos e antropólogos de que, na modernidade, as comunidades cederiam espaço aos arranjos sociais orientados pela racionalidade, impediu-os de perceberem a importância de tradições e valores herdados da família e da comunidade, na construção da nova ordem.

Esse contexto de avanço da racionalidade da modernidade tem alimentado o debate da sociologia urbana sobre o possível desaparecimento da comunidade. Segundo, Polivanov (2014, p. 9), primeiro, em razão da urbanização e, depois por causa da suburbanização”. A autora explica que:

Aqueles que defendem que a “comunidade” teria desaparecido a entendem seguindo critérios ligados ao território e a laços familiares e de amizade. Há outros, porém, [...] que entendem que devido a um crescente sentimento de falta de coesão e uma percepção mais nítida do caráter fragmentário da identidade os sujeitos passaram a formar nova e conscientemente, como projeto político, econômico e social, “comunidades”, ligadas às ideias de localidade, ajuda mútua e partilha de interesses em comum.

É com entendimento de comunidade como espaço de resistência e identidade que Bauman (2003) discute sobre em que medida seria viável ou mesmo desejável a vida comunitária nos tempos atuais. Bauman não está interessado em estudar as comunidades especificamente, mas investigar as possibilidades de sua (re)existência. Nesse movimento ele identifica duas modalidades de comunidade. Uma estética e outra ética. A primeira diz respeito às formas de organização social

que constituem as relações das pessoas que “podem se dar ao luxo” de dispensar a segurança oferecida pelos valores da vida comunitária. Os membros dessa comunidade, nas palavras de Bauman, “carnavalesca” não se interessam por criar vínculos duradouros e abrir mão da liberdade (mas ao mesmo tempo querem a “alegria de fazer parte (POLIVANOV, 2014). Na segunda, a comunidade ética, seus membros, fracos e despossuídos de segurança individual, busca-a no relacionamento fraterno. Porém, diferente da ideia da comunidade como um local paradisíaco, Bauman argumenta que a vida comunitária coloca o sujeito diante de uma faca de dois gumes, pois se de um lado a comunidade lhe parece o lugar do acolhimento, do conforto e da segurança, por outro lhe exige a entrega de sua liberdade. Conforme explica Bauman (2003, p. 10):

há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à autoafirmação’ e à ‘identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade.

Para Bauman a perda da liberdade está posta no sentido de que em comunidade o indivíduo tem a “obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles”. Assim, na interpretação de Costa (2005) pelo olhar de Bauman, indivíduos egoístas, que percebem o mundo pela ótica do mérito (os cosmopolitas), não teriam nada a “ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, mas muito que perder se forem capturados por ela” (BAUMANN, 2003, p.59).

Na interpretação de Polivanov (2014, p. 12):

Bauman afirma que a maioria dos indivíduos só conseguirá ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida coletivamente e só haveria espaço para o coletivo na comunidade de interesse, onde haveria “responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.

Percebe-se, assim, muitos atravessamentos ainda em algumas reapropriações contemporâneas da “comunidade” de sua concepção originária, o que pode dificultar que se entenda como se dá sua construção complexa e conflituosa, marcada por inúmeras disputas e negociações entre os sujeitos e por bordas por vezes difíceis de serem apreendidas (POLIVANOV, 2014). Diante desse quadro de atravessamentos epistemológicos do conceito de comunidade o

Projeto Comunidade Participativa não pode negligenciar a reflexão: de que comunidade estamos falando?

Apesar de carregar o princípio de reforço dos modos de vida baseados nas relações sociais originárias da vida comunitária em oposição aos valores “inventados” pela sociedade moderna, as concepções que trazemos para iluminar as ações do Projeto Comunidade Participativa não se ressentem de buscar uma posição mais conciliatória. Ao contrário do modelo de Tönnies, que as coloca como entidades antagônicas, nossas experiências nos impelem a sugerir que se tratam, pelo menos em nosso tempo e no nosso território, de entidades complementares. Obviamente, isso não as extingue enquanto unidades independentes, pois as comunidades participantes ainda mantêm suas identidades e dinâmicas sociais baseadas em valores familiares, de amizades e culturais. Por outro lado, a sociedade é reconhecida como unidade a parte por sua maior complexidade de organização social e densidade populacional, de característica urbana.

No território tradicional da Planície Quaternária do Rio Doce, citam-se, por exemplo, as comunidades da região de Barra Nova, no município de São Mateus, cuja característica que as unifica é o alto grau de parentesco entre as famílias e cujo traço cultural que permanece são as relações dos modos de vida e sobrevivência fortemente dependentes dos ecossistemas locais. A forte identidade comunitária dessas comunidades está explícita na persistência de manifestações, por exemplo, o festival do caranguejo (Comunidade de Campo Grande), festival do camarão (Comunidade de Barra Nova Sul) e festas religiosas, como a procissão de barcos em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes (Comunidade de Barra Nova Norte). Essas manifestações são resultantes da mobilização própria e participação efetiva dos moradores em atendimento voluntário a manutenção de suas identidades culturais.

Nesse contexto, algumas das questões que se fazem insistentes nos diálogos cotidiano da equipe do projeto Comunidade Participativa e seus parceiros são: em que medida os modos de vida e a dinâmica comunitária estão sendo impactados pelos valores da sociedade no Território da Planície Costeira do Rio Doce? Essas comunidades estão fadadas ao desaparecimento diante dos avanços dos valores e das promessas urbanocêntricas de qualidade de vida?

Não é nossa intenção buscar elementos para responder a esta questão nesta obra, posto que seria necessário se debruçar em um esforço de pesquisa de maior fôlego. Contudo, diante do quadro sociopolítico que o Brasil atravessa, no

qual os povos originários e as comunidades tradicionais vêm sendo fortemente aviltadas em sua identidade, essa reflexão nos parece crucial.

Vivemos um tempo em que o próprio estado tem se apressado em impor valores sociais que ignora qualquer outro projeto de vida que consagre os valores comunitários. Calcado no discurso do desenvolvimento e da modernidade, os povos originários e as comunidades tradicionais têm sido alvos, pois são compreendidas como símbolos de resistência ao processo de globalização dos valores da modernidade e do capital. Talvez por isso, Sawaia (1999, p. 36) já afirmava que:

hoje, comunidade aparece como a utopia do final do século para enfrentar o processo de globalização, considerado o grande vilão da vida em comum e solidária, mas uma utopia reacionária, saudosista, que, em vez de orientar ações voltadas ao futuro, remete ao passado, como uma espécie de lamento.

Apoiado em autores como Granovetter (2000), Wellman (1988) e Deleuze & Guattari (1982), e apostando no fim da ideia de comunidade, Costa (2005, p. 247), em seu artigo “Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva”, reclama que:

Não se trata mais de definir relações de comunidade exclusivamente em termos de laços próximos e persistentes, mas de ampliar o horizonte em direção às redes pessoais. É cada indivíduo que está apto a construir sua própria rede de relações, sem que essa rede possa ser definida precisamente como “comunidade.

Costa (2005, p. 246) segue afirmando que “Cobrar das comunidades virtuais aquilo que se entendia romanticamente por “comunidade”, tal como Baumann (2003) o faz, seria simplesmente se impedir de ver o que vem acontecendo nos movimentos coletivos de nossa época”. Como afirma Pierre Lévy (2002), as comunidades virtuais são uma nova forma de se fazer sociedade. Essa nova forma é rizomática, transitória, desprendida de tempo e espaço, baseada muito mais na cooperação e trocas objetivas do que na permanência de laços (COSTA, 2005). Dessa forma, tomando as “comunidades” virtuais como objeto de estudo, Costa (2005, p. 247)) defende que, ao contrário do que ocorre nas redes virtuais, nas redes locais há sérias limitações para que as pessoas compartilhem “suas ideias, conhecimentos e informações sobre seus problemas, dificuldades e carências, simplesmente porque as redes locais são por definição limitadas no tempo e espaço”.

Embora concordemos, em alguma medida, com as proposições acima, ainda podemos afirmar que, no Território da Planície Costeira do Rio Doce e seu entorno, o “espírito” da vida em comunidade ainda se mantém vivo, seja em seus sentidos mais tradicionais ou transitando, em alguma medida, com suas nuances mais modernas, deixando transparecer seus conflitos internos e externos. Inspirando-nos em Carvalho (2006) o que chamamos de comunidade, ou seja, os locais onde atuamos, não é um lugar fictício, teórico e/ou irreal, virtual, mas um lugar onde as pessoas ainda se relacionam e se organizam de corpo presente na busca por melhorias na qualidade de vida individual e coletiva. É o lugar onde as pessoas vivem, ganham seu sustento, formam suas famílias, adquirem conhecimento e produzem cultura (CARVALHO, 2006). Tratam-se, portanto, de comunidades reais nas quais seus membros se inserem ou tem seus nomes de batismo alterados ao lhe acrescentarem os nomes de sua comunidade: “Manoel de Linharinho”, “Adeci de Campo Grande”, “Kátia de Palmito”, “Claudia de Barra Nova Sul”, “Geci de Barra Nova”, “Silei de Porto Firme”, entre tantos outros com quem vivenciamos experiências ao longo do período do Projeto Comunidade Participativa.

Portanto, para além da polissemia do termo e das disputas conceituais, a comunidade é indissociável da identidade de seus moradores. É dessa comunidade real que estamos falando.

Ciente da complexidade e da heterogeneidade que caracterizam as práticas sociais nas comunidades e apoiando-se na multirreferencialidade²⁹, em seu percurso pela fisiologia das comunidades, o Projeto Comunidade Participativa dialoga com questões que perpassam áreas como a sociologia, a psicologia social, a pedagogia, a história, a antropologia, geografia, a assistência social, entre outras.

Diante dessa multirreferencialidade, adaptamos aqui o enunciado utilizado por Góis (1993) para demonstrar os caminhos que o Projeto Comunidade Participativa tem trilhado:

Estuda o modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de

²⁹ A perspectiva multirreferencial propõe abordar as questões anteriores tendo como objetivo estabelecer um novo “olhar” sobre o “humano”, mais plural, a partir da conjugação de várias correntes teóricas, o que se desdobra em nova perspectiva epistemológica na construção do conhecimento sobre os fenômenos sociais, principalmente os educativos (MARTINS, 2004).

um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. (...). Seu problema central é a transformação do indivíduo em sujeito.

O que o Projeto Comunidade Participativa propõe é mobilizar instrumentos para reforçar o sentimento de comunidade nos grupos sociais que ainda guardam traços de convivência, sejam baseados na cultura de relação intrínseca com a natureza, sejam por laços familiares, de amizade ou de formas de luta e resistência para a defesa de seus territórios, sua cultura e seus direitos. Neste caso, nossa ideia de comunidade aponta para as reflexões de Polivanov (2014) de que há uma aparente contradição entre globalização e localidade, na qual cabe à comunidade o lugar da resistência. Assim, como explicitado por Sawaia (1999, p. 50), o Projeto Comunidade Participativa não intenciona apresentar as comunidades a partir de um “conceito plenamente elaborado e fechado, o que significaria retirar o caráter sócio-político e utópico que a caracteriza, transformando-a em conceito vazio e abstrato”.

Em última instância, do ponto de vista do papel social da universidade e para além do calor das discussões sobre o conceito de comunidade, no âmbito do Projeto Comunidade Participativa o que se coloca como elemento de pesquisa e extensão são as possibilidades de se colocar os saberes acadêmicos à disposição dos valores de convivência, da organização comunitária e da construção da autonomia do sujeito. Trabalhamos com a premissa que a autonomia do sujeito é a pedra fundamental para que se possa iniciar qualquer discurso em defesa do desenvolvimento local (Souza, 1993). Mas, de que modo os sujeitos moradores das comunidades da Planície Quaternária do Rio Doce e entorno podem alcançar a autonomia e a emancipação? Nesse contexto, não seria coerente ao Projeto Comunidade Participativa afastar-se da *práxis* educativa e, sobretudo, da educação popular defendida por Paulo Freire, posto que seus princípios e objetivos reconhecem a importância dos conhecimentos dos modos de vida cooperativo, marca da organização social comunitária. Conforme afirma Queiroz e Santos (2016) a:

problemática ambiental é acima de tudo uma problemática social e como tal é preciso ser enfrentada com instrumentos de percepção reflexiva das ações coletivas, e isso requer uma educação que possibilite o diálogo – a participação crítica e interferências nos processos políticos defendida por Freire (1999) como forma de sabedoria do povo.

No que se refere à sabedoria do povo, já citamos em capítulos anteriores que uma das principais características das comunidades que integram o território tradicional da Planície Costeira do Rio Doce e entorno é o grande conhecimento acerca do uso dos ecossistemas locais para sua sobrevivência e manutenção de suas culturas. No entanto, o que o Projeto Comunidade Participativa busca não é só a capacitação de suporte dos recursos naturais, mas, acima de tudo, entender e contribuir para os modos de como as pessoas que vivem dentro do contexto da Planície se engajam na luta pela qualidade de vida do ponto de vista ambiental, social, econômico, político e cultural. De forma mais prática, o que o projeto busca é a construção de mecanismos alternativos de enfrentamento dos conflitos socioambientais que perpassem pelo desenvolvimento local.

Ao se colocar nessa condição de ferramenta para as comunidades e, ao mesmo tempo, ao assumir a pesquisa participante como instrumento de trabalho, o projeto Comunidade Participativa e sua equipe, enquanto intelectuais, acadêmicos, também assumem uma postura política. Nesse contexto, o Laboratório de Educação Ambiental do Ceunes/Ufes vem buscando empreender formas de concretização de uma educação ambiental socialmente orientada e, de forma pretenciosa, buscando se reconhecer como um coletivo educador e espaço de educação popular, seguindo as orientações do educador Paulo Freire. Nesse sentido, nossas ações “possuem finalidade explícita de transformação social e de fortalecimento da cultura popular por meio da construção coletiva e socialização de informações e práticas e pela apropriação técnica de meios que permite sua realização” (LOUREIRO, 2019). Dessa forma, nosso intuito é colocar todo o aparato da educação ambiental a serviço do desenvolvimento comunitário.

Não negamos que essas comunidades são palco de diversos projetos de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas, como meio ambiente, cultura, saúde, etc. Muitos dos quais são constructos do próprio Centro Universitário Norte do Espírito Santo – Ceunes/UFES. No entanto, poucos são os projetos de médio e longo prazo e menos ainda aqueles que se colocam como instrumentos nas mãos das comunidades para atuar na mobilização pela participação. Ainda menos são aqueles projetos que se colocam como partícipes, lado a lado nas fileiras de frente das lutas e formas de (re)existência das comunidades. É nessa ótica que o Projeto Comunidade Participativa tem atuado, buscando a participação e se colocando como partícipe da luta das comunidades.

Para além de seus resultados e impactos sociais, o Projeto Comunidade Participativa representa um laboratório na medida em que tem permitido à equipe do LabEA experimentar as possibilidades da educação ambiental crítica,

transcendendo seus discursos e teorias que reproduzimos dos livros e das palestras dos congressos. Visto desta perspectiva, representa também um processo acadêmico dos mais eficazes na formação do educador intelectual orgânico, com capacidade e coragem para experimentar uma educação com as comunidades. Afinal, é preciso coragem para se desapegar dos modelos e técnicas metodológicas convencionais que, na maioria das vezes, fazem abordagens sobre as comunidades e não com as mesmas. Nesse movimento formativo temos aprendido que a cultura popular deve ser o primeiro fio de lógica e orientador da produção de conhecimento.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt - *1925 Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ANDERSON, Benedict - *Imagined Communities – Reflections on the origin and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 1991.

CARVALHO, Wilson Sérgio de - *Educação ambiental e desenvolvimento comunitário*. Wak Editora. Rio de Janeiro, 2006. 256 p.

COHEN, Anthony. - *The symbolic construction of community*. London, Routledge, 1985.

COSTA, R. - *Por un nuevo concepto de comunidad: Redes sociales, comunidades personales, inteligencia colectiva*. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.17, p.235-48, mar/ ago 2005.

GOHR, Maria da Gloria - *Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais*. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo - *Educação ambiental: questões de vida*. Cortez. São Paulo. 2109.

MARTINS, João Batista - *Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais*. João Batista Martins. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 26, 2004.

POLIVANOV, B. B. - *Reapropriações do conceito de comunidade na contemporaneidade*. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 11, p. 110-120, 2014.

SOUZA, M L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CAPÍTULO 3

DE QUE *PRÁXIS* EDUCATIVA ESTAMOS FALANDO?

**Marcos da Cunha Teixeira
Flora Zauli Novaes
Ezinete Moreira do Rozário
Rômulo Araújo Primo
Lady Diana Souto Campos de São José
Poliana Domingos Mariano
Luiza Helena Montovaneli
Mariana de Camargo Bitencourt Ritto
Arthur Praxedes**

O projeto Comunidade Participativa pretende, em última análise, uma ação de extensão universitária de cunho educacional. Portanto, tem como objetivo primeiro a formação socioambiental de seus participantes. Para isso, coloca-se à disposição das comunidades no enfrentamento dos problemas locais e utiliza-se essa ação de enfrentamento coletivo como laboratório de formação. Assim, o Projeto não faz intervenções concebidas pela equipe universitária e endereçadas às comunidades. A equipe do projeto se coloca à disposição das comunidades para, juntos, identificarem os problemas socioambientais e as formas de enfrentamento dos mesmos. São os próprios moradores, por meio de comissões eleitas em assembleias, que se organizam para o enfrentamento. Cabe à equipe universitária prestar assessoramento às comissões.

Na condição de agentes externos, os membros da equipe universitária também dão ao projeto o caráter de pesquisa, pois também está interessado em desenvolver e avaliar estratégias para a busca pela participação, compreensão e busca de soluções para as questões socioambientais locais. Assim, ao mesmo tempo que propõe ações diretas de intervenção social, o Projeto, junto com os moradores, também produz dados sobre a realidade das comunidades, gerando novos conhecimentos. Portanto, o Projeto Comunidade Participativa constitui um projeto de pesquisa e extensão que busca uma *práxis* baseada na aproximação entre sujeito e objeto.

No campo epistemológico, a relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa é tratada como o estudo da “relação sujeito – objeto”. Desde o início do Século XX que as diferentes áreas das ciências humanas vêm apresentando um desconforto com a transferência de metodologias das ciências naturais para os estudos que envolvem pessoas. Embora passado tanto tempo, essa discussão ainda não está superada, pois ainda é comum discussões ou posicionamentos de preconceitos velados entre representantes tanto da pesquisa quantitativa quanto qualitativa. Um dos problemas é que na pesquisa com pessoas a ideia de neutralidade do pesquisador nos procedimentos de produção de dados, exigência do método científico de base cartesiana, quantitativo, torna-se impossível. Essa afirmação tem como base a ideia de que todo ato humano é um ato político, carregado de intencionalidade.

Um dos problemas que envolvem a relação entre pesquisadores e as comunidades tradicionais, seja na área das ciências humanas ou nas ciências naturais, é que as comunidades pesquisadas são tratadas, quase sempre, como objetos de estudo. A ideia de neutralidade na pesquisa pressupõe um distanciamento do pesquisador em relação ao grupo pesquisado, visando garantir

o rigor na produção dos dados. Porém, esse distanciamento leva a uma questão de ordem ética, isto é, se é correto produzir dados das comunidades sem a participação de seus membros em todas as fases da pesquisa.

Uma das correntes metodológicas que tem buscado superar esse distanciamento na relação entre pesquisador e comunidade-alvo dos estudos tem sido denominada de pesquisa participante. Um dos principais representantes dessa modalidade de pesquisa foi Paulo Freire, presente em sua proposta de educação libertadora. Para Freire a pessoa não pode ser tratada como objeto, mas como sujeito de ação e reflexão. Nessa concepção a pesquisa e a extensão não podem constituir um ato vertical de A sobre B, mas um ato horizontal de A com B. As relações verticais são rígidas, autoritárias e, por isso, não contribui para uma educação libertadora já que não gera uma consciência crítica da realidade. No campo da pesquisa participante, essa modalidade de produzir conhecimentos ao mesmo tempo que se intenciona contribuir para a solução de problemas de um grupo social tem recebido diferentes denominações: investigação-ação, investigação militante, investigação participativa, pesquisa-ação, entre outras. Cada uma apresenta suas especificidades. Mas, todas visam a conscientização da população para romper com as estruturas dominantes e trazem uma crítica ao modelo positivista de pesquisa, propondo o rompimento com o modelo de distanciamento entre sujeito-objeto. Assim, a pesquisa participante, em todas as suas nuances, é uma ação declaradamente política e nela o pesquisador assume-se como agente de transformação social.

Quilombolas, Pescadores, Marisqueiros e Agricultores: as Comunidades por elas mesmas

Os registros sobre o que sucedeu aos índios e aos negros no Brasil, via de regra, apresentam apenas a narrativa dos invasores. Suas culturas sempre foram colocadas em lugar de invisibilidade e de forma pejorativa nos livros oficiais de história, situação que se perpetuou e foi internalizada no senso comum, tendo como principal agente a escola. Apenas recentemente, com os resultados das lutas sociais, os povos originários e os tradicionais (principalmente os de origem afro-brasileira) têm sido convidados a registrar suas narrativas. Diante disso, ressaltamos a relevância da história oral nas ações formativas direcionadas às comunidades tradicionais. Assim como apontado por Ruscheinsky (2005), esse processo permite o protagonismo do sujeito participante das ações de pesquisa e extensão, que se apresenta autor da sua própria história.

Diante da história oral, a memória e a narrativa tornam-se o contexto no qual a identidade é praticada (ERRANTE, 2000). Compreende-se, dessa forma, que na dinâmica entre a história oral e a formação-ação emergem memórias como formas de evocações, de modo que as narrativas construídas pelos sujeitos consistem em fatos significantes para os mesmos. Com essas premissas, ressaltamos que os elementos metodológicos utilizados pelo Projeto Comunidade Participativa trazem como proposta as falas dos sujeitos como instrumentos formativos e de fortalecimento do pertencimento.

Diegues (2001) afirma que um dos critérios mais importantes para as culturas ou populações tradicionais é o de identificar-se como pertencente a um grupo social particular. Atualmente, segundo o autor, o auto reconhecimento é uma identidade construída ou reconstruída, que pode perpassar por processos conflituosos, devido ao contato com a sociedade urbano-industrial e com os neomitos (da natureza intocada, do mundo selvagem) criados por esta. Por isso, neste capítulo, resgatamos fragmentos da história da Planície Costeira do Rio Doce por meio dos relatos orais de seus moradores e recorrências aos trabalhos de Ferreira (2009), Teixeira (2010) e Rozário (2018).

O Projeto Comunidade Participativa atua em 6 comunidades, pertencentes a 3 municípios que, de acordo com suas características sócio-históricas, foram organizadas em dois setores: comunidades quilombolas e comunidades de pescadores artesanais, conforme o Quadro 01 e, Figura 01, apresentados a seguir.

Quadro 01. Comunidades de atuação do Projeto Comunidade Participativa.

SETOR	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
1 Comunidades Pesqueiras	São Mateus	Barra Nova Norte
		Barra Nova Sul
		Campo Grande de Barra Nova
2 Comunidades Quilombolas	Jaguaré	Palmito
	Conceição da Barra	Santana
		Linhariño

Fonte: o autor (2020).

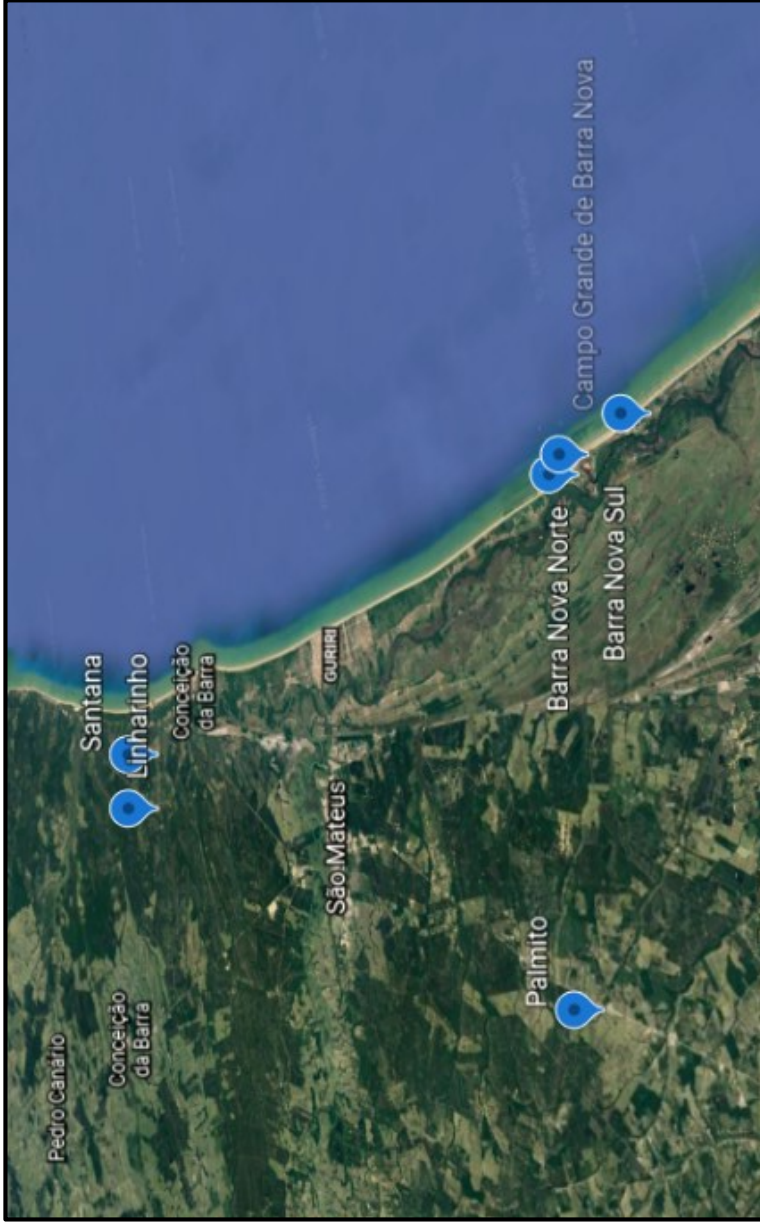


Figura 01. Distribuição das comunidades integrantes do Projeto Comunidade Participativa no Território da Planície Costeira do Rio Doce - ES (fonte: adaptado de Google Earth).

As comunidades quilombolas de Linharinho, Santana e Palmito fazem parte de um grande território tradicional denominado "*Sapê do Norte*". De acordo com Ferreira (2009) a designação "Sapê" dada a essa região se deve às características da vegetação que aparece na terra após o preparo para a plantação. "Em suas origens, o "sapê" remete à vegetação encontrada no "nativo", que acompanha as "muçunungas³⁰" dos tabuleiros terciários, protegendo os afloramentos de água subterrânea. O sapê é planta pioneira após a derrubada, queima e abertura de clareiras dentro da floresta tropical para a plantação das roças de mandioca" (FERREIRA, 2009).

Os estudos de Ferreira (2009) contribuem para a compreensão da ancestralidade dessas comunidades, trazendo informações e relatos sobre a vinda dos africanos desembarcados no porto de São Mateus para servir de mão-de-obra escrava nas fazendas produtoras de cana e farinha de mandioca. A autora compreende dois momentos distintos de ocupação dos povos negros na região: o primeiro, ainda na vigência da escravidão, através de refúgios dos que se negavam à situação de escravizados e depois, com o fim da escravidão e a decadência econômica das fazendas no final do século XIX, quando ocuparam as terras abandonadas pelos donos de engenhos.

Vários moradores das comunidades de Linharinho, Santana e Palmito se autoidentificam como descendentes de negros escravizados, reafirmam sua identidade quilombola e pertencimento ao seu território legitimado nos relatos sobre seus ancestrais. Nesse contexto, destacam-se os relatos de Dona Elda Maria dos Santos, uma das lideranças locais conhecida por Dona Miúda: "Somos gente de Nagô e tapuias". Dona Miúda está se referindo aos seus ancestrais, o povo Nagô, trazidos da África para serem escravizados no Brasil. Quanto aos tapuias, refere-se aos indígenas que habitavam as matas ao redor dos quilombolas. Se declaram descendentes de quilombos que tinham como líder o Negro Rugero, que trabalhava para Dona Maria Rita da Cunha da Conceição, fazendeira que tinha suas terras às margens do Rio São Domingos.

Nessas comunidades ainda se observa modos de vida baseados na cata do caranguejo, na pesca artesanal, da produção do artesanato em cipó, taboa e bambu, plantas e ervas medicinais, das crenças religiosas, as manifestações culturais como o Jongo de São Bartolomeu, o Jongo de Sant'Ana, a Capoeira e o Reis de Boi do

³⁰ As muçunungas ocorrem como enclaves em meio a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Veloso et al. 1991), sobre os Tabuleiros Costeiros do Grupo Barreiras, na região norte do Espírito Santo e sul da Bahia. É um ambiente que apresenta fitofisionomias herbácea, arbustiva ou florestal e seu formato varia desde circulares, amebóides até alongadas (SAPORETTI JR., 2009).

mestre Nilo, que faz homenagem aos Reis Magos (bíblicos) e que tem sua origem no teatro popular medieval da Península Ibérica. No caso da Comunidade de Palmito não existem registros na literatura sobre suas origens. Contudo, pode-se afirmar a existência de parentesco entre famílias nativas, bem como entre essas e famílias da região do Sapê do Norte, assim como a persistência das manifestações culturais. Esses aspectos podem ser indicadores de que Palmito tem as mesmas origens dos quilombos de São Mateus e Conceição da Barra. O território dessa comunidade, juntamente com as comunidades de Palmitinho e Zanelato, tem se destacado na economia local devido às operações de exploração de petróleo na fazenda Alegre. Nos diagnósticos realizados pelo Projeto Comunidade Participativa, um dos principais problemas enfrentados pelos moradores é o fluxo de caminhões, tendo, inclusive, relatos de casos e acidentes.

São muitos os relatos sobre as lutas do povo quilombola por seus territórios, pela manutenção dos seus saberes e fazeres como forma de resistência através do cultivo da mandioca a produção da farinha e beiju, do uso das plantas medicinais, do artesanato, das rodas de jongo, da religião Cabula, ainda presente através das pedras "corisco", da mesa de Santa Barbara, hoje preservada como Santa africana no altar da Igreja católica da comunidade de Linharinho e da formação dos núcleos familiares.

As comunidades do setor pesqueiro estão localizadas no litoral sul do Município de São Mateus, na foz do rio Mariricu. Compõe um território tradicional ocupado por descendentes de negros e índios que desenvolveram seus modos de vidas e de sobrevivência em contato com o rio, o manguezal, as restingas e o mar. Na cultura, destaca-se a procissão de barcos em homenagem à padroeira Nossa Senhora dos Navegantes, na Comunidade de Barra Nova Norte; o Festival do Camarão, em Barra Nova Sul; o Festival do Caranguejo, em Campo Grande. Essas comunidades se orgulham dos grupos de Reis de Boi que outrora atuavam em toda a região. As comunidades de Barra Nova Sul e Barra Nova Norte tem suas origens vinculadas à história da família Monteiro, cujos pioneiros são o Sr. Nozinho Monteiro e Dona Maria Monteiro, conhecida como Vó Maria, considerada a matriarca local. Os moradores da comunidade de Campo Grande se reconhecem como “povos do manguezal”, sendo em sua maioria pescadores, catadores de caranguejos e marisqueiras. O território da comunidade é recortado por diversas instalações e tubulações de petróleo e gás, responsáveis por um significativo passivo socioambiental. São diversos os registros de derramamento de óleo no rio Barra Nova e no mar, os quais tem comprometido a pesca.

Os estudos de Rozario et al. (2018) na região litoral norte do Espírito Santo identificam nos modos de vida dessas comunidades técnicas herdadas dos negros trazidos da África e dos índios da região, que já foram predominantes dentre os habitantes. A importância dessa ancestralidade é reforçada na fala da Dona Bininha, 78 anos (novembro, 2018), moradora da comunidade do Nativo, ao rememorar, num diálogo com a equipe do projeto, seus saberes como benzedeira, que se assemelha a cosmologia indígena e a fisionomia do pai:

- Meu pai era bem moreno, era um caboclo bem caboclo... vou falar uma coisa pra vocês, eu tenho uma coisa comigo que eu tenho descendência de índio, eu tenho comigo! Sabe por que? Porque, menina, tem vez que eu sonho com elas toda, direitinho. Elas me ensinando banho de mato, uma coisa né?
- E a senhora faz, quando a senhora sonha?
- Eu faço!

Um dos moradores mais antigos da comunidade do Nativo, Ambrózio Bernardo, 97 anos (novembro, 2018), nascido e criado ali, conta que sua mãe nasceu no Nativo de Barra Nova e seu pai na comunidade do Ranchinho, na Ilha de Guriri. Na construção da sua narrativa, contribui no enriquecimento da nossa história, diante da perspectiva de um território já ocupado há séculos:

- Era dos índios aquela área ali, descobriram muitos potes deles, na época que eles tavam arranchado ali, naquele tempo de mata né? Eles arranchavam ali, ali morria (...) ainda tem ainda, agora há pouco tempo meu genro foi sepultado lá, eles acharam, passaram pelo um pote que tava enterrado (...) a cova passou por fora né? Desviaram, tamparam e deixaram, tá enterrado do mesmo jeito. Mas eu fico analisando, eles fazem um trabalho tão bem feito, que ocê acha aquele pote enterrado, tá como uma coisa que cê queimou ele com pouco tempo, que chega a tá vermelhinho como uma telha com aquele barro. Eles cozinha tanto aquele troço, que fica modi uma pedra. Mas bem feito aquele troço.
- Mas, quem contou para o senhor que era coisa dos índios?
- Todo mundo sabe. Todo mundo sabe que eles não sepulta na terra pura, não. Eles fazem o alicerce e tapa, ou pote, ou qualquer coisa, mas eles num deixa na terra pura não. Isso aí é projeto antigo mesmo que eles faiz.

Além dos diálogos com Seu Ambrózio ressaltarem a importância dos registros via oralidade, eles implicam na desconstrução da ideia que essas terras eram desocupadas e ainda aponta para o equívoco do Estado ao considerá-las devolutas nos meados de 1950, assim como descreve Teixeira (2010) nos seus

estudos sobre a ocupação à beira-mar. Nativo, assim como toda a região da Planície Quaternária do Rio Doce, já era ocupada por diferentes povos que já traçavam as suas histórias. Seu Ambrósio relata sobre os vestígios dos povos originários da região, ampliando nossos olhares para um território cultural, ou seja, modificado pelos povos antepassados. É possível observar que, além da memória herdada, a relação com esses vestígios traz outras simbologias para a identidade da comunidade, de modo que não retiraram e nem tomaram esses objetos para fins de patrimônio material.

Durante a atividade exposição “Homem e Natureza na Planície Quaternária do rio Doce”, promovido pelo Projeto Comunidade Participativa, crianças e adolescentes se identificaram com a história contada, principalmente na estação que remetia as manifestações culturais como processo de resistência das comunidades tradicionais. Um jovem se identificou como uma das crianças em uma foto utilizada no material da exposição, que retratava um evento sobre o jongo e, nesse momento, convidou os colegas para verem e contribuiu na explicação de como ocorrem esses festejos na sua comunidade. Outro momento relevante foi o envolvimento de uma jovem, de 16 anos, quando este relatou que pertence a uma comunidade quilombola chamada Santana, localizada no município vizinho ao que ocorreu a atividade e que não tinha conhecimento sobre a história contada a respeito do território da Planície. Em meio aos diálogos proporcionados com a exposição ela comentou o desejo de realizar essa atividade de forma voluntária junto aos mediadores e fazer parte de projetos que o grupo tem realizado na região.

A partir dos relatos orais dos moradores foi possível identificar, além do pertencimento, fatos históricos que demarcam grandes alterações nas relações homem-natureza nas comunidades de pescadores e dos povos dos manguezais. Dentre os elementos que emergiram nos registros, selecionou-se a drenagem dos alagados como principal elemento de análise, uma vez que permeou a quase totalidade dos relatos e representou um marco histórico na relação homem-natureza. Esse elemento foi analisado a partir de três dimensões definidas com base no referencial de Souza e Chaveiro (2019): territorial, ambiental e modo de vida. O Quadro 02 apresenta um resumo das condições instauradas na relação homem-natureza após o advento da drenagem na Planície Costeira do Rio Doce.

Quadro 02. Síntese das condições anteriores e posteriores à drenagem dos alagados da Planície Quaternária do Rio Doce frente às dimensões do pertencimento a partir de Souza e Chaveiro (2019).

Dimensão	Condições anteriores à drenagem dos alagados do território	Condições posteriores à drenagem dos alagados do território
----------	--	---

Territorial	Uso livre/coletivo do território.	Desintegração do território, uso limitado/privado da terra.
	Ausência de cercas e delimitações internas e ausência de documentação fundiária.	Presença de cercas nas divisas internas e necessidade de documentação fundiária.
	Território ocupado por negros e indígenas.	Matança/supressão de negros e de indígenas para apropriação das terras por grilagem.
Ambiental	Maiores domínios de vegetação de brejo e florestas de mata atlântica	Menores domínios de vegetação de brejo e supressão das florestas de mata atlântica
	Menores domínios de vegetação de mangue;	Maiores domínios de vegetação de mangue;
	Abundância de fauna silvestre e ictiofauna;	Redução da fauna silvestre e da ictiofauna;
	Uso de materiais e técnicas artesanais na pesca (xóqui/quixó; faixo)	Substituição de materiais e mudança de técnicas na pesca (rede de emalhar)
	Qualidade do alimento	Perda da qualidade nos alimentos
	Farta disponibilidade hídrica (água doce);	Escassez hídrica, salinização e contaminação da água;
Modos de Vida	Agricultura, pesca, mariscagem e cata para autossustentação e venda dos excedentes;	Aquisição de alimentos no supermercado;
	Abastecimento domiciliar de água via cacimbas;	Abastecimento domiciliar de água via poço artesiano e caminhão pipa;
	Amplo uso de remédios naturais;	Limitado uso de remédios naturais;
	Frequentes pescarias em locais próximos;	Pescarias ocasionais e em locais mais distantes;
	Uso de materiais e técnicas de tradicionais (barro, madeira)	Substituição gradual por materiais e técnicas construtivas convencionais.
	Farinheiras de uso comum	Farinheiras de proprietários
	Abundância no cultivo do arroz	Ausência do cultivo do arroz
	Qualidade do alimento	Perda da qualidade nos alimentos
	Maior participação nos rituais e festas religiosas	Diminuição da participação nos rituais e festas religiosas

Durante todo o trabalho junto às comunidades foram comuns os relatos sobre as memórias das experiências com os corpos hídricos e os impactos sobre a Planície. Nesse contexto, Seu Jerônimo Nunes Coutinho, um informante-chave sobre a história local, traz a seguinte narrativa (em abril de 2019), que nos ajuda a compreender as transformações promovidas no território:

Aqui tem a vala do DNOS... Essa aqui que era o antigo Córrego do Macaco, aí o homem veio cá, drenô ela e fez essa vala. (...) Isso é antigo, muito antigo, aí ligaram ela no Córrego do Macaco e fizeram ela ligá no rio, que ela ia devagarzinho secando o rio, tipo uma esponja, aí essa vala que secou de vez, que ajudou a secar com a vala da DNOS, né? Aqui foi o governo que fez essa vala aqui... DNOS... esses órgão do governo de antigamente (...) Aqui era tudo pântano.

Além de reforçar a drenagem dos alagados como um dos impactos mais relevantes sobre o território, é possível identificar as mudanças diante do uso do território, indicando, anteriormente à drenagem, o uso livre/coletivo do território, a ausência de cercas e delimitações internas, além da ausência de documentação fundiária; e posteriormente à drenagem, a desintegração do território com o uso limitado/privado da terra, a presença de cercas nas divisas internas e a necessidade de documentação fundiária. Essa ausência de limites físicos entre as propriedades e o sentido de uso coletivo do espaço geográfico estão nítidos na narrativa do Seu Ambrózio Bernardes, um nativo de 97 anos ainda residente:

O nome é Nativo porque não tinha cerca! Todo mundo criava porco, fazia roça. Fazia cerca só pros porcos não entrar, entendeu? E todo mundo aqui criava solto (...) naquela época ninguém panhava nada de ninguém.

Nesse ponto da história nota-se a predominância dos valores que regem a vida em comunidade, baseada na partilha e na convivência harmônica, tanto no que diz respeito ao convívio social quanto à relação homem-natureza. Contudo, com o processo de drenagem o Território da Planície foi submetido a um modelo de uso que sobrepôs os modos de vida desenvolvidos pelos nativos (TEIXEIRA, 2010), desencadeando diversos impactos socioambientais que ainda permeiam na atualidade, conforme se pode notar, novamente, na fala do Seu Ambrózio Bernardes, em relato de novembro de 2018:

Depois que abaixou essa água e abriram esse rio (...) ficou nós trabalhando e perdendo muita lavora, aí a DNOS abriu essa vala aí (...) foi o que secou. Agora, depois que secou, quem era dono, era o Estado, um requeriu uma parte, outro requeriu outra (...) depois que secou que entrou esse povo, povo de muito longe, com um gado

muito bom que tava aí, meteram requerimento. Eram os fazendeiros. E hoje ficou assim (...) eles cercavam, tinha que cercar (...) Antes ninguém tinha dono de nada, era assim.

Esse relato demonstra, assim como já referido por Ferreira (2009), que as terras alagadas que antes não tinham interesse para as atividades lucrativas do capitalismo passaram a despertar o interesse de fazendeiros e do Estado do Espírito Santo, dando início ao seu “desenvolvimento tardio”. A drenagem dessa água doce e potável da região, possibilitou a invasão dos fazendeiros com o agronegócio, a exploração madeireira, a vinda da Petrobras (meados de 1960) para a exploração de petróleo e gás no local, além da tomada de terras para o monocultivo de eucalipto e a especulação imobiliária de empresas privadas, configurando assim, “a aliança entre o capital e o Estado nas esferas política, econômica e jurídica” (FERREIRA, 2009, p. 403), que pôde se apoiar nos incentivos fiscais e na ausência de fiscalização, sobretudo no campo ambiental. Esses projetos desenvolvimentistas não consideraram que o território em questão já era ocupado e produtivo. Assim, de forma opulenta, o território foi dilapidado e sua população tradicional foi invisibilizada e massacrada com apoio do Estado. Nesse cenário, para defesa de seus territórios, os povos tradicionais foram obrigados a documentar suas terras e a mudar seu modo de vida, sendo forçado a falar a língua do estado capitalista. Contudo, muitos dos moradores não acompanharam as mudanças e não buscaram os registros de suas terras e mesmo aqueles que buscaram não tiveram a totalidade dos alqueires requeridos registrados em seu nome. Em muitos casos, o Estado foi o primeiro a “saquear” essas terras, decretando-as devolutas, abrindo caminho para que os fazendeiros que melhor atendiam ao novo projeto econômico oficial, permitindo-os requerer grandes quantidades de terras e ocupá-las com a agropecuária.

Diversos relatos mencionam a tomada de terras pelos fazendeiros através de pressões para venda de terrenos e até mesmo assassinato das famílias negras e indígenas para o processo de grilagem.

Tinha os Bonzon (...) fizeram a pior covardia, mataram muita gente pra tirar esses povo dessas terra aqui (...) uma família que tinha de matar gente.

Por meio dos relatos, também foi possível relembrar as relações desse novo projeto de desenvolvimento com os quilombos da região e as formas que suprimiram seus territórios e suas vidas. Ao dar seguimento em sua narrativa, o Seu Jerônimo Coutinho permite entender como se davam essas relações:

Havia muitos negros, pequenas propriedades de negros (...) eles corriam, vinham prá cá, por ter muita água (...) ter ilhas, onde eles poderiam ficar, montavam ali as casinhas deles (...) quando chegou nessa época, chegou essa família Bonzon pra cá e eles ofereciam, eles mandavam os capataz, na época jagunços capataz que davam o nome, e te oferecia ‘quero tanto na sua propriedade, te dou tanto’ aí você não aceitava, né? Então você talvez não amanhecia o dia (...) ia lá e matava a família inteira, jogava em cisterna, enterrava no mato (...) nas matas, até pouco tempo atrás, tinha sepulturas (...) Lá eles não deixa ninguém entrar mais, hoje é da Sal Globo, não deixam entrar lá pra ver (...) tem cemitério clandestino (...) hoje é tudo no cadeado (...) Uma vez, veio uma senhora com seis criancinhas que mataram o marido dela, que se ela não fugisse eles matavam ela também, ela veio e papai deu abrigo aqui uns dias e ela foi embora pra São Mateus e ninguém mais viu, mas o marido dela foi morto por esse pessoal.

Identificamos nas narrativas as paisagens de restingas, nas chamadas coras ou ilhas, e menores domínios da vegetação de mangue. Seu Ambrózio lembra que na sua infância

Era mata pura isso aqui (...) mata alta, madeira de lei (...) era cedro, jenipapo, tudo essa região ocupava. (...) Era brejo, era taboa, a gente tava só nas coroa, essas coroa tudo era mata.

As paisagens descritas por ele não são mais encontradas com facilidade no local, como relata Dona Bininha “era água pura lá, agora é pasto puro”. Atualmente, essas paisagens foram dominadas por campos abertos de gramíneas cultivadas para pastagem, pouca árvore e vegetação de taboa restrita à algumas áreas alagadas que resistem no período de chuva.

Os alagados e os ecossistemas preservados resultavam em abundância da fauna e, como conta Seu Joel Thomaz, 78 anos, “isso era sinônimo da fartura, pois havia muitos peixes, caranguejo, mariscos e não era necessário muito esforço para conseguir alimento”. Nesse tempo a vida girava em torno do que os recursos naturais da região ofereciam. Seu Ambrózio também evoca a palavra “fartura” quando se refere aos recursos pesqueiros: “era morobá, traíra, robalo, camarão, judeu (...) era uma fartura esquisita! Hoje não, hoje cabô minha fia, hoje só por sonho”.

Além da ictiofauna, é notória a presença da fauna silvestre no ambiente terrestre, situação que pode ser claramente visualizada a partir da fala do Seu Ambrózio Bernardes:

Tinha muita caça, catitu, tatu, paca, veado, macaco, tudo quanto é espécie de caça tinha. O povo matava e se alimentava. O que tampava o fundo quando não tinha nada era caça; passarinho, tinha demais. Hoje não tem mais nada, foi afastando, foro cabando as mata e eles fugiro tudo.

Assim como representado nos casos estudados de Souza e Chaveiro (2019, p.14), “os entrevistados mostram consciência sobre muitas dessas relações, estabelecendo nexos causais entre o desmatamento e vários tipos de problemas ambientais a que estão hoje submetidos”, pois seus modos de vida estiveram em constante diálogo com a natureza e qualquer alteração do meio é compreendida como um efeito cascata. Importante ressaltar que a relação desses povos com a caça era de subsistência e, dessa forma, a fragmentação das matas e a faltas dos habitats apontam para a redução desses animais no ambiente.

Para compreender a redução das florestas e aumento da área de mangue, retomamos novamente a drenagem dos alagados, pois os canais de drenagem foram abertos e interligados com os rios, e a foz do rio, devido aos bancos de arenito presentes na profundidade, foi dinamitada e alargada para acelerar o processo. Teixeira (2010) explica essa violenta alteração no ambiente, quando os canais passaram a sofrer influência do regime das marés e, assim, foram produzidas condições ambientais físico-químicas para a formação do mangue.

Seu Ambrózio relata que:

num entrava água salgada aqui, botaram aquelas bomba pra arrebentar, pra poder a água salgada entrar né? Pra favorecer matar o mato (...) depois que arrebentaram aquilo ali entrou a água salgada.

Assim, compreende-se que a supressão da vegetação nativa e ampliação do mangue foi um processo intencional e acelerado com a salinização da água. Mesmo assim, os modos de vida da comunidade junto aos aspectos naturais foram reinventados como forma de adaptação. Porém, a presença do mangue nessas áreas hoje é problemática, devido a legislação ambiental não permitir a ocupação humana nesses ambientes e desconsiderarem essas adaptações relacionadas ao contexto histórico.

A reação em cadeia devido a esse grande projeto até hoje não foi cessada e, na realidade, intensificaram outros impactos. Cita-se, por exemplo, a chegada dos rejeitos da mineração por ocasião do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, em 2015, de propriedade das empresas Samarco e Vale e da

empresa australiana BHP Billington. À medida que a pluma da lama da mineração alcançou o norte do estado, devido às correntes marítimas, a mesma dinâmica hídrica que influenciou o processo de salinização levou os rejeitos para os estuários, rios e canais abertos na época da drenagem, afetando assim até as regiões das comunidades que não estão localizadas à beira-mar. Agora, além dos impactos da drenagem da água doce, as comunidades passaram a sofrer com a escassez de água potável e contaminação dos recursos alimentares. Novamente, a narrativa do Seu Ambrózio (novembro de 2018) dá uma dimensão clara sobre essa teoria:

(...) hoje o negócio tá feio, hoje nem cavalo quer beber, hoje tem bomba aí, mas pra tomar água tem que comprar, porque eu não vou tomar essa água (...) tem uns três anos, depois dessa lama podre aí, estragou tudo. Antes não, cavava um buraco, não tinha gosto de nada, não tinha problema nenhum, mas hoje? hoje o negócio tá esquisito.

A partir do momento em que os órgãos públicos reconheceram a água imprópria para consumo, os moradores passaram a depender da distribuição fornecida pela prefeitura via caminhão pipa, mas, com a quantidade insuficiente para abastecer a comunidade, alguns continuam utilizando a água do poço para consumo, mesmo sabendo do risco de contaminação. São comuns os relatos de complicações à saúde após à chegada da pluma da lama.

Devido as populações dessa região desenvolverem seus modos de vida com base nas relações com a natureza, todos os impactos já citados influenciaram nos seus fazeres cotidianos. As alterações geradas nessa dimensão se apresentaram da seguinte forma: anteriormente à drenagem, a agricultura, pesca, mariscagem e cata tinham a finalidade de autossustentação e a venda dos excedentes. Havia amplo uso de remédios naturais, as comunidades utilizavam espécies da vegetação nativa e fauna local na medicina doméstica e tradicional. Eram utilizadas nas receitas de tratamentos, pois se encontrava benzedadeiras e parteiras com facilidade na região. Como os alagados eram permanentes, as pescarias em locais próximos e o uso de materiais e técnicas tradicionais se sobressaltavam, inclusive na construção das casas, recorrendo ao barro e a madeira local. Assim, como relatam os moradores, havia maior quantidade de farinheiras que todos utilizavam de forma comum e dividiam a produção. As áreas alagadas também favoreciam a abundância no cultivo do arroz, que era uma das maiores produções locais. Com o cultivo local e as técnicas tradicionais, os moradores ressaltaram que os alimentos consumidos apresentavam qualidade superior, comparado ao cenário atual.

Posterior à drenagem e à queda dos cultivos, a comunidade passou a depender de supermercados e, conseqüentemente, passou a necessitar de mais recursos financeiros para compra dos produtos. O abastecimento domiciliar de água, como já citado, passou a ocorrer via poços artesianos, mesmo assim, os moradores indicaram nos relatos que a água apresenta aspecto amarelado e mal cheiro. A maioria dos moradores associam a qualidade ruim da água com as atividades da Petrobras e com o crime da Samarco.

Nos relatos, os moradores explicam que muitos deixaram de acreditar na cura através das benzedadeiras e passaram a considerar os procedimentos via parteiras arriscado, aumentando os procedimentos da cesárea entre as mulheres. Sobre os métodos de cura, também indicaram a interferência da religião protestante, pois alguns moradores mudaram suas crenças e a cultura ancestral passou a ser incompatível com as novas religiões. No âmbito das pescarias, os participantes da pesquisa relataram que essas passaram a ocorrer ocasionalmente e em locais mais distantes, pois a falta de recursos pesqueiros e a contaminação dos mesmos fizeram com que muitos deixassem de praticar a atividade de pesca. Esse fator também interferiu nos apetrechos de pesca utilizados, o quixó/xóque³¹ e o facho³², por exemplo, eram técnicas tradicionais que se tornaram inviáveis. Atualmente os que ainda pescam substituíram essas técnicas pela rede de emalhe, dependendo de materiais industrializados, como o nylon, para confecção do apetrecho. Na cata do caranguejo eram utilizadas as técnicas manuais de “braço” ou “gancho” e hoje é mais comum o uso de redinhas, confeccionadas com saco de polipropileno trançado que, segundo os ambientalistas, é uma das principais ameaças à conservação do garanguejo-ucá, importante fonte de proteína e renda dos moradores. Já o uso das farinheiras ficou restrito aos proprietários que, em alguns casos, permitem o uso pela comunidade, mas exigem uma contribuição financeira.

Outro ponto relevante foi que o cultivo do arroz, que passou a ser uma prática considerada inexistente na comunidade devido à crise hídrica e a substituição desse cultivo por outros mais tolerantes à seca (Gráfico 01).

³¹ Artefato de pesca cônico, construído de bambu, utilizado manualmente. O pescador busca fixá-lo rapidamente no fundo a partir da abertura maior, no ato que a insere na água, e pela abertura menor introduz o braço no interior da armadilha para apreensão dos peixes que ficaram retidos, logo em seguida retira o quixó/xóque da água e reinicia o processo.

³² Técnica de pesca na qual o pescador atrai os peixes com um facho luminoso e o golpeia com facão ou pedaço de madeira.

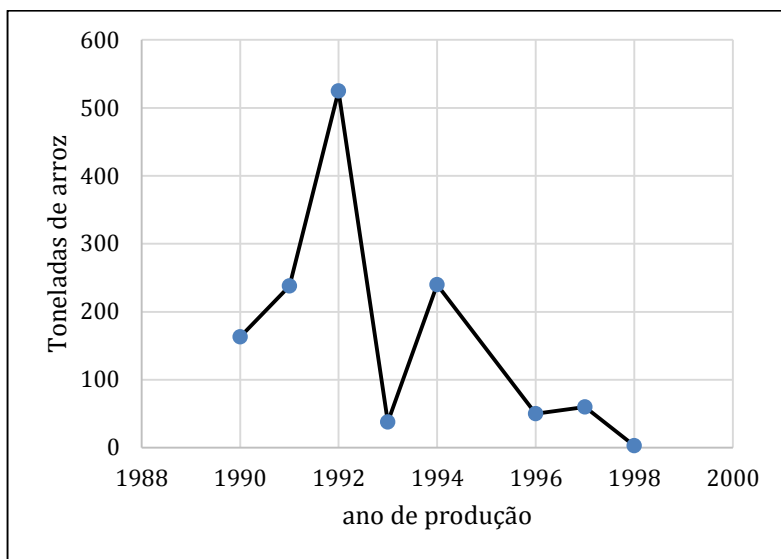


Gráfico 01. Produção de arroz no município de São Mateus-ES no período de 1990 a 1998 (Fonte: IBGE).

Os moradores mais velhos, que indicaram a perda da qualidade dos alimentos, relatam que há relação desse aspecto com o aumento de doenças. Por fim, ainda referente aos modos de vida, foi observada a diminuição da participação dos moradores em rituais e festas tradicionais, apontada pelos moradores como consequência de a religião protestante desqualificar essa tradição.

Percursos Metodológicos

A principal característica das metodologias que buscam a transformação social é o uso de estratégias que garantam a participação dos atores em todo o processo. Nesse contexto, a primeira ação do Projeto Comunidade Participativa para promover a aproximação com as comunidades e garantir a participação foi a busca pelo reconhecimento das lideranças das 6 comunidades, especialmente com os representantes das associações de moradores. Esses contatos iniciais visaram apresentar o projeto para as lideranças legitimadas e outros moradores indicados como pessoas chave ou lideranças na comunidade. Assim, além de representar um ato de respeito com a comunidade e suas lideranças, essa ação também teve como objetivo pedir licença para iniciar as ações do projeto nas comunidades. Objetivamente, também foi uma oportunidade de se obter críticas e sugestões das lideranças de forma a adequar as ações do projeto à realidade de cada comunidade. A declaração de apoio ao projeto foi oficializada pela liderança de cada comunidade a partir da assinatura de um termo de adesão.

A apresentação do projeto em primeira mão para as lideranças comunitárias visou, além da declaração oficial de apoio, deixar claro o respeito à sua posição social dentro da comunidade, valorizando e reconhecendo sua liderança. Foram realizadas 6 reuniões com as lideranças, uma por comunidade, cujas decisões foram lavradas em ata e lideranças das comunidades assinaram um termo de anuência, além dos registros fotográficos.

Após reunir com as lideranças, as equipes setoriais deram início a fase de divulgação do projeto nas comunidades visando mobilização dos moradores para participação nas assembleias. Nas assembleias comunitárias foram realizadas três ações:

a) Apresentação do projeto para a comunidade: além da apresentação do projeto, esse momento representou uma oportunidade para tirar dúvidas e adequar o projeto à realidade de cada comunidade, tendo como referência as críticas e sugestões dos moradores;

b) Realização do diagnóstico socioambiental participativo: ao realizar o diagnóstico de uma localidade, buscou-se compreender, no espaço e no tempo, como o lugar é em função de determinados aspectos ou variáveis (geomorfologia, população, relações sociais, saneamento, qualidade ambiental, economia, cultura etc) (BRASIL, 2009, p. 30). No entanto, a realização de diagnósticos sem a participação das comunidades-alvo não resulta em sustentabilidade dos programas, projetos e ações que deles venham a se desdobrar. Não haverá interesse e proatividade por parte de uma comunidade, se esta não participar efetivamente da elaboração e da realização do diagnóstico, desde o seu início (BRASIL, 2009, p. 30). O diagnóstico socioambiental foi realizado (Figura 2) por meio da técnica de diagnóstico rápido participativo (DRP). Nessa técnica de produção de dados os próprios moradores, por meio de grupos de trabalho, discutem e elegem os principais problemas de suas comunidades, avaliam os fatores limitantes, as potencialidades locais para solução dos problemas e, finalmente, debatem soluções para os mesmos. Assim, a assembleia comunitária gera um banco de dados acerca da realidade socioambiental local;

c) Eleição das comissões de desenvolvimento sustentável (CDS): as comissões foram eleitas pelas assembleias em cada comunidade e, sob assessoramento da equipe do projeto, teve como missão a sistematização, elaboração e execução de um plano de ação para enfrentamento dos problemas socioambientais indicados pelas assembleias de suas comunidades por meio do DRP.



Figura 2. Assembleia de moradores na comunidade de Campo Grande para realização do diagnóstico socioambiental participativo e eleição da comissão de desenvolvimento sustentável.

Após a realização das assembleias o Projeto passou a assumir um caráter pedagógico, no qual todas as suas ações tinham como finalidade a formação socioambiental dos membros das CDS. Esse processo de formação se deu por meio do assessoramento técnico para elaboração e execução do plano de ação, além de oficinas, palestras e reuniões.

Visando contribuir com o processo de empoderamento dos membros, a equipe técnica do projeto promoveu reuniões entre as CDS's, pessoas físicas e instituições públicas e privadas com objetivo de apresentar as demandas de suas comunidades e agregar parceiros na execução de seus planos de ações socioambientais. O processo de atuação das CDS, por meio das ações de capacitação e execução do plano de ação, constituiu a carga horária do curso de extensão "Agentes de desenvolvimento socioambiental". Assim, os membros das CDS que permanecerem na equipe até a finalização dos planos de trabalho foram certificados pela Universidade Federal do Espírito Santo. Para isso, foram lavradas atas e listas de presença em todas as reuniões, palestras e oficinas das CDS. O processo avaliativo foi processual e constou da entrega de relatórios individuais a cada encontro; um encontro de todas as CDS para avaliação coletiva do processo formativo e resposta a um questionário final de avaliação individual e do desempenho do projeto. A tabela abaixo apresenta uma síntese das principais atividades desenvolvidas visando à formação socioambiental das CDS nas 6 comunidades.

Tabela 01. Ações desenvolvidas pelo Projeto Comunidade Participativa no período de 01 de novembro de 2018 a 30 de fevereiro de 2020 em 6 comunidades tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce e entorno.

Ação desenvolvida	Quantidade
Parcerias firmadas com lideranças comunitárias	6
Assembleias comunitárias realizadas	6
Diagnósticos socioambientais participativos elaborados	6
Comissões de Desenvolvimento Socioambiental (CDS) constituídas	6
Planos de ação elaborados e executados	6
Parcerias fomentadas entre comunidades e setor governamental	6
Membros das CDS atuantes	31
Reuniões de assessoramento das CDS na implementação e execução dos planos de ação realizadas	53
Quantidade de moradores formados em "Agentes de Desenvolvimento Socioambiental" (170 horas).	48
Quantidade de ações de Educação Ambiental realizadas	25
Total de projetos elaborados e submetidos ao edital da Secretaria Estadual de Cultura do ES	7
Total de projetos aprovados no edital da Secretaria Estadual de Cultura do ES	4
Total de frequências de pessoas nos eventos realizados	2284

Fonte: os autores

Demandas das Comunidades e Atuação das CDS

Um problema metodológico importante para os movimentos de educação popular é como proporcionar um processo de conhecimento que permita a apropriação crítica da realidade para poder transformá-la. A aposta do Projeto Comunidade Participativa para enfrentar esse problema foi proporcionar espaços nos quais se somassem os conhecimentos teóricos sobre as demandas apresentadas com as lutas das comunidades no enfrentamento dos problemas socioambientais. Assim, promoveu-se um movimento formativo de coletivos educadores e contínuos. Ou seja, a formação se dava, ao mesmo tempo que se fazia o enfrentamento em busca dos direitos da comunidade e, paralelamente, se compartilhava e produziam novos conhecimentos.

Com o que foi visto até aqui, pode-se notar que, do ponto de vista dos caminhos metodológicos, o Projeto Comunidade Participativa buscou inspiração na pedagogia do movimento, segundo o qual, se não podemos negar o caráter formativo das experiências, precisamos também reconhecer que esta formação não ocorre de modo mecanicista e, muito menos, pré-determinado. Diante disso,

entendemos que, não é possível identificar qual ou quais os fatores responsáveis pela mudança do “olhar de mundo” e nem mesmo mensurar o que se ensinou e o que se aprendeu ao longo do período de formação. O que se pode afirmar é que todos foram responsáveis por mover a engrenagem do processo de ensino-aprendizagem e que desse movimento houve aprendizado para todos os envolvidos.

Demandas e encaminhamentos no setor “comunidades pesqueiras” – SETOR 1

As ações do Projeto, iniciadas em novembro de 2018, ocorrem no momento em que o Setor das Comunidades Pesqueiras enfrentavam diversas lutas em nome de sua soberania alimentar e a qualidade socioambiental de seus territórios. Uma delas, ainda em curso, é contra a Fundação Renova, instituição criada para coordenar as ações de reparação dos danos ambientais decorrentes dos impactos do rompimento da barragem de Fundão (2015) em Mariana-MG de propriedade das empresas Samarco/Vale/BHP Billington. A chegada da lama na foz do Rio Doce e sua dispersão ao longo de todo o litoral da Planície Quaternária do Rio Doce impactou os modos de vida e de sobrevivência das comunidades pesqueiras. Além disso, em 2019, manchas de óleo procedentes do litoral da Região Nordeste, arrastadas por correntes marinhas, chegaram às praias do Norte do Espírito Santo ampliando os impactos sobre a pesca artesanal e colocando em risco os manguezais. Outra situação que aflige as comunidades é a especulação em curso sobre a implantação de um grande empreendimento portuário da empresa Petrocity, cuja previsão de investimentos é de R\$ 3,2 bilhões (A GAZETA, 13/05/2020). Contudo, o empreendimento teve os pedidos de licença negado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo sob alegação de inviabilidade social e ambiental indicada pelos estudos de impacto ambiental.

Em 2020, a pandemia da COVID-19 agravou a situação de famílias em situação de vulnerabilidade, pois interferiu no comércio e no turismo local, reduzindo ainda mais as fontes de renda das famílias. Além disso, os jovens que moram nas comunidades e estudam nas escolas do centro tiveram as aulas interrompidas e a atuação das CDS ficou prejudicada, pois todas as ações geradoras de aglomeração de pessoas foram suspensas.

A seguir, relacionamos as principais demandas apresentadas pelas comunidades e que constituíram os planos de trabalho das CDS e quais foram seus desdobramentos com as intervenções do Projeto Comunidade Participativa. Importante ressaltar que muitas dessas demandas já eram objetos de mobilização

e de luta das comunidades antes do Projeto Comunidade Participativa iniciar suas atividades. Dessa forma, em muitos casos, as atividades do Projeto significaram um acelerador das ações já em curso nas comunidades.

Água

- *Contexto:*

Como já citado anteriormente, antigamente o acesso à água não era um problema local, os moradores utilizavam as cacimbas. A falta de água potável se tornou uma realidade a partir das drenagens realizadas pelos canais abertos artificialmente. Por isso, as comunidades passaram a recorrer à abertura de poços artesanais ou compra de água mineral. Com a chegada da lama da Samarco o problema se agravou, pois, as comunidades passaram a conviver com as suspeitas de contaminação das águas do rio e do lençol freático por metais pesados. Isso intensificou a dependência de caminhões pipas para acesso à água potável, sendo que a quantidade disponibilizada não atendia toda a comunidade e gerou outra demanda, pois não se tinha um local (caixas/vasilhames) adequados para armazenamento. Além disso, os moradores passaram a depender da distribuição feita pela Prefeitura e SAAE. Isso justifica a inserção dessa demanda pelos moradores no diagnóstico socioambiental participativo. Segundo os moradores, abastecimento regular de água na comunidade ocorre somente uma vez a cada 15 dias. Como solução os moradores apontaram a necessidade de se fazer um cadastramento das famílias da comunidade. Esse cadastramento tinha como objetivo distribuir de caixas d'água e avaliar qual a real necessidade do período de abastecimento.

Outra questão relacionada à falta de água interfere diretamente na Educação de qualidade, pois a falta de água na escola gera a ausência de condições básicas para manter os alunos presentes.

A comunidade apontou, como potencialidade, um poço artesiano feito pela Prefeitura, porém, indicaram que esse poço se encontra em uma propriedade particular, o que dificulta o acesso dos moradores até o mesmo. Reclama que a qualidade da água nunca foi verificada e que a mesma tem sido motivo de comentários sobre os riscos para a saúde.

A convivência das comunidades com as desconfiças sobre a qualidade da água também nos remete ao outro problema: a qualidade do ecossistema de manguezal, do rio e dos recursos pesqueiros. Nesse sentido, os moradores apontam que as comunidades não têm sido informadas sobre os resultados das pesquisas de monitoramento da biodiversidade financiadas pela Fundação Renova sobre as possíveis contaminações.

- Encaminhamentos das CDS:

A primeira ação realizada pelas CDS foi o levantamento da quantidade de famílias de cada comunidade e quais os meios que utilizavam para armazenamento da água. Em seguida foi solicitada uma reunião com o Prefeito Municipal de São Mateus para apresentação do problema e debater soluções e também com o diretor geral do Serviço Autônomo de água e Saneamento – SAAE. Entre os fatores que dificultam a solução do problema citou-se que a Prefeitura dispõe de um número pequeno de caminhões para distribuição de água, pois, em função da salinização da água do Rio Cricaré, diversas comunidades passaram a depender desse serviço. Contudo, os órgãos municipais comprometeram-se em rever o cronograma de distribuição para atender melhor as comunidades de Barra Nova. Além disso, o SAAE realizou uma visita técnica no poço existente na comunidade e na mesma ficou acordado que seria realizada a análise da qualidade da água e sua viabilidade para abastecimento da comunidade. Contudo, descobriu-se que o referido é motivo de um processo judicial do SAAE contra a empresa responsável pela perfuração. O Diretor do SAAE ficou de apresentar o andamento do processo e já solicitou o estudo para que seja feita uma nova perfuração. Além disso, a Prefeitura Municipal de São Mateus contratou mais 4 caminhões pipas para a distribuição de água nas comunidades. Apesar de sinalizar uma melhoria no sistema de abastecimento, as CDS apontaram que esse número ainda não é suficiente para o pleno abastecimento de suas comunidades.

Transporte público e mobilidade

- Contexto:

As três comunidades que compõem o setor apresentaram como demanda a manutenção da estrada de acesso e o transporte público. Os moradores apontaram a necessidade de se deslocarem até o centro urbano para estudar, trabalhar, ir ao posto de saúde, fazer compras. Além disso, já foi justificado pela prefeitura que o caminhão pipa não chegou em alguns pontos da comunidade para abastecimento de água devido a problemas mecânicos provocados pelas condições inadequadas da estrada.

A qualidade do transporte público também está relacionada à essa questão. Os transportes coletivos e escolar na comunidade estão constantemente inutilizados devido as péssimas condições das estradas que ligam a comunidade com a sede do Município. A Prefeitura contratou alguns veículos que possuem melhor condição para o transporte dos alunos, porém a viação São Gabriel, responsável pelo transporte coletivo, ainda mantém uma frota envelhecida e

pouco confortável. Isso implica em constantes interrupções das viagens, uma vez que o veículo apresenta defeitos mecânicos.

Todas as estradas que dão acesso às comunidades são desprovidas de pavimentação. Após constantes reivindicações dos moradores de Campo Grande, a Transpetro realizou a manutenção do trecho que vai da ES 010 até o Terminal Norte Capixaba, perfazendo um total de 7 Km, beneficiando a comunidade. Contudo, a distância até a sede do município é de 55 Km, cuja manutenção não ocorre com a periodicidade adequada. Ressalta-se que os caminhões da Transpetro trafegam nas estradas que dão acesso ao Terminal Norte Capixaba (TNC), acelerando a deterioração dos trechos utilizados pelas comunidades. Assim, além de se submeterem às viagens longas, caras e desconfortáveis, os moradores ainda estão sujeitos aos perigos e atrasos no trabalho, consultas médicas e outros compromissos.

Outra questão apontada no diagnóstico socioambiental foi o alto valor das passagens do transporte público, além do déficit na oferta, pois em Barra Nova Norte esse transporte atende apenas quatro dias na semana.

Ressalta-se que um dos fatores que dificultam a solução do problema está no fato da estrada em questão pertencer à administração do Governo do Estado, cujo órgão responsável, o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), é de difícil acesso para os representantes (líderes) comunitários.

- Encaminhamentos das CDS

A primeira ação das CDS foi a realização de contato com o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) para agendamento de uma reunião para apresentação do problema. Além disso, visando somar esforços, foi realizada uma reunião com o Prefeito, o Secretário de Agricultura, o Secretário de Obras e com as associações de moradores locais, onde foi solicitado um apoio para a busca de soluções junto ao DER. Apesar da realização de manutenções pontuais e paliativas, o órgão estadual não atendeu adequadamente. Diante disso, ocorreu uma manifestação em que os moradores realizaram a interrupção da estrada como forma de conseguirem visibilidade e atenção dos órgãos responsáveis. Nesse contexto, a Transpetro concordou em fazer melhorias na parte municipal da estrada, entre a sede da empresa e o início da comunidade de Campo Grande.

Em uma primeira reunião, as Secretarias de Agricultura e de Obras informaram que iriam iniciar os reparos no mesmo mês. Os trabalhos foram, de fato, iniciados. Mas foram interrompidos na mesma semana e o barro depositado para a manutenção ficou durante vários meses depositados na estrada, causando

diversos transtornos para o tráfego de veículos. Diversas cobranças foram feitas, inclusive iniciou-se uma ação a ser levada ao Ministério Público. Contudo, a mesma foi abortada diante das garantias dadas pelo Prefeito de retomada das obras imediatamente.

Quanto ao transporte público, as CDS obtiveram da prefeitura a garantia de que irá aumentar a fiscalização sobre a empresa visando à intensificação dos horários e melhoria das condições dos veículos.

Educação

- *Contexto:*

Algumas demandas apontadas pelas três comunidades relacionadas à educação, também estão interligadas aos temas: água (falta de água nas escolas/qualidade inapropriada para consumo, mais recorrente na escola de Barra Nova Norte), estrada e transporte público (dificuldade de acesso por condições ruins da estrada e dos veículos) e desvalorização da cultura.

Os estudantes das Comunidades de Campo Grande e Barra Nova Sul, para finalizarem o segundo ciclo do Ensino Fundamental são transferidos para a escola da comunidade do Nativo (modalidade Educação do Campo) que abarca a valorização da cultura local no currículo escolar. Já os estudantes de Barra Nova Norte, normalmente, são matriculados nas escolas de Guriri. Para cursar o ensino médio, todos os jovens das comunidades precisam deixar a zona rural e se deslocarem para escolas da zona urbana. Essa condição, além de implicar em diversas demandas de acesso, também afeta na questão cultural, pois alguns acabam saindo da comunidade para morar em localidades mais próximas da escola, não conseguindo participar de outras atividades que faziam parte da manutenção da cultura. Outro ponto é o próprio currículo das escolas que não prevê o fortalecimento das manifestações culturais, continuação das tradições da comunidade e nem mesmo valoriza os saberes locais.

Outra demanda apontada foi a necessidade de as escolas locais inserirem atendimento à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que há interesse dos moradores em concluir os estudos, porém não possuem condições de estudar fora.

As escolas das Comunidades estão precisando de manutenção na estrutura do prédio (em Barra Nova Sul inclui a necessidade de ampliação do espaço), na vegetação do pátio e entorno, da troca dos equipamentos velhos e como já citado, abastecimento de água, que quando possível é suprida pela mobilização dos moradores que (quando podem) doam água para a escola.

Em Campo Grande, por falta de manutenção, o prédio da escola foi interditado e demolido, atualmente a escola está funcionando em local improvisado, fazendo-se necessário a construção de um novo prédio escolar para atender a Educação Infantil (ciclo I e II) e os anos iniciais do Ensino Fundamental, e como já citado, o EJA. Além de retornar à distribuição dos uniformes escolares para os alunos das três comunidades, conforme os padrões estabelecidos na condicionante anterior à vigente, inclusive para a comunidade de Campo Grande, com o slogan “o caranguejo do saber”.

Neste tema, os moradores indicam, como potencialidade, a disponibilidade dos moradores em ajudar na manutenção da escola, a presença de professores qualificados da comunidade que poderiam atuar no ensino do EJA e EMEIEF - Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Maria Francisca Nunes Coutinho da Comunidade do Nativo, que contempla a pedagogia do campo.

- Encaminhamentos das CDS

Como forma de enfrentamento dos problemas relativos ao transporte e mobilidade, as CDS buscaram compreender as competências e obrigações dos órgãos governamentais responsáveis por cada demanda. Assim, foram reivindicadas reuniões com o prefeito para que demandassem os procedimentos às instâncias responsáveis.

As CDS, em parceria com as Associações de moradores, realizaram um levantamento dentro das comunidades para diagnosticar a demanda relativa à implantação da Educação de Jovens e Adultos, a qual foi encaminhada para a Secretaria Municipal de Educação e para a Superintendência Estadual de Educação. A Secretaria de Educação propôs como solução a utilização da estrutura da escola de Barra Nova Norte. Porém, não poderia se comprometer com o transporte que demanda a travessia da foz do rio Mariricu. Ainda não há previsão para início das aulas de uma turma do EJA, mas o processo está tramitando.

Quanto à manutenção dos prédios das escolas, a Prefeitura ordenou serviços de manutenção, como limpeza do terreno e conserto de alguns equipamentos na escola de Barra Nova Norte. Para Barra Nova Sul, a prefeitura enviou uma equipe para realizar um mutirão de limpeza, mas não houve trocas da maioria dos equipamentos sem condições de funcionamento. No caso de Campo Grande, foi solicitado aos órgãos competentes a construção de uma nova escola para atender todas as crianças (do berçário ao Ensino Fundamental) e também atender os jovens e adultos que gostariam de retornar aos estudos.

As CDS também reivindicaram uniformes para os estudantes das comunidades bem como o direito de usar o slogan “caranguejo do saber”. Contudo, ainda não houve retorno da Prefeitura para essa demanda.

Além das atividades acima, as CDS participaram de diversos eventos na Escola no Nativo, por exemplo, nas audiências públicas itinerantes do Ministério Público realizadas em parceria com Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esses eventos visavam contribuir com a melhoria da qualidade de vida das comunidades do Território.

Saúde

- *Contexto:*

Os moradores mais velhos contam que antigamente o uso medicinal de plantas era muito comum entre as famílias e que essa prática ainda resiste nas comunidades. Contudo, informam que diversas espécies nativas medicinais já não são mais encontradas e que o processo de transmissão desses saberes para novas gerações já está se perdendo. Reclamam ainda da falta de valorização desses saberes nos espaços escolares.

No diagnóstico participativo, os moradores apontaram que não possuem atendimento médico regular nessas localidades. Em Barra Nova Sul, quando o médico realiza as visitas, o atendimento se dá em uma sala sem equipamentos básicos. Por vezes, precisam ir até outra comunidade para serem atendidos.

Assim, as comunidades destacam a necessidade da construção de um posto de saúde mais próximo, com equipamentos básicos de saúde e ambulância disponível para as comunidades de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul e Campo Grande, atendimento regular com médico duas vezes por mês e uma técnica de enfermagem três vezes por semana, além do acesso aos remédios e uma farmácia comunitária.

Foi ressaltado, como potencialidades, a disponibilidade de profissionais qualificados como técnicos de enfermagem residentes nas comunidades que poderiam ser contratados. Outro ponto, segundo o presidente da associação de Campo Grande, Adeci de Sena, é a informação dada pelo Secretário Municipal de Saúde de que a verba para a compra da ambulância e equipamentos já estava liberada, faltando solicitar a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) a entrega da ambulância e os equipamentos para o posto de saúde. A comunidade disponibiliza uma sala na sede da Associação, onde o profissional da saúde poderá utilizar para os atendimentos médicos. Além disso, a Comunidade de Campo Grande possui uma área destinada para a construção do novo posto de saúde.

A falta de comunicação entre a Secretaria Municipal de Saúde e a comunidade foi apontado como o fator que dificulta a solução do problema.

- Encaminhamentos das CDS:

Reunião com o Prefeito e Secretário de Saúde de São Mateus, onde foi esclarecido que os órgãos competentes estão avaliando, para Barra Nova Norte, a possibilidade de aumentar a presença de profissionais da saúde na comunidade, porém, foi adiantado que o posto de saúde responsável por Barra Nova Norte está localizado em Guriri;

Em acordo com os gestores municipais, a verba citada pelo presidente da Associação de Campo Grande (Adeci Sena), foi convertida de ambulância para a compra de quatro carros destinados à saúde, sendo que um desses ficou em Campo Grande para emergência e suporte ao atendimento médico também da Comunidade de Barra Nova Sul;

Participação nas reuniões em que ficou definida a disponibilização de uma ambulância (UTI Móvel) que fica na comunidade do Nativo, mas atenderá também as comunidades do entorno;

Barra Nova Sul fez encaminhamento de solicitação de aumento da presença de profissionais da saúde na comunidade e também uma melhor estruturação da sala na sede da Associação, onde ocorrem os atendimentos;

Acompanhamento das obras de manutenção da sede da Associação de Barra Nova Sul;

Apesar de não terem feito melhorias significativas, está ocorrendo na comunidade de Barra Nova Sul alguns atendimentos em unidades móveis (odontológicas);

Campo Grande: Os órgãos competentes estão avaliando a possibilidade de aumentar a presença de profissionais da saúde na comunidade. Enquanto não iniciam as obras do novo posto de saúde da comunidade, foi solicitado a manutenção na sede da Associação, onde é realizado o atendimento médico e será disponibilizado para as comunidades um veículo da prefeitura que ficará responsável pelo transporte de pessoas que precisam de algum tipo de atendimento;

A Secretaria de Saúde e os moradores da comunidade fizeram algumas reformas no Centro de Saúde antigo de Campo Grande e agora estão utilizando-o para os atendimentos, mas ainda não construíram uma unidade nova;

Participação na elaboração do Plano de Ação e Reparação da Saúde dos moradores quanto ao rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP em Mariana/MG em parceria com A Secretaria Municipal de Saúde, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Associações de Moradores, pontuando os impactos nas comunidades.

Segurança Pública:

- *Contexto:*

Os moradores das comunidades do setor pesqueiro afirmam que à medida em que pessoas de fora passaram a visitar, ou mesmo residir nas Comunidades, tornou-se necessário o policiamento diário, principalmente nas épocas de maior movimento turístico ou nos eventos que ocorrem na região. Contudo, a comunidade ainda não possui um acompanhamento regular da Polícia Militar. Afirmaram ainda que a justificativa dos gestores públicos para uma presença mais ostensiva das viaturas é o pequeno efetivo de militares atuando no município. Por outro lado, ressaltam que a Comunidade é pequena e fácil de ser monitorada e que os moradores se disponibilizam a custear a alimentação dos policiais enquanto estiverem na Comunidade, além da possibilidade de utilizarem a sede da Associação local como ponto de apoio.

- *Encaminhamentos das CDS:*

Reunião com a Prefeitura, Secretários e Associação para ver as possibilidades do aumento da segurança na comunidade;

Reuniões com representantes da Polícia Militar para cobertura nos eventos das comunidades;

Celebração de acordo com os órgãos de segurança pública para, que no próximo verão, sejam realizadas reuniões com as comunidades para elaboração de um plano estratégico referente tema.

Esporte e lazer

- *Contexto:*

Atualmente não existem locais com estruturas destinadas ao lazer e a prática de esportes na comunidade. Alguns moradores utilizam uma parte da praia para jogarem futebol. Porém, dependendo da maré e da dinâmica do rio os mesmos ficam impossibilitados de realizarem tal atividade. Existem apenas os campinhos de futebol improvisados em Barra Nova Sul e Campo Grande, dos quais a própria comunidade cuida e faz manutenção. Além disso, não há projetos que envolvam os jovens em atividades esportivas visando a complementação da educação escolar. Os moradores apontam como fator de dificuldade para a solução

do problema a falta de políticas públicas voltadas ao esporte na comunidade. Por outro lado, sinalizam como potencialidades as áreas disponíveis nas Comunidades que, com manutenção e adequação, serviriam para a realização de várias modalidades esportivas.

- Encaminhamentos das CDS:

Após o diagnóstico das demandas, foi realizada uma reunião na Prefeitura com o Secretariado para repasse das demandas ao Prefeito e aos Secretários Municipais para debaterem sobre possíveis encaminhamentos.

Em reunião com os órgãos responsáveis apresentamos a demanda de uma área de lazer para cada comunidade em áreas de propriedade pública. Barra Nova Sul não possui um espaço público adequado para a construção desta área. Porém, a comunidade informou que, com a areia que fosse dragada do rio, poderia ser utilizada para formar uma prainha no local onde está ocorrendo um processo de erosão, sendo esta área aproveitada para o lazer da comunidade. Com isso, foi solicitado visita dos órgãos de gestão ambiental para análise de viabilidade desse empreendimento. Porém, ainda não foram iniciadas a operação da dragobomba e, assim, não sabemos se poderemos concretizar essa ideia.

- Turismo:

Contexto:

As demandas apontadas nesse tópico também estão relacionadas aos temas Cultura, Lazer, Meio ambiente, Emprego e Transporte. A dependência do capital para suprir as necessidades das comunidades tradicionais se intensificou à medida que os projetos desenvolvimentistas foram ocupando o território, atualmente uma das estratégias da comunidade para gerar renda é o turismo. A partir dos seus saberes e fazeres tradicionais, relacionados à qualidade do ambiente e à condição de pesca, os moradores encontraram uma maneira de agregar valor ao turismo local, como por exemplo, o Festival do Caranguejo em Campo Grande, o Festival do Camarão em Barra Nova Sul e o Festival de Mariscos de Barra Nova Norte. Porém, devido aos impactos ambientais nos ecossistemas, além de gerar escassez dos recursos pesqueiros, as incertezas sobre a contaminação dos mesmos afastaram os consumidores, que desde 2015 passaram a evitar os pescados da região. Mais uma vez a Comunidade é forçada a se reinventar nos cenários de impactos socioambientais. Assim, esses festivais, que sempre representaram uma celebração à fartura dos recursos naturais, passaram a representar também espaços de luta e reivindicações, educação ambiental e debates sobre os impactos nos seus territórios, em especial na atividade de pesca e na segurança alimentar.

Outra demanda identificada nesse tópico foi a necessidade de ações de educação ambiental e placas informativas voltadas aos turistas com a finalidade de diminuir a quantidade de lixo gerado por eles, evitar a pesca ilegal, pois persiste a pesca de lazer sem respeito ao período de defeso e às especificações legais do pescado e outras. Ressaltaram ainda a necessidade de envolvimento dos órgãos municipais visando uma programação atrativa que fortaleça o ecoturismo e o turismo cultural. Os moradores também alertaram para a importância da contratação de salva-vidas (mínimo 6) rondando a praia e a beira do rio para garantir a segurança dos banhistas.

Outro fator indicado pelos moradores é a ausência de políticas públicas para esse setor. A falta de estrutura física e serviços para garantir a capacidade de suporte na Comunidade dificulta a busca pelo turismo sustentável. O Turismo Cultural e Sustentável foi indicado como potencialidade nas comunidades, com apoio e planejamento, as manifestações culturais, os recursos pesqueiros, o artesanato e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Barra Nova, podem ser transformados em atrativos turísticos, fortalecendo a geração de emprego na região. Além das riquezas naturais e paisagens atrativas, o conhecimento dos moradores quanto aos rios, mangues, estuário e demais pontos locais, são potencialidades para ações de educação ambiental junto a natureza com os visitantes.

- Encaminhamentos das CDS:

Após o diagnóstico das demandas, as CDS realizaram reunião com o Prefeito e os Secretários de Meio Ambiente e Turismo de São Mateus para apresentação do contexto e das sugestões de enfrentamento dos problemas.

As demandas relativas ao turismo foram apresentadas na Sessão Itinerante da Câmara de Vereadores de São Mateus;

Reunião com a vereadora Jaciara Teixeira para apresentação da proposta de elaboração de um Plano desenvolvimento de Turístico da região, com destaque para exploração da natureza e da cultura local na geração de renda (artesanato, conhecimento, turismo ecológico, entre outros);

Foi encaminhado à prefeitura e à secretaria de meio ambiente um relatório que trata dos problemas gerados pelo maior fluxo de turistas na comunidade. Ficou acordado que com a proximidade do verão, será elaborado, em conjunto com a comunidade, um plano de ação referente aos temas abordados;

Participação, com moradores, lideranças locais e membros da CDS de Barra Nova Sul e Campo Grande, em reunião, na prefeitura, sobre o edital da Renova;

Realização de oficinas para elaboração de projetos nas áreas de Cultura e Turismo voltados para participação nos editais da Secretaria de Estadual de Cultura;

Encaminhamento à Secretaria de Meio Ambiente de solicitação de ações de educação ambiental em todo o município de São Mateus, nas áreas pesqueiras, com atenção especial para a temática. Inclusive, sendo um dos pontos principais que deverão ser incluídos no Plano de Manejo da RDS de Barra Nova.

Emprego e renda

- *Contexto:*

As demandas desse tema se relacionam com a desvalorização da cultura tradicional, pois os moradores acreditam que seus modos de vida não são considerados como possibilidades de desenvolvimento local. É vidente o impacto das ações externas do desenvolvimento econômico nos recursos pesqueiros e, conseqüentemente, na renda das comunidades. Nesse aspecto, alguns buscam alternativas de renda na zona urbana ou no balneário de Guriri, onde essas oportunidades estão concentradas, gerando a necessidade de deslocamentos diários. Aqui, é relevante o fato de que as limitações são impostas também pelas péssimas condições das estradas e disponibilidade de transporte público.

Este cenário desenvolve nos jovens a percepção de que seu maior desafio é a conquista do primeiro emprego após concluírem o ensino médio, conforme ficou apurado nas entrevistas para o diagnóstico socioambiental. Com isso, o principal discurso para que as famílias apoiem a implantação de empreendimentos com alto potencial degradador/poluidor em seus territórios está na expectativa de geração de empregos. Contudo, alguns afirmam que as experiências anteriores, como no caso do Terminal Norte Capixaba/Transpetro, mostram que poucos moradores locais são contratados. No início, na fase de obras, há aumento na oferta de vagas, mas posteriormente, outros profissionais (que muitas vezes são de outras localidades) são quem de fato permanecem no quadro de funcionários da empresa, ocupando os cargos com salários mais elevados e de melhores condições de trabalho. Além disso, esses empreendimentos funcionam com automatizações que dispensam a contratação de maior contingente de mão-de-obra. Por outro lado, as empresas justificam que a falta de mão de obra qualificada é o empecilho para as contratações. O recente acesso aos cursos técnicos e acadêmicos ampliou as possibilidades de trabalho, porém, ainda assim moradores formados não estão

sendo considerados no preenchimento dessas vagas. Atualmente, a realidade que se observa é a redução de vagas pelos empreendimentos já instalados. Ou seja, não há garantia de que esses grandes projetos desenvolvimentistas garantam de fato a inclusão dos moradores no longo prazo. Diante disso, são comuns as narrativas de moradores afirmando que, nos processos de desenvolvimento, os moradores são excluídos dos benefícios ficando apenas com os passivos socioambientais.

Um elemento que apareceu com frequência nas narrativas dos moradores foi a notícia da implantação de empreendimento portuário de grandes proporções no litoral de São Mateus, próximo às comunidades de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul e Campo Grande. Os moradores relatam que há mais de 5 anos as mídias noticiam, frequentemente, sobre o possível empreendimento. Divulgam a respeito do início das obras e oportunidades de emprego para todos, porém essas notícias só contribuem para a geração de expectativas, especialmente entre os jovens. É comum nos noticiários a presença de políticos municipais, estaduais e federais anunciando prazos para o início das obras. Contudo, até o momento a empresa não possui licença ambiental para a implantação do Porto. Alguns moradores relatam que, em alguns casos, até mesmo lideranças comunitárias, que ao não repassar informações completas para as outras lideranças do entorno, buscam obter dividendos políticos do processo de desenvolvimento local.

Diante do histórico de geração de passivos socioambientais no território, os moradores apontam a necessidade de as empresas ofertarem cursos de capacitação e cursos profissionalizantes para os moradores, e que essas iniciativas sejam realizadas antes da instalação de novos empreendimentos, para que, de fato, sejam contemplados no quadro de funcionários. Ressaltaram ainda a necessidade de priorizar a divulgação dos processos seletivos dentro das comunidades, bem como a contratação de moradores das comunidades impactadas.

- *Encaminhamentos das CDS:*

Curso de capacitação (150 horas) voltado aos jovens do ensino médio, realizado pela equipe do Projeto Comunidade Participativa com apoio das CDS;

Reunião com o Secretário de Desenvolvimento e a Coordenadora do SINE de São Mateus para criação de canal informativo das vagas de emprego nos empreendimentos locais;

Reunião com a Transpetro e IEMA para avaliação das condicionantes do licenciamento ambiental que prevê a absorção de mão de obra local;

Reunião com a Secretária de Assistência Social visando debater estratégias para a geração de renda para famílias necessitadas nas comunidades;

Oficina com representantes da Secretaria de Desenvolvimento e do SINE de São Mateus na comunidade de Barra Nova Sul, apresentando as possibilidades de trabalho ofertadas por empresas e instituições. Eles ficaram à disposição dos moradores (principalmente aqueles que vivem diretamente ou indiretamente da pesca) para buscarem meios de geração de renda para a comunidade;

Contribuições na reunião sobre as condicionantes da Transpetro, entre as comunidades do entorno, representantes do empreendimento e do IEMA, tratando sobre a condicionante que prioriza a contratação de mão de obra local pelas empresas que atuam no TNC (Transpetro). A comunidade reclamou que a empresa não estaria obedecendo a determinação e também não estaria esclarecendo como concorrer às vagas. Houve uma melhoria na comunicação entre os envolvidos.

Reuniões entre CDS, Associações e moradores para debaterem sobre os impactos socioambientais da possível implantação do Porto de propriedade da empresa Petrocity;

Participação nas audiências públicas sobre o empreendimento Superporto São Mateus, sendo uma delas realizadas no Sesc São Mateus;

Participação em reuniões com a presença da Câmara de vereadores e responsáveis pelo Empreendimento para debater os possíveis impactos socioambientais do empreendimento Superporto São Mateus;

Elaboração de um documento com as reivindicações das comunidades quanto a possível instalação do porto;

Protocolo de documento no Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado - DPE, IEMA, ICMBIO, Prefeitura Municipal de São Mateus, Câmara de Vereadores visando garantir os direitos das comunidades em caso de implantação do Superporto São Mateus;

Reuniões entre lideranças das comunidades de São Miguel, Ferrugem, Nativo, Sítio Ponta, Gameleira, Barra Nova Norte, Barra Nova Sul, Campo Grande, Urussuquara e Barra Seca para debater os problemas quanto a instalação do porto na região.

Meio Ambiente/Impactos socioambientais:

- *Contexto:*

A região onde estão localizadas as comunidades de Campo Grande, Barra Nova Sul e Barra Nova Norte possui riquezas ambientais de extrema relevância, além de abrigar a única Unidade de Conservação de São Mateus, a Reserva de

Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Barra Nova. Contudo, as Unidades de Conservação, como um todo, são reconhecidas por grande parte dos moradores dos seus entornos como empecilho para as atividades de caça e pesca, e isso não é diferente nas comunidades de Barra Nova.

De acordo com os relatos dos moradores, as informações acerca das pesquisas referentes ao rompimento da barragem da Samarco em MG e seus efeitos sobre os recursos naturais não apresentam transparência nos processos. Afirmam que as pesquisas de monitoramento socioambiental não incluem a participação dos moradores e que suas dúvidas e inseguranças não são sanadas. A situação é agravada pela falta de diálogo e pelo distanciamento dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental. A comunidade indicou as seguintes questões como demandas socioambientais: projetos de educação ambiental para os turistas em Barra Nova Norte e Barra Nova Sul; instalação de placas educativas para amenizar o impacto causados pelos visitantes, além de programas que incluam os moradores no monitoramento da qualidade da água e dos pescados.

O óleo arrastado pelas correntes marinhas até as praias do litoral norte do Espírito Santo, em 2019, causou impactos socioambientais nas comunidades do setor pesqueiro. A ocorrência mobilizou os moradores, bem como equipes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Marinha, da Prefeitura Municipal de São Mateus, de professores, técnicos e alunos da Universidade Federal do Espírito Santo, do ICMBIO/Centro Tamar Guriri, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), e do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). O Projeto Comunidade Participativa desempenhou papel relevante ao colocar sua estrutura e potencial de mobilização junto das comunidades, permitindo com que atuassem de forma colaborativa com os órgãos oficiais.

- *Encaminhamentos das CDS.*

Realização de oficina de formação voltada as CDS sobre Unidades de Conservação com foco na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Barra Nova;

Realização de reuniões com a Fundação Renova visando inserir a RDS Barra Nova no plano de reparação socioambiental dos impactos da lama de rejeito da mineração da Samarco;

Em reunião com o setor de relacionamento social da Fundação Renova, o responsável ficou de ver a possibilidade de apresentação de todos os projetos que estão sendo realizados na região, principalmente na área ambiental.

Realização de reunião com os responsáveis (Fundação Renova) pelo monitoramento da qualidade da água, com a presença de representantes de 10 comunidades para que fosse feita a apresentação da equipe técnica responsável pelo monitoramento da água e seus trabalhos. O estudo foi muito questionado, reprovado e não aceito pelos moradores.

Reunião com moradores e lideranças de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul, Barra Seca e Urussuquara para informar sobre as características do óleo e seu potencial poluidor;

Mobilização e capacitação da comunidade acadêmica da Ufes – Campus São Mateus para o enfrentamento da crise gerada pelo derramamento do óleo;

Estabelecimento de parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Mateus para enfrentamento da crise do óleo;

Contribuições nos eventos de capacitação de pessoal para enfrentamento da crise do óleo nos municípios de Linhares, São Mateus e Conceição da Barra;

Participação na elaboração do plano de ação para atuação de voluntários da UFES;

Elaboração e criação de um perfil no Instagram para divulgação de informações seguras sobre a ocorrência do óleo nas praias do norte do Espírito Santo;

Realização de campanha para arrecadação de materiais de EPI para enfrentamento da crise do óleo e repasse de materiais de EPI (botas, luvas, bonés, protetor solar) para moradores capacitados de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul e voluntários da UFES para enfrentamento da crise do óleo;

Coleta dos fragmentos de óleo para análise;

Elaboração e execução de estratégias, junto aos pescadores locais, para contenção do óleo, evitando atingir os rios e manguezais;

Desenvolvimento de uma campanha de Educomunicação em parceria com a comunidade acadêmica para esclarecimentos junto à sociedade em geral sobre os riscos socioambientais do contato com o óleo nas praias do litoral norte do Espírito Santo.

Fundação Renova:

- *Contexto:*

A Fundação Renova vem atuando nas comunidades desde o segundo semestre de 2016. Foi criada com a missão de reconstruir, restaurar e reparar todos

os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão (de responsabilidade das empresas Samarco, Vale e BHP Billington), ocorrido no dia 5 de novembro de 2015. Suas ações buscam o desenvolvimento social, econômico e ambiental das regiões impactadas. Porém, apesar desse descritivo, os moradores ressaltam que o próprio modo operante da Renova gera impactos nas comunidades, pois enfraquece a participação dos moradores nas discussões para tomadas de decisões, já que se sentem amedrontados por expor opiniões ou participarem de ações que possam interferir no processo de recebimento da indenização/auxílio. Devido às falsas informações sobre os direitos e deveres da comunidade e da falta de esclarecimentos e transparência dos critérios e processos de responsabilidade da Renova, os conflitos entre os moradores se agravam.

Em 2019, a maioria dos moradores de Barra Nova Norte e parte dos moradores de Barra Nova Sul e Campo Grande ainda não haviam recebido a indenização e auxílio emergencial referente ao rompimento da barragem. Os moradores relatam que a Fundação Renova não mantém diálogo aberto com a comunidade a fim de explicar a situação atual dos pagamentos.

Outro problema grave está no conjunto de casos de moradores que, logo após o recebimento das indenizações, receberam notificação para pagamento de serviços advocatícios, muitas vezes de profissionais que os moradores não conheciam e que nunca prestaram assessoria individual, ou, também, que informaram em reuniões que o assessoramento era gratuito. Essas cobranças chegaram, em alguns casos, a 50% do valor da indenização. Em outras situações ocorreu a cobrança por um total de até 4 advogados diferentes. Essas ocorrências denunciam o assédio que esses moradores vêm experimentando em função de seus direitos junto à Fundação Renova.

- Encaminhamentos das CDS

Inicialmente foi realizado um mapeamento dos moradores das comunidades que ainda não receberam nenhum auxílio financeiro da Fundação Renova. Além disso, as CDS auxiliaram as lideranças na elaboração de ofícios que foram entregues para o Prefeito Municipal de Baixo Guandu-MG que apresentaria os registros na reunião do Comitê Interfederativo – CIF da Fundação Renova, em Brasília. A lista foi encaminhada também para o Ministério Público Federal do Trabalho, CIF, MPF e Defensoria Pública. Como resultado dessas ações, alguns moradores tiveram sua condição de atingido e diversos moradores que constavam na lista receberam pelo menos um auxílio da empresa.

Visando dar maior agilidade no processo de indenização das comunidades, as CDS acompanharam o processo de contratação de uma

Assessoria técnica para atuar nas comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP em Mariana/MG. Apesar da justiça ter homologado a contratação da Assessoria, isso ainda não foi efetivado.

Covid-19

- Contexto:

No mês de fevereiro de 2020 o Brasil apresentava mais de dois mil casos confirmados de COVID-19. Em março, após a confirmação de mais de 600 pessoas contagiadas pelo vírus, o governo do Estado do Espírito Santo, passou a seguir as orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS e do Ministério da Saúde. Como medida oficial, o governo estadual baixou os Decretos N° 4597-R de 16/03/2020 e N° 4605-R 20/03/20120 visando reduzir a mobilidade social e os eventos que resultem em aglomerações. Essas medidas também foram adotadas pelas prefeituras em todos os municípios do Estado por meio de decretos municipais.

- *Encaminhamentos das CDS*

Diante desse cenário, o Projeto Comunidade Participativa suspendeu as atividades que envolviam contato com o público e adaptou as ações de formação e assessoramento às Comunidades, buscando prestar informações, esclarecimentos e combatendo às *fake news* relacionadas ao Coronavírus por meio das redes sociais e grupos do WhatsApp, dos quais moradores das Comunidades fazem parte. Posteriormente, as CDS foram assessoradas para auxiliar os moradores (via telefone) no cadastramento para solicitação do Auxílio Emergencial do Governo, em especial, os moradores que não tinham acesso à internet.

Visto que as dificuldades financeiras dos moradores se agravaram, impossibilitando algumas famílias de proverem sustento alimentar, as CDS das Comunidades localizadas no município de São Mateus e de Conceição da Barra levantaram como demanda o apoio à campanha “A solidariedade constrói Direitos e salva Vidas!” promovida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no estado do Espírito Santo, cujo objetivo foi a arrecadação de cestas básicas. Assim, o Projeto Comunidade Participativa atuou em parceria com o MAB, Prefeitura Municipal de São Mateus, ICMBio/Centro Tamar Guriri, UFES e Associações de Moradores na organização e entrega de kits com mantimentos e material de limpeza, seguindo os devidos cuidados e recomendações para evitar contágio do vírus, como uso de máscaras, luvas, higienização dos produtos e das mãos. Além disso, as CDS participaram de uma campanha de arrecadação de doações dos servidores da Petrobras visando à compra de cestas básicas e kits de

higiene para famílias em situação de risco nas comunidades pesqueiras. Foram entregues mais de 500 cestas básicas e as campanhas ainda estão ativas para arrecadação e distribuição.

Cultura:

- Contexto:

Os moradores apontam que a falta de políticas públicas e investimentos voltados para cultura local contribui para o enfraquecimento desses grupos, assim, algumas tradições foram se perdendo com o tempo e outras, que ainda resistem, não são valorizadas. O fato da religião não aceitar as tradições da comunidade também desfavorece as iniciativas locais. Nessas circunstâncias, muitas vezes os moradores se sentem desmotivados.

A comunidade aponta que em eventos e festejos culturais aparecem políticos que nunca apoiaram a comunidade (ou nem mesmo visitaram) e se utilizam da festa como palanque, tentando aproveitar da situação, fazendo promessas que não são cumpridas. Ainda assim alguns grupos culturais resistem e seguem ativos nas comunidades.

As comunidades apontam como potencialidades, nesse tema, os saberes tradicionais e as memórias dos moradores mais antigos, além das lideranças comunitárias que atuam valorizando a tradicionalidade local. Ambos podem motivar os mais novos a compreender a sua própria história.

- *Encaminhamentos das CDS:*

Reuniões com o Prefeito e Secretários da Prefeitura Municipal;

Reunião sobre o edital da Renova na Prefeitura com moradores, lideranças locais e membros da CDS de Barra Nova Sul e Campo Grande;

Reuniões e oficinas com o representante da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) na região norte do ES, onde o mesmo auxiliou e informou as comunidades sobre os meios possíveis de se receber verbas por parte do Estado para a valorização da cultura local;

Oficinas de elaboração de projetos voltadas aos editais da SECULT e da RENOVA objetivando acesso aos recursos destinados a projetos culturais;

A Comunidade de Campo Grande foi contemplada com um projeto aprovado no edital da Renova;

Atuação dos estagiários do Projeto Comunidade Participativa nas reuniões, oficinas de projetos, entrevistas e gravações com moradores locais;

Atuação da CDS na organização e realização do 19º Festival do Caranguejo (Figura 03);

Reuniões com a Secretária Municipal de Cultura na comunidade, mas ainda não tivemos um retorno concreto;

A comunidade, juntamente com o Projeto Comunidade Participativa, conseguiu resgatar a Procissão Marítima de Nossa Senhora dos Navegantes (Barra Nova Norte), que há muito tempo não era realizada na região;

Foi apresentado ao Prefeito e Secretários de São Mateus, a real situação do município com a cultura tradicional da comunidade, infelizmente não existe um acompanhamento da Secretaria de Cultura juntamente com a comunidade e nem mesmo o reconhecimento e valorização dos mesmos. Com essa problemática, o Prefeito disponibilizou recursos para a realização de eventos culturais em várias comunidades, mas ainda não é suficiente;

Assessoramentos na elaboração de projetos que visam o fortalecimento da cultura local, juntamente com o representante da SECULT;

A comunidade conseguiu aprovar um projeto no edital da Renova 2020;

Participação de eventos culturais em outras comunidades.



Figura 3. Atuação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável de Campo Grande durante o 19º Festival do Caranguejo.

Energia elétrica:

- Contexto:

As Comunidades de Barra Nova Norte e Barra Nova Sul apontaram nos diagnósticos participativos que ocorre falta de energia com frequência nas Comunidades e, ainda, a energia chega fraca, ocasionando perdas de materiais, produtos originados da pesca e trazendo prejuízos. Os moradores também apontam a necessidade de manutenção dos postes com iluminação pública, pois há várias lâmpadas queimadas, além da ampliação da rede.

- Encaminhamentos das CDS:

Para enfrentamento do problema foi realizada uma reunião com o Secretário Municipal de Obras de São Mateus para apresentação das demandas das comunidades. Foram realizados ainda contatos com a empresa responsável pelo fornecimento de energia para apresentação das demandas das comunidades e apontamento de solução conjunta. Com isso, ocorreram a troca das lâmpadas queimadas, troca de postes e cabeamento, além de um acordado entre as comunidades e a Secretaria de Obras, ficando esta responsável pelo estudo de viabilidade de ampliação da rede. Em Barra Nova Sul um plano de extensão de rede elétrica para a comunidade foi aprovado e será realizado pela Prefeitura. Este também, foi encaminhado para a concessionária, sendo ela responsável pelo aumento da voltagem da rede.

Participação, união e liderança:

- Contexto:

Os moradores de Barra Nova Norte e Barra Nova Sul apontam que ainda há pouca participação dos moradores na luta pela busca de melhorias da comunidade. Alguns fatores como religião, falta do auxílio financeiro para alguns moradores, disputa entre associações e colônias e assistencialismo político afetam as ações que tentam unir os moradores e dificultam a atuação das Associações locais. Ressaltam ainda que a busca pelas indenizações da Fundação Renova (já citados aqui) também potencializam os conflitos na medida em que a Renova realiza o acerto com alguns moradores que, sabidamente, não são pescadores, enquanto não reconhece os pescadores legítimos. Citam, por exemplo, que mulheres marisqueiras que tiveram suas atividades afetadas são categorizadas pela Fundação como “lavadeiras”, gerando um sentimento de desigualdade e de injustiça. Os impasses relacionados às especulações sobre o empreendimento da Petrocity também são potencializadores de conflitos. Porém, esse quadro de desalento no enfrentamento dos problemas, durante o período de atuação do Projeto Comunidade houve aumento na quantidade de pessoas e na frequência em

reuniões, mesmo que tímida, mas que aponta o interesse de parte dos moradores na busca de melhorias para todos.

Em Barra Nova Norte os moradores indicaram no diagnóstico participativo a necessidade de uma nova eleição para a diretoria da Associação de Moradores, afirmando que o então presidente não era mais reconhecido como representante da comunidade por grande parte dos moradores. Essa situação foi um fator gerador de conflitos na comunidade, pois não há um acordo comum sobre um representante para a diretoria da Associação.

Ainda nesse tópico, os moradores indicaram no plano de ação, como potencialidade, o surgimento de novas lideranças a partir do início do Projeto Comunidade Participativa e o envolvimento dos jovens nas atividades.

- Encaminhamentos das CDS:

Realização de reuniões com os moradores, inclusive com os pescadores, para debater o fortalecimento da participação nas lutas pelos direitos das comunidades do Setor Pesqueiro;

Reuniões com os moradores, Associação e CDS, para tratar da eleição da Associação e a criação de um grupo para fazer parte de uma das chapas para concorrer a direção da entidade nas comunidades de Barra Norte e Barra Nova Sul;

Apoio dos membros da CDS nos trabalhos da Associação da comunidade e sua inserção na diretoria das entidades;

Mediação na realização de uma eleição. Uma nova diretoria assumiu a Associação da comunidade e conta com a ajuda da diretoria anterior.

Saneamento básico

Contexto:

Nos diagnósticos participativos de Barra Nova Sul e Campo Grande a falta de saneamento básico foi apontada pelos moradores como um problema importante. Assim, os moradores se utilizam de fossas e demonstram preocupação com os impactos que essa forma de destinação dos dejetos podem gerar na qualidade do ambiente, especialmente na água. Como potencialidade, os moradores apontam que o tamanho da população pode ser um facilitador na implantação de uma estrutura de coleta e tratamento de esgoto.

As comunidades de Barra Nova Norte e Barra Nova Sul apontam nos diagnósticos participativos a baixa frequência com que o caminhão de coleta de lixo passa nas comunidades. Conseqüentemente, o lixo nas ruas, somado à falta de

saneamento básico, gera outros problemas relacionados à saúde pública, resultando em um ambiente propício para diversas doenças como: hanseníase, dengue e outras. Reforçam ainda que a produção e acúmulo do lixo se torna um problema mais grave na temporada de verão com a presença dos turistas.

- *Encaminhamentos das CDS:*

Foi realizada uma reunião com o Prefeito, Secretário de Obras e com o Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). O Prefeito autorizou e pediu estudos de viabilidade técnica de estações de tratamentos. Porém, o diretor do SAAE afirmou que essa é uma demanda de diversos bairros e comunidades de São Mateus e ainda não será possível atender a todos.

Quanto à limpeza pública, foi realizada uma reunião com secretários municipais e com o servidor público responsável pela limpeza pública na comunidade para apresentação da demanda. Em acordo, ficou estabelecido que a questão da coleta do lixo seria inserida no plano de ação referente ao verão e o aumento do fluxo de turistas na região. Foi de grande importância a conversa com o profissional de limpeza pública que atua na região, pois esse é morador da comunidade e conhece a situação. Ele relatou detalhadamente os problemas e também possíveis soluções. Após as reuniões a Prefeitura cumpriu o acordo e já disponibilizou um contêiner para a destinação correta do lixo e o recolhimento está sendo feito uma vez por semana.

Avanço da maré/Erosão

- *Contexto:*

A região de Barra Nova vem sofrendo com a erosão causada pelo avanço da maré. Devido ao assoreamento do rio Maricicu alguns pontos da Comunidade estão seriamente comprometidos, causando danos materiais e perdas de casas. O caso ganhou ampla repercussão e, com isso, a prefeitura e o Estado, em um primeiro momento, se fizeram presentes, mas sem muitas ações concretas.

Devido aos constantes fechamento da foz do rio Maricicu, as comunidades de Barra Nova Sul e Norte foram contempladas com uma dragobomba³³, resultado de uma compensação ambiental dos impactos socioambientais da Petrobras nas comunidades. Essa máquina poderia ser utilizada para conter a erosão por meio da retirada de areia e aprofundamento dos canais. Contudo, faltam recursos técnicos e profissionais para a manutenção e operação da dragobomba. A Prefeitura tem prestado auxílio por meio da compra de peças e combustível. Os moradores, CDS e Associação, fizeram alguns mutirões para

³³ Dragobomba é uma máquina que suga areia do fundo do rio.

concertar o equipamento, porém ainda faltam recursos para começar a dragagem e aliviar o processo erosivo que também afeta a comunidade. A Prefeitura realizou uma operação de contenção, contudo, não foi suficiente para contenção do processo erosivo.

- Encaminhamentos das CDS

Realizou-se reunião com a Prefeitura e Secretários para busca de auxílio da Prefeitura na compra de peças e combustível para a dragobomba;

CDS e Associação fizeram mutirões para concertar o equipamento;

CDS e Associação fizeram reuniões com a assessoria de um senador para busca de apoio. Contudo, as promessas de apoio não foram concretizadas.

Demandas e encaminhamentos no setor das comunidades quilombolas – SETOR 2

Acesso/qualidade da água

- Contexto:

A história da Planície Costeira do Rio Doce nos convida a repensar sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades nos dias de hoje. Chega a ser inacreditável que as famílias de um território alagado, onde “os rios eram as estradas”, enfrentem a escassez da água.

As demandas apontadas nos planos de ação das três comunidades quilombolas (Palmito, Linharinho e Santana), participantes do Projeto, apontaram a falta e qualidade da água como problema urgente.

Na comunidade de Palmito, os moradores indicaram que não há tratamento da água e que a mesma chega às suas casas com aspecto barrento. Informaram que não há um poço artesiano para atender à comunidade. As casas são dotadas de poços (cacimbas) em seus quintais, o que quer dizer que existe o recurso em seu lençol freático. Eles relatam, ainda, que são inúmeras as dificuldades na busca pelo acesso à água de qualidade. Para eles, o principal empecilho é o descaso do poder público local, mas, admitem que a dificuldade de união para reivindicar por seus direitos também contribui muito para o quadro em que se encontra essa demanda. Embora o descaso público, por eles mesmos relatados, enxergam as leis vigentes (Federal, Estadual e Municipal) como potencialidades.

Em Santana, a comunidade de Porto Grande informou que não tem água encanada e que a água da cacimba é imprópria para consumo. Mas, se a solução é a perfuração de poço artesiano, os moradores não enxergam fatores que

dificultam, já que a comunidade está localizada na beira do Rio Cricaré, permitindo-os entender que o lençol freático está bem próximo da superfície.

Em Linharinho os moradores relataram que a falta de água na Escola e na Igreja afetam no rendimento de atividades da comunidade, por exemplo, nas atividades escolares. Acreditam que o atendimento pode-se dar por um poço artesiano local. Já existe um local selecionado onde a FUNASA realizou uma análise, porém a prefeitura ainda não requereu licença ambiental junto ao IEMA.

- Encaminhamentos das CDS

Realizou-se reunião na Prefeitura de Conceição da Barra, com participação da CDS; do Vice-Prefeito, Jônias; do Secretário de Infraestrutura Fagner, de Adilson Vasconcelos, representante do Legislativo; e do Sr. Francisco, Gerente de Habitação e Convênios, para regularização do abastecimento de água. Segundo relato da equipe da Escola, na semana seguinte, a caixa d'água passou a ser abastecida regularmente.

Saneamento Básico

- Contexto:

Na comunidade de Palmito existe uma rede de esgoto inacabada, porém, a parte concluída não está conectada em nenhum sistema de tratamento, uma vez que a estação de tratamento se encontra em obras e embargada.

- Encaminhamentos das CDS

Realizou-se reunião com o secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Jaguaré, Luciano Laquini, para apresentação do Projeto e do plano de ação.

Realizou-se reunião com a Prefeitura de Jaguaré, momento em que foi apresentado à comunidade o projeto piloto da rede e da estação de tratamento de Esgoto.

Realizou-se reunião com o secretário de Meio Ambiente de Jaguaré para cobrar esclarecimento sobre a paralisação e andamento da obra.

Realizou-se reunião com a Secretaria de Meio Ambiente visando orientação e esclarecimento sobre a ligação das redes domésticas à rede coletora.

Documentação/demarcação de terras/reconhecimento como Comunidade Tradicional

- Contexto:

Os imóveis da Comunidade do Palmito não estão garantidos por escritura. Alguns moradores contam apenas com recibos de compra e venda. Existe um

conflito de interesses com a Eco 101, que quer desapropriar os moradores. Exige que eles cedam seus terrenos para a União.

A Demarcação das terras do Linharinho ainda não saiu. Existe uma lentidão no andamento do processo. Um problema recente tem afligido os moradores, já que após o corte do eucalipto nos arredores da comunidade várias áreas que estão em processo judiciário para posse do território Quilombola foram invadidas por grupos de pessoas vindas de outros municípios. Isso exigiu mobilização da comunidade para a proteção das suas terras. Diante da ausência do Estado nessa mais nova questão, a comunidade se vê sozinha na proteção do seu território.

- Encaminhamentos das CDS

Os encaminhamentos para resolver as situações da comunidade de Linharinho foram iniciadas. Assim, INCRA, IDAF e Ministério Público foram acionados para tomar as devidas providências.

Programou-se uma reunião com a Profa. Dra. Simone Raquel Batista, da Universidade Federal do Espírito Santo, com o objetivo de esclarecimento e alinhamento sobre como a comunidade deve proceder para cobrar resposta aos órgãos competentes sobre o andamento da demarcação da terra.

Constituiu-se uma procuração, com anuência dos moradores, que dá autorização a um profissional da advocacia para representar juridicamente a Comunidade na ação de invasão das terras do Território Quilombola.

A CDS participou da formação, com Natan Santana, sobre o Território Sapê do Norte e a declaração de Santana como Quilombo, intitulada pelo IPHAN.

Articulou-se uma reunião com o coordenador da Comissão Quilombola Sapê do Norte e a pesquisadora Simone Raquel Batista Ferreira, a qual acompanhou todo o processo de titulação das comunidades do Sapê do Norte em 2003.

Trabalho e Renda

- Contexto:

Os moradores da comunidade do Palmito alegaram que não tem empresa para utilizar a mão de obra local qualificada. Alegam, ainda, que falta incentivo e parceiros para impulsionar propostas de geração de emprego e renda. Existem pessoas interessadas em empreender, todavia não são capacitadas para o empreendedorismo e/ou cooperativismo.

Existe um projeto elaborado e voltado para a formação de uma cooperativa de mulheres, cujo objetivo é produzir produtos para vender dentro e fora da comunidade. Falta uma assessoria para a melhoria e adequação do projeto.

A comunidade de Santana alegou que não há novos setores de geração de emprego. Segundo os moradores as empresas locais estão saturadas. Acreditam que capacitações e políticas públicas na área do turismo podem ajudar a resolver esse problema.

A comunidade se considera turística por estar próxima da cidade de Conceição da Barra, e acredita que sua História e Cultura são suas maiores potencialidades para fomentar o setor.

- Encaminhamentos das CDS

Reunião com o representante da SECULT -Secretaria do Estado da Cultura, para tratar sobre os editais do Fundo Estadual da Cultura.

Assessoramentos na elaboração de projetos que visam o fortalecimento da cultura local, juntamente com o representante da SECULT;

Degradação Meio Ambiente

- Contexto:

O quadro ambiental relatado pelas comunidades é de degradação intensa das nascentes, dos rios e córregos, bem como dos manguezais.

Na declaração dos moradores, várias situações trazem, já por longo tempo, profundos incômodos e aflições para as comunidades. Os desmatamentos que buscam espécies nativas consideradas “madeiras nobres”, por exemplo, a peroba, e a visível falta de fiscalização são exemplos claros. O extermínio das jaqueiras antigas também marca pressão, pois muitas delas são, do ponto de vista arqueológico ou antropológico, ecofatos ou biofatos³⁴, verdadeiros marcadores culturais muito importantes nas regiões onde ocorrem litígios territoriais.

A massiva presença das monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar, pertencentes a grandes corporações empresariais, também parece incomodar os moradores locais. Em suas palavras, diante do quadro histórico de litígios territoriais, sentem-se quotidianamente sob pressão dessas grandes corporações.

A mais recente preocupação é a contaminação dos seus ambientes costeiros e marinho pela pluma de lama originada dos rejeitos da mineração da

³⁴ Ver Nota de Rodapé 1, no Capítulo 2 da Seção 1.

Samarco que desceram pela calha do Rio Doce até o oceano, alcançando seus territórios.

- Encaminhamentos das CDS

Realizou-se aula prática de Agrofloresta na Comunidade do Córrego Angélica com os alunos do Curso “Agentes de Desenvolvimento Socioambiental”. Foram parceiros os moradores Sidilei e Welton, os quais já desenvolvem esse modelo de produção em suas propriedades.

Transporte público

- Contexto:

Os moradores da Comunidade de Linharinho questionaram que não existiu divulgação da realização de reunião para tratar do asfaltamento da Rodovia ES 010, no trecho que liga a Comunidade de Santana à Vila de Itaúnas, o qual atravessa o Território Quilombola, precisamente na área sede da comunidade. Relataram que isso impediria que conhecessem, previamente, os impactos da obra e do funcionamento da rodovia (pós-obra) sobre a comunidade. Por fim, entenderam que essa falta de comunicação e transparência representa um descaso dos responsáveis pela obra (DER, IEMA, JL Construtora) para com a comunidade.

A Comunidade de Santana se sente prejudicada pelo sistema de transporte público do Município de Conceição da Barra. Alegam que o transporte que faz a linha do bairro, não entra no Antônio Lopes e no Areal e não vai até o trevo que dá acesso para Itaúnas. Reclamam, ainda, da inexistência de abrigos nos locais de embarque-desembarque. Os moradores não veem dificuldades para a solução do problema, pois, segundo eles a linha que já faz o bairro pode atender àquelas áreas, uma vez que até as suas ruas já tem calçamento.

- Encaminhamentos das CDS

Foram realizadas duas reuniões entre a Comunidade de Linharinho e um representante do IEMA. O objetivo foi discutir o processo de licenciamento da obra de asfaltamento da Rodovia ES010. Em seguida foi solicitada vista do processo na sede do IEMA, em Vitória, momento em que foram protocoladas naquele órgão, por um servidor do Parque Estadual de Itaúnas, as atas referentes às reuniões.

Realização de reunião entre o Projeto Comunidade Participativa, a CDS, o DER (Departamento de Estrada e Rodagem) e a empresa JL Construtora. No momento foi entregue o ofício solicitando uma reunião entre moradores e responsáveis pela obra do asfalto (DER, IEMA, JL Construtora) na comunidade

de Linharinho. O órgão respondeu que iria marcar a reunião para breve. Dias depois a comunidade protocolou ofício no DER, onde propunha a data de 25/09/2019 para essa reunião. Segundo os moradores, após isso foram feitas várias cobranças e indicação de novas datas, porém nunca obtiveram resposta positiva do órgão.

Realizou-se uma reunião na sede da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra para tratar do problema de transporte público na Comunidade de Santana, onde estiveram presentes a CDS; o Vice-Prefeito, Sr. Jônias; o Secretário de Infraestrutura, Sr. Fagner; o representante do Legislativo, Sr. Adilson Vasconcelos; o Gerente de Habitação e Convênios, Sr. Francisco. Dando seguimento ao discutido na reunião, a comunidade protocolou ofício na prefeitura solicitando a execução das demandas.

Saúde

- *Contexto:*

Os moradores da Comunidade do Palmito declararam que para buscar atendimento médico na sede do município, precisam ir até o Bairro Água Limpa e aproveitar o carro que faz o transporte dos pacientes. Esse carro, além de ir somente até o Bairro Água Limpa, tem como regra, estabelecida pelo gestor da saúde no município, o horário de 3 horas da manhã para partir rumo à sede. Além disso, esse mesmo carro é utilizado por várias outras comunidades da região. Ainda segundo os moradores, a Secretaria de Saúde já realizou uma busca dos pacientes dentro da comunidade para entender a demanda, mas não atende porque alega falta de verba. A distância até Água Limpa é de apenas 3km, pouco para a prefeitura, mas, muito para os moradores que precisam sair de madrugada em busca de atendimento médico justamente num horário que não dispõe de transporte coletivo.

Outro aspecto relatado pelos moradores é a falta de remédio no Posto de Saúde do Bairro Palmito já por dois anos. Outro ponto negativo da unidade básica é que o médico de atendimento à Saúde da Família não chega no horário certo, não olha direito, tampouco avalia o paciente. Diante das dificuldades e da demanda, acreditam na necessidade de se contratar outro médico, já que a unidade básica tem como potencialidade a estrutura disponível.

A Comunidade do Palmito identificou duas situações consideradas como casos de saúde pública. A primeira está relacionada ao grande número de jovens e adolescentes usuários de drogas. A segunda diz respeito à uma infestação por caramujos africanos que, diante da quantidade de terrenos baldios e sujos, encontram a condição ideal para a proliferação.

Para a Comunidade do Palmito, não existem fatores que dificultem a solução desses problemas. Todavia, admite que as pessoas não colaboram, pois, ao ver as coisas erradas acontecendo, sequer denunciam. Admite, ainda, que sobra descaso das autoridades e que faltam pessoas que façam projetos, pessoas que abracem a causa da comunidade.

A comunidade apontou como potencialidades a existência de espaço na sede da Associação de Moradores do Palmito. Segundo moradores, esse espaço deve ser aproveitado para realização de - oficinas e cursos, cabendo às Secretarias de Saúde, de Assistência Social, Presidente da Associação e vereadores tomar atitudes.

Segundo os moradores do Bairro Palmito, a Vigilância Sanitária do município é a verdadeira potencialidade para se dar solução ao problema da infestação do caramujo africano.

No Linharinho os moradores alegaram não ter nenhum atendimento do setor de saúde dentro da comunidade. O atendimento se dá em outra comunidade, porém, a quantidade de ‘fichas’ destinadas às pessoas de Linharinho é insuficiente, sendo comum a pessoa se dirigir até o local em busca de consulta e voltar sem ter recebido o atendimento médico devido. Alegam, ainda, que falta mais dedicação da agente de saúde.

A Comunidade de Linharinho apontou que tem espaço físico suficiente para atender essa demanda de saúde, apontado isso como uma potencialidade para ajuda na solução do problema.

A Comunidade de Santana apontou problemas de saúde pública que afligem às famílias, citando o uso de drogas e a gravidez na adolescência como os principais. Apontou, ainda, a infestação de mosquitos, e aproveitou para reclamar do “sumiço” do “carro do fumacê”, que está ausente da comunidade já por dois anos, e declararam como potencialidade a posse que a prefeitura já tem de um “carro do fumacê”.

A Comunidade de Santana relatou que o sistema público de saúde é precário. Que existe muita demora na marcação de consultas.

A Comunidade de Santana lembrou que a Secretaria de Saúde já desenvolve a Semana da Prevenção da Gravidez na Adolescência. Os moradores enxergaram essa atividade como potencialidade, indicando que poderia ser aproveitada para fazer ações nas escolas.

- Encaminhamentos das CDS

Realizou-se reunião com o Secretário de Saúde do Município de Jaguaré, Sr. Jair Sandrine, onde foi entregue um abaixo assinado com 126 assinaturas dos moradores reivindicando atendimento às demandas. No mesmo momento, o secretário respondeu que não iria poder atender a demanda solicitada pela comunidade, pois a secretária havia sido notificada pelo ministério Público por atender reivindicação somente do Bairro Palmito.

Realizou-se, na Escola Deolinda Lage, na Comunidade de Santana, uma intervenção com a atuação do Ator Luan Damásio, com a personagem da Dona Hermínia, onde foi abordado o tema “gravidez na adolescência, racismo e o *bullying*”.

Foi solicitada, mediante reunião com o vereador Adilson Vasconcelos, o atendimento da demanda relativa à infestação de mosquitos no Bairro Santana, que foi atendida com a passagem do “carro do fumacê” na comunidade.

Em outra ocasião de reunião com a CDS da Comunidade de Santana, os membros presentes pediram que enviasse novamente o pedido do “carro do fumacê”. O documento foi protocolado no setor de protocolos da prefeitura, e a demanda foi atendida na semana seguinte, conforme informação dada pela Sra. Rosa, membra da CDS.

Realizou-se eventos de Educação Ambiental na Casa da Acolhida de Santana, cujas atividades tiveram como foco os temas: “Respeito, autoconfiança, *bullying* e natureza”.

Educação

- *Contexto:*

A Comunidade do Palmito relatou diversas situações agravantes na oferta de serviços referentes à Educação, cujo déficit compromete no rendimento da comunidade. O primeiro relato tratou da precariedade da estrutura física das escolas; em segundo, alegaram que embora exista alguma oferta de cursos de capacitação, falta divulgação dentro da comunidade e que não existe uma distribuição específica das vagas para as comunidades de cada distrito de Jaguaré, fazendo com que as vagas fiquem mais restritas aos moradores da sede do município.

A Comunidade do Palmito deseja o EJA (Educação de Jovens e Adultos) para aqueles que querem retomar os estudos. Enxergam no CRAS, na Secretaria de Educação e na mão de obra qualificada suas únicas potencialidades para solução do problema.

A Comunidade de Linharinho também apontou algumas demandas na Educação. Deixaram claro, em tom de insatisfação, que as crianças de 3 a 5 anos levantam as 5h30 da manhã para pegar o transporte, as 6h00, e frequentar escola em Santana. Indicaram, ainda, que já fizeram um levantamento sobre a necessidade de turmas e salas para estudantes do 6º ao 9º ano e, também, para atender os jovens e adultos que, por motivos diversos e particulares, abandonaram os estudos, mas que têm intenção de retomá-los pelo EJA. Mas, quanto ao EJA, a comunidade sabe que essa é uma demanda que deve ser atendida pelo Governo do Estado.

Em todas essas situações apresentadas, os moradores de Linharinho não viram fatores que dificultassem ou impedissem a solução das demandas. No entendimento deles, a existência de espaço físico (estrutura) e de educadores formados, ambos da comunidade, são potencialidades que contribuem para a solução do problema, cabendo aos gestores públicos tomar a contrapartida.

- Encaminhamentos das CDS

A CDS Palmito realizou reunião com a Secretaria de Educação do município para discutir as demandas. A demanda relacionada à precariedade das estruturas foi retirada da pauta e do plano de ação, pois a prefeitura já havia executado obras de melhoria nas escolas.

Realizou-se reunião entre a Equipe do projeto, a CDS Linharinho e a equipe pedagógica da Secretária de Educação, porém, apenas dois servidores da Educação compareceram.

Realizou-se reunião com a Secretária de Educação do Município de Conceição da Barra, Sra. Ivana Machado, e a Gerente Pedagógica, Sra. Sandra Rocha. No momento, além de tratar da questão dos estudantes sob responsabilidade do município, discutiu-se, novamente, sobre as demandas EJA e água.

A equipe de campo do projeto Comunidade Participativa realizou, dentro da Comunidade de Linharinho, novo levantamento dos alunos interessados em cursar o EJA, e encaminhou o resultado via e-mail para a Secretária de Educação do município.

A Secretaria de Educação do Município de Conceição da Barra, em resposta às solicitações apresentadas acima, afirmou e justificou a impossibilidade de atender as demandas de formação das turmas de 03 a 5 anos e do EJA. Esse parecer foi apresentado em reunião para toda a Comunidade de Linharinho.

Regularização de associações de moradores

- *Contexto:*

A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Palmito estava com a autorização de alvará desatualizada. A falta de atualização impedia que a associação emitisse notas fiscais.

A Associação do Córrego Angélica, embora com sede própria, estava inativa, precisando de alterações no estatuto, atas e eleição de uma nova diretoria, pois, além de os associados não contribuir, o presidente não era atuante. A associação já dispunha de um advogado constituído para encaminhamento dos documentos.

- *Encaminhamentos das CDS*

Protocolou-se, na Prefeitura Municipal de Jaguaré, o pedido de Alvará de Funcionamento da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Palmito.

O tesoureiro e a presidente da Associação do Córrego Angélica foram encaminhados para uma consulta na Receita Federal. Após o pagamento dos documentos, os membros deram baixa na Associação e se associaram a Associação Comunitária de Porto Grande.

Energia elétrica/Iluminação pública

- *Contexto:*

Os moradores da Comunidade do Palmito apontaram que o bairro tem uma iluminação pública precária, com muitos postes sem lâmpadas. Todavia, reconheceram que alguns moradores contribuem, com atos de vandalismo, para o agravamento dessa situação.

Pavimentação de ruas

- *Contexto:*

Os moradores da Comunidade do Palmito relataram que várias ruas estão com suas pavimentações inacabadas.

Setor bancário – Ponto de atendimento para pagamento de contas

- *Contexto:*

Os moradores da Comunidade do Palmito não têm onde pagar suas contas, tendo muitas vezes que ir até a sede do município de Jaguaré para resolver problemas do tipo. Apontaram a existência de comércios com estrutura suficiente para atender essa demanda.

Segurança pública/Segurança do pedestre

- *Contexto:*

Os moradores da Comunidade do Palmito relataram a falta de policiamento na comunidade. Relataram, ainda, a insegurança e riscos de atropelamentos e outros acidentes na BR101 e na “Estrada do Óleo”. Segundo eles, muitas carretas passam nessas rodovias justamente no horário em que os estudantes fazem o caminho casa-escola-casa. Disseram ainda que, caso se concretize o porto em Urussuquara, vai aumentar o fluxo de veículos, principalmente os veículos pesados, aumento os riscos de acidentes e outros transtornos para a comunidade. Diante da falta de consciência de motoristas e das empresas proprietárias das carretas e outros veículos pesados, sugeriram para o 3º BPM, lotado em São Mateus, a instalação de câmeras de monitoramento dentro do perímetro da comunidade.

Cemitério

- *Contexto:*

A Comunidade do Palmito não tem local para fazer o sepultamento dos seus mortos. Esse serviço é feito na sede do município. Os moradores relataram que foi doado um terreno para tal fim, porém, esse não possui registro no cartório de imóveis, o que impede a ação da prefeitura. Lembraram, ainda, que o próprio Distrito de Palmito não é uma área registrada.

Lazer / Cultura / Editais e Projetos

- *Contexto:*

A Comunidade do Palmito relatou a inexistência de eventos dessas naturezas. Entre as causas, apontaram a falta de organização dos moradores locais e a não inclusão da comunidade no calendário de eventos da própria prefeitura. Apontaram como potencialidades o calendário de festas do município de Jaguaré e o fato de que a Comunidade do Palmito já participou diretamente, em épocas passadas, realizando atividades dentro desse calendário. Apontam, ainda, que um diálogo mais efetivo entre as instituições (Prefeitura, Secretaria de Turismo e Cultura, comércios locais e associação de moradores) pode contribuir para atender essa demanda.

- *Encaminhamentos das CDS*

Realizou-se reunião da CDS e o representante da SECULT - Secretária do Estado da Cultura, para apresentação e conhecimento dos editais promovidos pela SECULT em favor da sociedade capixaba e que deveria ser aproveitado pela Comunidade do Palmito.

Realizou-se reunião de assessoramentos à CDS para planejamento dos projetos a serem submetidos aos editais da SECULT 2019, resultando na elaboração de dois projetos.

Através da oficina de elaboração de projetos para os editais da SECULT, o projeto elaborado pelo morador Valentim Pereira foi selecionado para o edital 16/2019, representando a temática Valorização à Diversidade Capixaba. A equipe, juntamente com o Seu Valentim, enviou os documentos para fins de comprovação a SECULT.

Através da oficina de elaboração de projetos para os editais da SECULT, o projeto elaborado pela moradora Benedita Cassiano foi selecionado para receber o PRÊMIO “Mestre Armojo do Folclore Capixaba – edição 2019”.

Limpeza pública

- *Contexto:*

Os moradores da Comunidade de Linharinho relataram que o carro que recolhe o lixo tem datas de atendimento incompatíveis com as necessidades da comunidade. Alegaram que o tempo entre uma recolha e outra é muito longo, chegando até mais de um mês de intervalo. Com isso os *bags* ficam cheios, atraindo animais. Relataram, ainda, que o setor responsável não se comunica com a comunidade e que não tem um cronograma definido para o serviço na comunidade.

- *Encaminhamentos das CDS*

Solicitou-se à Secretaria de Meio Ambiente uma organização do serviço, já que ele existia. O recolhimento do lixo foi normalizado, conforme informado pela CDs.

Regularização do Bloco de produtores rurais

- *Contexto:*

Devida à falta de transporte os produtores rurais da Comunidade de Linharinho tinham dificuldades para regularizar os documentos para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do Governo Federal. A regularização exigia dos produtores o deslocamento para bairros distantes, como Braço do Rio, bem como ir para o município de São Mateus.

- *Encaminhamentos das CDS*

A equipe do Comunidade Participativa e a CDS Linharinho foram à sede do Núcleo de Atendimento ao Agricultor, em Braço do Rio, para reconhecimento do problema e buscar orientações sobre o funcionamento do programa e suas exigências. Num segundo momento a equipe, juntamente da CDS, foi no cartório, em Conceição da Barra, onde se deu a autenticação dos documentos. Por fim, deu-se entrada na Receita Estadual.

Pandemia da Covid-19

- *Contexto:*

O isolamento social causado pela pandemia da Covid-19 prejudicou a renda de muitas famílias nas três comunidades (Palmito, Santana e Linharinho), afetando principalmente a alimentação. Nem todos os moradores foram atendidos pelas respectivas prefeituras para o recebimento de cestas básicas durante o isolamento social, deixando-as em situação de risco alimentar.

Devido ao surto da Pandemia, a Prefeitura de Conceição da Barra decretou o isolamento social, suspendeu a circulação do transporte público e a suspensão das aulas presenciais. Diante da falta de transporte escolar, de rede de internet, de telefone, e frente às distâncias das residências dos alunos, o repasse das atividades escolares foi seriamente prejudicado.

- *Encaminhamentos das CDS*

Em apoio às comunidades e ao esforço de setores da sociedade, o Projeto Comunidade Participativa e seus parceiros trabalharam na arrecadação de cestas básicas para os moradores não atendidos pelas prefeituras nessas comunidades.

Por meio de doações de outros projetos da UFES e de funcionários da PETROBRAS, o Projeto Comunidade Participativa pôde realizar doações de cestas básicas aos moradores ainda sem atenção nas três comunidades.

A CDS, juntamente da equipe do Projeto, realizou um momento de solidariedade na Comunidade do Palmito para ajudar moradores afetados pela pandemia. O momento de solidariedade contou com doações de sabão líquido produzido pelo Programa “Ufes Sustentável” na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus São Mateus, além de doação de roupas, roupas de cama, sapatos, livros e jogos infantis. Também foi realizado a exposição "Homem e Natureza na Planície Quaternária do Rio Doce" como devolutiva sobre as atividades realizadas na Comunidade pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS).

Com apoio do Projeto Comunidade Participativa, a técnica de campo Lady Diana e a Professora Genilda, tomando todos os cuidados, realizaram a entrega das atividades escolares de casa em casa, atendendo àquela demanda da educação na Comunidade de Linharino.

O Projeto Comunidade Participativa buscou no laboratório de química da Universidade Federal do Espírito Santo-CEUNES, 20 litros de sabão líquido, e na comunidade quilombola São Domingos 8 cestas básicas sendo entregues na comunidade quilombola de Porto Grande.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério das Cidades. *Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento*. - Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.100 p.
- DIEGUES, A. C. - *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. 169p.
- ERRANTE, A. - *Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar*. História da educação, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista - *Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES*. 2009. 522 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- ROZARIO, Ezinete Moreira do; TEIXEIRA, Claudineia da Cunha; SILVA, Erica Duarte; TEIXEIRA, Marcos da Cunha - *A Relação Homem-Natureza nas Comunidades Tradicionais da Ilha de Guriri-ES: Subsídios à Educação Ambiental*. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2018.
- RUSCHEINSKY, Aloísio - *A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental*. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental Pesquisa e Desafios**. Porto Alegre: Artmed, p. 135-148, 2005.
- SOUZA, Lucas Barbosa; CHAVEIRO, Eguimar Felício - *Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins*. Sociedade & Natureza, v. 31, n. 1, p.1-26, 2019.
- TEIXEIRA, Claudineia da Cunha - *A Reorganização da Beira-mar: Os Diferentes Modos de Uso e Ocupação no Norte do Espírito Santo*. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

CAPÍTULO 4

AS (RE)EXISTÊNCIAS DAS COMUNIDADES NA PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE: contribuições do Projeto Comunidade Participativa

**Marcos da Cunha Teixeira
Flora Zauli Novaes
Ezinete Moreira do Rozário
Rômulo Araújo Primo
Lady Diana Souto Campos de São José
Poliana Domingos Mariano
Ana Paula Agrizzi
Luiza Helena Montovaneli
Mariana de Camargo Bitencourt Ritto
Arthur Praxedes**

É inegável que na atualidade estamos vivenciando os efeitos do processo de globalização que provoca mudanças avassaladoras nos modos de vida nos mais diversos recantos do Planeta. Diante desse processo de globalização, ainda faz sentido propor a formação de lideranças a partir da ideia de identidade do sujeito com sua comunidade? Que aspectos devem perpassar a discussão acerca da relação entre vida na comunidade e território no contexto dos impactos socioambientais na Planície Costeira do Rio Doce? De que forma o Projeto Comunidade Participativa contribui com essa discussão? Diante dessa força transformadora da globalização, essas são algumas das questões que desafiam os objetivos do Projeto Comunidade Participativa.

Conforme visto anteriormente, o sociólogo e filósofo Zigmunt Bauman (2003), em sua obra “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, entende a comunidade como espaço de (re)existência e identidade. Foi nessa perspectiva que o Projeto Comunidade Participativa balizou seu processo de formação, cuja característica foi, por meio do estudo dos problemas socioambientais de suas comunidades e do território da Planície Costeira do Rio Doce, envolver os sujeitos na ação. O que se buscou nesse processo formativo foi (1) reforçar o espírito da vida comunitária como forma de resistência aos ataques da globalização e (2) qualificar a luta pelos direitos das comunidades. No entanto, torna-se necessário avaliar o caminho percorrido. Nesse sentido, com objetivo de construir elementos que contribuíssem para a identificação de indicadores sobre a contribuição do projeto para essas categorias, foi aplicado um questionário aos 30 membros das CDS que desenvolveram o plano de trabalho em suas comunidades.

A partir das questões citadas acima, tomamos como referência os discursos dos membros das CDS e dos estudantes do ensino médio que atuaram no Projeto, especialmente das relações que os mesmos experimentaram em suas comunidades a partir das vivências no projeto, para refletirmos sobre as atitudes necessárias à vida em comunidade e, ao mesmo tempo, avaliar as contribuições da educação ambiental desenvolvida pelo Projeto Comunidade Participativa para vencer esses desafios.

A comunidade exige identidade e pertencimento ao local

Precisa-se trabalhar no sentido de despertar nos moradores a **identidade com o local, o seu pertencimento** e sua contribuição para sua comunidade (Participante 5).

Nesse discurso de um dos membros da CDS aparecem três termos que merecem uma análise mais cuidadosa: lugar, identidade e pertencimento. O termo

“lugar” parece esgotar em si mesmo, pois, o censo comum contenta-se com a ideia de um espaço qualquer. No entanto, para a geografia esse termo é objeto de muitos debates e distante de um consenso. Contudo, o discurso acima traz implícito uma atmosfera de afeto vinculado à ideia de lugar, posto que evoca a ideia de identidade e pertencimento, corroborando a afirmação de Tuan (1975) de que o lugar traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos que racionais e objetivos. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, onde houve um profundo envolvimento afetivo com o local para adquirir tal pertencimento (STANISKI; KUNDLATSCH; PIREHOWSKI; 2014). Assim, quando o membro da CDS afirma a necessidade de despertar nos moradores sua identidade e seu pertencimento, entende-se que está implícita a ideia de despertar as memórias afetivas que ele acredita existir em cada morador, fruto das experiências vividas na comunidade. A ações do Projeto também contribuíram para esse despertar: “Sim, através do projeto descobri coisas valiosas sobre minha comunidade” (Participante 6).

Ações de resgate dessas memórias se fazem necessárias, uma vez que os moradores das comunidades estão cada vez mais expostos às sedutoras propostas da vida globalizada, encaixando-se no sistema. Muitos já estão na vida corrida do dia a dia, do modo urbano da modernidade e, encaixados no sistema, entram no modo automático de sobrevivência. Nessa vida pautada no individualismo e na competitividade, distanciam-se de suas raízes e dos valores da vida em comunidade. Com suas vidas engendradas no modelo capitalista hegemônico, as relações comunitárias são fragilizadas e, conseqüentemente, as relações com o lugar ao qual pertencem também, produzindo assim o desenraizamento com o coletivo, momento em que perdem suas referências culturais e suas identidades. Nas comunidades em que atuamos, esse processo é flagrante, sobretudo entre os jovens. Contudo, não se trata de negar aos moradores dessas comunidades o acesso aos benefícios da modernidade conquistados pela humanidade, mas de impedir o espistemicídio histórico imposto pelo modelo colonialista que extermina as memórias bioculturais.

As experiências vivenciadas a partir dos espaços construídos pelo Projeto Comunidade Participativa permitiu constatar a existência de uma percepção dos moradores de que a (re)construção desses sentimentos de identidade e pertencimento à comunidade deve ser mediado por processos de acesso ao conhecimento:

Eu falo por mim, sempre quis colocar em prática os estudos, teorias. Mas a nossa realidade local é bem difícil (Participante 7).

A partir do momento que o projeto contribuiu para meu acesso à formação, me tornou mais empoderado. Por exemplo, pude entender a geografia e a história da região e os direitos da terra quilombola (Participante 8).

Estes discursos estão fortemente impregnados da ideia de empoderamento e do desejo de apropriação do conhecimento. Horochovski e Meirelles (2014) explicam que, numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão.

Com certeza. Fez com que eu me tornasse uma cidadã mais ativa diante da minha comunidade e diante de certas autoridades, também. Aprendi que tudo exige um tempo, mas que dentro desse tempo é possível recorrer às autoridades maiores, levando até eles nossas necessidades e mostrá-los que é possível sim resolver (Participante 25).

[...] me auxiliando nas minhas atividades escolares, me auxiliou a concorrer no edital do mestrado, o qual fui aprovada (Participante 12).

No entanto, esse acesso ao conhecimento não é tarefa que se dá automaticamente. Muitas vezes esses sujeitos estão em desvantagem política e dificilmente conseguem acessar seus direitos espontaneamente. Assim, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2014).

A comunidade exige liderança e gestão

O Projeto Comunidade participativa. Me ajudou a me organizar melhor como liderança e a buscar estabelecer prioridades em prol da nossa comunidade (Participante 4).

O conceito de liderança apareceu em diversos discursos dos membros das CDS no processo de avaliação final do projeto. Ficou evidente que prevalece entre os moradores o reconhecimento da importância das figuras das lideranças como elemento crucial nas lutas pelos direitos da comunidade. Pinheiro e Borges (2012, p. 83) explica que

para uma comunidade ter voz e vez, é preciso que seja organizada. [...]. Quando a liderança surge de modo espontâneo, pelas qualidades

do líder, o processo funciona bem. Quando, no entanto, o líder se insinua ou se impõe, esse processo fica mais complicado.

O que se verificou é que, em várias comunidades parceiras do Projeto, o processo de legitimação de lideranças se estabelece naturalmente à medida que se dá o enfrentamento dos problemas coletivos. Contudo, em algumas comunidades esse processo também está vinculado ao legado de uma família, havendo casos em que a liderança atravessa gerações. Em alguns casos essas lideranças não reúnem conhecimentos que os ajudem a trilhar os caminhos impostos pelas burocracias que se colocam no caminho de busca pelos direitos.

O projeto me trouxe conhecimentos relevantes em relação a alguns direitos da comunidade, além de auxiliar na organização da mesma (Participante 3).

Nesses casos, o Projeto Comunidade Participativa proporcionou “orientação e capacitação aos líderes para melhor desenvolver seus trabalhos junto aos órgãos públicos” (Participante 4). No entanto, não bastava auxiliar as lideranças constituídas no processo de aprimoramento. As experiências vividas nas comunidades deixaram evidente a preocupação com “a formação de novas lideranças comprometidas com as necessidades e com os valores locais” (Participante 12). Além disso, a mobilização revelou que há nas comunidades pessoas com desejo de contribuir nos processos: “Gostaria muito de contribuir mais para o desenvolvimento da comunidade, ajudando no seu crescimento”. (Participante 5).

Diante dessas demandas, uma das principais estratégias utilizadas pelo Projeto foi a elevação das lideranças locais à condição de formadores com objetivo de socializarem, por meio de rodas de conversas, com os jovens das CDS e do Curso de formação de agentes socioambientais, toda a sua trajetória de vida e os fatores que levaram e os legitimaram como lideranças. Embora o processo de formação tenha se cercado de atividades pedagógicas amplamente utilizadas nos meios formais de educação, não restou dúvida de que essa participação das lideranças foi bastante significativa pois “conseguiu fazer o engajamento do grupo nos problemas da comunidade e formação das lideranças e dos jovens” (Participante 5).

A comunidade exige participação

Vou continuar trabalhando para conscientizar de que juntos somos mais fortes, que as decisões não são tomadas por uma só pessoa, mas no coletivo, com a participação de todos. (Participante 4).

Um dos principais problemas detectados nos diagnósticos socioambientais realizados nas comunidades foram as queixas das lideranças quanto à falta de participação dos moradores nas ações das associações. Este problema foi pautado nos planos de ação das CDS de todas as comunidades e, portanto, foram discutidas formas de mobilização dos moradores visando ampliar o número de participantes das reuniões das associações. Contudo, o objetivo principal foi proporcionar aos membros das CDS condições para que se sentissem capazes de contribuir com as demandas das Associações de suas comunidades. Os impactos do projeto se fazem notar nos discursos dos membros das CDS quando perguntamos aos mesmos quais mudanças o Projeto promoveu nas suas relações com a comunidade, alguns dos quais estão apresentados a seguir:

No meu caso, acrescentou muito no sentido de me aproximar dos problemas existentes na comunidade e pude participar dos debates, dos diálogos para entender e dar solução (Participante 5).

É lutar pela melhoria da nossa comunidade e a minha atuação será correr atrás de algo de bom pra comunidade (Participante 2).

Vou trabalhar para reunir a comunidade e buscar coisas melhores para o futuro da nossa comunidade como estrada, mais cursos (Participante 7).

Minha comunidade é totalmente diferente do que era antes do projeto. Hoje, penso em alguma forma de ajudar minha comunidade a resolver seus problemas (Estudante 5).

Quero ajudar e passar todos os conhecimentos que adquiri no curso, quero despertar mais jovens para nossa história, quero me aprofundar sobre os interesses da comunidade e ajudar em tudo que for preciso (Estudante 6).

A educação ambiental, em sua vertente crítica, assume uma postura mais ampla que perpassa pela educação para a cidadania, consolida a ideia de sujeitos atuantes na luta pelos direitos sociais e pela qualidade de vida; nos auxilia a pensarmos em soluções criativas, motivadoras e pacíficas do ponto de vista da cultura de paz (QUEIROZ E SANTOS, 2016). O Projeto Comunidade Participativa atua de forma a criar evidências de que o desenvolvimento comunitário se faz sentir a partir do fato de que a concretização da resistência só pode ser dar através de um amplo processo democrático. Esse processo, por seu turno, deve ampliar as possibilidades de decisão, comportar a criação de uma ética coletiva do homem e permitir a formulação de novos paradigmas acerca da relação homem-meio ambiente (CARVALHO, 2006, p. 178). Portanto, a autonomia do sujeito frente a vida comunitária não se completa sem sua participação nas decisões que visam o desenvolvimento de sua comunidade. Por isso, consideramos que a

participação dos moradores em todas as fases de um projeto de educação ambiental crítica é a mola propulsora do mesmo, pois é no movimento de participação que se dá a formação individual e coletiva e, concomitantemente, se faz a (re)existência.

Com o intuito de nos orientar sobre de que participação estamos falando, buscamos em Gorh (2004, p. 24) os pressupostos gerais que sustentam o que vislumbramos:

- a. Uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados;
- b. Não se muda a sociedade apenas com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade;
- c. É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região [...];
- d. É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida da população, como as escolas, os postos de saúde etc.

Gohr (2004), apoiado em Putman (1997) ressalta a importância do capital social gerado a partir dos laços da autoconfiança, frutos, por sua vez, da participação na vida comunitária. A autora defende que o capital social é o ingrediente necessário para a produção das forças emancipatórias responsáveis pelas mudanças e transformação social, pois gera solidariedade e coesão social. Mas, adverte Gorh (2004, p. 24)

o poder local de uma comunidade não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.

Sendo assim, projetos como o Comunidade Participativa é de grande relevância, pois, ao contribuir com o processo de participação, também contribui para a geração de capital social no nível local.

A comunidade exige solidariedade

O projeto Comunidade Participativa abriu um leque sobre a importância de se viver em comunidade e também sobre a necessidade de se olhar os mais vulneráveis (Participante 9).

Este discurso selecionado para representar o clima de cuidado praticado pelas CDS no desenvolvimento dos planos de ação nos faz retornar às reflexões de Bauman (2003) sobre seu conceito de comunidade enquanto espaço de resistência. Bauman problematiza que, na vida, cada vez mais globalizada, “nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo” (p. 133). Após longa análise sobre os tipos de comunidades e sobre as possibilidades de sua (re)existência, Bauman (2003) conclui que diante das forças que insistem em nos distanciar dos princípios e valores das comunidades originárias, a única forma de buscarmos o controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida só pode ser obtido coletivamente. Assim, as ações do Projeto buscaram atuar no fortalecimento desse princípio, o que foi prontamente percebido pelos Membros das CDS:

Vejo que sim, pois estávamos um pouco desunidos, agora eu percebo que alguns momentos foram bons para podermos ver que a gente tem que se unir mais (Participante, 15).

Embora afirme que a vida em comunidade é pautada na relação inversamente proporcional entre segurança e liberdade, Bauman (2003) conclui que “se vier a existir uma comunidade [...] precisa ser tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo” (p. 134). Esse sentimento ficou evidenciado entre os participantes do Projeto Comunidade Participativa ao final das ações:

O projeto nos acrescentou valores, e nos tornou mais humanos e mais sensíveis às necessidades do próximo. Um aprendizado de valor inestimável que levarei comigo para o resto de minha vida (Estudante 6).

A minha expectativa de futuro é ajudar as pessoas, não pensar só em mim, pensar em todos (Participante 15).

A comunidade exige viver com a natureza

Sabemos que meio ambiente é uma referência fundamental no processo da luta do território quilombola, pois mostra a realidade do quilombo e é nessa realidade que vamos ressignificar os nossos saberes e fazeres tradicionais (Participante 12).

Cada cultura local interage com seu próprio ecossistema local e com a combinação das paisagens e as respectivas biodiversidades nelas contidas, de forma que o resultado é uma ampla e complexa gama de interações finas e específicas (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015). Essas interações são facilmente percebidas quando entramos em contato com o universo das

comunidades parceiras do Projeto Comunidade Participativa. O discurso acima, proferido por uma representante da Comunidade Quilombola de Linharinho, deixa evidente a força da relação homem-natureza, refletida nos fazeres tradicionais da comunidade. As ações do projeto buscaram valorizar e reforçar esse princípio base da vida em comunidade e esteve presente em diversos momentos do percurso vivenciado pelos participantes do Projeto:

Entendi que precisamos estar em sintonia entre nós, na comunidade e lembrar que precisamos do meio ambiente e que ele retribui, e muito. (Participante 9).

Sim, a partir das aulas teóricas e práticas pude ter uma nova visão sobre a vida socioambiental, mostrando a importância da preservação e do monitoramento da fauna e flora nas comunidades (Estudante 4).

Os discursos dos moradores das comunidades também estão carregados de lamentos e protestos pela perda da biodiversidade local – “Sabemos que meio ambiente é uma referência fundamental no processo da luta do território [...]”. Conforme visto anteriormente, os ambientes naturais dos territórios tradicionais da Planície Costeira do Rio Doce têm sofrido intensos ataques dos processos de desenvolvimento econômico, especialmente a partir da segunda metade do século XX, comprometendo a manutenção dos saberes e fazeres tradicionais. Contudo, paralelamente aos processos de degradação, a Planície Costeira também foi impactada pelas políticas públicas de conservação da natureza.

Diegues (2000) entende que a conservação é frequentemente definida somente em seus aspectos técnicos e científicos, sem inseri-la nas teorias mais amplas relativas aos estudos das relações entre os humanos e a natureza. Visando ampliar o entendimento dos moradores sobre seus direitos e as formas de conservação da biodiversidade de seus territórios, uma das ações foi promover o “Entendimento do que são as unidades de conservação e área de preservação, para sabermos qual a melhor para atender as diversas necessidades das nossas comunidades” (Participante 4). Aqui, destaca-se que as comunidades participantes do Projeto, exceto Palmito, tem, em seus territórios, unidades de conservação. Em São Mateus as comunidades de Barra Nova Norte, Barra Nova Sul e Campo Grande tem em seu território a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS de Barra Nova) criada para garantir a conservação do manguezal e do rio. Em Conceição da Barra as Comunidades de Linharinho e de Santana tem, em seus limites, o Parque Estadual de Itaúnas (PEI) e a Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra (APA da Barra), respectivamente. Muitas vezes, essas políticas de conservação da natureza, paradoxalmente, promovem conflitos entre as

comunidades e os órgãos governamentais de gestão do meio ambiente, pois restringe o acesso dessas comunidades à biodiversidade em seus próprios territórios. Nesse sentido, as ações de formação desenvolvidas pelo Projeto incorporaram o conceito de “justiça ambiental” que, para Acselrad, Mello e Bezerra (2009) implica o direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas, respeitando as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades.

A comunidade exige reflexão sobre gênero

Fortalecer as lutas das mulheres e tentar levar a elas o valor do seu empoderamento para que possam atuar com autonomia em suas ações nas demandas que poderão surgir na comunidade (Participante 12).

Uma das principais colaborações dos debates sobre gênero é o reconhecimento de que essa também é mais uma relação baseada no exercício do poder, o que requisita a identificação dos históricos e desiguais papéis conferidos a homens e mulheres na sociedade (LUSA, 2012). Nesse sentido, o discurso de uma mulher membro da CDS da comunidade de Palmito traz em suas entrelinhas todo um histórico de luta feminina pela conquista de autonomia das mulheres do campo. Quando a participante do projeto afirma que o projeto contribui para “Fortalecer as lutas das mulheres” está implícita a afirmação de que ao proporcionar uma formação baseada na compreensão dos processos sociopolíticos, o Projeto Comunidade Participativa conduz as mulheres a serem protagonistas das transformações em suas comunidades. Esta ideia está explicitada nas palavras “valor do seu empoderamento” e “autonomia em suas ações”.

Em um viés feminista, pode-se dizer que é através do empoderamento que as mulheres produzem força para exigir novas relações, tornando-se protagonistas das suas próprias histórias (GREGORI, 2017, p. 49). Nesse sentido, destaca-se que, dos 32 membros das CDS, 26 são mulheres, o que demonstra todo um movimento feminino na busca pelo exercício do papel de lideranças. Antes mesmo das contribuições das atividades do projeto para esse movimento, podemos afirmar que nessas comunidades já havia começado o que chamamos de “primavera feminina”, uma vez que as mulheres vêm ocupando as funções de representantes legitimamente eleitas para ocuparem a função de presidentas das associações de moradores ou outra organização similar. Talvez, uma das maiores contribuições do Projeto Comunidade Participativa para a continuidade dessa luta tenha sido promover espaços de formação e reflexão com as jovens estudantes

sobre “como a política faz parte de nossas vidas e como é importante discutir sobre ela e o empoderamento feminino e mulheres na política” (Estudante 6). Uma questão importante nesse processo é que, ao se constituírem lideranças em suas comunidades, as mulheres ampliam seu olhar sobre a causa feminina e se colocam como agente da luta pelos direitos da mulher, como se pode perceber no seguinte discurso: “Vou lutar por um projeto que possa gerar empregos, principalmente para as mulheres da nossa comunidade” (Participante 6).

Dessa forma, as mulheres vão buscando ocupar os espaços de exercício de poder em suas comunidades, lugares tradicionalmente delegados ao masculino e que ainda persiste em pleno século XXI.

A comunidade exige tradição

Esta foi, sem dúvida alguma, a demanda mais representativa apresentada pelas CDS em todas as comunidades. Nesse sentido, cita-se, por exemplo, o caso da Festa em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes, de Barra Nova Norte. Devido às dificuldades da Comunidade em atender às exigências legais junto aos órgãos públicos para a procissão de barcos, atividade mais significativa da festa, essa tradição estava praticamente se perdendo na comunidade. Contudo, por meio da ação conjunta dos membros da CDS do Projeto e dos moradores locais, os entraves foram vencidos e a festa foi realizada após 10 anos de paralização.

Merece registro ainda o fato de que as comunidades tradicionais, embora apresentem traços culturais riquíssimos e diversos atores detentores desses saberes e memórias, não conseguem participar da captação dos recursos disponibilizados para a área da cultura por meio das chamadas públicas. Apesar dos esforços, o que notamos foram diversas limitações na elaboração para atender as exigências legais dos editais governamentais, bem como para a elaboração de projetos. Para iniciar um processo de mudança dessa realidade, o Projeto Comunidade Participativa estabeleceu duas ações básicas: (1) parceria com o escritório regional da Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo para realização de oficinas de detalhamento dos editais e (2) capacitação dos membros das CDS pela equipe do Projeto, para elaboração de projetos e submissão aos editais do Fundo Estadual da Cultura. O resultado foi a aprovação de 4 projetos dentro do Edital SECULT 2019.

Referencias

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A. & BEZERRA, Gustavo das N. - *O Que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 160 p.

BEZERRA DA SILVA, Cícero; VARGAS, Maria Augusta Mundim - *Viver entre margens: sentidos de ser ribeirinho sertanejo no baixo São Francisco*. **Geosaberes**: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 10, núm. 22, 2019 Universidade Federal do Ceará, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552860312016>.

DIEGUES, Antônio Carlos - *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume, 2000.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle - *Problematizando o conceito de empoderamento*. Anais do II Seminário Nacional, **Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC, Florianópolis, Brasil 2007.

LUSA, Mailiz Garibotti - *Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais*. **Revista Gênero**. Niterói, v.13, n.1, p. 93-107, 2012.

MENDES, Jeisa Flores; ALMEIDA, Maria Geralda de - *Identidade, Lugar e Território nas Representações do Sertão da Ressaca – Babia*. **Geonordeste**, ano XX, n.1. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/5856> - Acessado em 10 de junho de 2020.

PINHEIRO, D.R.C.; BORGES, R.C.O. - *A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local*. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 1, nº 1, p. 78-94, dez. 2012. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane - *O conceito de lugar e suas diferentes abordagens*. **Perspectiva geográfica**. V.9, N.11, 2015.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso - *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. Expressão Popular. 1ª Edição. São Paulo, 2015. 272 p.

CAPÍTULO 5

A FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS JOVENS DAS COMUNIDADES DA PLANÍCIE COSTEIRA DO RIO DOCE

**Marcos da Cunha Teixeira
Flora Zauli Novaes
Ladi Dayana Souto Campos de São José
Luiza Helena Montovaneli
Mariana de Camargo Bitencourt Ritto
Arthur Praxedes
Marilena Cordeiro Fernandes de Jesus
João Luiz da Cunha Teixeira
Michel Ribeiro**

Dentre as ações de formação desenvolvidas pelo Projeto Comunidade Participativa visando à preparação de jovens para atuarem no enfrentamento dos problemas socioambientais, destacou-se a realização do curso “Agentes de Desenvolvimento Socioambiental”. Para isso, considerando a multidisciplinaridade da temática, mobilizamos especialistas em diferentes áreas do conhecimento, dentro e fora da universidade, para atuarem como agentes formadores. Contudo, envolvemos ainda no corpo de facilitadores da aprendizagem, várias lideranças comunitárias, visando valorizar e manter os conhecimentos socioambientais forjados no cotidiano das comunidades.

O curso teve como público-alvo estudantes do ensino médio moradores das 6 comunidades parceiras do projeto. Antes da divulgação do curso foram realizadas visitas nas escolas supracitadas para apresentação do projeto e do curso, visando estabelecer parcerias com as mesmas no processo de inscrição e seleção dos estudantes. Foram ofertadas 30 vagas, assim distribuídas: 15 para São Mateus; 10 para Conceição da Barra e 5 para Jaguaré. Após ampla divulgação do curso nas referidas escolas, realizou-se a seleção dos candidatos.

Após divulgação dos resultados, os candidatos foram convidados a realizar suas matrículas e receberam, em suas respectivas escolas, as informações para início do curso. No momento, foi entregue ao candidato um termo de consentimento a ser assinado pelos pais ou responsáveis dando autorização para que os mesmos pudessem participar do curso. O termo continha todos os esclarecimentos sobre a operacionalização do curso e seus possíveis desdobramentos, além do número do telefone de contato para que os pais ou responsáveis pudessem obter todos os esclarecimentos necessários. Quando solicitado, os pais ou responsáveis agendaram dia e horário para reuniões com um representante da equipe executora, na escola, para obter esclarecimentos sobre a participação de seus filhos no projeto.

O processo de ensino teve como referência a oferta de aulas expositivas e atividades interativas diretamente nos ambientes naturais da Planície Costeira do Rio Doce. Assim, os jovens foram guiados por especialistas aos diversos ecossistemas da região, onde tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos. Além disso, os professores do curso buscaram envolver os jovens em dinâmicas de grupo e atividades de aprendizagem com uso de tecnologias da informação.

O curso foi oferecido pelo Laboratório de Educação Ambiental do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da UFES, com uma carga horária de 140 horas, sendo dividido em 2 etapas de 70 horas cada. A primeira etapa visou

fornecer conhecimentos sobre os processos socioambientais que caracterizam a Planície Costeira do Rio Doce (Quadro 01). Ao finalizar essa etapa com aproveitamento de 70% nas avaliações, bem como de frequência em 75% das aulas, o estudante recebeu um certificado de conclusão do curso “Aspectos Socioambientais da Planície Costeira do Rio Doce”. Nesta etapa todos os 30 estudantes finalizaram o curso.

Quadro 01. Conteúdo programático da primeira etapa do curso.

MÓDULO TEMÁTICO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Meio físico da Planície Costeira do Rio Doce - PCRD	- Aspectos geomorfológicos da PCRD; - Hidrografia e da PCRD; - Impactos sobre os corpos hídricos da PCRD.
Meio Biótico da Planície Costeira do Rio Doce - PCRD	- Ecossistemas da PCRD; - Unidades de Conservação da PCRD; - Principais impactos antrópicos sobre os ecossistemas da PCRD
Meio Antrópico na Planície Costeira do Rio Doce	- Aspectos socioeconômicos da PCRD; - A relação homem-natureza na PCRD: aspectos históricos e atuais - Principais problemas socioambientais enfrentados pelas comunidades da região.

A segunda etapa do curso abordou os aspectos políticos e administrativos que impactam a Planície Costeira do Rio Doce (Quadro 02). Além disso, forneceu conhecimentos teóricos e práticos sobre métodos e técnicas utilizadas na elaboração e execução de projetos socioambientais.

Quadro 02. Conteúdo programático da segunda etapa do curso.

MÓDULO TEMÁTICO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Organização político-administrativa do Estado	- Competências dos diferentes níveis de governo; - Lei orgânica do município.
Gestão ambiental pública	- Política Nacional de Meio Ambiente; - Gestão ambiental e participação social; - Licenciamento ambiental (com ênfase na cadeia produtiva do petróleo). - Agenda 21 como instrumento de gestão socioambiental na Planície Costeira do Rio Doce.
Metodologias participativas em projetos socioambientais: Fundamentos teóricos e práticos	- Entrevistas e questionários; - Pesquisa-ação: fundamentos básicos; - Diagnóstico rápido participativo; - Grupos focais. - Elaboração de projetos socioambientais; - Elaboração de atas, ofícios e outros documentos.

Ao cumprir a carga horária mínima de 75% e aproveitamento de 70% nas avaliações dessa etapa, 17 estudantes receberam o certificado de conclusão do

curso de “Agente de Desenvolvimento Socioambiental” e adquiriram o direito de se candidatar a uma vaga de estagiário para atuar na última etapa do Projeto Comunidade Participativa, que consistiu no monitoramento socioambiental participativo.



Figura 1. Estudantes da Comunidade de Palmito finalistas do curso de “Agente de Desenvolvimento Socioambiental”.

O que aprendi com o Projeto Comunidade Participativa? Com a palavra, as lideranças do futuro

O texto abaixo foi produzido a partir dos discursos dos estudantes finalistas do curso de Agentes de desenvolvimento socioambiental, encaminhados por ocasião da avaliação do Projeto Comunidade Participativa.

“O Projeto Comunidade Participativa visa somar forças com as comunidades no enfrentamento dos problemas socioambientais fazendo dessas experiências momentos de formação para as futuras lideranças. Na minha opinião, as contribuições do Projeto não se deram apenas na parte estrutural das comunidades, mas, também, no despertar da população para melhorias e busca de novas oportunidades. Entre as ações desenvolvidas, uma das mais relevantes foi a capacitação dos jovens, possibilitando o surgimento de novas lideranças, agora, ricas em conhecimentos gerais e sobre nosso próprio lugar. Ou seja, o Projeto revelou pessoas que estão preocupadas de fato com suas comunidades.”

O projeto nos ajudou a ver o valor de nossa própria cultura que, por um tempo, esteve adormecida. Isso nos possibilitou conhecer a minha própria história que, por muito tempo, foi

mascarada e nos foi passada de forma distorcida. Com isso, evoluímos muito, nos tornamos pessoas mais voltadas às causas sociais e ambientais. Nos tornamos mais questionadores e nos aprofundamos mais sobre o lugar onde vivemos. Assim, nos sentimos mais preparados para ajudar na solução desses problemas, pois adquirimos mais conhecimentos sobre suas causas e suas consequências para nossas comunidades. Queremos ajudar compartilhando esses conhecimentos que adquiri no curso; quero despertar mais jovens para nossa história, quero me aprofundar sobre os interesses da comunidade e ajudar em tudo que for preciso. O projeto nos acrescentou valores, e nos tornou mais humanos e mais sensíveis às necessidades do próximo. Um aprendizado de valor inestimável que levaremos conosco por toda a vida. Conhecemos pessoas marcantes; ficamos muito felizes por termos feito parte desse projeto tão lindo, e por termos tido a oportunidade de aprender com pessoas tão capacitadas e tão apaixonadas pelo que fazem. Bom seria se todos de nossas comunidades tivessem esse conhecimento.

A partir do Projeto aprendemos a estabelecer relações entre os problemas de nossas comunidades e aqueles de escalas maiores. Um exemplo bem atual é essa pandemia que estamos enfrentando. Agora, podemos compreender como tudo isso afeta o mundo e, ao mesmo tempo, nossa comunidade. Vimos como o isolamento social, necessário ao combate do vírus, tem transformado nossas vidas e nossas famílias, em sua maioria carente, situação agravada pela perda de suas fontes de rendas. Vimos o sofrimento daqueles que não tem acesso a internet para solicitar o auxílio emergencial do governo. Apesar de este assunto não ter sido estudado no curso dado pelo projeto, agora, conseguimos entender que essa pandemia não é apenas um caso de saúde, mas uma questão socioambiental de escala mundial.

Entre os temas mais relevantes que foram discutidos no curso e nas atividades podemos citar os debates sobre as questões ambientais de nossa região, os modos de vida, os direitos das comunidades tradicionais e a importância de nos tornarmos lideranças qualificadas para as nossas comunidades. Pudemos compreender a formação geomorfológica da Planície Costeira do Rio Doce. Vimos que o ambiente do terciário, onde o solo é mais argiloso, é mais antigo que os terrenos do ambiente do quaternário, onde estão as restingas, manguezais e alagados e o solo é arenoso. Aprendemos sobre o funcionamento dos ecossistemas costeiros do Norte do Espírito Santo, bem como, os impactos das atividades produtivas sobre eles, como a drenagem dos ecossistemas de água doce, a exploração de petróleo e gás, a especulação imobiliária e a monocultura do eucalipto. A partir das aulas teóricas e práticas pudemos ter um olhar menos naturalista e mais socioambiental da natureza, mostrando a importância de se compreender como a nossa cultura é resultado das relações homem-natureza e nossa responsabilidade na conservação da biodiversidade.

Com as aulas e com o acompanhamento das ações das CDS do projeto, entendemos a importância de nossa participação na política local e o despertar da cultura de nossas comunidades, entre outros. Enfim, todos os temas foram de extrema relevância para nossa formação. Além disso, os temas abordados no curso contribuíram consideravelmente para a

melhoria de nosso desempenho na escola, especialmente nas disciplinas de história, geografia, sociologia, filosofia, biologia e química.

Nosso desejo é que o Projeto continue para atingir muitas pessoas de nossas comunidades, para que tenham acesso aos conhecimentos sobre nossa cultura, sobre a história de nossos antepassados, sobre os direitos que as comunidades tradicionais têm, sobre como a política faz parte de nossas vidas e como é importante discutir sobre ela, sobre o empoderamento feminino e sobre a importância das mulheres na política. Nesse sentido, o Projeto influenciou no nosso crescimento como cidadãos e cidadãs de deveres, e que vão atrás dos seus direitos.

Como é prazeroso falar sobre esse Projeto lindo, que significou uma mudança tremenda em nossas vidas, pois através do Projeto conhecemos mais de nós mesmos e somos muito gratos por isso. Fomos acolhidos por toda essa equipe maravilhosa e, por isso, agradecemos por compartilharem conosco algo que nunca poderemos pagar: o conhecimento. Queremos realmente agradecer e dizer que amamos muito esse projeto e que hoje ele se tornou parte de nós, de nossas comunidades.

Finalizamos afirmando que a palavra que representa o Projeto Comunidade Participativa para nós é, “esperança”: esperança para cada jovem de comunidade e para cada família da nossa comunidade. Obrigada por nos tornar Agentes de Desenvolvimento Socioambiental! Saibam que não vamos decepcioná-los.

CAPÍTULO 6

A EXPOSIÇÃO “HOMEM E NATUREZA NA PLANÍCIE QUATERNÁRIA DO RIO DOCE - ES”: percepção ambiental dos visitantes

**Ana Paula Agrizzi
Lady Diana Souto Campos de São José
Vilma Rodrigues da Silva Aguiar
Juliomar de Jesus Cruz
Diógina Barata
Marcos da Cunha Teixeira
Mariana de Camargo Bitencourt Ritto
Tainara Gomes**

Além das ações nas comunidades parceiras, o Projeto Comunidade Participativa desenvolve atividades de educação ambiental para a sociedade em geral. Entre as diversas atividades realizadas em escolas, feira de ciências, centro de vivências, etc. destacamos aqui a exposição “Homem e Natureza na Planície Costeira do Rio Doce - ES”. A exposição foi concebida para contribuir na socialização dos conhecimentos sobre os aspectos naturais e históricos da Planície Costeira do Rio Doce, bem como para promover reflexões sobre as formas de enfrentamento dos problemas socioambientais que comprometem a qualidade de vida das comunidades. A exposição reuniu recursos pedagógicos interativos que retratam os modos de vida e os aspectos históricos e culturais da relação homem-natureza na Planície Costeira do Rio Doce e foi apresentada durante a Semana de Ciência e Tecnologia de São Mateus - ES, entre os dias 30 de outubro e 01 de novembro de 2018. A exposição foi organizada e dividida em seis estações temáticas intituladas e organizadas conforme segue:

Estação 1 - Planície Quaternária do Rio Doce: evolução e “primeiros habitantes”. O processo de formação geomorfológica da Planície Quaternária do Rio Doce foi explicado; um modelo didático tridimensional das falésias foi usado para exemplificar a estruturação geológica deste ambiente; e ao final desta estação, os sambaquis (elevação sedimentar contendo restos de alimentos) foram usados para exemplificar a documentação de atividades dos primeiros habitantes.

Estação 2 - Ecossistemas Originários do Processo de Formação da Planície: apresentou uma representação dos principais ecossistemas da região, o manguezal, a mata de tabuleiro, e, por último, a restinga

Estação 3 - Os Donos do lugar, Saberes e tecnologia no viver com a natureza: apresentou os modos de vida dos indígenas antes da chegada do europeu.

Estação 4 - O europeu: ciência e tecnologia no viver da natureza: essa estação deu ênfase a história do Porto de São Mateus, bem como, à questão da escravidão dos negros e sua relação com os indígenas.

Estação 5 - O Campesinato de beira-mar, seus saberes e suas tecnologias: foram apresentados os modos de vida que as comunidades quilombolas, mais tarde caboclas, construíram diante das condições sociais e naturais e ao final da estação foi realizada uma intervenção com dança e música.

Estação 6 - Natureza, ciência e tecnologia na economia moderna: foram retratadas as intervenções e atividades econômicas implantadas no território, como a drenagem das águas para ampliação da agropecuária, a exploração de petróleo e

gás, o turismo, a especulação imobiliária e os impactos dos rejeitos da mineração do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, MG.

Sala dos desejos - “Árvore dos sonhos”: ao final da exposição os visitantes encontravam uma árvore produzida com galhos secos e eram distribuídas folhas para que pudessem escrever seus sonhos para a suas cidades; após, eles penduravam a folha na árvore.

Ao longo das estações temáticas, durante as visitas, houve a participação de atores caracterizados que apareciam representando aspectos da cultura local, além de trazer questionamentos sobre a realidade local no âmbito social e ambiental. Nos três dias de evento a exposição recebeu 132 visitantes, oriundos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação do CEUNES/UFES (80 visitantes), Escolas municipais e estaduais (26 visitantes), Instituto de Tecnologia do Espírito Santo - IFES São Mateus (11 visitantes), Instituto Sapê do Norte (4 visitantes), Centro Sócio Cultural e Ambiental José Bahia (2 visitantes) e Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA (1 visitante). Deste total, 57 aceitaram apresentar suas percepções nas folhas da “Árvore dos sonhos”.

Foram identificadas 8 categorias semânticas a partir da análise de conteúdo da produção escrita dos participantes, sendo elas: “visão histórica e cultural”, “desejo de um futuro promissor”, “educação interdisciplinar”, “qualidade de vida/respeito”, “conservação”, “preservação”, “políticas públicas/igualdade de direitos” e “pensamento coletivo/agradecimento”. A categoria pensamento coletivo/agradecimento se destacou dentre as demais. A seguir são apresentadas três frases representativas, reproduzidas conforme escritas pelos visitantes:

Espero uma maior consciência da população pela cidade (suas áreas naturais, rurais e urbanas).

Pensar um pouco na natureza e um pouco menos em si. Pensar como um todo, o mundo não gira em torno de uma pessoa só. Parabéns pelo excelente trabalho.

Para melhorar e alterar o estado atual é preciso a mudança de mente do ser humano. Continuem c/ a iniciativa de divulgação de conhecimento acerca da região.

Diante do que foi exposto nas percepções desta categoria, o pensamento coletivo deve ser adotado como um meio de promover uma mudança de atitudes e pensamentos por parte da população. Na base dessa percepção está a ideia de que todos possuem o dever de cuidar do ambiente, demonstrando a necessidade

da colaboração para uma tomada de consciência e mudanças frente o atual descaso com o meio ambiente. Contudo, as ações coletivas demandam articulações de diversos atores sociais em torno de objetivos comuns que surgem na medida em que se conseguem reduzir atritos e conflitos, considerando as características complexas e heterogêneas da sociedade (JACOBI, 2003, 2005). Esta percepção corrobora o pensamento de Siqueira (2008), o qual indica que a formulação e implementação de políticas ambientais precisam estar amparadas a uma rede de agentes sociais, onde os meios de comunicação estejam em interação com os movimentos sociais e a população em geral. Uma percepção também bastante recorrente foi a categorizada como “Conservação”, como podemos observar nos discursos abaixo.

Se o humano realmente soubesse usufruir da natureza ele não morreria, seria imortal.

Que a natureza não venha a se acabar por causa das atitudes inconscientes do homem que possamos passar a preservá-la, pois se ela se acabar também acabaremos todos.

O primeiro discurso reproduzido acima corrobora a preocupação conservacionista corrente no senso comum, dissociado de uma análise mais aprofundada de interação entre as diversas questões que cercam a problemática da conservação. Uhmman e Vorpagel (2018) chamam à atenção para o fato de que, na maioria das vezes, as ações de educação ambiental continuam fragmentadas, sem a compreensão do todo. No segundo discurso aparece a ideia de uma percepção da natureza não-humana cuja percepção é de natureza-recursos e, por isso, deve ser preservada. Essas percepções evidenciam ainda a ideia de total dependência humana da natureza para sobreviver, mas ainda com um olhar externo à natureza.

A categoria “Qualidade de Vida e Respeito” foi identificada em produções como as que seguem:

Por um mundo mais humano, onde todos sejam respeitados!

Melhor qualidade de vida, por favor! Exposição maravilhosa e bem contextualizada! Parabéns!!

Melhorias nas infra-estrutura da cidade.

Que o homem respeite os mares. (...) Aguardo o dia em que os humanos vivam em paz e harmonia com a natureza.

Uma boa qualidade de vida está diretamente relacionada com o respeito e a qualidade em que o ambiente se encontra. Assim, um ambiente saudável e bem cuidado depende da tomada de consciência e da boa prática de todos. Além disso, destaca-se a importância das políticas públicas, bem como a participação efetiva

da população na cobrança de melhorias das cidades. Na categoria “Futuro Promissor” os participantes demonstraram suas expectativas para o futuro da cidade de São Mateus, do Estado do Espírito Santo e para o Brasil, diante das incertezas da atualidade, como mostrado a seguir:

O sonho que gostaria que acontecesse com a nossa cidade que ela venha crescer... muito mais sendo uma cidade cheia de paz, rica, e que podemos ter uma vida mais positiva.

Uma melhoria melhor para o nosso Brasil e que eu venha terminar os meus estudos e conseguir fazer uma faculdade e ter uma qualificação melhor.

Eu desejo uma educação ambiental para o mundo com a essência que o Labea exala. Que a gente aprenda e ensine com eles. Muito orgulho!!

Desse modo, Jacobi (2005, p. 244) assim pontua:

o entendimento sobre os problemas ambientais se dá por meio da visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construídos, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse.

A categoria nomeada “Preservação” transmitiu a partir das falas, que é preciso proteger e cuidar da natureza desde criança, como transcrito abaixo:

Aumentar a reflexão sobre como se alcançar um desenvolvimento sustentável.

Desejo que as crianças, desde a infância sejam orientadas a cuidar da natureza, que se ensine a elas a importância da preservação, para que quando adultos, possam cuidar e zelar.

Fica claro, aqui, o desejo das pessoas em estabelecer e praticar a preservação da natureza. Desse modo, Melazo (2005) propõe que

os ambientes naturais, assim como os ambientes construídos, são percebidos de acordo com os valores e as experiências individuais dos homens onde são atribuídos valores e significados.

Na categoria “Políticas Públicas e Igualdade de Direitos” os participantes transmitiram suas percepções direcionadas à importância das políticas públicas em conjunto com a participação da sociedade, promovendo a valorização, direitos igualitários, mudanças de atitudes e práticas com o meio ambiente, como pode ser observado nas respostas abaixo:

Por um país mais igualitário. Proporcionar uma educação mais transparente e que envolva o conhecimento que o aluno tenha. Educação freiriana.

Pessoal, parabéns pelo trabalho, está tudo incrível. Que nós nunca desanimemos na nossa luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Sucesso, equipe Labeal

Valorização da educação. Mais segurança.

Nessa linha de pensamento, Jacobi (2003, p. 197) propõe que

o principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas.

A categoria “Visão Histórica Social” resgatou, a partir da percepção dos visitantes da exposição, a valorização da história regional, bem como os primeiros habitantes (índios), os negros e da diversidade cultural, como podemos observar nas frases abaixo:

Que as pessoas reconheçam as memórias com respeito aos povos indígenas e negros e não se deixe enganar com facistas! Arte, musica, cultural! Emoções como esta vivida hoje!!

Valorizar a cultura local de forma que não seja apagada da história que faz parte de quem nós somos.

Ótimo TRABALHO, foi um passeio fantástico do passado que por sinal é da HISTÓRIA da minha FAMÍLIA.

Nesse contexto, a exposição proporcionou para os participantes a valorização do contexto sociocultural, “voltando ao passado” e evidenciando as transformações sofridas na região da PCRD. Assim, a exposição trouxe aos participantes a reflexão histórica e de valores de pertencimento à região, instigando-os sobre a importância das questões socioambientais presente em nossa sociedade. Nesse aspecto, a exposição cumpre o papel da educação ambiental de levar em consideração as problemáticas socioambientais específicas de cada região e suas implicações em diferentes setores como economia, cultura e questões sociais (REIGOTA, 1991).

Por fim, a categoria “Educação Interdisciplinar” teve a menor representatividade dentre todas as categorias descritas, com somente uma fala, como mostrado a seguir:

Mostrar a possibilidade de integração entre os diversos cursos da UFES com esses estudos. (Biologia, Eng. Petroléo,..) para mostrar que não está restrito á educação.

A educação ambiental interage com todos os segmentos presentes na sociedade, ela consegue permear por diferentes áreas do conhecimento, dialogando com as questões importantes do nosso meio, a exemplo da exposição, que abordou temáticas de diversas áreas do conhecimento. Nesse aspecto, Mendonça (2001) reforça, que

[...] O termo “sócio” aparece, então, atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea.

As análises realizadas sobre as percepções dos participantes da exposição, coletadas na sala dos desejos, revelam a predominância de uma visão conservacionista e pragmática das questões ambientais. No entanto, foram registradas manifestações que caminham para uma educação ambiental crítica ao inserirem os diferentes problemas sociais no contexto ambiental. Percebe-se, assim, que a exposição cumpre uma função de ferramenta capaz de provocar a reflexão e a (re)construção da percepção ambiental ao apresentar, de forma contextualizada, a indissociabilidade entre as questões ecológicas e os processos sociais, históricos, econômicos e culturais para uma educação ambiental crítica e para o processo de sensibilização para a identidade do público com seu lugar. Nesse sentido, para alguns visitantes, estar na exposição foi como encontrar um acervo familiar, retratando momentos marcantes da história do município de São Mateus e do Território da Planície Costeira do Rio Doce. Nesse circuito pedagógico, o visitante foi convidado a refletir sobre as questões socioambientais de seu lugar, a contextualizar o passado, a refletir criticamente o momento atual no âmbito local, regional e nacional para, ao final do circuito da exposição, tecer reflexões sobre o futuro. Além disso, a exposição serviu de meio para motivar os visitantes a analisarem suas relações com o ambiente do qual fazem parte e isto foi percebido no momento em que escreveram seus sonhos e percepções nas folhas da “Árvore dos sonhos”. As respostas apresentadas indicaram uma tendência dos visitantes a entenderem a relação homem-natureza, o contexto social, as políticas públicas e a igualdade de direitos como fatores importantes para a enfrentamento de demandas socioambientais nos níveis local e nacional.

Outra consideração importante é o potencial desta exposição como proposta de atividade interdisciplinar de educação ambiental no contexto escolar.

Hoje, apesar de termos uma legislação que recomende que a educação ambiental seja trabalhada de forma interdisciplinar e transversalizada em todos os níveis de ensino, ainda são escassas as propostas de atividades que possam realmente acontecer neste sentido. Desta forma, a exposição, conforme foi planejada, prevê a possibilidade de integrar conteúdos diferenciados, como, por exemplo, a geografia, a geologia, a história, a biologia, a antropologia, a sociologia e a filosofia, trazendo a possibilidade de discussão ambiental nestes diferentes contextos.

Referências Bibliográficas

JACOBI, P. - *Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade*. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, Março, 2003.

JACOBI, P. R. - *Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

MELAZO, G. C. - *Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano*. **Olhares & Trilhas** - Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MENDONÇA, F. - *Geografia socioambiental*. Rev. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 16, p. 139-158, 1º semestre/2001.

REIGOTA, M. - *Fundamentos teóricos para a realização da Educação Ambiental popular*. Rev. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991.

SIQUEIRA, L. C. - *Política ambiental para quem?* **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 425-437, jul./dez. 2008.

UHMANN, Rosângela Inês Matos; VORPAGEL, Fernanda Seidel - *Educação ambiental em foco no ensino básico*. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.13, n.2 – pp. 53-68, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Planície Costeira do Rio Doce abriga praticamente todos os remanescentes dos ambientes costeiros do Norte do Espírito Santo Espírito Santo (restingas, manguezais, rios, lagos, alagados), sendo considerada como área prioritária para a conservação pelo Ministério do Meio ambiente. Por outro lado, abriga também comunidades que tradicionalmente desenvolveram modos de vida em extrema dependência dos ecossistemas, sendo constituídas por pescadores, marisqueiros, catadores de caranguejos, extrativistas, entre outros. No entanto, a região também tem sido palco de intensas atividades econômicas, especialmente aquelas decorrentes da cadeia produtiva da exploração de petróleo e gás natural.

Hacon (2011) explica que à medida que as condições de degradação do ambiente se agravam, a natureza adquire uma posição de crescente destaque nas agendas governamentais e o conhecimento técnico-científico desempenha uma função decisiva na tomada de decisões. Dessa forma, segundo esses autores, as pessoas que não acessam esses conhecimentos sentem-se desabilitadas para o debate e, portanto, excluídas da possibilidade de contribuir efetivamente em processos de decisão. Nesse sentido, continuam os autores, a centralidade da problemática ambiental torna-se passível de manipulação política. Trata-se, portanto, de processos excludentes cuja possibilidade de participação popular diminui a possibilidade de compreensão das distintas facetas dos problemas. É nesse sentido que reside a relevância do Projeto Comunidade Participativa, pois busca criar instrumentos de empoderamento de moradores das comunidades tradicionais na Planície Costeira do Rio Doce, cujo processo histórico colonialista impôs-lhes uma exclusão dos processos decisórios.

A existência de comunidades que ainda mantém modos de vida tradicionais em uma região de grande importância ecológica e econômica tem revelado diversos problemas socioambientais. As atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos diferentes setores da UFES - Campus São Mateus - junto às comunidades da Planície Costeira do Rio Doce, indicam uma “invisibilidade” desses povos tradicionais no processo de desenvolvimento econômico e sociocultural. Essa realidade, em médio prazo, pode prejudicar o processo de sustentabilidade nas comunidades e, conseqüentemente, no grande território tradicional da Planície Costeira do Rio Doce. Sendo assim, a ideia de sustentabilidade nunca será fortalecida sem a consolidação de programas socioambientais sólidos para as comunidades. Especialmente, torna-se estratégica a formação de novas lideranças habilitadas a conduzirem suas comunidades na luta

pelo direito de participarem das tomadas de decisões quanto às relações das sociedades humanas com a natureza, uma vez que afetam seu território.

Diante desse contexto, o Projeto Comunidade Participativa tem representado um instrumento capaz de somar esforços com outras iniciativas para o enfrentamento dos problemas socioambientais que comprometem a qualidade de vida das comunidades da Planície Costeira do Rio Doce. Para isso, parte-se do princípio de que a transformação da realidade, rumo à sustentabilidade, só se dará por meio do protagonismo das comunidades no enfrentamento de suas demandas socioambientais. Por isso, a presente proposta traz como elemento principal de ação a mobilização e o empoderamento das comunidades para participarem do levantamento de problemas socioambientais e das propostas de soluções, criando canais para dar voz aos moradores junto à sociedade. Além disso, o projeto fomenta a constituição de comissões de desenvolvimento socioambiental (CDS) de forma a contribuir para a organização comunitária e assessorar as suas lideranças no protagonismo rumo às transformações da realidade.

Devido ao grande volume de empreendimentos instalados no território, foram produzidos muitos conhecimentos sobre os aspectos físicos, biológicos e antrópicos, decorrentes das exigências legais de realização dos estudos de impactos ambientais. No entanto, as comunidades, especialmente professores e estudantes, ainda estão excluídos do acesso a esses conhecimentos, cujo domínio é crucial para o enfrentamento da realidade local. Diante disso, a proposta pretendeu capacitar jovens para desenvolverem um olhar diferenciado sobre seu próprio território, capaz de se identificarem com ele e de se comprometerem com seu desenvolvimento sustentável. Vislumbrando um cenário de médio prazo, espera-se que esses jovens se envolvam com os problemas de suas comunidades e se constituam lideranças com olhares técnicos, conhecedores dos aspectos socioambientais de suas comunidades e do território como um todo. Em um cenário de longo prazo, aposta-se que esses jovens estarão capacitados a atuarem de forma integrada a outros fóruns de discussão sobre questões socioambientais já existentes no território da Planície Costeira do Rio Doce e seu entorno.

Um aspecto relevante no processo de enfrentamento das questões socioambientais é que o plano de trabalho não representou uma ferramenta estática, pois as comunidades, enquanto territórios de vida, representam coletivos dinâmicos nos quais as prioridades das comunidades mudam. Sendo assim, coube ao projeto incorporar as novas demandas e assessorar as CDS no replanejamento das ações.

Nesse processo, em que a formação das CDS ocorreu concomitantemente ao enfrentamento dos problemas das comunidades, o Projeto Comunidade Participativa não atuou diretamente como agente modificador da realidade, mas como um catalizador de reações de processos iniciados pelo coletivo, desde a assembleia comunitária, por meio do diagnóstico socioambiental participativo, até sua conclusão, com os trabalhos das CDS. Essa característica da atividade do projeto aproxima-se da concepção de pesquisa-ação descrita por Michel Tiolent (2011) de que o papel do pesquisador é mais modesto, pois desempenha uma função auxiliar ou de assessoramento, embora, em situações de maiores obstáculos políticos, o pesquisador tenha que ser o mais ativo.

Em um contexto geral, a importância do projeto reside na criação de espaços de formação por meio do estudo da realidade. Nesse contexto, destacam os seguintes aspectos:

- Ao fomentar e capacitar grupos de sistematização para a busca de soluções de problemas socioambientais (Comissão de Desenvolvimento Socioambiental - CDS) a proposta contribuiu para despertar o perfil de liderança existente em membros das comunidades que ainda não são protagonistas;
- Ao oportunizar a capacitação de jovens por meio do curso de “Agente de Desenvolvimento Socioambiental” o projeto contribuiu para a renovação das lideranças, agregando conhecimentos técnicos que permitirão atuarem de forma qualificada e adaptada às novas exigências da atualidade;
- Ao criar espaços de participação, organização das comunidades e canais de comunicação com instituições públicas o Projeto contribuiu para ampliar as formas de intervenção social na gestão das políticas públicas, especialmente junto aos municípios;
- Ao proporcionar espaços de qualificação para participação social o projeto contribuiu para ampliar o conhecimento dos moradores, especialmente das lideranças, quanto às competências de cada instituição, públicas e privadas, que, direta ou indiretamente, possuem relações com suas comunidades;
- O projeto contribuiu para fomentar a construção de novas redes e fóruns de discussão socioambientais bem como para fortalecer aqueles já existentes;
- O projeto contribuiu para a maior aproximação entre a UFES – Campus São Mateus - e as comunidades de seu entorno, cumprindo assim sua função social de contribuir para a solução de problemas locais e com o desenvolvimento sustentável da Região Norte do Espírito Santo.

Com esse processo de formação e empoderamento espera-se que, com o encerramento do projeto, em cada comunidade participante as CDS continuem os trabalhos de mobilização para o enfrentamento dos problemas socioambientais.

Finalmente, de forma sintética, podemos afirmar que todo o percurso formativo forjado pelo Projeto Comunidade Participativa visou contribuir com o processo de pertencimento e fortalecimento da identidade de comunidade tradicional, a partir de atividades que incentivam uma percepção crítica da realidade local, a construção comunitária da consciência de seu território e, por fim, envolver os jovens nessa construção para que possam dar continuidade nas lutas da comunidade, compreendendo sua história e seus direitos, considerando os participantes sujeitos de transformação socioambiental e protagonistas das mudanças.

Referências Bibliográficas

HACON, Vanessa - *Para além das dunas: conflitos ambientais relacionados ao Parque Estadual de Itaúnas*. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

THIOLLENT, Michel - *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo, Cortez, 2011.





Comissão de Desenvolvimento Socioambiental (CDS)



Diagnóstico Participativo



Reunião na Comunidade com Secretarias Municipais



Oficinas - CDS



Aulas na Universidade Federal do Espírito Santo – campus São Mateus



Até Itaúnas, Conceição da Barra



@projecomunidadeparticipativa



Livro impresso em papel off set 90g/m2
Capa em Cartão Triplex 350g/m2

 **Gráfica,
Araça**
E. C. da Silva Filho

CNPJ: 22.523.164/0001-36
Insc. Estadual: 083.152.21-0
Insc. Municipal: 0015357
Rua José Bino de Sant'Ana, 45, B. Universitário
São Mateus - ES - Brasil - CEP: 29.933-450
graficaaraca@hotmail.com
☎ (27) 9 9807-7396



ISBN: 978-65-00-13349-3

TC

9 786500 133493

Realização



Apoio



Patrocínio

